**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

VANICE JERONYMO

Caieiras: núcleo fabril e preservação

São Carlos
2011

VANICE JERONYMO

Caieiras: núcleo fabril e preservação

Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre em Arquitetura.

Área de Concentração: Teoria e História
da Arquitetura e do Urbanismo

Orientador: Prof^ª. Dra. Telma de Barros Correia

São Carlos
2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

J56c Jeronymo, Vanice.
 Caleiras: núcleo fabril e preservação. / Vanice
 Jeronymo ; orientadora Telma de Barros Correia. São
 Carlos, 2011.

 Dissertação - Mestrado (Arquitetura com Área de
 Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do
 urbanismo)-- Instituto de Arquitetura e Urbanismo,
 Universidade de São Paulo, 2011.

 1. Núcleo fabril. 2. Habitação operária. 3. Desmonte.
 4. Patrimônio industrial. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: Arquiteto **VANICE JERONYMO**

Título da dissertação: **Caieiras: núcleo fabril e preservação.**

Data da defesa: 21/09/2011:

Comissão Julgadora:

Telma de Barros Correia

Profª. Associada **Telma de Barros Correia (Orientadora)**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo/USP)

Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci

Profª. Drª. **Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo/USP)

Ivone Salgado

Profª. Drª. **Ivone Salgado**
(Pontifícia Universidade Católica de Campinas/PUC/Campinas)

Resultado:

Aprovada

APROVADA

APROVADA

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo:

Prof. Titular **Renato Luiz Sobral Anelli**

Presidente da Comissão de Pós-Graduação:

Prof. Associado **Paulo Cesar Lima Segantine**

Para Danilo e Nathália.

AGRADECIMENTOS

Toda pesquisa aqui desenvolvida não seria possível sem o auxílio de tantos que comigo compartilharam deste processo. Começo com a Prof^a. Dr^a. Telma de Barros Correia, orientadora deste trabalho, a quem devo agradecer por toda a atenção dedicada, pelo exemplo, paciência e por todas as oportunidades proporcionadas.

À FAPESP pelo auxílio financeiro, imprescindível para a dedicação a esta pesquisa.

Às professoras membros da banca examinadora Prof^a. Dr^a. Maria Angela Bortolucci e Prof^a. Dr^a Ivone Salgado pela leitura minuciosa e valiosas sugestões que engrandeceram e enriqueceram o trabalho.

A todos os funcionários da EESC-USP, em especial do IAU-USP e Biblioteca e aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Agradeço aos amigos pelo companheirismo, sugestões e incentivo constante, em especial Bonfílio Alves Ferreira, Carolina Dal Ben Pádua, Cristiane Souza Gonçalves, Cristina Pegurer, Diego Ferretto, Iolanda Silva, João Tonucci, Priscila Miura, Tarsila Miyasato, Thais Cruz, Rodrigo Sartori Jabur, Sidnei da Silva, Suzi Francielli, Vandercy Soares de Lacerda e Wellington Ramalhoso.

À Iná Rosa, companheira nas “causas juquerienses”.

A todos os ex-moradores das vilas do núcleo fabril da Companhia Melhoramentos e seus descendentes que abriram suas portas inúmeras vezes para colaborar com a pesquisa, em especial, Antonio Eusébio, Bonno van Bellen, Chico Trem, Cleide de Azevedo Minkevicius, Francisca Doratiotto, Geraldino Ferreira de Almeida, Joel Csernik, Paulo Polkorny, Regina e Ana Paula Gimenez, Rosa Menegatti de Azevedo, Sirlei Bertolini Soares e Zeferino Prando.

Agradeço especialmente à família de Izidro e Vanda Gabrielli, que não mediu esforços para colaborar com o trabalho de identificação das vilas.

À família Martinho, em especial Rosi e Rosana, por tudo que fizeram desde que cheguei a Caieiras.

Ao Dr. Accácio de Jesus por me receber sempre que solicitado.

A toda minha família pelo apoio e proteção.

E encerrando, agradeço a Marcelo Augusti pelos debates filosóficos, compreensão, carinho e confiança.

*Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente
como que se encontra, fica contente, feliz, e se lembra de coisas esquecidas,
de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam dentro de nós [...]*
Lucio Costa

RESUMO

JERONYMO, V. **Caieiras**: núcleo fabril e preservação. 2011. Dissertação de Mestrado – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Esta dissertação trata da formação do núcleo fabril constituído pela Companhia Melhoramentos de São Paulo na cidade de Caieiras (SP). Constituíram-se como objetos de pesquisa as edificações erigidas durante o período de crescimento do núcleo, o cotidiano dos trabalhadores e a formação populacional, o processo de desmonte do núcleo e as iniciativas voltadas para preservação dos edifícios remanescentes. Analisa a arquitetura dos edifícios domésticos e coletivos, tais como as moradias operárias e de chefias, as igrejas, os clubes, o cinema, os armazéns, as escolas, a estação ferroviária e os edifícios ligados ao trabalho e à produção industrial. Nesta análise foi observada a predominância da arquitetura eclética revestida de elementos da linguagem clássica. O objetivo principal desta dissertação é a análise da formação espacial do núcleo fabril e a reflexão acerca de medidas favoráveis à preservação dos edifícios remanescentes no contexto atual onde o patrimônio da Companhia Melhoramentos está inserido no processo de fragmentação e valorização imobiliária. Observa a necessidade do aprofundamento das questões relacionadas à prática e à implantação de políticas de preservação do patrimônio, em Caieiras, ressaltando as fragilidades da atual legislação municipal que versa sobre a necessidade de proteger o patrimônio cultural da cidade. A elaboração da pesquisa foi baseada em pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado, na sistematização do material obtido através da pesquisa em arquivos históricos, nos levantamentos métricos, iconográficos e nas entrevistas feitas com antigos moradores e trabalhadores do núcleo fabril de Caieiras.

Palavras-chave: Núcleo fabril. Habitação operária. Desmonte. Patrimônio industrial.

ABSTRACT

JERONYMO, V. **Caieiras**: industrial nucleus and preservation. 2011. Dissertação de Mestrado – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

This dissertation deals with the formation of core manufacturing improvements made by the Company in Caieiras (SP). Established themselves as research subjects the buildings erected during the growth period of the nucleus, the daily training of workers and population, the process of dismantling the core and initiatives aimed at preserving the remaining buildings. Analyzes the architecture of buildings and collective household such as housing for workers and managers, churches, clubs, cinema, stores, schools, railway station buildings and work-related and industrial production. In this analysis we observed the predominance of the eclectic architecture of coated elements of classical language. The main objective of this dissertation is to examine the spatial formation of the core manufacturing and thinking about measures for the conservation of buildings remaining in the current context where the assets of the company rather is embedded in the process of fragmentation and real estate appreciation. Notes the need for further discussion on issues related to the practice and implementation of policies for heritage preservation in Caieiras, highlighting the weaknesses of the current municipal legislation which deals with the need to protect the cultural heritage of the city. The completion of this study was based on literature about the topic, the systematization of the material obtained through research in historical archives, in metric surveys, and the iconographic interviews with former residents and workers in the industrial core of Caieiras.

Keywords: Industiral Nucleus. Housing workers. Dismount. Industrial heritage.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Organização das vilas em Caieiras até meados do século XX	74
Tabela 2 Quadro comparativo de dados entre os anos 1920, 1925, 1935, 1940, 1958	75
Tabela 3 Crescimento populacional de Juquery e Parnahyba, período de 1874 a 1920.....	96
Tabela 4 Percentual do crescimento populacional de Juquery e Parnahyba, período 1874 a 1920.	96
Tabela 5 Quadro resumo: crescimento de Caieiras.	98
Tabela 6 Estrangeiros em Juquery e Parnahyba entre os anos de 1874 e 1920.....	101
Tabela 7 Relação das primeiras trabalhadoras contratadas pela Companhia	124
Tabela 8 Valores para utilização das casas.....	194

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Mapa da região metropolitana de São Paulo.....	39
Figura 2 Propaganda Publicitária da Casa Rodovalho publicada na Revista Moderna – Anno I Nº 3.....	44
Figura 3 As casas de colonos no bairro da Cerâmica.....	64
Figura 4 Demonstrativo do crescimento da produção do papel, 1950.....	67
Figura 5 O bairro da fábrica, 1888-1889.....	69
Figura 6 O bairro da fábrica por volta de 1900. Nota-se à direita, o enfileiramento das casas	69
Figura 7 O bairro da fábrica, 1920.....	70
Figura 8 O bairro da fábrica, 1926.....	70
Figura 9 Organograma do serviço social de Caieiras – SESCO.....	76
Figura 10 Recreação das famílias de gerentes e chefes na chamada piscina, década de 1950.	78
Figura 11 Procissão e coreto em frente à Igreja N ^a S ^a do Rosário.....	79
Figura 12 O “auto-trem”, veículo adaptado para a linha férrea interna, década de 1920.....	80
Figura 13 Passeio pela Rua dos Coqueiros em carros adaptados, década de 1920.....	80
Figura 14 Sistema de estradas dentro da Companhia Melhoramentos, década de 1930.....	81
Figura 15 Vista de Cresciúma em 1965. Ao alto a Igreja de Santo Antonio. Próxima à seta preta a casa do Dr. Armando Pinto. Abaixo da ferrovia, próximas à seta rosa, algumas casas da Companhia Melhoramentos.....	86
Figura 16 Arruamento nas proximidades da Igreja de Santo Antonio. A seta branca indica a localização da Praça onde está localizada a Igreja de Santo Antonio.....	87
Figura 17 Casa do Dr. Armando Pinto.....	88
Figura 18 Casa do Dr. Armando Pinto, 1970, inauguração do primeiro hospital.....	88
Figura 19 Hospital após reforma.....	88
Figura 20 Casa de Luis Lopes Lansac,.....	88
Figura 21 Vista geral de Caieiras durante a década de 1930. Azul: vista das vilas dentro do núcleo. Rosa: oficinas da Companhia e estação de trem. Amarelo: primeiras ocupações fora do núcleo, no Cresciúma.....	89
Figura 22 Padre José e outros moradores durante as obras de infraestrutura nas áreas externas à fábrica.....	92
Figura 23 Das 20 casas sorteadas esta é a que mais se aproxima das características originais.....	92
Figura 24 Modelo de casa do Jardim Santo Antonio.....	93

Figura 25 Fachada de casa do Jardim Santo Antonio	93
Figura 26 Em vermelho, casas remanescentes no bairro de Nova Caieiras. Em lilás, Nova Caieiras. Em amarelo: Companhia Melhoramentos. Em azul: Estação ferroviária.....	93
Figura 27 Demolição das arquibancadas do Clube CRM	94
Figura 28 Demolição do Clube CRM	94
Figura 29 Demolição do CRM.....	94
Figura 30 Demolição do conjunto de Nova Caieiras.	94
Figura 31 Indicação da região Monjolinho, Olhos d'Água, Cristais e Califórnia.	104
Figura 32 Entre os trabalhadores da Companhia Melhoramentos, funcionários da gerência, entre eles o gerente Elhert, em pé, à direita	117
Figura 33 Floresta de eucaliptos	119
Figura 34 Escolhedoras de papel na Companhia	124
Figura 35 Separação de caroços de algodão	125
Figura 36 Processo de trabalho com o linter (fibras de casca de algodão), 1942-1943.....	125
Figura 37 A fiscalização na plantação de eucalipto em vistoria.	129
Figura 38 O viveiro na Companhia Melhoramentos.....	129
Figura 39 O preparo do terreno para plantar eucaliptos.....	131
Figura 40 O Horto Florestal da Companhia.....	131
Figura 41 O Bairro da Fábrica em Caieiras. No alto, à esquerda, a capela de São José.....	137
Figura 42 Entre outras celebridades, o Monsenhor José Cezar de Oliveira nos eventos políticos e festivos de Caieiras.....	140
Figura 43 Campanha política do Monsenhor entre os moradores da Companhia	140
Figura 44 Comemoração de carnaval em Caieiras.....	146
Figura 45 As fantasias de carnaval em Caieiras	146
Figura 46 Comemoração do casamento de Johannes Ehlert, 1926, em Caieiras.....	148
Figura 47 Corporação Musical, (1940).....	148
Figura 48 Procissão religiosa	149
Figura 49 Festa de 7 de setembro em Caieiras.....	150
Figura 50 Aniversário 75 anos da Companhia.....	150
Figura 51 Instalações da Cimento Portland Perus	157
Figura 52 Vila Triângulo da Cimento	157
Figura 53 Grupo escolar da Vila Água Fria, Cajamar	157
Figura 54 Casas da Vila Água Fria, Cajamar.....	157

Figura 55 Levantamento métrico do conjunto construído nas proximidades da estação de trem, atual bairro de Nova Caieiras	167
Figura 56 Fachada do conjunto próximo à estação	167
Figura 57 Conjunto próximo à estação. À exceção da casa da esquerda, todas foram demolidas em 2010.....	168
Figura 58 Casas amarelas geminadas (já demolidas) na Rua dos Coqueiros nas proximidades da Igreja do Rosário.....	169
Figura 59 Data da empena conjunto Nova Caieiras.....	170
Figura 60 Detalhe da taipa de mão nas casas do conjunto próximo à estação, no bairro de Nova Caieiras	170
Figura 61 Renques de casas, já demolidas, no bairro da fábrica.....	170
Figura 62 Em Caieiras, casas de porta e janela, demolidas.....	170
Figura 63 Renque de casas na Rua dos Coqueiros demolidas depois do ano de 2004.....	170
Figura 64 Madeiramento do telhado nas casas do conjunto de Nova Caieiras	171
Figura 65 Detalhe das vigas, ripas e forro de tábuas das casas do conjunto de Nova Caieiras	171
Figura 66 Casa construída em barro, telhado de sapê, bairro do Barreiro, 1940, demolida...	172
Figura 67 Planta elaborada pela autora a partir de croqui feito por Antonio Eusébio. Casas enfileiradas com três cômodos, Vila Foresto, construídos no final da década de 1940. Grupo com 6 casas. Nota-se a diferenciação pelo alpendre das casas das extremidades. Legenda: A=alpendre, S=sala, C=cozinha, D=dormitório, T=tanque, B=banheiro. Casas em cinza apenas para facilitar a visualização das unidades.Casas demolidas.....	173
Figura 68 Planta elaborada pela autora a partir de croqui feito por Antonio Eusébio. Casas enfileiradas com quatro cômodos, Vila Foresto, construídos no final da década de 1940. Grupo com 6 casas. Nota-se a diferenciação pelo alpendre das casas das extremidades. Legenda: A=alpendre, S=sala, C=cozinha, D=dormitório, T=tanque, B=banheiro. Casas em cinza apenas para facilitar a visualização das unidades.Casas demolidas.....	173
Figura 69 Ficha da casa E48 ou E49. Casa no bairro da Calcárea ocupada pela família de Afonso Alves da Silva A correção do nome parece ser a atualização dos ocupantes. A casa de pau-a-pique tinha dois quartos (ou 1 quarto e uma sala), 1 cozinha com fogão simples, porta simples, soalho de tijolo em todos os ambientes. Janelas de escuro feitas de tábuas.....	174
Figura 70 Ficha da casa C232. Casa do bairro da Chic, pertencente à fábrica, ocupada pela família de Matias Rodrigues Gil. A correção do nome parece ser a atualização dos	

ocupantes. A casa de tijolo construída em 1938 tinha dois quartos com forro de estuque, porta simples janela guilhotina e escuro feito em tábuas, soalho de cimento; sala com as mesmas descrições do quarto; cozinha com fogão classificado como econômico, forro de estuque e ripa, pia sem água, soalho cimentado; l.w.c. contendo 1 chuveiro, soalho cimentado, forro de estuque, bacia com tampa, caixa d'água; corredor com soalho e forro de madeira; terraço com soalho e forro de estuque; porão com soalho de tijolo e forro de madeira.	175
Figura 71 Planta casa para operários geminadas duas-a-duas, construída em 1938 (atual Rodovia Tancredo Neves).....	176
Figura 72 Planta casa para operários geminadas duas-a-duas, construída no bairro do Charco Fundo, feito a partir de croqui de Sirlei Bertolini Soares, filha de ex-moradores do núcleo	176
Figura 73: Vista da casa para operários geminadas duas-a-duas, atual Rodovia Tancredo Neves.....	177
Figura 74 Casas geminadas construídas em 1933, na Vila Chic. Casas Existentes.....	177
Figura 75 Casas do Barreiro, construída em 1940.....	177
Figura 76 Casa construída na década de 1940 em grupo de quatro unidades. Extremidades com casas maiores. Casas existentes.....	177
Figura 77 Planta de casas duas-a-duas elaborado pela autora a partir da publicação A Obra Social da Companhia Melhoramentos – Transcrições do Sr. Luis Carlos Mancini, 1940. Fachada elaborada à partir de levantamentos da autora.....	178
Figura 78 A casa que tinha sido ocupada pelo coronel Rodovalho, década de 1920	180
Figura 79 Vista da residência da família Bellen. À direita, ao fundo, vê-se o Pico do Jaraguá	182
Figura 80 Casa de ocupada por chefia no barro do Sobradinho. A casa ainda existe é hoje é utilizada como centro de treinamento para os funcionários.....	182
Figura 81 Casa ocupada por chefia, demolida	182
Figura 82 Casa ocupada pela diretoria técnica.....	182
Figura 83 No alto, à esquerda da chaminé, as já demolidas casas geminadas utilizadas pela chefia com varandas no fundo, 1926	183
Figura 84 Casa de hóspedes, próxima à estação. Foi moradia de médicos da Companhia e ainda está preservada.	183
Figura 85 Casas geminadas existentes construídas em 1946 com “apartamentos para solteiros” entre duas casas para famílias.....	184

Figura 86 Vestígios da casa ocupada pela família Eusébio: caixas d' águas	186
Figura 87 A família Zovaro no apiário montado na Companhia Melhoramentos, década de 1920	190
Figura 88 Acomodação das caixas de abelhas para exportação	191
Figura 89 Os jardins floridos das casas da Companhia Melhoramentos	192
Figura 90 Parada da São Paulo Railway, em 1883	196
Figura 91 Primeira Estação Juquery	196
Figura 92 Projeto tipo para estações de 3ª classe	197
Figura 93 Estação de Caieiras, 1922, tipo 3ª classe. Ao fundo, à esquerda, a passarela metálica. À direita o casarão que alguns moradores de Caieiras afirmam ter sido a residência de Bertha e Walther Weiszflog, demolida na década de 1960	198
Figura 94 Detalhe dos pináculos e lambrequins atuais	199
Figura 95 Detalhe do Bebedouro	199
Figura 96 Padrão de passarela utilizada para fazer a travessia da linha férrea	199
Figura 97 Passarela metálica de Caieiras	200
Figura 98 Passarela metálica em Caieiras com duas escadas de acesso	200
Figura 99 Passarela metálica projetada para o pátio das oficinas da Lapa, 1928	200
Figura 100 Estação Ferroviária. Observa-se a	201
Figura 101 Estação Ferroviária. Nota-se o telhado	201
Figura 102 Estação Ferroviária, por volta de 1950, durante a construção da subestação elétrica.	202
Figura 103 Estação Ferroviária por volta de 1980. Passarela com escada única na plataforma sentido Jundiaí	202
Figura 104 Consoles e capitéis das colunas de ferro fundido	202
Figura 105 Estação Ferroviária de Caieiras, década de 1980	202
Figura 106 Estação ferroviária. Ao fundo, as casas do Barreiro	202
Figura 107 Estação Ferroviária durante demolição	202
Figura 108 Fachada do edifício administrativo do Hospital do	205
Figura 109 Vista dos fornos do Monjolinho, 1901	207
Figura 110 Forno projetado por Ramos de Azevedo	207
Figura 111 Levantamento gráfico dos fornos de cal existentes no Monjolinho	209
Figura 112 Vista lateral do forno de barranco	210
Figura 113 Forno de barranco apoiado na encosta, em Caieiras	210
Figura 114 Passarela de acesso para carregamento do Forno 6	211

Figura 115 Vista do forno 1	211
Figura 116 Vista do Forno 2	211
Figura 117 Vista do Forno 6	211
Figura 118 Forno 1. Passarela para carregamento	212
Figura 119 Forno 2. Passarela para carregamento	212
Figura 120 Vista do Macalé	214
Figura 121 Vista interna do Macalé	214
Figura 122 Detalhe dos tijolos.	214
Figura 123 Detalhe da alvenaria do Macalé	214
Figura 124 Porta em ferro fundido para acesso à remoção das cinzas	214
Figura 125 Porta em ferro fundido para remoção da cal	214
Figura 126 Esquema da estrutura do assoalho	214
Figura 127 Pavimento térreo	214
Figura 128 Arcos de abertura de acesso	215
Figura 129 Vão de abertura para ventilação do 1º pavimento Fonte: JERONYMO (2006)..	215
Figura 130 Peitoril da	215
Figura 131 Escada de acesso	215
Figura 132 Alçapão de limpeza;	216
Figura 133 Portas circulares em ferro fundido	216
Figura 134 Detalhe da porta circular	216
Figura 135 Alterações nos vãos das portas.	216
Figura 136 Travamento da estrutura	216
Figura 137 Janela de inspeção próxima ao	216
Figura 138 Bandas metálicas de tensão	217
Figura 139 Vista do piso do 2º pavimento e estrutura	217
Figura 140 Vestígios de fixação de escada para acesso do pavimento superior	217
Figura 141 Ao centro o Macalé. À esquerda, um dos fornos demolidos e o outro	218
Figura 142 Bandeira de Caieiras	218
Figura 143 Brasão de Caieiras	218
Figura 144 À direita o bairro do Monjolinho, já demolido. Abaixo, próximo ao lago, o edifício do armazém do Monjolinho	219
Figura 145 Fornos de cal em desuso	219
Figura 146 Edifício do armazém, final do século XIX	220
Figura 147 Chegada da linha férrea interna em frente ao armazém	220

Figura 148 Edifício anexo ao armazém, onde funcionou também, durante algum tempo, o departamento de vigilância e grupo de escoteiros	222
Figura 149 Edifício do armazém	222
Figura 150 Detalhes do edifício do armazém: A. aplique com cabeça de leão; B. frontão; C. porta do pavimento térreo; D. janela pavimento superior	222
Figura 151 À direita, edifício do armazém e edifício do Grupo Escolar de Caieiras que abrigou parte do Grupo Escolar Otto Weiszflog, em 1930. À esquerda, grupo escolar Otto Weiszflog e a rampa de acesso à plataforma da estação ferroviária	224
Figura 152 À esquerda e ao fundo, Grupo escolar Otto Weiszflog. À frente, à esquerda, plataforma da estação	224
Figura 153 Armazém e edifício que abrigava parte do Grupo escolar Otto Weiszflog	224
Figura 154 Vista do edifício onde funcionou o Grupo Escolar de Caieiras e parte do Grupo Escolar Otto Weiszflog, 1930.....	224
Figura 155 Grupo Escolar Otto Weiszflog. No pavimento térreo funcionavam alguns serviços como barbearia e sapataria	224
Figura 156 Vista lateral e posterior do Grupo Escolar Otto Weiszflog.....	225
Figura 157 Vista da fachada do Grupo Escolar OttoWeiszflog voltada para a estação ferroviária	225
Figura 158 Lateral do Grupo Escolar Otto Weiszflog.....	225
Figura 159 Lateral do Grupo Escolar Otto Weiszflog.....	225
Figura 160 Grupo Escolar do Bairro da Fábrica.....	226
Figura 161 Escolar Alfried Weiszflog, durante a década de 1940	227
Figura 162 Vista do Grupo Escolar Alfried Weiszflog.....	227
Figura 163 Construção edificada junto ao edifício principal	228
Figura 164 Edifício de apoio	228
Figura 165 Detalhe da entrada principal.....	228
Figura 166 Vista do Grupo Escolar Alfried Weiszflog.....	228
Figura 167 Primeiro edifício do Cine Cayeirense	229
Figura 168 Enchente na rua do cinema, década de 1940. Notamos a inexistência do primeiro edifício do conjunto e das palmeiras imperiais.....	230
Figura 169 Cine Cayeirense	230
Figura 170 Carreata da emancipação, por volta de 1958. Observamos as duas edificações ao lado do cinema e os jardins das casas operárias em primeiro plano.....	230

Figura 171 Excursões das famílias. Ao fundo, o cinema e edifícios vizinhos. Em primeiro plano os jardins das casas operárias.....	230
Figura 172 Os edifícios adjacentes ao cinema em processo de demolição.....	230
Figura 173 Festa de encerramento do ano letivo em Caieiras, 1940. À esquerda, casa de chefia, cinema, casas operárias. Ao fundo as garagens das máquinas que faziam o transporte dos operários. À direita, a curva do Rio Juqueri.....	231
Figura 174 Clube Recreativo Melhoramentos, por volta de 1940	233
Figura 175 Arquibancada do CRM.....	234
Figura 176 O edifício do novo CRM em demolição.....	234
Figura 177 Separação dos tijolos da demolição do CRM.....	234
Figura 178 Emblema do CRM	235
Figura 179 Emblema do CRM	235
Figura 180 Vista lateral direita da Igreja do Rosário	236
Figura 181 Anexo lateral, antes da modificação Rosário	236
Figura 182 Data do anexo.	236
Figura 183 Vista do campanário.	237
Figura 184 Vista frontal com portal destacado do corpo principal.....	237
Figura 185 Ornamentação do campanário	238
Figura 186 O Cruzeiro na área externa	238
Figura 187 A Estrutura semelhante aos contrafortes	238
Figura 188 A recém construída oficina mecânica de Caieiras.....	239
Figura 189 Fachada posterior da Oficina paralela à linha férrea	240
Figura 190 Vista interna da oficina.....	240
Figura 191 Fachada vista pelo interior da fábrica.....	240
Figura 192 Detalhe da inscrição da data.	241
Figura 193 Edifícios do entorno. Em primeiro plano o galpão datado de 1935	241
Figura 194: Galpões posteriores. Este preservou escada de acesso	242
Figura 195 Galpões com novas estruturas finalizados em 1957.....	242
Figura 196 Capela São José	245
Figura 197 Detalhe da janela lateral	247
Figura 198 Detalhe da portada.....	247
Figura 199 Lateral esquerda da capela.....	247
Figura 200 Lateral direita da capela.....	247

Figura 201 Descarregamento do material importado na Ponte Seca entre os anos de 1888 e 1889.	248
Figura 202 Trabalhadores e materiais que chegavam à fábrica pelo transporte fluvial	248
Figura 203 Construção da barragem entre os anos de 1888 e 1889	249
Figura 204 A fábrica de papel movida pela energia hidráulica da represa do Rio Juqueri, 1890	249
Figura 205 A fábrica por volta de 1906.....	249
Figura 206 Vista dos edifícios da fábrica antes do início da demolição para construção do novo edifício, entre os anos 1938 e 1939	250
Figura 207 Demolição de parte do antigo edifício da fábrica, anos 1938 e 1939	250
Figura 208 Início da obra do novo edifício, 1938-1939	250
Figura 209 O novo edifício da fábrica construído entre os anos de 1938-1939.....	250
Figura 210 Vista geral da nova fábrica, 1939.....	250
Figura 211 Vista do bairro da fábrica, década de 1960	251
Figura 212 Edifício do armazém da fábrica	251
Figura 213 Obras do viaduto. A) edifício do armazém às margens da	279
Figura 214 Em primeiro plano as obras do viaduto. A) Armazém. B) Estação ferroviária ...	280

SUMÁRIO

Introdução.....	29
1 História da Companhia.....	39
1.1 Caieiras e a Companhia Melhoramentos	39
1.2 Antonio Proost Rodovalho: as ações do fundador	41
1.3 Da fazenda à consolidação da Companhia Melhoramentos	46
1.4 A incorporação à Weiszflog Irmãos.....	53
2 Organização Social e Espacial de Caieiras.....	63
2.1 A organização das vilas	63
2.1.1 1877-1920: primeiras ocupações.....	63
2.1.2 1930-1960: surgimento das novas vilas.....	71
2.1.3 1960-2010: loteamentos e desmonte.....	85
2.2 O povoamento das vilas.....	95
2.2.1 Crescimento da população.....	95
2.2.2 Famílias imigrantes.....	99
2.3 O trabalho na Companhia	112
2.3.1 O trabalho masculino	117
2.3.2 Mulheres e crianças.....	123
2.3.3 Greves.....	131
2.4 A formação e educação do trabalhador: a participação da igreja e da escola	135
2.5 Bem estar físico e mental: as comemorações, cultura, saúde e utilização das horas livres ...	142
2.6 A localização estratégica: isolamento e proximidade com a capital.....	150
2.7 A região do Juqueri	154
3 Habitação e Arquitetura	163
3.1 Moradia em Caieiras	163
3.1.1 As casas operárias até a década de 1920	165
3.1.2 Modernização da moradia nas décadas de 1930 e 1940	171
3.1.3 Moradia para chefes.....	179
3.1.4 Habitação dos solteiros	183
3.1.5 Instalações sanitárias	185
3.1.6 Áreas livres, quintais e porões	187
3.1.7 O princípio da não gratuidade	192
3.2 Arquitetura.....	195

3.2.1 Arquitetura ferroviária	195
3.2.2 Arquitetura da era industrial	203
3.2.3 Neoclassicismo e Ecletismo.....	204
3.2.3.1 Os fornos de cal.....	206
3.2.3.2 Armazém e escolas.....	219
3.2.3.3 Cinemas e clubes.....	228
3.2.3.4 Igreja do Rosário	235
3.2.3.5 Oficina mecânica.....	238
3.2.4 O Neocolonial: Capela São José.....	242
3.2.5 A nova Fábrica de Papel: da linguagem clássica ao modernismo	247
4 Caieiras e a preservação dos edifícios remanescentes	255
4.1 Considerações sobre a preservação e atribuição de valores.....	255
4.2 IPHAN e CONDEPHAAT	256
4.3 Algumas considerações sobre o Patrimônio Industrial	260
4.4 Caieiras como representação do Patrimônio Industrial.....	266
4.5 A lei de proteção, manutenção e a demolição dos edifícios	269
4.6 Dinâmica urbana e patrimônio.....	275
Considerações Finais	283
Referências.....	289
Apêndices	301
Anexos	305

Introdução

A partir da segunda metade do século XIX intensificou-se, no Brasil, a construção de moradias para operários, promovida por empresas privadas e, posteriormente, estatais. A criação de vilas operárias em centros urbanos e de núcleos fabris em localidades rurais foi uma prática que se difundiu amplamente no país até o final do século XX. Este padrão de gestão operária suscitou a formação de um cotidiano bastante peculiar nestes espaços que eram organizados de forma intrinsecamente ligada à produção industrial das unidades fabris.

Esta dissertação trata da emergência do núcleo fabril constituído pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, em Caieiras (SP), no final do século XIX, sua ascensão e declínio e também de questões que abordam a importância de preservar o legado cultural formado pelos seus remanescentes. A implantação deste núcleo impulsionou o desenvolvimento da região e culminou, posteriormente, na criação e desenvolvimento da cidade de Caieiras. O período estudado compreende do final do século XIX até a primeira década do século XXI. Assim, estabelecemos uma periodização fundamentada na trajetória administrativa da Companhia Melhoramentos, nas primeiras ações em defesa do patrimônio cultural de Caieiras e nas recentes intervenções que alteram a sua paisagem urbana:

- 1877-1920 – período que compreende o início das atividades industriais em Caieiras, após a construção dos dois fornos de barranco na fazenda do coronel Rodovalho, conhecida por Fazenda Industrial Cayeiras. A fazenda foi transformada, posteriormente, em Companhia Melhoramentos de São Paulo, quando já produzia além da cal, papéis e também produtos cerâmicos que eram ofertados ao mercado paulistano. Neste período, a estrutura de grandes proporções do núcleo fabril construído ao redor das fábricas para fixação dos funcionários no local já despontava com significativos números de edificações tanto residenciais quanto de uso coletivo.

- 1920-1960 - fase que marca a incorporação da Companhia à empresa Weiszflog Irmãos, que já atuava no ramo das artes gráficas em São Paulo. Período de expansão e renovação da estrutura anteriormente estabelecida. Momento de implantação de grande parte de vilas residenciais, que emergiam entre as antigas edificações

obedecendo a modelos padronizados de moradias. Destacamos neste período a emancipação de Caieiras como município, em 1958.

- 1960-2010 – nesta conjuntura se inicia o incentivo à saída dos moradores das vilas do núcleo fabril e intensifica-se o povoamento fora das áreas de propriedade da Companhia. É marcado pela consolidação de empresas ligadas à Companhia Melhoramentos que são voltadas às atividades urbanizadoras. É notória, neste período, a intensificação do processo de desmonte durante a década de 1980, concomitantemente à formação de novos loteamentos, por meio de empresas urbanizadoras ligadas à Companhia, em áreas fora dos domínios fabris. Essas ações geraram, durante a década de 1990, as primeiras iniciativas, ainda que frágeis, em defesa do patrimônio remanescente.

Esta forma de apreensão do objeto de pesquisa nos auxiliou no mapeamento do arcabouço edificado pela Companhia Melhoramentos, desde a formação da Fazenda Industrial Cayeiras até as recentes intervenções que modificam o cenário composto pelos edifícios remanescentes formadores do patrimônio cultural da cidade.

A Companhia configura-se um entre outros casos de núcleos fabris emergidos no Brasil a partir da segunda metade do século XIX que seguiam um padrão de gestão operária onde os modelos adotados empenhavam-se em subsidiar o trabalhador na pluralidade de suas necessidades, garantindo o controle quase que absoluto dos espaços por ela geridos. A estrutura engendrada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo não se caracterizou apenas pelas instalações fabris e moradias operárias, mas também por uma estrutura urbana de dimensões grandiosas totalmente ligadas ao ritmo de sua produção industrial, que era pautada, fundamentalmente, na fabricação da cal, produtos cerâmicos e papéis. O papel e seus derivados tornaram-se, posteriormente, os principais produtos fabricados pela empresa, tornando-a indústria de grande porte, visibilidade, destaque nacional e internacional. Esta indústria gerou a sua volta uma urbe movimentada pelos funcionários da empresa que se fixaram nas vilas residenciais ao redor de suas fábricas.

Pretendemos, nesta esta pesquisa, fazer uma análise deste núcleo fabril e mostrar como a cidade se estruturou, inicialmente, ao redor das fábricas da Companhia Melhoramentos, em mais de trinta vilas residenciais, dotadas de infraestrutura urbana que abarcava diversos equipamentos coletivos, como armazéns, escolas, igrejas, clubes recreativos e transporte, todos estrategicamente distribuídos entre as vilas e posteriormente, como o centro urbano foi transferido para as áreas externas à empresa.

Para o desenvolvimento deste trabalho, nos pautamos na bibliografia sobre a concepção de moradias por empresas para seus funcionários, das quais consideramos

relevantes os trabalhos dos arquitetos Phillip Gunn e Telma de Barros Correia, da socióloga Eva Blay, da historiadora Palmira Petratti Teixeira¹. Os autores tratam de questões históricas e sociais vinculadas à constituição e modificação destes espaços. Além desta abordagem, os trabalhos de Gunn e Correia pronunciam uma articulação urbana e arquitetônica da formação destes assentamentos. Blay versa, especificamente, sobre a criação de moradias para operários em vilas constituídas em São Paulo e Teixeira analisa as ações de Jorge Street durante o contexto de criação da Vila Maria Zélia, em São Paulo. Outros arquitetos também se debruçaram em análises sobre a questão da moradia operária promovida por empresas no estado de São Paulo, entre os quais citamos os trabalhos de Carla Milano Benclowicz, de Mary Helle Moda Balleiras e de Geórgia C. C. da Costa².

A preocupação em preservar conjuntos e sítios arqueológicos relativos às atividades industriais tem crescido nas últimas décadas e assim, é crescente também a difusão dos estudos acerca da preservação destas instalações. No Brasil, entre os historiadores que se voltam para o entendimento, discussão e difusão destes assuntos destacamos os pioneiros trabalhos desenvolvidos durante a década de 1970 e 1980 por Warren Dean, sobre a fábrica de tecidos São Luiz, em Itu, e Ulpiano Bezerra de Meneses, que discorre sobre questões metodológicas, incluindo usos/funções dos espaços fabris e suas relações com a dinâmica

¹ CORREIA, Telma de Barros & GUNN, Philip. O mundo fabril penetra na cidade. In: CAMPOS, Cândido Malta; GAMA, Lúcia H.; SACCHETA, Vladimir. **São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais**. São Paulo, SENAC, 2004. pp. 82-89. CORREIA, Telma de Barros & GUNN, Philip. Ascensão e declínio de um modo de morar: vilas operárias e núcleos fabris no estado de São Paulo. **Desígnio**. V 6, 2006, pp. 143-164. CORREIA, Telma de Barros & GUNN, Philip. A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos fabris. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, V 7, N1, maio de 2005. PP. 17-53. CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998. – (Série Ofício de arte e forma). CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno**. São Carlos: Rima, 2004; CORREIA, Telma de Barros. A indústria e o habitat operário no Brasil. In: Panet, Amélia (org). **Estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002; CORREIA, Telma de Barros. Núcleo Fabril x Cidade Livre: os projetos urbanos da Klabin do Paraná. **Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Campinas, 1998; CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo, N4, maio de 2001. pp. 83-98; CORREIA, Telma de Barros. Núcleos fabris e de mineração no Brasil: As experiências pioneiras. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, n. 3, p. 15-42, 2006; CORREIA, Telma de Barros. A indústria moderna no cenário clássico. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, n. 8, p. 69-101, 2008; CORREIA, Telma de Barros. Art déco e Indústria, Brasil décadas de 1930 e 1940. **Anais do Museu Paulista**, V. 16, N.2, jul-dez 2008, PP. 47-104; BLAY, Eva A. Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel, 1985, TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A fábrica do sonho: trajetórias do industrial Jorge Street**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

² BENCLOWICZ, Carla Milano. **Prelúdio Modernista, Construindo a Habitação Operária em São Paulo**. São Paulo, USP, 1989. Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; BALLEIRAS, Mary Helle Moda. **Indústria e Habitação, Arquitetura fabril no interior de São Paulo**. São Carlos, EESC-USP, 2002. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; COSTA, Geórgia Carolina Capristano da. Batatuba, Brasil – uma “cidade serial”. In: **Anais do Oitavo Seminário DOCOMOMO Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

sócio-econômica brasileira³. Entre os arquitetos que se dedicam ao estudo da importância histórica, preservação e restauro destes conjuntos damos ênfase aos trabalhos de Beatriz Mugayar Kühl, que versam amplamente sobre o entendimento destas questões e os cuidados necessários para intervenções criteriosas nos conjuntos industriais sem que se hajam perdas significativas de seus elementos⁴.

Entre os estudos que focam o desenvolvimento do núcleo fabril da Companhia Melhoramentos, destacamos o trabalho do historiador Hernani Donato, que subsidiou um considerável número de pesquisas posteriores sobre o tema; do advogado Marcílio Dias, do professor Marcelo Vagner Bruggemann e da jornalista Celina de Jorge Graziano Peres⁵. Estes trabalhos abordam o assunto sob óticas diversas e muitas vezes a partir da própria experiência vivida dentro do núcleo. À exceção do trabalho de Bruggemann, as posturas destes autores enaltecem o caráter filantrópico e abordam a criação do núcleo como fruto da generosidade dos industriais para com seus funcionários. Bruggemann, que procura adotar uma postura mais crítica em relação à formação do núcleo, analisa a construção do espaço de Caieiras a partir do ponto de vista geográfico e urbano. Damos ênfase à publicação feita a partir das transcrições das impressões de Luis Carlos Mancini⁶, para a Revista Serviço Social, publicada pela Companhia em 1940 e à obra sobre a evolução da Grande São Paulo elaborada pelo Professor Juergen Richard Langenbuch⁷ que foram de grande relevância para nossa pesquisa.

Em termos metodológicos procuramos, sempre que possível, fazer análises comparativas do núcleo objeto de nossa pesquisa com experiências diversas e tentar balizar os pontos que foram comuns a estes tipos de assentamentos e as questões que foram específicas do núcleo de Caieiras. Buscamos no material fruto das entrevistas realizadas

³ DEAN, Warren. A fábrica São Luiz de Itu: um estudo de Arqueologia Industrial. In: Anais de História, 1976, Assis, SP: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, ano VIII, 1976, p.9-25; MENESES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio Industrial e Política Cultural. In: Anais do I Seminário Nacional de História e Energia, 1986, p. 68-73.

⁴ KÜHL, Beatriz Mugayar. Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexos sobre sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da cultura, 1998; KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do Patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

⁵ DONATO, Hernâni. **100 Anos de Melhoramentos**. São Paulo: Melhoramentos, 1990; BRUGGEMANN, Marcelo Vagner. **Caieiras: A construção do espaço**. São Paulo: Parma, 2007; PERES, Celina Graziano Jorge de. **Cidade dos Pinheiros, a saga de uma brava gente**. São Paulo: Perfil Editora, 2008.

⁶ Luis Carlos Mancini (1917-2011). Assistente social e um dos fundadores do Instituto de Serviço Social criado em São Paulo em 1940. Primeiro presidente da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (disponível em <http://publique.rdc.puc-rio.br/jornaldapuc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2115&sid=29&tpl=printerview>. Acessado em 17-06-2011 às 16:41h).

⁷ LANGENBUCH, Juergen Richard. A Estruturação da Grande São Paulo. Estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

com os antigos moradores e trabalhadores da Companhia trazer à luz parte do cotidiano vivido pelos trabalhadores que foram arregimentados para o trabalho neste ambiente agroindustrial. As entrevistas foram elaboradas em dois momentos: o primeiro momento foi caracterizado por entrevistas informais, que ocorriam simultaneamente aos levantamentos de acervo fotográfico das famílias ex-moradoras do núcleo. O segundo momento foi direcionado para as questões sobre imigração, relações trabalhistas, aspectos da arquitetura doméstica, transferência dos moradores para as áreas externas à área fabril e alterações pelas quais o núcleo fabril passou. Optamos por transcrever os trechos das entrevistas sem fazer correções gramaticais que eventualmente coubessem no contexto.

Devido às dificuldades encontradas para acessar os arquivos da Companhia Melhoramentos, que segundo a assessoria jurídica da empresa foram danificados durante as enchentes ocorridas nas propriedades da empresa, e de se encontrar registros na Prefeitura sobre a implantação e desenvolvimento do núcleo, o material produzido nas entrevistas e nos levantamentos de campo se constituíram em ricas fontes de consulta.

É importante destacarmos a utilização do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde pudemos consultar os prontuários do DEOPS⁸, que foram fundamentais para o conhecimento do contexto em que se encontravam os proprietários alemães da empresa durante os anos da II Guerra Mundial e seus reflexos no cotidiano do núcleo de Caieiras. Neste sentido, é rica também a documentação existente no Instituto Martius-Staden, onde parte da literatura autobiográfica produzida pela gráfica da empresa pode ser encontrada⁹.

Assim, organizamos este trabalho em quatro capítulos destinados a abordar a trajetória da empresa, formação, auge e declínio do núcleo fabril por ela constituído, analisar as edificações e ações de preservação do patrimônio remanescente. O primeiro capítulo pretende explicitar ao leitor as relações entre a cidade de Caieiras e a Companhia Melhoramentos, dando ênfase às mudanças administrativas que englobaram assuntos referentes à produção, quadro de acionistas e proprietários da empresa. Desta forma, damos

⁸ Prontuário 96964 e 44311 – Companhia Melhoramentos; Prontuário 98023 – Alfredo Weiszflog; Prontuário 51149 – Frederico Guilherme Weiszflog; Prontuário 21264: Johannes Ehlert; Prontuário 22140 – Walter Weiszflog; Prontuário 51156- Christian Christensen Niels.

⁹ **COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO – INDÚSTRIA DE PAPEL 1890-1950.** São Paulo: Companhia Melhoramentos, s.d.; **COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO (Weiszflog Irmãos inc.) Fábrica de Papel – Editora – Oficinas Gráficas, Fundada em 1890.** São Paulo – Caieiras –Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s.d.; **O PROBLEMA DA MATÉRIA PRIMA DO PAPEL NO BRASIL. ESTUDOS E REALIZAÇÕES FEITOS EM CAIEIRAS PELA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO.** São Paulo: Companhia Melhoramentos, s.d.

destaque ao fundador da Companhia, o empreendedor Antonio Proost Rodovalho e à família Weiszflog que incorporou sua empresa já existente em São Paulo à Companhia.

O segundo capítulo pretende abordar questões sobre a localização e constituição do núcleo com suas características sobre o funcionamento, circulação, distribuição das vilas e equipamentos e a formação do cotidiano ali estabelecido. A análise do cotidiano deu maior ênfase às décadas de 1920 e 1960, período de auge e crescimento da Companhia. A documentação consultada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, assim como o material que resultou das entrevistas com os antigos trabalhadores e moradores das vilas acabam por contemplar, especialmente, este período. O material produzido com as entrevistas referencia o período estabelecido entre as décadas de 1940 e 1960 e, de forma mais superficial, as décadas de 1920 e 1930, devido à proximidade temporal entre os entrevistados, pois suas experiências e o conhecimento transmitido a eles pelas gerações anteriores – pais e avós – referem-se a este recorte temporal.

No intuito de trazer ao conhecimento do leitor as origens da população que se instalou na região procuramos investigar a participação da mão-de-obra estrangeira e nacional nas unidades produtivas da Companhia Melhoramentos. Devido à variedade de nacionalidades encontradas no núcleo de Caieiras, optamos por investigar as relações do núcleo com a imigração alemã, devido às origens da família Weiszflog e com a imigração italiana, predominante entre os operários. O trabalho versa sobre a formação, religiosidade, educação e rotina de lazer e trabalho de homens, mulheres e crianças. Para tanto, utilizamos de forma vasta os relatos dos ex-trabalhadores e ex-moradores que trazem detalhes sobre os fazeres deste contingente que transitava entre as atividades rurais e industriais e sobre as distrações e divertimentos que lhes eram oferecidos pela administração do núcleo.

No capítulo 3 trataremos da configuração arquitetônica do núcleo fabril de Caieiras trazendo à luz a gênese das soluções originais e as transformações sofridas ao longo de sua existência, identificando seus elementos e técnicas construtivas. Optamos por agrupar os edifícios estudados por estilos aos quais estão mais próximos: Neoclássico, Eclético, Neocolonial, Moderno e tratar separadamente a arquitetura doméstica, a partir da identificação das tipologias, técnicas e materiais utilizados, bem como das diferenças existentes entre os padrões hierárquicos de moradia e das formas de cobrança de aluguéis pelo uso do imóvel.

A nova dinâmica que a cidade apreendeu no início do século XXI será abordada no quarto capítulo sob três vertentes: a primeira, vinculada às melhorias de acesso à região,

promovidas, principalmente pela finalização do trecho Oeste do Rodoanel de São Paulo, tornando-a alvo de interesses imobiliários; a segunda que podemos, em partes, entender como consequência da primeira, está ligada à intensificação do processo de fragmentação do patrimônio fabril e territorial da Companhia, que colocou a região em posição de desenvolvimento potencial destinada a implantação e investimentos de grandes dimensões devido às extensas áreas livres disponibilizadas para comercialização. Neste contexto, formado por valorização e fragmentação de patrimônio, abordamos a terceira vertente dedicada à importância de preservar o legado cultural remanescente do núcleo fabril como ícones da memória urbanística, arquitetônica e paisagística da cidade.

Assim, ao considerarmos o núcleo de Caieiras, um importante colaborador para a compreensão do desenvolvimento do período de industrialização do país e suas construções remanescentes como significativos representantes do patrimônio industrial integrantes da história local no âmbito da arquitetura, da tecnologia, das relações sociais e da própria origem do município, além da representatividade que estas instalações têm perante a população, encontramos os argumentos que justificam a elaboração e desenvolvimento desta pesquisa.

Capítulo I

História da Companhia

1 História da companhia

1.1 Caieiras e a Companhia Melhoramentos

Caieiras compreende, atualmente, um dos 39 municípios que formam a Região Metropolitana de São Paulo¹⁰ e tem extensão de, aproximadamente, 96km². Entretanto, cerca de 50% da área territorial de Caieiras pertencem a Companhia Melhoramentos de São Paulo.

Figura 1 Mapa da região metropolitana de São Paulo

Fonte: Plano diretor de Caieiras (2006)

O surgimento de Caieiras está estritamente vinculado às atividades da Fazenda Industrial Cayeiras, de propriedade do Coronel Antonio Proost Rodovalho, ligadas à produção de insumos da construção civil, juntamente com a Companhia Cantareira de Esgotos. Ambas tiveram início no ano de 1877, favorecidas pela linha férrea da São Paulo Railway que atravessava a região e foram grandes atrativos para que diversos contingentes de trabalhadores comesçassem a se fixar nesta área. A vila produtora de cal, tijolos e telhas, após algumas experiências, passou a produzir papel, produto escasso na época e assim, começou a investir também neste setor, fundando no ano de 1890 a Companhia Melhoramentos de Papéis. A partir de então, Caieiras começou a se desenvolver e a se modificar tendo a Companhia Melhoramentos como seu principal provedor. A paisagem de Caieiras destacava-se, sobretudo, pela abundância de recursos naturais. Parte de sua

¹⁰Os limites de Caieiras foram fixados ao norte com o município de Franco da Rocha, ao leste com Mairiporã, ao sul com São Paulo (bairro de Perus) e a oeste com Cajamar.

vegetação original, formada por matas nativas, deu lugar às florestas de reflorestamento - necessárias como matéria prima para a produção de papéis - promovidas pela Companhia Melhoramentos.

Pode-se dizer que até a década de 1930 o desenvolvimento de Caieiras foi restrito às vilas do núcleo fabril constituído nos limites territoriais da Companhia. O núcleo chegou a abrigar, por volta de 1960, quase 10.000 pessoas. Com o início da ocupação das áreas externas à Companhia, novos bairros começaram a surgir dando continuidade ao crescimento territorial e demográfico da cidade fora da área da empresa, enquanto as antigas vilas construídas nas áreas internas começavam a desaparecer gradativamente. Na década de 1980 o desmonte das vilas internas foi intensificado, chegando quase à total demolição das casas e edifícios de uso coletivo. Neste período a Companhia Melhoramentos deu início a atividades imobiliárias promovendo novos loteamentos.

Após a emancipação de Caieiras, o recém constituído município contava com recursos financeiros para aplicação em melhorias urbanas e a região começou atrair novos empreendimentos industriais. O crescimento industrial da cidade foi intensificado a partir da década de 1970 com a transferência de indústrias paulistanas seduzidas pelas vantagens fiscais e pela localização favorável (próxima da capital e com fácil acesso para o interior) oferecida para os empresários que começavam a se instalar nas proximidades da antiga Estrada Velha de Campinas (BRUGGEMANN, 2007).

Paralelo ao crescimento industrial, o crescimento da população foi ininterrupto, contabilizando, em 2009 cerca de 90.000 habitantes estimados pelo IBGE. Esta população se distribui em bairros e vilas constituídos fora dos limites da Companhia¹¹. Este crescimento teve grande intensificação entre as décadas de 1990 e 2007 quando o censo do IBGE apontava um “salto” de 39069 para 81163 habitantes. Parte deste crescimento pode ser atribuído às melhorias de acesso à região, promovidas pela inauguração do trecho oeste do Rodoanel de São Paulo que ocorreu neste período e contribuiu para uma nova

¹¹ As atuais vilas e bairros que formam a cidade de Caieiras são externos à área da Companhia. Considera-se a Melhoramentos com um dos bairros que formam o município. Ver Bruggemann (2007) para as características gerais de cada vila e bairro. Os loteamentos existentes cadastrados na Prefeitura são: Alpes de Caieiras, Calcárea, Centro, Chácara Paraíso da Serra, Cresciúma, Desmembramento Alceu Rabello, Fazenda Cantareira, Jardim San Diego, Jardim Adelfiori, Jardim Boa Vista, Jardim dos Eucaliptos, Jardim Esperança, Jardim Helena, Jardim Marcelino, Jardim Maria Luiza, Jardim Monte Alegre, Jardim Nova Era, Jardim Novos Rumos, Jardim Regina, Jardim São Francisco, Jardim Santo Antonio, Jardim Vera Tereza, Jardim Virgínia, Jardim Vitória, Jardim Planalto, Jardim São Simão, Laranjeiras, Morro Grande, Nova Caieiras I, II, III, IV, Nova Baviera, Portal das Laranjeiras, Parque das Esmeraldas, Parque Deniolli, Parque do Alto, Parque Industrial Araucária, Parque Santo Inês, Ninho Verde, Nova Baviera, Parque São Rafael, Parque Suíça, Residencial Val Verde, Santa Edwiges, Sítio Aparecida, Vila dos Pinheiros, Vila Miraval, Vila Nova Pinheiros, Vila Ajoá, Vila Angélica, Vila Gerturdes, Vila Industrial, Vila Maria, Vila Rosina, Vila São Gonçalo, Vila São João, Vila São Miguel, Vila São Simão.

valorização da cidade. O crescimento populacional tende a continuar aumentando com os novos projetos imobiliários que têm surgido como propostas à ocupação das áreas da Companhia Melhoramentos. A venda de uma grande área da Companhia para uma construtora e as novas diretrizes estabelecidas pelo plano diretor trouxeram incertezas para o futuro do município.

1.2 Antonio Proost Rodovalho: as ações do fundador

O coronel Antonio Proost Rodovalho¹² teve grande participação nas atividades empresariais e políticas de algumas cidades do estado de São Paulo, especialmente em Caieiras. Paulistano, nascido em 27 de janeiro de 1838, desde a infância esteve envolvido com as atividades comerciais. Seu pai, Antonio Joaquim Tavares Rodovalho era proprietário de um armazém de comissão de gêneros do país e do exterior sediado no mesmo endereço domiciliar da família e sua mãe, Henriqueta Proost Rodovalho, descendia de uma tradicional família santista ligada às atividades comissárias.

Aos 12 anos de idade Antonio Proost Rodovalho começou a trabalhar no comércio e aos 25 anos já era proprietário de seu próprio estabelecimento localizado na capital com filiais nas cidades de Santos e Campinas. Suas atividades estavam ligadas à comercialização, por atacado, de açúcar, café e sal, além das operações por comissões, consignações, importações e exportações. Era também acionista das firmas pertencentes a seus irmãos Joaquim Proost Rodovalho, na cidade de São Paulo e João Proost Rodovalho, em Campinas e no almanaque da província de São Paulo, no ano de 1878, aparece como capitalista e proprietário (VICENTINI, 2007).

Em sua pesquisa sobre a trajetória de Rodovalho, Vicentini (2007) aponta as várias referências ao sobrenome Proost nos almanaques da Província de São Paulo para a década de 1880, como a casa de importação Proost de Souza & Cia, em Santos e uma casa de comissão de café em Campinas pertencente à “Viúva Proost de Souza”. A casa era de propriedade de José Proost de Souza, vereador e representante do Banco do Brasil na cidade de Santos. A família ocupou cargos também em bancos. José Proost de Souza atuou no Banco do Brasil, em Santos, mesmo banco no qual Antonio Proost Rodovalho atuou como gerente tesoureiro na cidade de São Paulo. Antonio Affonso Proost de Souza foi subgerente do Banco Comercial, em Santos, onde Antonio Proost Rodovalho ocupou a presidência, na capital.

¹² Após o apoio ao Exército na Guerra do Paraguai (1865-1870), Rodovalho recebeu o título de coronel (Donato, 1990).

Vicentini (2007) aponta a primeira fase empreendedora do Coronel Rodovalho a partir da década de 1860. Entre estas ações, está a aquisição dos direitos de fornecimento de energia para iluminação e ruas de São Paulo. Diante do empenho do governo provincial e da Câmara Municipal em promover melhorias para a cidade e da falta de recursos financeiros para instalação dos equipamentos necessários para o desenvolvimento urbano de São Paulo tanto da parte do governo quanto dos particulares, Rodovalho viajou para a Inglaterra, que naquele período era exportadora de capitais e tecnologias, e conseguiu atrair o interesse de alguns investidores, que formaram a San Paulo Gas Company Limited, com sede em Londres, da qual detinha um quarto das ações. O bem sucedido investimento deteve o monopólio da iluminação pública a gás para a capital paulista até o final do século XIX, quando foi substituída pela energia elétrica.

Durante a década de 1870, Rodovalho participou da fundação de três das principais companhias de estrada de ferro do estado de São Paulo e com outros investidores¹³, fundou a Companhia Ituana de Estrada de Ferro, da qual foi diretor na década seguinte. O trecho inicial desta estrada ligava a cidade de Jundiaí à Itu. Posteriormente a linha foi estendida servindo Itaici, Capivari e Piracicaba. Após a inauguração do trecho completo, em 1879, houve um prolongamento até São Pedro e em 1888 a última estação foi inaugurada em São Manoel.

Em 1872, também em sociedade com outros investidores¹⁴, Rodovalho fundou a Cia. São Paulo e Rio de Janeiro, que passava pelas cidades do Vale do Paraíba: Mogi das Cruzes, Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá até chegar à cidade de Cachoeira. Os trabalhos para conclusão desta estrada ocorreram em 1877 e, na década de 1880, Rodovalho ocupou a diretoria desta empresa. Ele também estava entre os sócios organizadores¹⁵ da Cia. Bragantina em 1877. O objetivo era construir a estrada de ferro da atual cidade de Campo Limpo, passando por Atibaia até chegar a Bragança Paulista. A conclusão destas obras ocorreu em 1884 e para as três companhias foram concedidos privilégios como os de noventa anos para exploração dos serviços.

¹³ O engenheiro responsável pela construção da ferrovia José Elias Pacheco Jordão, Antonio de Queiroz Telles e Antonio Paes de Barros estavam entre os fundadores da Cia. Ituana (VICENTINI, 2007).

¹⁴ Eram eles: Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, Clemente Falcão de Souza Filho, Joaquim Egídio de Souza Aranha e membros da família Prado compunham o quadro de fundadores da Cia. São Paulo e Rio de Janeiro (VICENTINI, 2007).

¹⁵ Entre os organizadores da Cia. Bragantina estavam Luis de Oliveira Lins de Vasconcelos, Clemente Falcão de Souza Filho, Bernardo Avelino Gavião Peixoto e membros da família Dias da Silva (VICENTINI, 2007).

Donato (1990) aponta o ano de 1877 para a construção de dois fornos de barranco para produção de cal na fazenda de Rodovalho. Nesta fazenda, localizada às margens do prolongamento da São Paulo Railway para Jundiaí e às margens do Rio Juqueri, foi constatado a presença de minerais ricos em carbonato de cálcio. A fazenda foi adquirida na década de 1860, provavelmente com o conhecimento do parecer elaborado em 1863 pelo engenheiro Brunless¹⁶ que considerava o manancial localizado nesta área como o mais indicado para o abastecimento da cidade de São Paulo, já que o pai de Rodovalho pertencia à Câmara Municipal (BRUNO, 1984, v.II). Nesta mesma época, o Coronel Rodovalho juntamente com Benedito Antonio da Silva¹⁷ e Daniel Makinson Fox¹⁸ fundaram a Companhia Cantareira de Esgotos visando à extração dos recursos naturais do manancial próximo à região da fazenda para prestação de serviços de higienização na Capital. O desenvolvimento da Companhia Cantareira de Esgotos e a extensão de fabricação dos produtos como cal, manilhas, ladrilhos, guias, sarjetas e posteriormente tijolos e telhas, atraíram diversos trabalhadores para o local. Para acomodação deste contingente foram construídas originalmente, 180 residências no local, constituindo-se um dos primeiros núcleos habitacionais organizados para trabalhadores livres do Brasil (DONATO, 1990). O recrutamento dos imigrantes para o trabalho na fazenda de Rodovalho era facilitado pelo serviço da própria empresa de imigração que ele possuía na cidade de Santos (MAGALHÃES, 2002). E para suprir a necessidade de escoamento da produção, Rodovalho e seus sócios ingleses da Cantareira conseguiram a criação de uma parada de trens da São Paulo Railway na região, criando assim, em 1883, a Estação Ferroviária de Caieyras, cujo nome era uma referência aos fornos de cal (DONATO, 1990).

Atento às novas necessidades do mercado que apontava a falta de papel e também a iminente diminuição da demanda da produção de derivados da cal que eram ofertados ao município de São Paulo, Rodovalho deu início a um novo projeto: o aprimoramento de substâncias experimentais para o fabrico de papel. Com isto, iniciava-se, em 1887, o projeto para a nova fábrica e, para tanto, a empresa Gebrüder Hemmer, Neidemburg, Pfalz foi convidada. No ano de 1890, com o funcionamento da primeira das três máquinas da fábrica, iniciou a produção de papel industrializado, consolidando, neste mesmo ano, a

¹⁶ Neste ano, o governo da província comissionou o engenheiro inglês James Brunless para fazer um estudo para um plano geral de abastecimento. Auxiliado pelo colega Hooper e por Fox, Brunless apresentou um relatório em que dizia ser a água do Ribeirão da Pedra Branca, na serra da Cantareira, preferida para o abastecimento da cidade de São Paulo. No mesmo ano, a utilização da água da Cantareira foi indicada também por outro especialista, o engenheiro Charles Romieu (BRUNO, 1984, v. II).

¹⁷ Capitalista, prestador de serviços da província da construção civil em São Paulo, foi acionista de companhias ferroviárias (BRITO, 2000).

¹⁸ Fox foi, em 1874, o superintendente da São Paulo Railway

Companhia Melhoramentos de São Paulo (DONATO, 1990). Participou como fundador e acionista, no ano de 1886, da Fábrica de Tecido e Fiação Anhaia, e teve participação na sociedade da Serraria a Vapor Gustavo Sydow. Na década seguinte, após o decreto 5594 de 1874 – que autorizava a criação de caixas econômicas e montes de socorro¹⁹ nas capitais das províncias – Rodovalho participou da criação e do conselho fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Província de São Paulo, com sede situada no Pátio do Colégio. E, dentre tantos outros empreendimentos, Rodovalho, em sociedade com seu filho²⁰ Antonio Proost Rodovalho Junior e Oscar Horta, fundou em 1889, a Casa Rodovalho que fabricava carroças, charretes, carruagens e bondes. A empresa foi contratada, em 1893, pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, onde Rodovalho ocupava desde o início da década de 1880 o cargo de tesoureiro, para o serviço funerário. No ano seguinte, a Casa Rodovalho adquiriu a Companhia Locomotiva Paulista (VICENTINI, 2007).

Figura 2 Propaganda Publicitária da Casa Rodovalho publicada na Revista Moderna – Anno I N° 3

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

¹⁹ As caixas econômicas recebiam pequenas quantias em depósitos com finalidade de rendimento de juros que seriam capitalizados ao final de cada semestre do ano civil e os montes de socorro tinha como propósito fazer empréstimos sob penhor de pequenas somas às pessoas de classes econômicas menos favorecidas (VICENTINI, 2007).

²⁰ Rodovalho foi casado com Ana Etelvina Dutra Rodrigues Rodovalho e deste casamento nasceram os filhos: Henriqueta Rodovalho, Antonio Proost Rodovalho Junior, Maria Rodovalho, Joanna Rodovalho e Antonio Joaquim Tavares Rodovalho.

Em 1889, Rodovalho participou da constituição da Companhia Viação Paulista²¹ e no ano seguinte fundou a Companhia Melhoramentos Urbanos e Rurais de São Paulo que objetivava a compra e venda de terrenos na cidade de São Paulo e em alguns municípios paulistas, além de implantar melhorias. Fundou também a Companhia Industrial Rodovalho²², empresa também voltada à compra e venda de terrenos. Em 1891, Rodovalho participou da fundação da Companhia Econômica de Gás, Água e Esgoto e no ano seguinte da Companhia Ítalo-Paulista²³ que importava produtos italianos e mármore. Neste mesmo ano ocupou o cargo de subdiretor da Bolsa Livre – primeira bolsa de valores paulistana, que fora criada em 1890. Rodovalho também participou do Banco União de São Paulo, fundado em 1890. Este banco adquiriu, mais tarde, grande quantidade de terras na região de Sorocaba, incluindo a fazenda Cachoeira Votorantim, onde montou uma grande fábrica de tecelagem inaugurada em 1904. Votorantim se tornou um complexo industrial com a existência de uma represa para geração de energia, uma vila para operários, uma olaria, uma fábrica de cal e atividades ligadas à extração, corte e polimento de pedras calcárias e mármore (BRITO, 2000). Na Fábrica de Cimento Rodovalho, em Sorocaba, no início do século XX, a intensa utilização do trabalho infantil pode ser observada pela quantidade de trabalhadores: 40 eram crianças e 30 eram adultos (BANDEIRA JUNIOR, 1901).

Rodvalho teve atuação política relevante desde 1869 quando foi eleito vereador da Câmara Municipal de São Paulo pelo Partido Conservador. Ocupou o cargo até 1873, ano em que assumiu a presidência da casa. Foi nomeado membro da comissão de contas e da comissão de obras públicas. Em 1896, atuou como Intendente de Finanças e Presidente da Câmara. A carreira de Rodvalho seguiu articulando as atividades empresariais com os cargos públicos e participou de várias companhias prestadoras de serviços de abastecimento de água, iluminação pública e particular, viação pública, serviço funerário, organização de loteamentos, fabricação de material para construção, ferrovias, bancos públicos e particulares, além de ter sido um industrial inovador com a fabricação de papel à partir da celulose (VICENTINI, 2007).

²¹ Participaram da constituição da Companhia Viação Paulista: João Batista de Mello Oliveira, Francisco Maria de Mello Oliveira, Joaquim Egídio de Souza Aranha, Olavo Egídio de Souza Aranha, Ismael Dias da Silva, Samuel Dias da Silva, Domingos de Moraes, Antonio Lacerda Franco, Joaquim Franco de Lacerda, Carlos Teixeira de Carvalho, Luis Pucci, Bráulio Gomes, Carlos de Campos e Camilo Cresta (BRITO, 2000).

²² Associados à Companhia Industrial Rodovalho: Antonio Proost Rodovalho Junior, Cícero Bastos, João Pinto Gonçalves, Vitor Nothmann, Luis Pucci, Gabriel Dias da Silva, Ismael Dias da Silva, Lins de Vasconcellos, Eugenio de Carvalho, Domingos Sertório e Randolpho Margarido da Silva (BRITO, 2000).

²³ A Companhia Ítalo Paulista foi fundada em sociedade com Luis Pucci, João Pinto Gonçalves, Vitor Nothmann, Camilo Cresta e Tarquínio Taranti (BRITO, 2000).

Antonio Proost Rodovalho faleceu em 30 de dezembro de 1913, aos 75 anos e segundo o *Jornal do Commercio*, morreu “relativamente pobre diante dos esforços que empregara conjuntamente com a fortuna que obtivera antes em negócios de vulto [...]” (DONATO, 1990, p. 31).

1.3 Da fazenda à consolidação da Companhia Melhoramentos

No final do século XIX, algumas mudanças importantes na sociedade brasileira começavam a ocorrer. Entre as quais, destacamos a ampla difusão do trabalho assalariado e de atividades industriais. A abolição significou o fim dos entraves à expansão do trabalho assalariado e favoreceu a imigração. A década de 1880 a 1890 representou também um surto industrial no país. Em 1885 o estado de São Paulo registrava treze fábricas têxteis com 1670 operários, três fábricas de chapéus com 315 operários, sete empresas metalúrgicas com 500 operários. Em 1889 havia no Brasil cerca de 636 empresas industriais onde trabalhavam cerca de 54 mil operários. Em 1901, entre as 91 mais importantes empresas industriais paulistas, 33 empregavam de 10 a 49 operários, outras 33 de 50 a 199, e 22 de 200 a 499, duas outras ocupavam 600 operários cada e apenas uma dessas empresas possuía cerca de 800 operários (SIMONSEN²⁴, 1973 *apud* SILVA, 1995).

Este surto industrial no país é uma dimensão da Revolução Industrial iniciada no século XVIII, na Inglaterra, que alterou significativamente as formas de utilização da força de trabalho. A instauração de uma sociedade industrial implicava em uma nova ordem, uma nova racionalidade, em transformações econômicas, tecnológicas e na criação de novas regras e disciplina. A fábrica passou a compor mais uma das muitas instituições que elaboraram regulamentações como a escola, o exército, a prisão. Porém, a maior dificuldade da fábrica, foi conseguir que pessoas livres assumissem o trabalho regular e a pontualidade. Durante este processo, as grandes fábricas coexistiram ao lado das pequenas oficinas e abrigavam, muitas vezes, formas variadas de organização de trabalho. Ao referir-se à França, Perrot (1988) mostra que eram recorrentes as reivindicações de operários contra as regras de horário fixo, jogos e bebidas durante o trabalho e o direito de sair para se refrescar do lado de fora, observadas no início do século XX. Como solução a

²⁴ SIMONSEN, Roberto C. **Evolução industrial no Brasil e outros estudos**. São Paulo: Nacional; Ed.USP, 1973.

esses conflitos foi introduzido um novo modelo de gerenciamento, largamente utilizado até o final do século XIX: o paternalismo²⁵ (PERROT, 1988).

No Brasil, a primeira metade do século XIX foi caracterizada pelo regime escravista que imperava nos latifúndios com um sistema de transporte deficiente e rudimentar (carros de boi e tropas de mulas em estradas que ofereciam péssimas condições para o fluxo), e um grau ainda incipiente de urbanização. As dificuldades ainda eram compostas pelas grandes distâncias entre os principais centros urbanos e a dificuldade de estabelecer comunicação, além de uma limitação do mercado interno que se apresentava restrito e fragmentado e uma escassez de capital para investimento em máquinas. Foi a partir da atividade industrial, mostrada com mais determinação durante as décadas de 1880-1890, que ocorreu uma alteração significativa na cidade. Podemos citar como exemplo desse fenômeno, a cidade paulista de Salto que, com suas fábricas têxteis, de papel e fiação e estamperia, proporcionou a alteração das condições urbanas, como construção de pontes, jardins e iluminação pública. Vale destacar que, em São Paulo, além do crescente número de indústrias têxteis que proliferaram nesse período, haviam um elevado número de pequenas fábricas onde patrão e empregados trabalhavam juntos, como as atividades desenvolvidas em olarias, cerâmicas, pedreiras e marmorarias²⁶ (HARDMAN; LEONARDI, 1982). Assim como na Europa, durante o processo de instauração da sociedade industrial, no Brasil, também co-existiam pequenas unidades de trabalho ao lado de grandes indústrias que começavam a surgir.

A segunda metade do século XIX, entretanto, mostrou-se prodigiosa para a indústria paulista, principalmente com a valorização do café no mercado internacional. O café promoveu a expansão territorial, urbana e do capital. Assim, estradas de ferro foram estendidas pelo interior, cidades foram fundadas, bancos, escolas e indústrias foram instaladas, máquinas foram importadas e com o fim do trabalho escravo, muitos imigrantes desembarcavam no porto de Santos à procura de oportunidade de trabalho e fortuna. É neste cenário que surge, se expande e se consolida a Cia. Melhoramentos e seu núcleo fabril fundado por Antonio Proost Rodovalho.

²⁵ O paternalismo era caracterizado por três traços principais: a presença física do patrão no local de produção, relações sociais do trabalho concebidas conforme o modelo familiar (o patrão é o pai e os operários são os filhos), a constante participação dos operários nas festas promovidas pelo patrão e a aceitação desta integração pelos operários que se orgulhavam de participar da empresa com a qual se identificavam (PERROT, 1988).

²⁶ Na periferia norte da cidade de São Paulo havia por volta de 4.000 operários, na década de 1890, que trabalhavam em diferentes caieiras e pedreiras, para a construção de novos bairros – uma exigência da expansão urbana da época (HARDMAN, 1982).

Como já vimos, a consolidação da Companhia Melhoramentos ocorreu em 1890, a partir dos estabelecimentos fabris do coronel Rodovalho. Com o projeto elaborado pela empresa Gebrüder Hemmer, iniciava-se a construção da fábrica utilizando-se pedras de um morro próximo - conhecido por Tico-Tico - cimento e folhas de zinco importados da Europa. Começaram também as pesquisas de análise para matéria prima, com a utilização da cal na celulose. A situação geográfica era favorável para o empreendimento com a utilização do Rio Juqueri que fornecia energia hidráulica para o funcionamento das máquinas e favorecia o transporte fluvial de cargas que, juntamente com o transporte ferroviário interno trazia movimentação à região (DONATO, 1990).

Até a consolidação da Companhia Melhoramentos de São Paulo, a empresa de Rodovalho ainda era anunciada como Fazenda Industrial Caieyras²⁷ (VICENTINI, 2007). A notícia publicada na primeira página do jornal O Estado de São Paulo, em 1890, sob o título *EXCURSÃO A'S CAYEIRAS* retratava o prestígio dos estabelecimentos de Rodovalho:

O sr. Coronel Antonio Proost Rodovalho convidou alguns amigos a visitar hontem os seus grandes estabelecimentos industriaes situados juncto à estação das Cayeiras.

As pessoas que foram gosar o agradável e pittoresco passeio, salvo desculpavel esquecimento, foram as seguintes:

Dr. Governador do Estado, Drs. Paula Souza, Rubião Junior, Paes de Barros, José Luiz de Almeida Nogueira, do Correio Paulistano, Ignacio Cochrane, Vieira de Carvalho, Delfino Cintra, Dino Bueno, Americo dos Santos, A. Pinto, Ernesto Silva, Ramos de Azevedo, Cantinho, Lins de Vasconcellos, Silveira Mello, Ezequiel Ramos, Lencke, Marcos Arruda, barões de Jaguará e de Mello Oliveira, commendador Hammond, Anselmo de Carvalho, Horácio de Carvalho; Hippolyto da Silva e Filinto d'Almeida, d'esta folha.

Tendo tomado lugar em uma carruagem especial do trem das 6,20 da manhã apeiou-se a longa companhia, uma hora depois, na estação das Cayeiras, perto da qual havia uma casa onde lhe foi servido o indispensável café.

Em seguida começou a viagem mais variada do que é possível fazer-se: Dois kilometros de bonds a vapor até a ponte do rio Juquery que corta a grande propriedade do coronel Rodovalho; embarque em duas lanchas rebocadas por um vaporsinho – tres kilometros de navegação pelo rio pittoresco, encantador, marginado por uma vegetação abundante, cortado por pontilhões, afestoad de cipós e lianas bellissimas. Desembarque junto aos edificios em construcção para a fabrica de papel que deve ser inaugurada em principio em Julho e onde já estão assentados quase todos os grandes machinismos, tesouras, enormes caldeiras suspensas e gyratorias para a cocção das fibras textis, trituradores, clarificadores, turbinas gigantescas ao lado de uma extensa represa do rio, sobre a qual as aguas se despenham magestosamente, e, occupado todo o vasto edificio inferior, as duas monstruosas machinas de cilindragem, extensíssimas, de uma

²⁷ No primeiro momento de difusão da indústria no Brasil, os grupos de casas localizados em áreas rurais eram chamados muitas vezes de “vilas” ou “povoado”, por tratar-se de local com população reduzida e subordinação política a uma cidade, ou eram chamados de “fazenda” em referência ao vínculo agrário do empreendimento industrial, onde em muitos casos a empresa se constituía em uma antiga fazenda e assim continuava a ser chamada (CORREIA, 2001).

entontecedora quantidade de cilindros desde os de um ou dois centímetros de diametro até os de mais de um metro.

Vistos os bellos edificios, todos construídos de pedra, cal e tijolos, sobre rocha viva, e admirados os machanismos que o administrador techino sr. Frederico Sidow teve a amabilidade de explicar minuciosamente aos circumstantes, estes montaram a cavallo e foram até o primeiro e elegantissimo fôrno continuo das cayeiras.

Ali houve ainda mudança do meio de transporte: como chovesse, tiveram de ir todos de carros... de bois, mas carros já preparados para a excusão, com bancos e cobertos de lona e palmas. Nestes carros foi companhia até ao local desejado do almoço, perto do segundo grande fôrno continuo.

Depois do almoço visita ao fôrno, de onde vimos cahir o calcareo calcinado e assistimos ao processo simplicimo mas curioso da hydratação: sobre as pequenas pedras calcinadas os operarios atiram baldes de agua e ellas vão-se esboroando pela acção do vapor desenvolvido, até ficarem reduzidas a pó.

Voltámos nos carros de bois até o primeiro fôrno continuo, tendo visto os vários outros intermitentes, situados no caminho do segundo.

Livres dos carros de bois a que a dura necessidade nos obrigara, expirimentámos ainda outro systema de viação: um ascensor funicular, que sobe um plano inclinado suavemente, até galgar a plataforma quase plana da montanha que conduz à pedreira calcarea. No alto da montanha, foi desatrelada a locomotiva e os carros passaram a ser tirados por bestas.

Vimos a pedreira calcárea de pedra negra semelhante à ardósia na apparencia. Bebemos agua fresquissima numa fonte próxima e tornamos a subir a vertente da montanha; no alto começa a descida de tracção: deslisam sobre os trilhos, de breack apertado.

Chegamos ao ponto de partida, esperavam-nos a pequena locomotiva com os seus dois carros, que nos conduziram até a grande olaria, onde assistimos a fabricação rapida de tijolos e telhas de todos os feitios e onde se está construindo um grande forno para cinco milheiros de tijolos. Em uma das vastissimas dependências da olaria vimos fabricar papel à mão; o processo é simples: em uma tina está a materia-prima, a fibra, reduzida a liquido; um operario mergulha nesse liquido numa peneira quadrada, de rêde finissima; o que fica dentro da peneira já é papel, que outro operario vae collocando folha a folha entre quadrados de baeta; d'alli vae a uma pequena prensa de mão onde é premido; depois disso falta apenas pôl-o a seccar. E assim se faz o papel ordinario, para embrulho, pardo e amarellado, e o branco para phyltrar.

Vistas todas estas curiosidades industriaes, tão variadas e complexas, que dão trabalho a cerca de mil e quatrocentos operarios, homens, mulheres e crianças, e que são devidas à extraordinaria iniciativa e ao poderoso espírito emprehendedor de um único cidadão – o coronel Rodovalho; tendo recebido a mais grata impressão de todo aquelle enorme esforço em prol do progresso inegualavel deste estado, voltámos até à casa junta a estação das Cayeiras, onde nos esperava um jantar não menos lauto e bem servido do que o almoço.

Acabado o jantar entrámos no wagon da linha ingleza.

De um lado e de outro do trem, formados em longa fila, os operarios agitavam as bandeiras das suas respectivas nacionalidades, italianas, suissas, francezas, allemãs, e erguiam calorosos vivas ao coronel Rodovalho, ao dr. Governador do Estado e aos outros convidados. No meio do entusiasmo d'aquelles rudes trabalhadores, o trem apitou e partio [...] Ao tomarmos pela primeira vez os bonds a vapor, passámos pela escola dos estabelecimentos, à frente da qual estavam os seus 70 alumnos em fôrma. O professor ergueu vivas ao dr. Governador, ao coronel Rodovalho e à república.

Agradecendo ao digno e notável industrial que nos proporcionou tão gentilmente as inolvidaveis impressões do dia de hontem, devemos também agradecer aos três administradores das officinas, sr. Ascagno, Sidow e Fischop as muitas amabilidades que tiveram para comnosco, assim como para todos os convidados. Além das industrias já estabelecidas pretende ainda o sr. coronel Rodovalho montar nas caeiras uma pelleteria ou cortume, para o qual já lá estão todos os

machinismos necessários (Jornal o Estado de São Paulo, 20 de abril de 1890, p.1).

Henri Raffard apontava a visão administrativa de Rodovalho em relato de 1890:

A 26 quilômetros de São Paulo, pode-se igualmente ver uma instalação de luz elétrica com lâmpadas Edison da força de 20 velas nas propriedades do coronel Antonio Proost Rodovalho, vizinhas da estação de Caieiras na linha inglesa, onde este capitalista fez montar uma fábrica de cal, depois outra de cerâmica e ultimamente uma de papel (RAFFARD²⁸, 1892 *apud* LEMOS, 1989, p.46-47).

Diante das demandas das principais cidades brasileiras e com a facilitação de recursos às empresas comprometidas com as melhorias de infraestrutura urbana, a Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil pretendia criar Companhias de Melhoramentos nos estados. Atraído pela possibilidade de transformar a Fazenda Industrial Caieiras em empresa e incorporar os seus estabelecimentos fabris a uma companhia nacional, Rodovalho percebeu a oportunidade de ampliar seu mercado consumidor. Assim, na sede do Banco do Brasil, representantes da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil e acionistas da Companhia Melhoramentos de São Paulo selaram sua instalação.

Quanto à avaliação dos bens a serem incorporados à Companhia, a Ata da Assembléia Geral de instalação em 12 de setembro de 1890 emitiu o parecer²⁹ de avaliação:

[...] Os louvados abaixo assinados eleitos pela assembléia geral constituinte da Companhia Melhoramentos de São Paulo passam a emitir o seu laudo relativamente às propriedades e estabelecimentos industriais, as quais de conformidade com o artigo 20º, parágrafo 2º, têm de ser incorporados à companhia. Estas propriedades podem se dividir em dois grupos: o primeiro industrial e o segundo agrícola. Fazem parte deste primeiro grupo os estabelecimentos industriais montados nas propriedades territoriais de Caieiras, pertencentes ao coronel Antonio Proost Rodovalho e estas mesmas propriedades, as quais representam uma área de cerca de seis léguas quadradas formada pelas fazendas da Conceição, Monjolinho, Bom Sucesso e Manquinho, Cresciúma e

²⁸ RAFFARD, Henri. Alguns dias na Paulicéa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 55 (parte 2):159-258, 1892.

²⁹ O parecer foi assinado por Theophilo Teixeira de Almeida, Virgílio Ramos Gordilho, José Pinto de Oliveira. Posto a votos, foi aprovado unanimemente. A assembléia foi presidida por Luis Martins do Amaral e teve como primeiro e segundos secretários Eduardo P. Guinle e João Gomes Ribeiro de Avellar. O presidente da Assembléia proclamou a diretoria da Companhia Melhoramentos de São Paulo, de conformidade com os estatutos aprovados por Manuel Vicente Lisboa, presidente, Antonio Alves de Carvalho, tesoureiro, Carlos César de Oliveiras Sampaio, diretor industrial, Manuel Dias do Prado, diretor agrícola. Os membros do conselho fiscal efetivo: coronel Antonio Proost Rodovalho, Fabio de Mendonça Uchoa, Luis Raphael Vieira Souto, Frederico Augusto Schimidt, André Gustavo Paulo de Fontin e suplentes do mesmo conselho: Virgílio Ramos Gordilho, comendador José Ferreira Alegria, Manuel Candido Pinto de Azevedo, comendador Joaquim Álvaro da Armada, Alfredo Coelho da Rocha (DONATO, 1990).

Fazendinha. As indústrias aí estabelecidas são as seguintes: caieiras, olarias, pedreiras para cantaria, paralelepípedos e alvenaria.

Existem plantações desenvolvidas de videiras atingindo já a oitenta mil pés. Importantes matas fornecem o combustível necessário às duas primeiras indústrias, outrossim estão assentadas nas propriedades linhas férreas, tendo 15 quilômetros de extensão e no Rio Juqueri há navegação por lancha a vapor já criada. Avaliamos estas propriedades, inclusive os estabelecimentos industriais, lavoura, gado, vias férreas, casas para armazéns e colonos, lanchas a vapor e todos os demais acessórios em três mil e oitocentos contos de réis.

Na Fazendinha está a concluir-se a montagem de uma fábrica de papel do tipo mais aperfeiçoada, dotada de todas as máquinas necessárias, edifício incombustível, força motriz hidráulica, três turbinas e etc. Os louvados são de parecer que a conclusão desta importante fábrica de papel deverá ser ultimada pela atual proprietária e incluindo a matéria prima já em depósito avaliam esta fábrica de papel em mil e duzentos contos de réis. Fica assim avaliado o primeiro grupo de propriedades a serem incorporados à companhia e que constitui as caieiras em cinco mil contos de réis.

Pertencem a este grupo as seguintes propriedades agrícolas:

Santa Olímpia, Santa Carolina, Três Barras, Bela Vista, Boa Vista, Canaam, São Joaquim e Luis Antonio no município de São Simão. Rio Corrente, Anunciação e Santa Rosa no município de Pirassununga. Estas fazendas situadas no oeste de São Paulo possuem mais de dois mil alqueires de terra roxa, mais de dois mil e quinhentos alqueires de terras baixadas ou em pastos, cerca de oitocentos mil pés de café formados e aproximadamente um milhão de pés de um, dois e três anos. A produção do ano vindouro deve exceder a oitocentas mil arrobas, e a colheita dentro de três anos, só pelo que existe de cafezais a formar-se e elevar-se-á a perto de cento e oitenta mil arrobas. Os louvados avaliam estas propriedades agrícolas em quatro mil contos de réis [...] (DONATO, 1990, p.33 e 34)

Um artigo publicado em 1890 demonstra a insatisfação de alguns com o anúncio da instalação da nova companhia:

Mais uma Califórnia! É um assombro de riqueza, um mundo por um real! Desta vez coube a honra de enormíssimo presente à Companhia Melhoramentos do Brasil, única incorporadora desse novo prodígio de tentação. O prospecto é bonito, um encanto! Mas não está completo. Não disse ao público, com todos os guizos do reclame, o preço por quanto foram adquiridas as fazendas do Sr. Rodovalho, e o preço por quanto terão de ser transferidas à nova companhia que vai receber a carga.

Fala-se por aí em uma vantagensila de 4000 contos que, reunidos ao preço da compra, salga um pouco o lombo dos que ainda acreditam no ovo de três gemas. Tem a palavra a honrada diretoria da Companhia Melhoramentos do Brasil (Jornal do Commercio, 4 de setembro de 1890, p. 9).

As colocações estariam pautadas na desconfiança em relação ao emprego dos recursos disponíveis em decorrência da política econômica adotada pelo governo,

conhecida como encilhamento³⁰, que incentivou a abertura de muitas empresas, das quais, diversas não seriam finalizadas (VICENTINI, 2007). Entretanto, as instalações de Caieiras tiveram intenso crescimento nos anos seguintes e destaque pela sua grandiosidade e qualidade da produção:

O mais interessante conjunto industrial surgiu, contudo, em Caieiras, associando três ramos industriais, todos ligados ao campo através de sua matéria-prima. Trata-se do empreendimento fundado, já antes de 1890, pelo coronel Antonio Proost Rodovalho, e que compreendia a extração de pedras de cantaria, e fábrica de cal, produtos cerâmicos e papel. Este conjunto industrial se distinguia das indústrias enumeradas acima, por não se localizar junto à estação, mas por se encontrarem os vários estabelecimentos dispersos pelo campo, não longe, é verdade da estação – à qual se ligavam por teleférico e por “tramway” de tracção animal, o qual seria posteriormente ampliado e dotado de tracção mecânica. Fica patenteada a relação locacional com a ferrovia. Em 1890 o conjunto de fábrica era adquirido pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. Os estabelecimentos fabris de Caieiras caracterizavam essa área como um dos principais centros industriais dos arredores paulistanos na época. A fábrica de cal, em 1888, era considerada como uma das duas mais importantes da província, e à cerâmica era atribuída a primazia absoluta entre os estabelecimentos congêneres. A fábrica de papel era mencionada bem mais tarde, em 1924, como sendo a mais importante do país (LANGENBUCH, 1971, p. 107 e 108)

Descontente com algumas decisões e posicionamentos da diretoria da empresa, o Coronel Rodovalho desligou-se, em 1900, definitivamente da Companhia (DONATO, 1990). Entretanto, os autos do Inventário do coronel, mostram que Rodovalho manteve até o final de sua vida dois sítios no distrito de Juqueri – Toucinho e Canduá – que a princípio não faziam parte dos empreendimentos disponibilizados para a consolidação da Companhia e o sítio Olhos d’Água, anexado à Fazenda Industrial Cayeiras³¹, onde ocorria a extração de pedras (VICENTINI, 2007).

Com a crescente demanda para o mercado papelheiro, o plantio de eucaliptos, matéria-prima na fabricação do papel foi intensificado, como descreve o relato de um viajante: “tornara-se verde, com o plantio de 70.000 eucaliptos, dos quais 46.000 em 1912” (DONATO, 1990. p.46).

A diminuição do número das obras públicas e particulares, em decorrência dos efeitos da Primeira Guerra, reduziu a exploração da cal. Dos nove fornos já construídos

³⁰ Tratava-se da tentativa de estimular a industrialização do Brasil durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891). O então Ministro da Fazenda Rui Barbosa adotou uma política baseada em créditos livres aos investimentos industriais garantidos pelas emissões monetárias. A especulação financeira, a inflação e os boicotes através de empresas-fantasmas e ações sem lastro desencadearam, em 1890, a Crise do Encilhamento. O ato de encilhar refere-se às apostas que seriam o modo com que os especuladores atuavam na Bolsa de Valores com as empresas fantasmas. Esta crise causou o aumento da inflação, crise na economia e aumento da dívida externa. A política econômica conteve a emissão da moeda e procurou estimular o crescimento industrial do país.

³¹ Certidão arquivada no Cartório de Registro de Imóveis de Franco da Rocha.

que operavam com frequência, apenas três, em 1916, continuavam funcionando. Segundo Donato (1990) a produção de papel não sofreu reduções neste período. Por outro lado, o funcionamento dos fornos foi diminuindo até a paralisação total em meados do século XX (LEMOS, 1989).

1.4 A incorporação à Weiszflog Irmãos

Em 1920, a Cia. Melhoramentos foi incorporada à firma Weiszflog Irmãos³², de propriedade dos irmãos alemães Alfried³³ e Walther Weiszflog, que já atuava no campo das artes gráficas e da produção de artefatos de papel passando a se chamar Companhia Melhoramentos de São Paulo – Weiszflog Irmãos.

Na narrativa de Donato (1990), a família Weiszflog era tradicional nas atividades relacionadas à fabricação de charutos em Hamburgo. Wilhelm Weiszflog, o patriarca da família, dirigia a fábrica Weiszflog & Tischer. Dos filhos³⁴ que teve com a esposa Jane Maria³⁵, Otto Weiszflog, com certa experiência em comércio exterior, foi o primeiro a se interessar pelo Brasil³⁶, onde chegou no ano de 1894. A princípio trabalhou na firma de exportação e importação Hermann Stolz & Co. e pouco tempo depois entrou para o ramo papaleiro, trabalhando com o compatriota M. L. Bühnaeds que inovava com uma oficina de encadernação, papelaria e fabricação de livros, na empresa localizada à Rua Líbero Badaró, em São Paulo (DONATO, 1990).

Alfried, que trabalhava em Viena, chegou ao Brasil em 1896. Trabalhou como atendente na caixa da agência do *Brasilianische Bank fuer Deutschland* – Banco Brasileiro para a Alemanha.

³² Inicialmente a empresa pertencia aos irmãos Otto e Alfried Weiszflog. Após a morte de Otto, em abril de 1919, Walther passou a integrar a sociedade (DONATO, 1990).

³³ Alfried Theodor Weiszflog. Nasceu em Hamburgo a 29-11-1872. Chegou em São Paulo em 24-06-1896, onde faleceu em 1942.

³⁴ Os filhos de Wilhem Henrich Weiszflog, todos nascidos em Hamburgo: Hermann Richard, Otto Friederich, Franz August, Theodor Alfried, Adolf Max, Anna Caroline, Elsa Antonie, Gertrud, Gottlob Ernest, Lilly Jenny Mathilde, Dora Amanda, Bruno Walther (GENEALOGISCHES HANDBUCH DER FAMILIE WEISZFLOG, 1926, p. 26, 27, 28, 29, 30, tradução nossa).

³⁵ Johanna (Jane) Maria Mathilde Lüdes, nascida em Hamburgo em 19-07-1849. Falecida em Timmendorferstrand em 1-7-1919. Era filha Nicolaus Wilhem Lüdes, nascido em Hamburgo e Thirza Wyborn, nascida em Great Waking, Condado de Essex, Inglaterra (GENEALOGISCHES HANDBUCH DER FAMILIE WEISZFLOG, 1926, p. 26, tradução nossa).

³⁶ Entretanto Otto não foi o primeiro da família Weiszflog a instalar-se no Brasil. O guia genealógico da família Weiszflog mostra que o comerciante hamburguês Adolfo Wilhem Weiszflog (1822-1897) primo de Wilhem Henrich Weiszflog, pai de Otto, viveu durante algum tempo em Porto Alegre, onde teria estabelecido uma firma que levava o próprio nome (GENEALOGISCHES HANDBUCH DER FAMILIE WEISZFLOG, 1926, p.11, tradução nossa).

Com o casamento entre Otto e Ana Maria Kuhlmann³⁷, em 1899, o pai Wilhelm veio ao Brasil e investiu na associação de Alfried e Otto com Bühnaeds. Os irmãos Weiszflog substituíram o sócio comanditário de Bühnaeds e firmaram, então, a M. L. Bühnaeds & Cia. A gerência de produção foi assumida por Otto, enquanto a da comercialização ficou sob a responsabilidade de Alfried. Algum tempo depois Alfried contraiu tifo e retornou a Alemanha. Ao recuperar-se se casou com Alice Köcher³⁸. Neste período em que esteve na Alemanha, iniciou Walther, o irmão caçula, nos assuntos relativos à encadernação, composição, impressão litográfica, douração e pautaço. Ao reassumir a firma, Alfried ampliou os negócios com a incorporação de uma tipografia e firmou acordo com a Companhia Melhoramentos para fornecimento de papel (DONATO, 1990).

Com o crescimento da M.L. Bühnaeds & Cia., em 1904 Walther Weiszflog³⁹ chegou ao Brasil para trabalhar na empresa. A litografia de Victor Steidel, na Rua da Glória foi adquirida pela M.L. Bühnaeds & Cia. Com a necessidade de acomodar os negócios em um único edifício, empenharam-se em comprar as áreas ao redor da Cia. para edificar o prédio do estabelecimento gráfico. Com o agravamento de sua saúde, devido à diabetes, Bühnaeds desligou-se da Cia. tornando Otto e Alfried os proprietários, passando a constituir a Weiszflog Irmãos – Estabelecimentos Gráficos.

As duas empresas, Cia. Melhoramentos e Weiszflog Irmãos, durante os primeiros anos do século XX cresceram e marcaram presença na Exposição Nacional Comemorativa

³⁷ Anna Maria Kuhlmann nasceu no Espírito Santo, em 14-08-1875. Era filha do engenheiro civil alemão Alberto George Kuhlmann, (nascido em Bremerhaven e falecido no Brasil em 1905) e da francesa Josephine Beniche (nascida em Granville) (GENEALOGISCHES HANDBUCH DER FAMILIE WEISZFLOG, 1926, p. 32, tradução nossa). Alberto chegou ao Brasil em 1864. Em São Paulo foi autor de um projeto inovador que beneficiaria os habitantes da capital e do Planalto Paulista. Em 1883 solicitou ao governo provincial autorização para explorar uma linha de carris que fizesse a ligação do centro da capital com a vila de Santo Amaro. Com a concessão da autorização iniciava a Companhia Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro. (SIRIANI, 2003). Do casamento entre Otto e Anna Maria, nasceram 5 filhos no Brasil: Jane (1899), Fritz Wilhem Richard (1901), Gerda Eugenia (1905), Wolfgang Hugo Otto (1908), Annemarie Lucie (1910). Filha nascida em Hamburgo: Hilda Josephine Anna (1903) (GENEALOGISCHES HANDBUCH DER FAMILIE WEISZFLOG, 1926, p. 32 e 33, tradução nossa). O prontuário DEOPS 51149 aponta Frederico Guilherme Weiszflog, nascido por volta de 1902, como filho de Otto e Anna Maria.

³⁸ Auguste Henriette Alice Köcher nasceu em Magdeburg, em 15-11-1874. Era filha de Alexander Köcher e Marie Klusemann. Marie Klusemann era irmã de Hugo Paul Karl Klusemann casado com Anna Carolina Weiszflog, irmã de Alfried. Filhos de Alfried e Alice que nasceram no Brasil: Heinz Alexander (1901), Karla Maria (1903), Karola Alice (1907), Hasso Alfried (1910). Filhos do casal nascidos fora do Brasil: Ingeborg Jane (nascida em Hamburgo em 1904) e Adolpha Maria Orca (nascida em Berlim em 1915) (GENEALOGISCHES HANDBUCH DER FAMILIE WEISZFLOG, 1926, p. 33 e 34, tradução nossa). A filha Karola Alice morreu em 1978. Hasso Weiszflog casou-se com Dora Carmem Antonieta Senise. Ingeborg casou-se com Gerard Reimann e Adolfa Maria casou-se com Paul Otto Ploeger. Alice Köcher faleceu em São Paulo em 1968 (O ESTADO DE SÃO PAULO, 03-05-1968).

³⁹ Bruno Walther Weiszflog (1885-1962).

do Centenário da Abertura dos Portos, ocorrida em 1908. A Cia. Melhoramentos recebeu a Medalha de Ouro para a cal e a manilha e também o Grande Prêmio destinado ao papel. A Weiszflog Irmãos recebeu o Grande Prêmio destinado à encadernação e impressão.

A chegada da MP II e da MP III, máquinas para a produção de papel, em 1906 e em 1913, respectivamente, na Companhia Melhoramentos, provocou avanços e maior desenvolvimento das áreas de Caieiras, enquanto a Weiszflog Irmãos acumulava experiência na produção de livros e de material didático e ampliava as instalações do parque gráfico com a ocupação dos edifícios entre a Rua Líbero Badaró e o Vale do Anhangabaú.

A instabilidade econômica provocada pelo início da Grande Guerra, em 1914, reduziu a produção das duas empresas. Na Cia. Melhoramentos, a redução foi drástica, limitando a capacidade da MP III, programada para produzir de doze a quinze toneladas/dia, a 1100 toneladas durante o seu primeiro ano de funcionamento. A Weiszflog Irmãos sofreu o boicote promovido pelos países aliados aos negócios com empresas de proprietários alemães. O preço e a escassez de papel na indústria nacional motivaram os Weiszflog a procurar um local para a construção de uma fábrica de papel. A princípio, foram a Barueri onde terras com os requisitos básicos para a implantação da nova fábrica estavam disponíveis, mas este plano foi arquivado após a morte de Otto, em 1919, que suscitou também a compra de sua parte na empresa pelo irmão Alfried (DONATO, 1990).

A Cia. Melhoramentos obteve vantagem em relação à produção de celulose, já que a importação deste material estava dificultado pela Guerra. Foi possível fazer investimentos, durante este período nas instalações fabris, mas a produção de cal e cerâmica sofreu redução com a diminuição de obras públicas e isto levou à maior contratação de funcionários ligados à fábrica de papel que nas outras atividades (DONATO, 1990).

Os irmãos Weiszflog, ainda imbuídos na problemática da tarifação de importação de papel que afetava as publicações da empresa, procuravam uma alternativa para as oscilações do mercado e buscaram a possibilidade de associar-se ou incorporar-se a alguma fábrica de papel já existente. A Companhia Melhoramentos veio ao encontro das necessidades da Weiszflog Irmãos, pois tinha começado a enfrentar problemas, com o reaparecimento de papéis estrangeiros e com a manutenção precária de seu maquinário durante os anos de maior produção. Além disto, os acionistas da Cia., incluindo o grupo

Pugliese-Crespi, entraram em atrito em relação à valorização das ações nas cotações da Bolsa, dando início a uma crise interna (DONATO, 1990).

Com a venda de parte do prédio sede da firma, Alfried Weiszflog comprou as ações do grupo Pugliese-Crespi, e em 1920 ocorreu a assembléia para fundir a Cia. Melhoramentos e a Weiszflog Irmãos, nascendo desta incorporação a Companhia Melhoramentos de São Paulo – Weiszflog Irmãos Incorporada.

Durante os primeiros anos de República ocorreu um grande incentivo à abertura de sociedades destinadas, principalmente, à exploração imobiliária, quando o então ministro da fazenda Ruy Barbosa, movimentou as finanças do país com o estímulo à abertura deste tipo de negócio. Lemos, (1993) relata que neste período foi fundado o Banco União, vinculado à Companhia Melhoramentos. Embora Donato (1990) tenha feito restrições quanto à possibilidade de ter sido a Companhia Melhoramentos de São Paulo a mesma empresa envolvida na criação do Banco União, onde Ramos de Azevedo estava diretamente vinculado, achamos pertinente mencionar as circunstâncias que uniam o arquiteto, o banco e a empresa ligada ao ramo de investimentos imobiliários:

Ramos de Azevedo não foi um mero espectador dessa festa argentária, pois logo depois de 15 de novembro engajou-se, com amigos, na “Companhia Melhoramentos de São Paulo”, presidida por Joaquim José Vieira de Carvalho. Essa companhia propunha-se a negociar terrenos e casas “nesta capital ou em seus subúrbios”, empreitando, fazendo hipotecas, empréstimos e corretagem em geral. Também recebia dinheiro a juros. O escritório central era na Rua 15 de Novembro, nº 19, sobrado. Durante o mês de dezembro de 1889 e os seguintes de 1890, diariamente, saía matéria paga dessa companhia nos jornais, principalmente no “O Correio Paulistano” e nesses anúncios aparecia com destaque o nome de Ramos de Azevedo, ali tido como o responsável técnico e garantia de correto atendimento. Todos os seus companheiros nessa sociedade faziam parte da mais fina flor cafezista como Antonio Paes de Barros, José Vicente de Azevedo, João Batista Mello Oliveira e Francisco Paula Rantz. Aos poucos, Ruy Barbosa foi “aperfeiçoando” a sua política econômica e um seu decreto de janeiro de 1890, o de nº 165, fez com que surgissem bancos progressistas interessados em negócios ainda não cogitados pelos estabelecimentos que só pensavam no café e empréstimos a juros. Assim nos escritórios da Cia. Melhoramentos de São Paulo urdiu-se a constituição de um banco, cuja licença de funcionamento fora obtida nos dias do citado decreto pelo capitalista Antonio Lacerda Franco. Esse novo banco constituiu-se, afinal, em fins de abril de 1890, tendo absorvido todos os bens da Cia. Melhoramentos de São Paulo. Em resumo, tinha as seguintes atribuições: 1 – Empréstimos, descontos e câmbio; 2 – hipotecas; 3 – penhores agrícolas; 4 – adiantamentos sobre instrumentos de trabalho, como máquinas de todos os meios de produção agrícola; 5 – empréstimos para a construção de edifícios; 6 – compra e venda de terras, inclusive, parcelando-as; 7 – colonização de grandes áreas; 8 – beneficiamento e drenagem de propriedades em geral e, finalmente, levantamentos topográficos e abertura de estradas. No dia 4 de maio de 1890 noticia-se, nos jornais, a assembléia geral de instalação da nova entidade que se chamou Banco União de São Paulo. Foi eleita a diretoria: presidente, Antonio de Lacerda Franco; diretores, João Batista de Mello Oliveira, Joaquim Lopes Chaves, Antonio Paes de Barros, Victoriano Gonçalves Carmillo, Bento Quirino

dos Santos e João Tobias de Aguiar e Castro. Não sabemos se Ramos de Azevedo subscreveu ações desse banco, como também não sabemos se era sócio capitalista da empresa absorvida Melhoramentos de São Paulo. Mas o fato é que continuou como diretor técnico. Os textos consultados dizem que ele foi o chefe da carteira imobiliária do Banco União. [...] O entusiasmo dos meses iniciais foi muito grande e o banco tratou, inclusive, de estabelecer bases fornecedoras de matéria-prima para construções. Comprou a fazenda Ituparanga, que produzia mármore e cal virgem [...] e constituiu a “Companhia Paraná Industrial”, para fornecer pinho e demais madeiras para construção (LEMOS, 1993, p.35 e 36).

Para Donato (1990) esta empresa ligada aos negócios envolvidos com empréstimos e financiamentos era uma homônima que nada tinha a ver com a Companhia Melhoramentos de São Paulo, fundada no Rio de Janeiro e estabelecida em Caieiras pelo coronel Rodovalho e acionistas. Para o autor, a utilização do mesmo nome devia-se ao fato do termo “Melhoramentos” estar muito em voga na época da fundação das duas empresas. Não podemos negar, entretanto, que havia certa proximidade entre os empresários que compunham a *nata cafezista* com os estabelecimentos de Caieiras. Estas aproximações são assinaladas com a presença de Vieira de Carvalho, presidente da Companhia Melhoramentos voltada ao ramo imobiliário; do diretor Paes de Barros e do arquiteto Ramos de Azevedo, a quem estaria atribuída a responsabilidade técnica da empresa, na excursão ocorrida em Caieiras em 20-04-1890, poucos dias antes da fundação do Banco União, que teria absorvido os bens da Companhia Melhoramentos. É fato que os nomes que compõem as duas diretorias não coincidem e que a Companhia Melhoramentos de São Paulo estabelecida em Caieiras surgiria 5 meses após a fundação do Banco União, mas o próprio Coronel Rodovalho participou da fundação do Banco União, portanto estava envolvido com os objetivos da empresa. Nesta conjuntura não podemos compartilhar das colocações de Donato (1990) quando o autor afirma que a empresa homônima tinha interesses distintos daqueles expressos por Rodovalho:

Existira, em começo de 1890, uma Companhia Melhoramentos de S.Paulo. Melhoramentos era uma palavra e disposição muito em moda. Os dois principais jornais paulistanos publicaram, todo o mês de janeiro, este anúncio: “Companhia Melhoramentos de São Paulo. / Compra, de contar própria ou alheia, terrenos e casas nesta capital e em seus subúrbios. / Toma empreitada de obras públicas e de construções de prédios particulares, recebendo o pagamento em amortizações mensais, mediante hipoteca do prédio, e pelo prazo de 1 a 10 anos. / Empréstimo para construção de prédios de 1 até 25:000\$000 réis, mediante hipoteca e pagamento por amortizações mensais e prazo de 1 a 10 anos. / Empréstimo sob hipoteca de casas e terrenos no município desta capital e pelo prazo de 1 a 5 anos, sendo o pagamento na forma que se convencionar. / Encarrega-se de venda de terrenos em lotes, na forma convencionada com os proprietários. / Recebe dinheiro a prêmio por prazo nunca menor de um ano. / Escritório – rua 15 de novembro nº 19, sobrado. / Diretores: Presidente, dr. Joaquim José Vieira de Carvalho – Superintendente dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo – dr.

Antonio Paes de Barros – João Batista de Mello Oliveira – dr. José Vicente de Azevedo” (Correio Paulistano, página 3, 1ª coluna, 23.1.1890) Nada a ver com os propósitos da campanha do coronel Rodovalho (DONATO, 1990, p. 33).

Como vimos, a Companhia Melhoramentos foi fundada em setembro de 1890, no Rio de Janeiro e registrada na junta comercial da capital federal, com objetivo de explorar atividades agrícolas em suas fazendas, extração de minérios e fabricação de materiais para construção e papéis. Mônica Silveira Brito (2000) afirma que a Companhia Melhoramentos instalada na capital paulista no início de 1890 tinha, inicialmente, objetivo de adquirir e comercializar terrenos e casas na capital paulista; vendas de materiais para construção; construção de obras públicas e particulares. A autora afirma que faziam parte desta diretoria: J.J. Vieira de Carvalho, Francisco de Paula Mayrink, Francisco de Paula Ramos de Azevedo, Antonio Paes de Barros, João Batista Mello de Oliveira, Antonio de Lacerda Franco, Pedro Vicente de Azevedo, Carlos de O. Sampaio e Antonio Proost Rodovalho.

A organização desta empresa em São Paulo no mesmo ano em que Rodovalho promoveu a fundação da Companhia Melhoramentos de São Paulo, no Rio de Janeiro, nos mostra um conflito que envolve nomes idênticos das empresas, ambas com a participação de Rodovalho, entretanto com sedes e objetos sociais diferentes. Vicentini (2007) aponta uma alternativa para o entendimento desta questão que nos parece bastante aceitável e mostra dados que permitem acreditar que as duas empresas poderiam ser a mesma. A Companhia Melhoramentos ligada à Companhia Melhoramentos do Brasil, era ligada às atividades agrícolas, produção de materiais de construção e extração de minérios. A outra empresa, ligada à compra e venda de terrenos e construção de casas, instalada na capital paulista, começou a explorar pedreiras, produzir cal, produtos cerâmicos e papéis a partir de 1901. Até esta data, esta fabricação era feita pela empresa sediada no Rio de Janeiro, com estabelecimentos fabris em Caieiras. Neste período estava em curso a transferência da empresa do Rio de Janeiro para São Paulo, o que foi concretizado em 1903 (VICENTINI, 2007). Donato (1990) aponta uma séria crise ocorrida com a empresa nos primeiros anos da década de 1890. Neste período o valor das ações caiu de 700 para 200 réis e em 1892, com a redução do capital o total de ações caiu de 75 mil para 33 mil. Neste ano, optou-se pela continuidade apenas dos serviços industriais, extinguindo-se as atividades agrícolas. Após tentativas de sanar a crise econômica instituída na empresa, a diretoria da Companhia decidiu por vender Caieiras, decisão que desagradava Rodovalho. Não existindo mais interesse da Companhia Melhoramentos do Brasil em manter a Melhoramentos de São

Paulo, a sede seria transferida para a capital paulista. Após esta tramitação legal, a empresa foi registrada na junta comercial de São Paulo em 1903. Assim, Vicentini (2007) considera

[...] que é possível acreditar que se tratava da mesma companhia, pois no período em que ocorreu a transferência de sua sede, seu objeto social podia então ser incorporado ao Banco União, como o restante da empresa. Assim, ao aproveitar a concessão obtida por Antonio de Lacerda Franco para a constituição de um banco, a diretoria da Companhia Melhoramentos de São Paulo adotou uma medida estratégica, participando da constituição desse banco, tornando-se sua segunda maior acionista e incorporando seus bens àquela instituição financeira. Dessa forma, a Melhoramentos estava sob controle do Banco União, beneficiando-se com a possibilidade de maiores investimentos, uma vez que, entre suas funções, o banco poderia investir em construção, comercialização e financiamento de imóveis, bem como na produção de material para a construção, exatamente o que foi feito pela Companhia Melhoramentos. Embora não disponhamos do quadro completo dos acionistas da Companhia Melhoramentos de São Paulo e do Banco União, ao observarmos os nomes dos principais sócios, portadores de maior número de ações, constatamos que vários estavam presentes nos dois empreendimentos. Quanto aos investidores que compraram ações da Melhoramentos, quando foi registrada no Rio de Janeiro, conhecemos apenas o nome do conselho fiscal. A documentação existente não nos permite garantir que se tratava da mesma empresa. Acreditamos que sim (VICENTINI, 2007, p. 102).

E, desta forma, justificar-se-ia a existência das duas empresas homônimas.

Capítulo II

Organização Social e Espacial de Caieiras

2 Organização Social e Espacial de Caieiras

2.1 A organização das vilas

Os núcleos fabris constituídos por empresas costumavam oferecer ao trabalhador uma estrutura complexa que compreendia muito mais do que apenas as moradias. Estes lugares seriam, nos dizeres de Correia (1998), concebidos para produzir mercadorias e reproduzir uma força de trabalho capacitada para o trabalho industrial. Ali, a fábrica seria o centro da vida local. O cotidiano e o tempo dos operários estariam controlados e moldados pelas necessidades produtivas. Em comum, estes lugares tinham a preocupação com a segurança, higiene, saúde e economia. Correia (1998) aponta que os núcleos tendiam à hierarquização e divisão funcional dos espaços. Essa idéia estaria associada ao controle dos comportamentos individuais que seriam percebidos também na organização do interior das casas, que teriam espaços com dimensões e estrutura compatíveis com a separação das funções, dos sexos e idades. Abordamos aqui a organização estabelecida no núcleo fabril da Companhia Melhoramentos, que era formada a partir das unidades produtivas e oferecia ao trabalhador uma complexa estrutura composta por vilas residenciais, escolas, armazéns, lazer, serviços e assistência médica. Além da distribuição destes elementos que compunha o núcleo fabril de Caieiras trataremos ainda dos primeiros grupos de moradores que se fixaram na região.

2.1.1 1877-1920: primeiras ocupações

Desconhecemos algum plano oficial⁴⁰ para o traçado urbano de Caieiras que tenha sido elaborado para sua implantação a partir do século XIX. Entretanto, pode-se observar que a estrutura espacial de Caieiras seguiu um plano, mesmo que informal, ao começar a se desenvolver ao redor das principais unidades produtivas estabelecidas, inicialmente, nos

⁴⁰ Em outros exemplos, alguns núcleos fabris tiveram planos urbanísticos elaborados por profissionais e outros seguiram implantações informais. Entre os núcleos que seguiram planos elaborados por profissionais, Correia (1998) destaca, na França, a ampliação de Mulhouse, projetada por Émile Muller, em 1852; o núcleo da fábrica têxtil de Marquette, projetado pelo arquiteto Tierce, em 1846 e a ampliação do núcleo de Noisel, projetada pelo arquiteto Jules Salnier. Na Inglaterra, destacou o plano geral para o núcleo de Saltaire – fábrica e partes dos projetos de arquitetura de casas e equipamentos coletivos – que foi projetado pelos arquitetos Henry Lockwood e William Mawson; a contratação de muitos arquitetos para projetar moradias e prédios em Port Sunlight; os planos e projetos de arquitetura elaborados pelo arquiteto Alexander Harvey para Bournville; o plano urbano e os primeiros prédios de New Earswick concebidos por Raymond Uwin e Barry Parker; a criação na década de 1840 por indústria têxtil de Copley, projetado pelo arquiteto George Scott e Julian Hill que projetou Bromborough Pool. No Brasil a ocorrência de núcleos fabris com planos projetados por profissionais construídos até a década de 1930 é rara. Em Santa Catarina existe informação sobre plano elaborado por engenheiro-arquiteto alemão em 1925 para a Fábrica Renaux e no Rio Grande do Sul, há informações de projetos elaborados por arquitetos uruguaios para prédios construídos pelo Frigorífico Armour (HERING, 1987; ALBORNOZ, 1997).

diversos sítios, terras que por continuidade do território formavam a Fazenda Cayeiras. As primeiras ocupações da Companhia Melhoramentos, ao que tudo indica, deram continuidade à ocupação das casas de colonos que já existiam nas propriedades formadoras da Fazenda Cayeiras na ocasião da consolidação da Cia. Melhoramentos, ou foram construídas posteriormente ampliando-se o número de unidades existentes para abrigar o contingente de trabalhadores.

Deste modo, a formação das vilas durante os últimos anos do século XIX foi iniciada com as casas de colonos existentes e seguiu este modelo durante os primeiros anos do século XX. Este fato pode ser comprovado com a observação da construção de casas de aspecto rural nas proximidades da estação de trem, durante primeira década do século XX (*ver figuras 57, 59 e 60 - item As casas operárias até a década de 1920*). As casas de colonos estavam localizadas nas proximidades dos setores produtivos e assim, através de fotos e relatos, observamos que existiram, neste período, em pelo menos oito localidades: Rua dos Coqueiros, Sobradinho, Calcária, Bonsucesso, Cerâmica, Fábrica de Papéis, Caieiras e nas proximidades do Tancão.

Figura 3 As casas de colonos no bairro da Cerâmica

Fonte: Donato (1900)

As casas de colonos da Fazenda Cayeiras receberam grande número de famílias de trabalhadores imigrantes que deram impulso ao povoamento e desenvolvimento da região ainda antes da implantação do núcleo, assunto que será abordado no item *O povoamento das vilas*. Dando início aos relatos sobre as primitivas vilas que compuseram o núcleo de

Caieiras, Antonio Eusébio (2011), ex-morador do núcleo, retrata algumas lembranças sobre as colônias:

Tinha a Cerâmica que eram casas mais antigas, bem antigas, não sei te dizer de quando que era. (Os habitantes das colônias) que vieram de tantos lugares, né? Vinham de Campinas, deste interior de São Paulo. Tinha o pessoal que veio assim como imigrantes, foram pra roça, pra lá e depois vieram da roça trabalhar na Melhoramentos. E aí começaram a “colonizar” estas pessoas que vinham do interior pra ser funcionários ali...então tinha uma colônia ali embaixo, mas isso eu era muito criança...tinha 6 ou 7 anos...eu lembro bem dessa colônia. Agora lá em cima na Vila Floresto⁴¹, lá pra frente, os bairros eram todos antigos, porque depois do Floresto tinha a Aldeia [...] Ficava perto do Horto, entre o Horto e o Tancão tinha uma vila que ficava afastada assim, no mato assim, né, chamava Aldeia. Lá era que nem uma aldeia, chamava aldeia porque era uma aldeia mesmo. Porque era assim, uma vilinha de casas que tinha uma casa aqui, uma casa aqui, no centro tinha um poço comunitário. Então tinha aqui uma vilinha de casas que morava meu avô. Uma vila, uma outra vila de casas de outras pessoas, devia ter umas três ou quatro casas e aqui uma outra vila de casas que tinha mais duas ou três casas...é...tudo grudado, mania de fazer tudo grudado, até parece que não tinha espaço, tanta terra, né?Então era assim aqui tinha uma vila, meu avô morava aqui, aqui tinha mais duas ou três casas, o pessoal dos Silveira moraram nestas casas aqui e formava que nem uma aldeia, e a gente nem falava aldeia, né? Era “ardeia, ardeia” (EUSÉBIO,2011).

O relato de Eusébio trata da existência desta vila pouco lembrada atualmente pelos antigos moradores, cujo nome Aldeia foi aplicado devido à configuração da implantação dos grupos enfileirados de casas dispostos em “U” ao redor do poço de água. A descrição das moradias desta vila nos pareceu seguir modelo semelhante ao das casas de colônia.

O núcleo de Caieiras, em 1920, já mostrava porte e tomava dimensões surpreendentes. Já era um prenúncio da nova estrutura que se instalaria nos próximos anos partilhando o espaço com as antigas instalações rurais:

Possue Cayeiras 650 casas, para operários e administração; 4000 alqueires de terra, quasi todos plantados de especies vegetaes proprias para a industria do papel, como sejam eucalyptos, cruptomea japonica, casuarinas, etc; linha férrea na extensão de 30 kilometros corta a propriedade em diversas direcções; possui 7 escolas com media de frequencia de 40 alumnos e um grupo de 100 escoteiros, filiados á Associação Brasileira de Escoteiros; 1500 operarios e suas familias; pharmacia; templo religioso, theatro, hospital em construção, associações recreativas e desportivas, jornal publicado por auxiliares da Companhia, etc. (A MARCA D'ÁGUA NO PAPEL DE IMPRENSA E A INDUSTRIA NACIONAL DE PAPEL s.d., p.38 *apud* CORREIA, 1998, p.94-95).

O relato acima mostra que a estrutura de Caieiras já estava se definindo como um grande núcleo fabril que tendia a crescer ainda mais nas décadas seguintes, principalmente com o aumento de moradias e com instalação de armazéns e igrejas para atender às novas

⁴¹ Alguns ex-moradores tratam o lugar como Vila Floresto e outros como Vila Foresto. À exceção da transcrição dos relatos, adotaremos Vila Foresto.

demandas. Podemos associar o porte da indústria de Caieiras neste ano a um reflexo da I Guerra. A importação de celulose havia sido suspensa colocando as indústrias do setor papelero em dificuldades. Diante desta suspensão, Caieiras assumiu uma posição produtiva privilegiada devido à sua auto-suficiência em relação à matéria-prima, chegando a produzir em 1919 cerca de 240 toneladas de papel. O período de ausência do produto estrangeiro competidor permitiu o crescimento da Companhia Melhoramentos ainda durante a primeira década do século XX. Em 1916 foi fundado o primeiro grêmio, o Melhoramentos Futebol Clube e no ano seguinte, foi inaugurada a Igreja Nossa Senhora do Rosário, na Rua dos Coqueiros. A produção de papel, neste período, contrabalanceava a produção de cal e cerâmica que foram bastante reduzidas com a diminuição das obras públicas. Com isso, em 1918, o número de trabalhadores da fábrica de papel superava o de outras atividades. Foi também a dificuldade de encontrar papéis no mercado durante o período de guerra que motivou a Weiszflog Irmãos a procurar uma parceria que resolvesse esta dependência do mercado de matéria-prima, culminando na incorporação das duas empresas, em 1920 (DONATO, 1990). O gráfico demonstrativo da produção de papel referente ao período compreendido entre os anos de 1892 e 1950 mostra que a fábrica manteve um ritmo sempre positivo e crescente (*figura 4*).

Entretanto, nas imagens dos mapas consultados que correspondem às datas de 1901, 1908, 1912 e 1925, não foi possível constatar o crescimento da estrutura física do núcleo de Caieiras. Os mapas mostram pequenos aglomerados na Rua dos Coqueiros e nas proximidades da fábrica (*ver Anexos A, B, C, D*).

Durante a década de 1920, o consumo de madeira para abastecimento dos maquinários e dos fogões à lenha das casas, levou as florestas na Companhia a uma situação preocupante em relação à quantidade de áreas ainda cobertas por matas. Um levantamento feito neste período mostrava que dos 4000 alqueires de terra da empresa, apenas 30% estavam recobertos por matas, 66% eram campos e 4% estavam ocupados com plantações. Isso levou a Companhia a investir em experiências e na criação do viveiro de mudas, nascendo, neste período a vila do Horto Florestal. Assim, um estudo feito em Caieiras mostra que

Emquanto iamos colhendo os dados theoricos e praticos, iniciamos a construção de casas operárias para podermos atacar com vigôr este problema, e não tardou para que cerca de 200 operarios estivessem empregados na plantação dos primeiros Eucalyptus, cujo número com o tempo elevou-se a quase 1.000.000 pés (O PROBLEMA DA MATERIA PRIMA DO PAPEL NO

BRASIL - ESTUDO E REALIZAÇÕES FEITOS EM CAIEIRAS PELA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO, [19-].

A descrição da implantação desta vila coincide exatamente com a explicação de Joel Csernik (2011), ex-morador do núcleo, sobre a forma de implantar as vilas operárias nas proximidades dos setores produtivos:

[...] tinha o setor de plantio, então existia um grupo de casa ali. Tinha um setor de produção, então eles faziam as casas mais próximas daquele setor. Então assim eles foram fazendo. Então cada setor, tinha seu pessoal especializado [...] eles foram dividindo, né? Que nem lá no Monjolinho mais era quem trabalhava no cal, na plantação pra fazer mudas de eucalipto, então, eles pegavam por setores (CSERNIK, 2011).

Figura 4 Demonstrativo do crescimento da produção do papel, 1950

Fonte: Companhia Melhoramentos de São Paulo–Indústrias de Papel–1890-1950

As *figuras 5,6,7,8*, mostram um aumento de habitações de aspecto rural no entorno da fábrica e o surgimento de novas edificações tanto fabris como habitacionais. Na *figura 5*, temos uma vista da fábrica, referente ao período entre 1888-1889, durante a construção da barragem para elevar o rio Juqueri com intuito de fornecimento de energia hidráulica. Notamos no canto superior esquerdo uma pequena casa implantada na declividade do terreno, que segue os padrões das casas rurais. De certo, trata-se de um grupo de casas enfileiradas já existentes no local quando da construção da fábrica ou construído nos mesmos moldes das anteriores para moradia das famílias dos trabalhadores que ali se estabeleceriam. O panorama da *figura 6* mostra grande quantidade de casas rurais implantadas nas imediações da fábrica de papel, que neste momento, ano 1900, já estava

em funcionamento. À medida que os trabalhos na fábrica foram aumentando, ampliou-se o número de moradias no local. A *figura 7* nos permite uma avaliação mais detalhada do local. Nela temos uma vista geral do bairro da fábrica em 1920, ano que marca a posse da diretoria pela família Weiszflog. Observa-se a ampliação das edificações fabris e a formação do entorno cercado, de pelo menos 21 unidades de moradias alinhadas, enfileiradas e que obedeciam em suas implantações à declividade do terreno. A arquitetura destas casas será analisada, posteriormente, no item *Moradia em Caieiras*. Observamos à esquerda da chaminé uma edificação isolada (*figura 7*). Sabemos que durante a administração dos alemães esta casa foi destinada à moradia de gerente. Junto dela, nos anos seguintes, também na administração Weiszflog outras foram construídas com a mesma finalidade: abrigar as famílias de gerentes e chefes. Assim, esta faixa de terrenos altos do bairro da fábrica formou um aglomerado de residências caracterizado pela moradia de funcionários que ocupavam os cargos mais altos da empresa, a exceção dos Weiszflog. Estas casas são perfeitamente visíveis na *figura 8*, datada de 1926. Os depoimentos dos antigos moradores apontam que moraram nestas casas os Faltin, os Khoeller, os Satrapa, os van Bellen, os Glaser, os Kohl, todos funcionários da chamada “alta chefia” em meados do século XX. Os patrões alemães⁴² implantaram suas residências em locais amplos e isolados, que garantia certa distância das casas de operários e mesmo de chefes, como a casa conhecida por Sobradinho, no bairro de mesmo nome, e as chácaras, como a conhecida hoje por chácara da Dona Bertha, formada por um amplo terreno que garantia o isolamento da moradia próxima à estação.

[...] eles tinham uma casa lá, do outro lado do rio [...] mas a gente, os “mortais”, não íamos lá, a casa ficava lá no meio do mato, meio escondida, mas eles não estavam sempre lá, tinha um sobradão, uma casa grande, e tinha também uma pessoa meio diferenciada que morava perto da estação de trem mesmo [...] tinha perto da fábrica, você descia, ali do outro lado do rio tinha um casarão também mas era onde os “mortais” não chegavam. Você chegava perto, mas os seguranças não deixavam você ir para lá. Na minha lembrança aquela casa era dos Weiszflog (BELLEN, 2011).

A descrição de Bonno van Bellen (2011), ex-morador do núcleo, refere-se provavelmente à casa de Walther e Bertha Weiszflog, que era próxima à estação e a outras propriedades da família nas proximidades da fábrica.

⁴² Alguns membros da família Weiszflog não residiam em Caieiras. De acordo com os relatos dos antigos trabalhadores, eles residiam no Alto da Lapa, em São Paulo.

Figura 5 O bairro da fábrica, 1888-1889
Fonte: Donato (1990, p. 37)

Figura 6 O bairro da fábrica por volta de 1900. Nota-se à direita, o enfileiramento das casas
Fonte: Donato (1990, p. 40)

Figura 7 O bairro da fábrica, 1920.

Fonte: Donato (1990, p. 64)

Figura 8 O bairro da fábrica, 1926

Fonte: Donato (1990, p.85)

Ao analisarmos o quadro da *tabela 5*, notamos que alguns dados são incompatíveis em relação a um crescimento contínuo do núcleo habitacional constituído na Companhia Melhoramentos. Notamos que em 1920, foi declarado haver 650 casas em Caieiras. Entendemos que nas 650 casas já estariam incluídas moradias ocupadas por solteiros. Seis anos depois, o número de famílias somado ao número de solteiros era de 588. Se cada

família e cada solteiro ocupavam uma habitação computada, considerando que os solteiros ocupavam quartos e não casas, e mesmo assim, somando um quarto individual para cada solteiro, o número de habitações que temos ainda é menor àquele declarado em 1920. Pode-se supor que a declaração de 1920 sugeriu números aproximados de habitações ou que começava, naquele momento, algumas demolições. A tabela ressalta também que entre nos anos de 1926 e 1957 a média de moradores dentro de uma casa de família foi alterada. Em 1926 a média estabelecida era de 4,83 moradores por casa e em 1957, ocorreu uma pequena redução, passando a 4,56. Os relatos de antigos moradores afirmam que a ocupação das casas muitas vezes ocorria com números bem maiores que os números aferidos na média do quadro resumo, chegando a ter 5, 6, 7 até 11 moradores de uma mesma família em casas de quatro cômodos.

2.1.2 1930-1960: surgimento das novas vilas

A partir da década de 1930, Caieiras passou por ampliação e renovação de suas vilas. Entretanto, a falta de registros na Prefeitura acerca de demolições e novas construções e a perda, devido à enchente de 1987⁴³, dos registros referentes às construções, dificultaram a identificação exata do surgimento e demolição de vilas. Tomamos como referência as fotos encontradas, as placas de inscrição da data da construção das poucas casas remanescentes e os relatos feitos por moradores e de literatura, que se tornaram importantes documentos para esta investigação.

Pode-se dizer que o núcleo fabril de Caieiras chegou ao início da década de 1950 estruturado em três comunidades principais que se desdobravam em pequenas vilas: Caieiras/Cerâmica, Fábrica de Papel e Monjolinho. Desta forma, as comunidades continuaram a se organizar ao redor dos setores produtivos que havia dentro do núcleo. Cada comunidade era formada por vilas que, muitas vezes, eram identificadas apenas pelos nomes das ruas e a nomenclatura destas ruas estava, muitas vezes, relacionada aos sobrenomes das primeiras famílias que chegaram ao local ou faziam referência aos serviços ali prestados. Assim, propusemos com base nos levantamentos citados uma estrutura aproximada sobre a organização das vilas dentro das principais comunidades e sua situação no ano de 2010 (ver *tabela 1*).

É interessante notar que mesmo durante o período de renovação das casas para trabalhadores, que fez surgir novas vilas no núcleo fabril da Companhia, ainda era

⁴³ Motivo justificado pela assessoria jurídica da Companhia Melhoramentos quando solicitamos consulta a tais arquivos.

permitido ao trabalhador a construção autônoma de sua residência. Ao mesmo tempo em que começavam a surgir, durante as décadas de 1930 e 1940, vilas inteiras padronizadas, com construção gerenciada pela Cia., como as vilas do Barreiro, Barreirinho, Vila Chic, Vila Leão, parte da Rua dos Coqueiros, surgiam também construções autônomas, construídas por funcionários que, autorizados pela Companhia, erguiam suas casas utilizando a taipa como técnica construtiva produzindo nas vilas um cenário mesclado entre a simplicidade de alguns agrupamentos e certa sofisticação de outros⁴⁴. Izidro Gabrielli (2011), ex-morador do núcleo, se lembra de ter visto algumas casas de barro, entre elas a ocupada pela família de Benedito Furquim, serem demolidas na Vila Chic, onde já havia na mesma época casas novas construídas com tijolos queimados e acabamento aparente desde a década de 1930. No terreno da casa da família Furquim foi construído no final da década de 1940 o Grupo Escolar Alfried Weiszflog. Antonio Eusébio (2011) relata que a casa de barro construída pelo pai, em 1936, foi a primeira da Vila Foresto, quando nesta ocasião

[...] (a Companhia) cedeu o terreno, Naquele tempo era fácil, né? Eles davam o terreno e a pessoa construía como podia. Tinha que fazer, mas não era casa de alvenaria não, era de barro (EUSÉBIO, 2011).

Uma matéria publicada em 1935 pelo jornal O Estado de São Paulo, mostrava que o núcleo fabril

[...] possui uma das maiores fabricas de papel da America do Sul, pertencendo à Cia. Melhoramentos de São Paulo; possui ainda 3 escolas publicas, uma escola particular, agencia de correios, 2 cinemas, 3 alfaiatarias, 3 sapatarias, 1 pharmacia, 1 gabinete dentario, 4 emporios, 3 olarias, 2 egrejas, salões de barbeiro, 1 açougue, 1 fabrica de cal com 7 fornos contínuos; tem ainda (...) diversas organizações recreativas, 2 bandas de música, o Club de Melhoramentos de São Paulo, com mais de 300 socios, com um patrimonio de 70:000\$000; a União Recreativa Melhoramentos de São Paulo, com 368 socios e um patrimônio de 35:000\$000; o Italo Brasileiro Futebol Clube, com 165 sócios e um patrimonio de 12:000\$000. A população é de mais de 6.000 habitantes. Só a Companhia Melhoramentos de São Paulo dá emprego a mais de 1.000 operarios, todos alli residentes, o que é uma grande demonstração da vitalidade daquella empresa que gosa de justos titulos de benemerencia, entre seus trabalhadores, attestando ainda as grandes possibilidades daquella prospera população que tão bem corresponde ás esperanças daquelles bandeirantes modernos da industria nacional (O Estado de São Paulo publicado em 3/12/1935).

⁴⁴ Situação semelhante foi observada no núcleo fabril constituído por indústria têxtil em Paulista (PE). Neste núcleo até a década de 1930 as casas construídas pela fábrica abrigavam apenas funcionários especializados, como gerentes e técnicos e parte dos operários. A maioria dos trabalhadores operários morava em mocambos cobertos de palha. Tais mocambos eram construídos em terras cedidas pela empresa pelos próprios operários e comercializados entre eles (CORREIA, 1998). Esta condição formava, assim como em Caieiras, um cenário mesclado entre as edificações. Entretanto, em Caieiras não tivemos conhecimento de comercialização destas casas erguidas pelo próprio funcionário com outros trabalhadores como ocorria em Paulista.

A estrutura de Caieiras podia ser comparada a uma “pequena cidade”, que abrigava os operários e funcionários especializados em setores da produção de papel, capaz de reter os trabalhadores no local, já que durante muitas décadas pouco havia além das vilas da Companhia naquela região. Para uma leitura acerca do desenvolvimento de Caieiras entre os anos de 1920 e 1958, propomos análise do quadro da *tabela 2*.

A Companhia se obrigava a atender a todas as necessidades dos moradores referentes ao transporte, subsistência, higiene, segurança interna, recreação, rede interna de luz, de telefone, água e esgoto, serviços ferroviários e rodoviários coletivos. Os serviços eram oferecidos, “mantidos ou subsidiados dentro de seus terrenos particulares e em benefício exclusivo de seus empregados e famílias” e era “garantia do nível e condições de vida assegurado a toda coletividade trabalhadora da empresa” (PRONTUÁRIO DEOPS nº 96964, p. 2-3).

Assim, em cada comunidade a Cia. oferecia armazéns de abastecimento, escola e clubes para suprir a necessidade dos trabalhadores. Ao final do ano de 1950 a Companhia publicava os resultados de seus serviços de assistência social própria:

A legislação brasileira, em matéria de assistência e de previdência sociais, apontada como uma das mais avançadas do mundo impõe à indústria em geral, a obrigatoriedade de contribuições ou encargos que já oneram sensivelmente os custos de produção. Sem embargo, por motivos da mais variada espécie, o custoso aparelhamento assistencial e previdenciário existente não tem podido corresponder aos justos anseios das classes trabalhadoras, nem tem podido prescindir, como seria de justiça e ideal, da ação supletiva ou complementar que as empresas, via de regra, são obrigadas a manter, às próprias expensas e com sobrecarga das suas já pesadas contribuições compulsórias. Assim, sem prejuízo de sua ação no sentido de que seus empregados e dependentes usufruam o máximo dos benefícios assistenciais dos órgãos e serviços criados por lei, desenvolve a Companhia Melhoramentos de São Paulo – Indústria de Papel de conformidade com a peculiaridade de sua organização, vasto e complexo serviço de assistência social própria [...]. Sempre que possível, a administração e a responsabilidade pelos serviços sociais são confiadas aos próprios empregados, com um máximo de autonomia e, apenas, a indispensável interferência planificadora, por parte da empresa, no interesse da consecução de ideais e objetivos comuns. Para que se tenha rápida noção do que tem realizado a Companhia, nos sessenta anos de sua existência, por exemplo, em Caieiras, basta considerar que, na atualidade, dentro dos terrenos particulares da empresa, estão edificadas vários núcleos residenciais com cerca de 1000 residências, de vários tipos e padrões; igrejas; escolas e grupos escolares; três clubes esportivos e recreativos, com ótimas instalações. Foram organizados serviços de assistência médica, odontológica e farmacêutica; serviços de abastecimentos de secos e molhados e armazinhos; serviços de segurança, limpeza e higiene internas; serviços de luz, água, esgoto, telefone, transporte, etc. [...] (COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO, INDÚSTRIAS DE PAPEL 1890-1950, p.32e 34).

Tabela 1 Organização das vilas em Caieiras até meados do século XX

Comunidade	Vila	Provável início das construções		Situação 2010
		Até ou durante a década de 1920	Durante as décadas de 1930-1940	
Caieiras/Cerâmica	Rua dos Coqueiros	❖		Poucas casas.
	Vila Pinheirinho		❖	Demolida
	Vila Barreiro		❖	Poucas casas.
	Vila Khol		❖	Demolida
	Charco Fundo		❖	Demolida
	Barreirinho	❖		Demolido
	Cerâmica	❖		Demolida
	Mato-Grosso	❖		Demolida
	Vila dos Ventura		❖	Demolida
	Vila das Cabras	❖		Demolida
Monjolinho	Vila Foresto		❖	
	Olaria	❖		Demolida
	Aldeia	❖		Demolida
	Horto Florestal	❖		Poucas casas
	Bairro Monjolinho	❖		Apenas os fornos
	Bomsucesso	❖		Demolida
	Sobradinho	❖		Apenas o Sobrado
	Calcárea	❖		Demolida
	Tanquinho		❖	Demolida
	Cascatinha		❖	Demolida
Fábrica	Bom Retiro	❖		Demolida
	Vila Morumbi		❖	Demolida
	Bairro Chic*	❖		Poucas casas
	Rua da Farmácia	❖		Demolida
	Rua do Filtro (Rua do Satrapa)	❖		Demolida
	Rua da Pensão	❖		Demolida
	Rua do Barbeiro	❖		Demolida
	Rua do Polato		❖	Demolida
	Vila Pereira		❖	Demolida
	Vila Nova		❖	Demolida
	Vila Leão		❖	Demolida
	Bairro da Curva	❖		Demolida
	Vila Pansutti		❖	Demolida
	Vila Eduardo		❖	Demolida
	Ilha das Cobras		❖	Demolida
	Ponte Seca		❖	Demolida

* Na vila Chic foram observadas construções de aspecto rural surgidas durante a década de 1920, entretanto, o nome Chic refere-se à feição que a vila assumiu após a renovação das casas ocorrida durante as décadas de 1930 e 1940.

Fonte: Acervo da autora (2011)

Tabela 2 Quadro comparativo de dados entre os anos 1920, 1925, 1935, 1940, 1958

Dados	RELATOS				
	1920	1925	1935	1940	1958
Açougue			1		3
Agência de correios			1		
Alfaíatarias			3		3
Banda de música		2	2	1	1
Barbeiro			+ do que 1		8
Bares					9
Bares e sorveterias					3
Bazar					1
Biblioteca		1*		Nas sedes dos clubes	
Casas	650	600			
Casas de móveis					2
Cinemas		1	2		2
Clubes e sócios	mais do que 1	3 **	3***	3	4
Dentista			1		2
Empórios/Armazéns		5	4	5	3****
Escolas e alunos	7(frequência média de 40 alunos	5 com 200 alunos	4 (3 públicas e 1 particular	5 com frequência de 660 alunos	7 (3 Grupos; 1 mista estadual; 2 mistas municipais; 1 de corte e costura
Escoteiros	100 escoteiros	50 escolteiros		1 grupo	
Escritório comercial					1
Fábrica de Celulose					1
Fábrica de Cerâmica					1
Fábrica de Papel			1		1
Fábrica de talco					1
Farmácia	1	1	1		2
Fazenda					1
Ferrovia	30 Km	28 Km com 7 locomotivas			
Fornos de cal			7 contínuos		Alguns
Granja					1
Hospital	1 em construção			1 projeto do sindicato para hospital	
Igreja	1	1	2	2	8*****
Jornal	1	2 (O Pharol e CAIB)			
Leiteria					2
Lojas de fazenda e armarinhos					3
Lojas de ferragens					2
Marcenarias					2
Oficinas de costura					1
Oficinas mecânicas					7
Olarias			3		13
Operários	1500		+1000	1500	
Padarias					2
População			+6000	3000 (+ ou -)	8000
Profissionais liberais					Alguns*****
Quitandas					3
Relojoaria e Joalheria					1
Sapatarias			3		
Sindicato				1	1
Teatro	1				1 sociedade cultural artística
Usina termo-elétrica					1

Fontes: A marca d'água no papel de imprensa e a indústria nacional de papel apud Correia, 1998.; Correio Paulistano, 5 de abril de 1925, *apud* DONATO, 1990, p.77 ; Jornal O Estado de São Paulo, 1935; A Obra Social da Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1940; Abaixo assinado apresentado à Assembléia Legislativa do Estado de SP para criação do município de Caieiras com informações sobre estabelecimentos dentro e fora da Companhia, 1958, in PERES, 2008.

* com 200 volumes na clube da seção cal

** clubes e 1 associação feminina esportiva e de palestra literárias

*** CRM com 300 sócios; RMSP com 368 sócios e o IBFC com 165 sócios

**** + 1 cooperativa de consumo

***** 3 Igrejas católicas; 3 centros espíritas; 1 centro racionalista; 1 Assembléia de Deus

***** 3 advogados; 1 engenheiro; 1 químico industrial; 10 professores primários; 5 professores secundários; 4 médicos; 4 farmacêuticos; 2 dentistas; 2 enfermeiros; 1 capelão-padre

A estruturação do serviço social descrito na citação anterior está traduzida com bastante clareza no organograma da *figura 9*, onde podemos ver toda distribuição e controle da empresa sobre tais serviços:

Figura 9 Organograma do serviço social de Caieiras – SESCO

Fonte: Companhia Melhoramentos de São Paulo, *Indústrias de papel 1890-1950* ([19-] p. 35)

Zeferino Prando (2011), ex-morador do núcleo, relata a existência de armazéns nos seguintes bairros durante a década de 1940 e 1950:

[...] armazéns tinha no Bonsucesso, na Calcária tinha também armazém da Melhoramentos [...], no Monjolinho tinha armazém, na fábrica tinha armazém e em Caieiras. Tinha cinco armazéns. Era armazém que vendia de tudo, inclusive na época, a Melhoramentos pagava muitas vezes com ficha, tipo de um vale. Então você ia no armazém com o vale de 10 centavos, 50 centavos e naquele tempo você comprava um quilo de feijão! Tinha ficha pra todo mundo. Então isso funcionou muitos anos assim e funcionou bem. Não tinha problema. Os armazéns da Melhoramentos tinham de tudo. [...] eu me lembro do bacalhau. [...] naquele tempo ninguém sabia fazer o bacalhau, o bacalhau era tudo importado naquela época. Bacalhau da Noruega, bacalhau do bom mesmo! Ninguém queria [...] e custava uma mixaria o bacalhau (PRANDO, 2011).

O fornecimento de energia e de água para as casas de funcionários também era incumbência da Companhia. Os serviços de luz eram distribuídos entre os moradores com

diferenciação no consumo permitido⁴⁵. Notamos no depoimento de Bellen (2011) sobre a descrição da casa em que sua família morava em meados da década de 1950, que esta era uma condição inclusive para as casas da “alta chefia”, caso do pai de Bonno:

O terreno era bem grande [...] eram casas de tijolo à vista e tinha sala, três ou quatro quartos, um porão embaixo, tinha fogão à lenha ainda e o aquecimento da água da casa passava no fogão à lenha, então, tinha água quente na casa desde que você mantivesse o fogão aceso e tinha um telefone que eu não esqueço, de manivela ainda, então você ligava para a telefonista e fazia a ligação pra fora (BELLEN, 2011).

As escolas também eram distribuídas entre as principais aglomerações. Prando relatou a existência de escolas nos anos entre 1940 e 1950 nos bairros do Monjolinho, Caieiras, Fábrica e Calcária.

Os divertimentos no núcleo eram caracterizados pelas festas, que descreveremos adiante, e pelas diversões nos clubes, nas águas represadas do Tancão e na *piscina*, que também eram águas represadas. Estes divertimentos eram também setorizados. O Tancão, inicialmente, de acordo com os relatos dos antigos moradores, era aberto ao público e tinha certo policiamento. A *piscina*, também conhecida por *Recreio dos Alemães* era de uso exclusivo das famílias de gerentes e chefes que se recreavam neste local, onde era proibida a frequência de operários.

[...] tinha o trampolim, a gente falava o trampolim. Lá tinha a cabine deles se trocaram, as árvores, tinha as mesas deles fazerem o pic-nic deles, tinha o trampolim [...] Ah se um guarda pegasse um moleque lá, mas nós ia! (EUSÉBIO, 2011).

Ah! Eu cheguei a conhecer o Recreio dos Alemães! Assim na fábrica era um lugar muito bonito, uma piscina muito bonita, [...] foi uma amiguinha minha que me levou, ela era alemã e pai dela tinha acesso ao clube. Funcionário não tinha acesso (MINKEVICIUS⁴⁶, 2011).

⁴⁵ Ver valores cobrados e quantidades distribuídas no item 3.1.7 *O princípio da não gratuidade*.

⁴⁶ Cleide A. Minkevicius é filha de trabalhadores do núcleo.

Figura 10 Recreação das famílias de gerentes e chefes na chamada piscina, década de 1950

Fonte: Acervo particular Bono van Bellen.

As igrejas também foram distribuídas no núcleo de Caieiras em locais estratégicos. A Igreja do Rosário tinha uma localização mais centralizada se comparada às outras duas igrejas. Na Rosário eram marcadas as festividades, as saídas de excursões e até mesmo a existência de um coreto à sua frente conotava esta característica de ponto central do núcleo. A capela de São José tinha localização mais restrita nas proximidades da fábrica. Essa igreja também fazia parte do trajeto percorrido pelas procissões, entretanto não tinha esse caráter central dado à Igreja N^a. S^a. Do Rosário. Sabemos pouco sobre a Capela Sagrado Coração. Os relatos dos antigos moradores afirmam que esta igreja foi construída pelos próprios moradores da vila e foi demolida durante o processo de desmonte junto com o restante da vila.

Em Caieiras, a circulação, tanto de pessoas como de carga, no núcleo fabril da Companhia Melhoramentos de São Paulo era garantida pela utilização de uma ferrovia interna que movimentava tanto a carga para a estação ferroviária quanto os moradores das diversas vilas formadas no núcleo da CMSP⁴⁷. Em 1890, na ocasião da avaliação dos bens que formariam a Companhia Melhoramentos, o parecer de avaliação declarava a existência desta linha férrea interna com 15 quilômetros de extensão. Observamos nos *Anexos – A, B, C e D* que a linha férrea particular da CMSP conectava a estação de Cayeiras até os longínquos bairros de Bonsucesso, Calcárea, e Fábrica. Em 1920, relato apontava que a

⁴⁷ Companhia Melhoramentos de São Paulo.

linha férrea havia duplicado a extensão, passando a 30 quilômetros. Notamos que durante a década de 1930 (*ver figura 14*) não existia o ramal que dava acesso ao bairro da Calcárea.

Figura 11 Procissão e coreto em frente à Igreja N^a S^a do Rosário

Fonte: Acervo Geraldino Ferreira.

A rua principal, conhecida por Rua dos Coqueiros, delimitava o sentido da circulação por dois extensos enfileiramentos de palmeiras imperiais⁴⁸. Esta rua conduzia da estação ferroviária à Cerâmica.

É interessante observar que carros da Companhia Melhoramentos utilizavam-se também das linhas da ferrovia interna por meio de uma adaptação para os trilhos. Certamente este era um recurso que tornava a utilização dos carros bastante econômica. As *figuras 12 e 13* mostram este recurso utilizado durante a década de 1920.

⁴⁸ A demarcação da entrada principal com a suntuosidade das palmeiras imperiais pode ser observada também no núcleo fabril de Rio Tinto, Estado da Paraíba, como expõe detalhadamente Panet (2002). A semelhança também ocorre com a implantação de casas brancas e azuis ao longo da avenida. Esta prática é bastante recorrente nas instalações rurais onde os caminhos que levam à casa principal da fazenda, são também muitas vezes marcados por estas longas alamedas.

Figura 12 O “auto-trem”, veículo adaptado para a linha férrea interna, década de 1920
Fonte: Donato (1990)

Figura 13 Passeio pela Rua dos Coqueiros em carros adaptados, década de 1920
Fonte: Donato (1990)

Em relação à circulação a matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1935, que manifestava o interesse de reverter a transferência de *Cayeiras* para *Juquery*, mostra as dificuldades de acesso na região:

Cayeiras dista de Parnahyba 20 kilometros pela estrada de Peru's. Essa distancia será consideravelmente diminuida logo que fique concluida a nova estrada projectada. Seus moradores, para se dirigirem à sede do município, utilizam-se da estrada de rodagem ou da Estrada de Ferro Peru's Pirapora, que lhes presta relevantes serviços. Com a criação do districto de Franco da Rocha, pertencente ao município de Juquery, e a passagem de Cayeiras para aquelle districto e município, a população de Cayeiras foi colcada em dificuldades, quaes sejam a distancia augmentada da séde e a falta de meios de comunicação, por isso que tendo Cayeiras pertencido sempre a Parnahyba durante longos annos, o trabalho de ambas as populações foi no sentido de se intercomunicarem e despenderem esforços, ora coroados de êxito, pelos diversos meios de comunicação entre si, emquanto que, no intercambio com Juquery, no momento, terá que se sujeitar a estradas completamente intransitaveis nos tempos chuvosos, que, em S. Paulo se verificam quasi todo anno, a não ser que torne ao sacrificio que já fez na lida de construir caminhos, ou então que faça o trajecto via Sant'Anna, que é S. Paulo, seguido pela estrada de Bragança percorrendo, neste caso, nada menos que a distancia de 100 kilometros. Esta hypotese é inacceitável. Dizer-se que o trajeto poderá ser feito via Franco da Rocha, não é de nenhuma vantagem por isso que seria necessario utilizar-se de dois meios de comunicação – a estrada de ferro e o automovel. Além de dispendioso e demorado este meio de comunicação, accresce a circumstancia de que o districto de Franco da Rocha não dispõe de boa estrada para sua sede municipal, que é Juquery, o que não só difficulta a passagem dos automoveis, como tambem encarece o preço das viagens. [...] É quanto basta, para justificar a necessidade da volta de Cayeiras ao município de Parnahyba, por onde já tem os seus meios de comunicação perfeitamente regulares, na sua sequencia de bairros, principalmente quando se concluirem as obras da estrada projectada, ligando as duas localidades por distancia bem menor que a actual de 20 kilometros, incomparavelmente menor que a distancia de Juquery, que é de 35 kilometros, por pessimas condições de estrada. As dificuldades de comunicação são tamanhas, que os commerciantes e outros contribuintes preferem depositar o valor dos impostos, pela difficuldade de leval-lo a Juquery, sendo que Cayeiras paga annualmente, só de impostos municipaes, cerca de 25:000\$000 (*O Estado de São Paulo*, 03/12/1935).

Planta da Comp. Melhoramentos de São Paulo - Caieiras

Figura 14 Sistema de estradas dentro da Companhia Melhoramentos, década de 1930

Figura Fonte: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos inc.) Fábrica de papel – Editora – Gráficas

A Companhia Melhoramentos disponibilizava os serviços da ferrovia interna para locomoção dos funcionários e familiares. Entretanto, as declarações prestadas⁴⁹, em 1952, no Departamento Estadual de Ordem Política e Social – DEOPS – mencionavam ameaças de depredações do transporte da Cia. Melhoramentos por indivíduos dela não empregados, atribuídos à difusão de idéias comunistas⁵⁰. Estas acusações são curiosas tanto em relação

⁴⁹ Prontuário Deops número 44.311, de 22-01-1952. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo

⁵⁰ Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, deu-se início a um período de vigilância policial articulada e informada no interior paulista de forma intensa em busca de grupos políticos e indivíduos subversivos que estariam comprometendo a ordem instituída. O esquema de segurança foi articulado por Filinto Müller, chefe da Polícia Federal, que se empenhou em controlar as atividades políticas do interior brasileiro. Da revolução de 1930 ao Estado Novo, em 1937, ocorreu uma intensa articulação política por parte dos movimentos de esquerda e de direita instalados na maioria das cidades paulistas. Atuavam neste período grupos como a Aliança Nacional Libertadora, Juventude Comunista, Ação Integralista Brasileira, associações culturais e sindicatos operários que agiam na clandestinidade, organizando-se para uma revolução. Em nome da Segurança Nacional, a Polícia Política exercia um papel repressor, proibindo a liberdade de expressão dos pensamentos. A partir do início da II Guerra Mundial, com o apoio do governo brasileiro aos Aliados, a perseguição policial voltou-se contra os “Súditos do Eixo”, transformando estrangeiros - principalmente, italianos, japoneses, alemães, lituanos e espanhóis - em suspeitos contra a ordem nacional. A ligação destes grupos com qualquer sindicato ou associação comunitária acentuava a suspeita acerca do caráter criminoso destas pessoas. Eram obrigadas a portarem o salvo-conduto para poderem transitar pelo território nacional. As colônias estrangeiras eram obrigadas a incorporar hábitos da cultura brasileira para assim evitar que fossem identificadas como “inimigos da nação”. A ação policial contou com a colaboração de parte da sociedade civil que seduzidos pelo discurso oficial, denunciava os suspeitos de subversão, acreditando estar cumprindo com seu dever cívico (BRUSANTIN, 2003). Desta forma, as instalações de Caieiras estariam no alvo destas ações investigativas ligadas tanto às questões da Guerra, quanto às ações que poderiam dar indícios de focos subversivos na região.

aos indivíduos que estariam depredando o transporte, já que naquela época as pessoas que utilizavam os transportes eram funcionários da Companhia ou familiares e nos dois casos o uso do transporte era permitido, quanto às razões das acusações. O relato de Prando (2011), um dos menores envolvidos neste episódio ocorrido da década de 1950, revela que a princípio, tudo não passou de uma rixa entre os trabalhadores, ligada à interferência da chefia no direito de uso de tais transportes:

[...] eu comecei a trabalhar em São Paulo, eu e mais uns três ou quatro amigos, [...] e da estação até o bairro do Monjolinho era meio longe, e tinha condução da própria Companhia que levava, mas ela levava funcionário, filho de funcionário, e tinha um chefe [...] que não queria deixar nós embarcar. Aí começou, porque nós não trabalhávamos na Melhoramentos. Não trabalho na Melhoramentos mas sou filho de funcionário da Melhoramentos. Não posso embarcar aqui? Embarquei toda vida! [...] Agora não posso por que? E nós tínhamos um amigo que chamava Francisco Ortega. [...] O “Quito Ortega”, morava no Monjolinho também [...] ele tinha um bigodão grande, sabe, ele viajava, [...], ele era respeitado, porque era bom de briga, boa gente [...] bom jogador de bola, mas sabia brigar, a turma respeitava ele. Então ele tava junto e pegava a condução. Esse [...] que era o chefe, ele chegava, olhava, não falava nada pra nós. Quando ele não tava, queria tirar nós fora. Era um pau-de-arara que tinha, era um caminhão, queria tirar nós fora e que fosse a pé do Monjolinho. Mesmo sendo filho. Então nós falávamos pra ele, falta de conhecimento dele, então a gente falava:

- Por que quando tá o bigodudo aí o senhor não põe a cara?

A gente era moleque, né? [...] eu e mais os outros, era tudo. E nós xingava ele mesmo. E o que ele fez? Comunicou a Melhoramentos na Água Branca que tinha o fulano de tal, sabia meu nome, e que nós éramos comunistas, o bigodudo que ele falava era o Stalin! só que eu [...] nem sabia nada disso...

Aí chegou a intimação, meu pai pegou e [...] fomos pro Deops, meu pai até representou um, dois amiguinhos meus. Foi lá e o delegado quis fazer umas perguntas pra mim [...]. Aí ele começou a perguntar:

- Escuta, por que vocês chamam lá o bigodudo? Quem é esse bigodudo? Vocês falam que o homem que quando tá lá...

- O bigodudo é um amigo nosso, jogador de bola, é [...], o Francisco Ortega [...]. O nome dele é Francisco Ortega e ele é um rapaz bom, é respeitado lá em Caieiras, quando ele tá na condução, esse senhor chega e dá de cara com ele e não fala nada, e nós viajamos, quando ele não tá, ele invoca, quer tirar nós.

Aí perguntou pro meu pai:

-O senhor trabalha há quantos anos na Melhoramentos?

- [...] Eu já trabalho mais de trinta anos. Tenho uma família na Melhoramentos

- [...] Era só isso que eu queria ouvir (PRANDO, 2011).

Além da ferrovia havia também um automóvel de passeio disponível para as famílias que necessitavam o transporte em caso de enfermidades, acidentes de trabalho, casos emergenciais (MORAES, 1995). O depoimento de Prando (2011) mostra que a disponibilidade destes automóveis era restrita e dependia não apenas do parecer do médico ou farmacêutico, mas também da avaliação da chefia para que a liberação do veículo ocorresse. O caso do acidente de Bruno Prando durante o expediente de trabalho, ocorrido na década de 1960, ilustra bem esta condição:

[...] naquele tempo não tinha carro, a Melhoramentos tinha uns jipes, e tinha que levar no Sepaco⁵¹, em São Paulo, era na Rua Antonio Carlos, perto da Frei Caneca. Eu já era casado, morava já na vila Kohl, minha irmã [...] era solteira e morava lá no Monjolinho. Eu esperava ela antes do horário de ela começar no trabalho, pra bater um papinho e saber como é que tava o pai e a mãe. Eu sabia que tinha que levar o pai pra engessar, ele tava enfaixado. E ela me disse:

- Ih, o pai tá bravo, hein! Não mandaram condução pra levar o pai...

Ele já estava assim fazia uma semana!E ela continuou:

- Ele ligou lá pro seu Vitor – que era o farmacêutico na época – e seu Vítor falou que foi o [...] que não mandou.

Eu fiquei louco da vida! [...] eu falei pro meu chefe [...]:

- Me marca lá que eu quero falar com o [...] eu quero saber por que a condução não levou meu pai [...].

Levei um chá de cadeira. Ele passava e nem te olhava na cara e eu sentado esperando. Falei pra secretária que ele tava demorando, aí ele falou de lá:

- Tá com pressa?

Com aquela cara de pouco caso, sabe?E mandou entrar.

-Qual é o problema?

- Problema vou perguntar eu. Por que a condução não foi levar meu pai?

Ele olhou pra mim e falou:

- Condução pra levar seu pai? Por que?

- Como assim, o senhor tá sabendo, [...] meu pai tá tudo enfaixado. Quebrou a clavícula!

- Ah! Quebrou a clavícula, não quebrou a perna, então pode andar!

Aí não me mandaram embora naquele tempo porque eu já tinha os dez anos e era estabilidade, não tinha fundo de garantia, não tinha nada, mas já era estável. Eu falei pra ele [...]:

- Olha, é o seguinte, quando você perdeu o braço⁵² [...] a engrenagem tinha que ter passado no pescoço que era uma tranqueira a menos aqui! [...] Depois que eu saí, eu fui falar com o Seu Vítor, que disse:

- Pedir, eu pedi. Você sabe que a condução é pouca – e naquele tempo era pouca mesmo – [...] é que não mandou (PRANDO, 2011).

Depois de muita discussão o caso foi resolvido com o envio do jipe para São Paulo para tratar dos ferimentos de Bruno Prando no Sepaco.

Durante a década de 1960 a quantidade de carros era extremamente reduzida não só no núcleo fabril da Companhia, mas em toda Caieiras. *O Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, Anos: 1960 e 1965* contabilizou 56 carros no município em 1960 e 119 em 1965. Este foi um período de ampliação da circulação rodoviária de passageiros nos subúrbios paulistanos. Na década de 1960 foram contabilizadas 25 viagens diárias de ônibus de São Paulo para Caieiras/Franco da Rocha, que foram aumentadas para 32 no ano de 1965, quando apenas 25 passageiros estabeleciam ligação com o distrito de São Paulo, via rodovia. Os 15 trens diários da linha ferroviária que transportavam passageiros, em

⁵¹ Serviço Social da Indústria de Papel e Cortiça do Estado de São Paulo. Iniciou as atividades como Serviço Social e evoluiu para Assistência Médico Hospitalar, por força das ações dos dirigentes da Federação dos Trabalhadores da Indústria Papeleira. O Sepaco foi constituído na convenção da categoria papeleira em 1956, entendendo-se como categoria papeleira os três setores ligados ao papel: Setor de Papel e Celulose, Setor de Artefatos de Papel e Setor de Papelão Ondulado

(www.eaesp.fgvsp.br/subportais/gvsaude/pesquisas_publicacoes/debates/05/55.pdf).

⁵² Referindo-se ao acidente do Chefe que lhe valeu um braço perdido na engrenagem das máquinas.

1960, utilizavam trinta e seis minutos para fazer o percurso entre a estação de Caieiras e a estação central em São Paulo. A média diária de embarques na estação de Caieiras era de 2057 pessoas, das quais, 74,5 a 76,6% atingiam São Paulo. Estes números mostram que apenas cerca de 20% da população saía diariamente de Caieiras pelos trilhos da via e pela rodovia, o que ressalta a importância, ainda nesta época, da Companhia Melhoramentos como empregadora e provedora da região (LANGENBUCH, 1971). Neste período, para suprir as dificuldades de transporte, Diogo Alarcon começou a fazer pequenas viagens com um carro particular (ano 1933). Inicialmente começou a transportar passageiros principalmente entre Caieiras e os bairros de Perus (em São Paulo), e a cidade de Franco da Rocha. Alarcon passou a investir no negócio de transportes, comprando em 1957 um carro mais novo (ano 1937). Com a procura pelos serviços de transporte aumentando, Alarcon comprou uma perua Ford com 10 lugares, conhecida por “jardineira”. O serviço já estava organizado em quatro horários: às 06:00h, às 10:00h, às 14:00h e às 22:00h. Em 1960, com o aumento da demanda, foi solicitada uma linha ao Departamento de Estradas e Rodagens e assim oficializada a atividade da Auto Viação Santo Antônio (REGIONAL NEWS, 13 de dezembro de 2002, p. 3-C3).

[...] a única condução que tinha pra gente ir pra estação e pra voltar [...] era uma jardineira. Quando eu era criança, mas eu tinha um medo da jardineira [...] era tipo um ônibus, com aquela frentona bem antiga, ela chegava no começo da subida [...] ela ia, quando chegava no meio ela voltava pra trás! Eu tinha medo! Eu nunca queria embarcar naquilo, eu queria sempre vir a pé, andando por aí, porque eu chorava [...] e se chovesse então? Ela patinava, dava medo. Mas era engraçada! Era do Sr. Diogo... (MINKEVICIUS, 2011).

Quando começou a diminuição e desativação dos dois ramais da ferrovia interna, aproximadamente na década de 1960, os operários passaram a utilizar, para locomoção dentro do núcleo, os caminhões chamados pau-de-arara.

A utilização dos transportes oferecidos pela Companhia era comum às famílias de todos os funcionários:

A gente ia pra estação de trenzinho, né [...] ou então ia com o pau-de-arara! O caminhão pegava a gente aqui na capela e a gente ia sentado, [...] porque a maioria estudava em São Paulo, eu por exemplo estudava no Anhanguera, lá na Lapa [...] depois eu saí de lá e fui estudar aqui na Rua Stella, no Bandeirantes, e vim morar em São Paulo. A gente ia pra estação [...] e tinha o trem, na época ainda era trem de madeira [...] depois é que chegaram os trens metálicos, mas tinha trem de madeira ainda [...] e o trem da manhã só era estudante que ia pra Lapa. Tinha frequência de trens, porque não tinha outro jeito de ir para lá. Era Pirituba, Jaraguá, Franco da Rocha, todo mundo ia de trem, não tinha outro jeito. Tinha a estrada velha de Campinas, mas que era um tranco andar por ali, né? (BELLEN, 2011).

Independente do grau ou setor que ocupavam na empresa, os filhos de funcionários da gerência, por exemplo, utilizavam o transporte para chegarem à estação e de lá seguirem para o bairro da Lapa, onde costumavam estudar.

2.1.3 1960-2010: loteamentos e desmonte

Na década de 1930, tomou impulso uma expansão em Caieiras de áreas urbanizadas externas às terras da fábrica. Iniciou-se, em 1931, o loteamento no alto da encosta do morro do Cresciúma, localizado a mil metros, aproximadamente, de distância da estação ferroviária de Caieiras. Bruggemann (2007), afirma que a aquisição de lotes pelos trabalhadores da Companhia, que investiram suas economias no local, impulsionou o desenvolvimento do loteamento. Desta maneira, o bairro que não pertencia à Companhia, assumia características de “bairro dormitório” já que boa parte de seus moradores trabalhavam na Companhia ou nos bairros paulistanos próximos às estações ferroviárias como, por exemplo, o bairro da Lapa. Neste período o novo bairro ainda era bastante inóspito e os moradores se lembram que o desenvolvimento desta região foi ocorrendo lentamente. Rosa Mengatti de Azevedo (2011), antiga moradora do local, estima que “não tinha dez casas [...] em Cresciúma em 38”.

O bairro do Cresciúma foi formado a partir da divisão das terras da família Carmo⁵³. Os terrenos que formavam o loteamento tinham frente para a Av. Magnólia e fundos para a Av. Cresciúma⁵⁴. Sabe-se que Jorge Simões, um dos primeiros adquirentes dos lotes vendidos por D. Ambrosina, construiu em seu lote um armazém de secos e molhados e uma residência à na Avenida Cresciúma. Outras edificações começaram a surgir nos lotes vizinhos. As casas eram erguidas em terrenos onde era necessária a abertura poços para obtenção de água potável e fossas para despejo dos dejetos. Nos fundos dos lotes, segundo Moraes (1995) era comum a locação das latrinas. Ao final do ano de 1931 já estavam construídas em Cresciúma as casas de Pedro Muro Vasquez, do

⁵³ Após a morte do pai, os filhos Ambrosina do Carmo Buonaguide (1882-1962) e Domingos Estevão do Carmo receberam como herança dez alqueires de terra em Cresciúma. Alguns alqueires foram vendidos para Carmem Peres de Oliveira e para Terezinha Camargo Pinto. Em 1930 os irmãos fizeram a partilha das terras ficando cada um com a metade dos alqueires. D. Ambrosina deu início à formação do povoado quando começou um loteamento a partir da abertura da Avenida Cresciúma e da Avenida Magnólia no local. O projeto do loteamento foi desenvolvido pelo topógrafo Valdomiro Valim, fazendeiro em São João da Boa Vista. Cerca de 28.000m² foram comercializados. Terezinha Camargo Pinto também passou a lotear seus alqueires (MORAES, 1995).

⁵⁴ A Avenida Cresciúma é atualmente a Avenida 14 de Dezembro e a Av. Magnólia passou a se chamar R. Dr. Armando Pinto.

casal Terezinha Camargo Pinto e Dr. Armando Pinto⁵⁵, Luiz Lopes Lansac e José Pereira dos Santos (MORAES, 1995).

Com intuito de motivar o crescimento do loteamento proposto, D. Ambrosina do Carmo Buonaguide doou para a Diocese de Bragança Paulista cerca de 8600,00m² para a construção da Igreja de Santo Antonio, da casa paroquial, da concha acústica e do jardim da praça⁵⁶ (MORAES, 1995). O desenvolvimento de Caieiras, com a doação de D. Ambrosina, embora tivesse semelhança com o processo de geração de cidades, estaria muito mais ligado ao processo de urbanização, ocorrido durante o século XX, em áreas próximas à ferrovia já implantada.

Figura 15 Vista de Cresciúma em 1965. Ao alto a Igreja de Santo Antonio. Próxima à seta preta a casa do Dr. Armando Pinto. Abaixo da ferrovia, próximas à seta rosa, algumas casas da Companhia Melhoramentos
Fonte: Jornal Regional News (Dezembro, 2006)

⁵⁵ Dr. Armando Pinto, advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo. Foi fundador do Culto à Instrução, entidade cultura voltada para os jovens, situada em Franco da Rocha. Militante do Fórum de São Paulo possuía um escritório de advocacia na rua São Bento.

⁵⁶ Esta iniciativa poderia ser herança do costume que deu origem a diversas cidades do interior paulista. A lavoura de café, engrenada pela força de trabalho do imigrante, proporcionou a abertura de centenas de *patrimônios religiosos*, futuras cidades. Entretanto, a doação por fazendeiros de parte de suas terras rurais à Igreja Católica em áreas rurais, ao redor das plantações de café, era, a princípio, boa estratégia para conseguir em longo prazo a implantação da ferrovia e valorizar suas terras, em meados do século XIX. Assim, a ocupação do território paulista, impulsionada pela economia do café, a partir de meados de 1850: “pedia padrão de arruamento fácil e rápido de ser executado, por agrimensores habituados ao ‘corte’ de propriedades rurais. Em todo esse processo, nota-se a extrema eficiência do traçado urbano reticulado, aplicado exaustivamente aos patrimônios” [...] (GHIRARDELLO, 2010, p.21)..

qual Dr. Armando canalizou muito de suas forças. O jornal Vida Nova também foi criado dessas reuniões, escrito pelo proprietário da casa e por seus tantos colaboradores [...] (MORAES, 1995, p.162).

Em 1970 esta casa foi transformada em hospital e dois anos depois foi construído, imediatamente ao lado do casarão já modificado, o novo hospital de Caieiras (MORAES, 1985).

Figura 17 Casa do Dr. Armando Pinto
Fonte: Moraes (1995)

Figura 18 Casa do Dr. Armando Pinto, 1970, inauguração do primeiro hospital.
Fonte: Moraes (1995)

Figura 19 Hospital após reforma
Fonte: acervo da autora (2010)

Figura 20 Casa de Luis Lopes Lansac,
Fonte: Acervo Paulo Polkorny

Na chácara de Luis Lopes Lansac⁵⁸, adquirida na década de 1930, em frente à casa do Dr. Armando foi construída uma ampla casa de arquitetura eclética. Com o passar do tempo o terreno da chácara foi loteado e o casarão permaneceu em destaque na atual

⁵⁸ Luis Lopes Lansac era radialista em na rádio Record, em São Paulo, cidade onde foi também vereador. A convite do Dr. Armando conheceu e mudou-se com a esposa – uma fazendeira de Mococa – para Caieiras.

Avenida 14 de Dezembro até o início da década de 2000, quando foi demolido para a construção de uma loja de departamentos.

O Sindicato dos trabalhadores de Caieiras foi criado em 1937, associado às reformas varguistas. Durante o governo de Getúlio Vargas e a consolidação do Estado Novo algumas intervenções ligadas ao trabalho ocorreram. Devido à crise na agricultura, um número cada vez maior de trabalhadores deixou o campo em busca de melhores condições nos centros urbanos. Havia oportunidade de trabalho nas indústrias, mas a mão-de-obra excedia em muito a quantidade de vagas e, desta maneira, agravava-se a crise social que contribuía para o aumento do movimento operário que lutava por melhores condições. Assim, o Governo tinha dois fortes motivos para intervir: conter o avanço do movimento dos trabalhadores e criar mercado para alguns setores da indústria nacional que também estavam em crise. O Governo Vargas institucionalizava o controle da classe trabalhadora, como por exemplo, por meio da aprovação da Lei de Sindicalização, em 1931. A política centralizadora do Estado assumia além de um sentido industrializante, também, em muitos aspectos, um sentido nacionalista.

Figura 21 Vista geral de Caieiras durante a década de 1930. Azul: vista das vilas dentro do núcleo. Rosa: oficinas da Companhia e estação de trem. Amarelo: primeiras ocupações fora do núcleo, no Cresciúma.

Fonte: Jornal Regional News (2007, folha 1C2)

A Segunda Guerra teve efeitos profundos em Caieiras. No Brasil, os reflexos da Segunda Guerra Mundial fizeram com que comunidades alemãs fossem supervisionadas

pelo Governo, sob a suspeita de formarem uma rede de espionagem junto ao nazismo, e desta maneira, incluídas na chamada Lista Negra. O DEOPS controlava a trajetória de todas as pessoas que pudessem ser consideradas suspeitas. A Companhia retirou de sua denominação, em 1940, o “Weiszflog Incorporada” passando a chamar-se “Companhia Melhoramentos de São Paulo, Indústrias de Papel”. Entre as ações que objetivavam amenizar as tensões e conflitos políticos, estava o convite ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema e ao General Maurício Cardoso para visitarem as instalações e atestarem a “brasilidade” da Companhia e de seus dirigentes (DONATO, 1990).

Para Moraes (1995) durante a Segunda Grande Guerra Caieiras viveu um momento de grande estabilidade social:

Por paradoxal que pareça, a década de 40, a pior para o mundo devido à Segunda Guerra Mundial, foi ótima para Caieiras. A Companhia Melhoramentos era constituída de um conjunto populacional de centenas de famílias que viviam numa atmosfera de paz e harmonia, a ponto de dar a impressão de que toda a comunidade era formada por uma só família: a família caieirense (MORAES, 1995, p.26).

Entretanto, especialmente para a família Weiszflog, os últimos anos da década de 1940 foram marcados pelas perseguições e hostilidades contra as comunidades alemãs. As acusações sobre colaboração com o nazismo recaíram sobre a Companhia, seus funcionários e membros da família Weiszflog. Todos esses fatores políticos e trabalhistas contribuíram para que o interesse em fixar os trabalhadores próximos à fábrica diminuísse. Os trabalhadores passaram, aos poucos, a ocupar as áreas do Morro do Cresciúma. Para os industriais, a responsabilidade do controle de funcionários passava a ser do Estado.

No final da década de 1950, cerca de 80% dos trabalhadores de Caieiras ainda habitavam as vilas do núcleo fabril. Com a constituição em 1961 da Urbanização e Expansão Social Ltda. – Urbes - empresa do ramo imobiliário vinculada à Companhia, deu-se ainda maior expansão às áreas do entorno da empresa. O crescimento das cidades vizinhas e do próprio município - que já havia sido emancipado em 1958 - e o início da ocupação fora do núcleo iniciada na década de 1930 foram acelerados quando a Melhoramentos entrou em atividade urbanizadora, resultando na intensificação da desmobilização do núcleo primitivo nascido em função das instalações industriais. O trabalho da Urbes foi iniciado com as obras de um loteamento denominado Jardim Santo Antonio, que abriu as vendas dos lotes em 1962. Vinte casas foram construídas e sorteadas entre os trabalhadores da Companhia que puderam fazer o financiamento dos imóveis

(DONATO, 1990). Referindo-se ao início do desenvolvimento de Cresciúma, Eusébio (2011) relata:

[...] Não tinha nada, eu nem conhecia nada pra cá. Eu vinha pra Caieiras, pra Cresciúma, porque a gente dizia, eu vou pra Caieiras. Caieiras era a estação, não tinha cidade ainda. Eu já tinha 18 anos quando a cidade foi criada, em 58. Então, a gente vinha pra cá...só tinha uma rua, a gente passava ali onde é o hospital, e vinha direto sair aqui na João Dártora e atravessava por aqui..tinha duas ruinhas que subia que é hoje a Ambrosina e a Armando Pinto e as outras ...Guadalajara não tinha a rua...a de cá do sindicato que é Domingos do Carmo Leite, também não tinha...só tinha as duas primeiras ruas só. E subia ia [...]. Só tinha as principais, só tinha aquelas, que era a de trás e da frente da Igreja e a Igreja ficava no centro onde ficou o centro de Caieiras (EUSÉBIO, 2011).

Os moradores começavam a ser atraídos pelos investimentos nas áreas externas à fábrica que se mostravam prósperas com a emancipação e davam indícios de futuro desenvolvimento. Assim, os antigos moradores do núcleo passavam a ter expectativas quanto às oportunidades fora da fábrica:

Ah..de lá nós mudamos em 64. Porque meu pai aposentou, e meu pai construiu a casa onde a gente morava [...]. E meu pai construiu a casa lá, justamente pra gente morar no que era da gente, né? Aí meu pai como ia aposentar, meu pai nem aposentou em 64, meu pai aposentou em 66...ou 65 se não me engano..foi logo que ele mudou que ele aposentou. Não sei se foi 65 ou 66 que meu pai aposentou. Mas ele saiu antes de lá da casa porque pra nós lá era ruim. Morar na cidade era melhor! Quanta burrice [...]. Porque lá (na Companhia) era melhor! Só que era longe, meu pai achava que morar na cidade era melhor. Aqui era a cidade. Ainda [...] poucas casas, mas era melhor que lá, a preocupação do meu pai, por causa da condução, não tinha condução mais, porque tinha tirado a maquininha, e era pau de arara, mas era muito difícil, não tinha horário certo e aqui em cima pra ele, ele gostava muito daqui [...] (EUSÉBIO, 2011).

[...] fiquei lá até 58. 1958 eu vim pra Caieiras⁵⁹, antiga Cresciúma. Era terra, eu vim menino. [...] meu pai achou que lá nós não ia ter futuro, na escola de lá da Melhoramentos, porque Caieiras era melhor, desenvolvia mais, lá dentro era o básico, que era da própria empresa [...] aí viemos pra escola [...] de Caieiras. A Dona Marta, mãe do Névio foi minha professora nessa escola. Era um espaço cedido por um clube [...] o SERC. Então, o SERC cedeu este espaço para a escola. Ele era durante a semana escola e fim de semana era clube. Então tinha bailes, eles tiravam as carteiras, tiravam tudo e faziam o baile no salão. A escola era mantida pela Prefeitura Municipal, porque quando emancipou Caieiras eu estava com 10 anos, foi em 58. (CSERNIK, 2011).

⁵⁹ Muitos moradores de Caieiras referem-se ao atual centro da cidade, formado pelo bairro de Cresciúma como Caieiras, propriamente dita. Desta forma, ao longo deste trabalho, encontramos referência à Caieiras como as áreas ao redor da estação ferroviária, dentro do núcleo e, posteriormente, às primeiras áreas constituídas fora da empresa.

Figura 22 Padre José e outros moradores durante as obras de infraestrutura nas áreas externas à fábrica

Fonte: Acervo particular Geraldino Ferreira de Almeida

Figura 23 Das 20 casas sorteadas esta é a que mais se aproxima das características originais

Fonte: Acervo da autora

A Companhia Melhoramentos associou-se, em 1972, à MD Papéis. Desta associação e da venda das máquinas de papel e de 193.077m² de área fabril da Cia Melhoramentos à MD Papéis, constituiu-se a MD Nicolaus. Em 1976 cerca de 1.264.000 metros quadrados de área de reflorestamento da Companhia foram desapropriados para a construção da Rodovia Bandeirantes que embora construída nas proximidades do Monjolinho, não efetuava conexão com o município (DONATO, 1990).

Com a denominação Melhoramentos de São Paulo – Urbanização Ltda., outro grupo do ramo imobiliário foi formado, em 1986. O foco desta empresa estava na venda de lotes e construções de nível médio-alto. Os lotes eram vendidos, com facilidade na forma de pagamento, aos funcionários ou oferecidos como parte de pagamento das indenizações trabalhistas referentes às rescisões contratuais da empresa. À medida que o funcionário deixava a residência do núcleo, iniciava-se o processo de demolição e todo o material em condições de aproveitamento era oferecido ao funcionário para que assim desse início à construção de sua nova moradia fora do núcleo.

Figura 24 Modelo de casa do Jardim Santo Antonio.
Fonte: Levantamento da autora (2009)

Figura 25 Fachada de casa do Jardim Santo Antonio
Fonte: Levantamento da autora (2009)

Figura 26 Em vermelho, casas remanescentes no bairro de Nova Caieiras. Em lilás, Nova Caieiras. Em amarelo: Companhia Melhoramentos. Em azul: Estação ferroviária
Fonte: Google (2010)

O desmonte do núcleo foi intensificado, principalmente, a partir da década de 1980 com a demolição de praticamente todas as vilas que constituíam o núcleo. Entre os edifícios que permaneceram podemos destacar algumas residências, a igreja de São José construída em 1933; a Igreja Nossa Senhora do Rosário, construída em 1917; oficinas e galpões construídos em 1922; alguns dos fornos de cal, entre eles o Macalé que simboliza o município, a fábrica, o prédio do Armazém de 1885 e os grupos escolares de Caieiras, Alfredo Weiszflog e Otto Weiszflog. A falta de uso dos edifícios remanescentes associada à falta de manutenção dos mesmos deu início a intenso processo de deterioração.

Figura 27 Demolição das arquibancadas do Clube CRM

Fonte: Acervo Paulo Polkorny ([198-])

Figura 28 Demolição do Clube CRM

Fonte: Acervo Paulo Polkorny ([198-])

Figura 29 Demolição do CRM

Fonte: Acervo Paulo Polkorny ([198-])

Figura 30 Demolição do conjunto de Nova Caieiras.

Fonte: Acervo da autora (2010)

Quanto às residências, os modelos de casas enfileiradas foram substancialmente demolidos dentro da Companhia Melhoramentos. Os últimos exemplares dispostos em renque que restaram nas áreas fabris estavam na Rua dos Coqueiros, mas foram desmanchados após 2004 (ver *figura 63*). Um grupo de casas enfileiradas remanescente das casas do núcleo fabril permaneceu até 2010 como único remanescente do núcleo, mas devido à fragmentação das terras⁶⁰ da Companhia este grupo foi inserido no Bairro Nova Caieiras. Como Nova Caieiras tem características de condomínio fechado⁶¹ e foi projetado para a classe média alta (BRUGGEMANN, 2007), a localização deste grupo de casas nos permitiu considerá-lo um elo remanescente entre a ocupação original do núcleo operário - praticamente demolido - e os novos loteamentos que começaram a surgir a partir do desmonte das vilas. Parte do conjunto visto na *figura 57* foi demolido em 2010 (ver *figura 30*), quando apenas a casa da extremidade esquerda restou. Mas devido às condições precárias do edifício, novas alterações foram feitas, como substituição das janelas e telhas. Em dezembro de 2010, edificações residenciais do Barreiro também foram demolidas. À medida que os trabalhadores vão se desligando do trabalho da Companhia, o desmonte das moradias é continuado.

2.2 O povoamento das vilas

2.2.1 Crescimento da população

Embora seja difícil ter um quadro preciso acerca do crescimento populacional de Caieiras antes de 1939, quando foi criado o Distrito de Paz de Caieiras⁶², podemos tomar como referência levantamentos feitos em alguns períodos. Estabelecemos um comparativo de crescimento entre os anos de 1874 e 1920, com ressalvas devido à modificação da área de Caieiras, que neste período estava dividida entre dois municípios: *Parnahyba e Juquery*. Consideremos, então, que até 1934 a Fábrica de Papel da Companhia Melhoramentos e sua vila pertenciam à *Parnahyba* (LANGENBUCH, 1971). Mas, para traçarmos um panorama

⁶⁰ Com a delimitação das áreas fabris e implantação de novos loteamentos, o conjunto já estava locado fora das áreas fabris da empresa. Até a década de 2000 sua utilização estava vinculada à sede da imobiliária que efetuava as vendas dos lotes pertencentes aos loteamentos promovidos pela Companhia. Algum tempo depois, o imóvel foi vendido e incorporado ao Bairro Nova Caieiras.

⁶¹ Nova Caieiras não constitui juridicamente um condomínio mas alguns dos moradores do bairro se uniram para formar uma associação. Os moradores que aderiram a esta associação pagam uma taxa mensal para manutenção e segurança do bairro e desta forma promoveram a construção de muros em quase toda a extensão e instalação de uma portaria com controle de entrada e saída de visitantes.

⁶² Em 1º de maio de 1939, por meio do Decreto 9775, foi criado o Distrito de Paz de Caieiras do município de Juquery, atual Franco da Rocha.

também dos arredores consideramos, na análise, os dois municípios. Abaixo, a tabela populacional entre os anos de 1874 e 1920 da região de *Juquery* e *Parnahyba*, ressalta que *Parnahyba* teve maior crescimento entre os anos de 1874 a 1900, período de implantação das fábricas do Coronel Rodovalho, permanecendo relativamente estável até 1920. Enquanto isso, *Juquery* aponta significativo crescimento a partir de 1886, talvez após a instalação posterior da estação ferroviária no local e do Hospital Psiquiátrico, e continua com grande desenvolvimento até 1920.

Tabela 3 Crescimento populacional de *Juquery* e *Parnahyba*, período de 1874 a 1920

Ano	População em <i>Juquery</i>	População em <i>Parnahyba</i>
1874	2720	3338
1886	3363	4931
1900	5263	7406
1920	9098	7981

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil, 1920 *apud* Langenbuch (1971, p. 123)

Tabela 4 Percentual do crescimento populacional de *Juquery* e *Parnahyba* (1874 a 1920).

Variação do crescimento	População em <i>Juquery</i>	População em <i>Parnahyba</i>
1874-1886	23,6%	47,7%
1886-1900	56,4%	50,1%
1900-1920	72,8%	7,7%

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil, 1920 *apud* Langenbuch (1971, p. 123)

Considera-se nos números expressos referentes à formação de *Juquery* os atuais municípios de Mairiporã, parte de Caieiras e parte de Franco da Rocha. No que se refere à população de *Parnahyba* refere-se aos atuais municípios de Santana de Parnaíba, Carapicuíba, Barueri, Pirapora do Bom Jesus, Cajamar, parte de Caieiras e parte de Franco da Rocha.

Durante o começo do século XX, quando o desenvolvimento da Companhia Melhoramentos de São Paulo tomou força, referir-se à Caieiras era referir-se às instalações da Companhia.

[...] até 1930, Caieiras era Companhia Melhoramentos de São Paulo, em sua atividade sempre crescente, pois o que somente não lhe pertencia era a Estação Ferroviária da antiga Inglesa (História do município de Caieiras, 1973, *apud* DONATO, 1990, p.72).

Em 1934 foi criado o distrito de Franco da Rocha. A divisa *Parnahyba- Juquery* que antes se estendia ao longo do rio Juqueri e de seu afluente, o ribeirão Euzébio – a

pouca distância da estrada de ferro Santos-Jundiaí, foi deslocada para Oeste. Deste modo, a fábrica de papel da Companhia Melhoramentos e sua vila operária passaram do município de *Parnayba* para *Juquery*. Com este deslocamento a comparação do crescimento populacional da região entre o recenseamento de 1920 e o de 1940, fica dificultada, devido ao prejuízo de população atribuída à *Parnayba* com a transferência da divisa. O trecho da matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, transcrito anteriormente (ver p. 80) dá uma ordem de grandeza acerca da população em 1935, ao dizer que “[...] a população é de mais de 6.000 habitantes. Só a Companhia Melhoramentos de São Paulo dá emprego a mais de 1.000 operários”. Entretanto, o Recenseamento Geral do Brasil de 1940, cinco anos depois, expressa números mais exatos e mostra que em Caieiras a população perfazia um total de 5.934 pessoas.

Em 1939, foi criado o Distrito de Paz de Caieiras, pertencente ao município de *Juquery*. Com a autonomia de Franco da Rocha, em 1944, *Juquery* passou a ser chamado de Mairiporã e Caieiras passou a pertencer a Franco da Rocha e assim permaneceu até 14 de dezembro de 1958, quando ocorreu a emancipação. O primeiro levantamento demográfico de Caieiras, de 1957, apontava um total de 8715 pessoas distribuídas em 539 residências construídas na Vila Crescíuma⁶³ para 2.235 pessoas enquanto nos bairros da Companhia havia 1842 residências, número suficiente para o pedido de emancipação mesmo sob os protestos de Franco da Rocha (PERES, 2008).

Em 1960 o recenseamento mostra que o número de habitantes cresceu para 9.405 (LANGENBUCH, 1971). O Departamento de Estatística da Secretaria de Economia e Planejamento elaborou uma planilha considerando a média estimativa do período de julho de 1962 e julho de 1963 acerca do quadro de pessoal e estabelecimentos industriais da grande São Paulo. Este quadro revela que neste período a população de Caieiras figurava um total de 10.376 pessoas e que a Companhia Melhoramentos ocupava 98% da mão-de-obra industrial da região, ou seja, dos 1780 trabalhadores da indústria, 1752 trabalhavam para a Cia. Melhoramentos. Em uma tentativa de compilar os dados que conseguimos entre os anos de 1920 e 1962 acerca do crescimento populacional de Caieiras compomos a seguinte tabela:

⁶³ A Vila de Crescíuma foi uma das primeiras ocupações fora do núcleo fabril da Companhia Melhoramentos.

Tabela 5 Quadro resumo: crescimento de Caieiras.

Ano	População			Funcionários da CMSP	Famílias estabelecidas na CMSP	Solteiros estabelecidos na CMSP	Casas CMSP
	CMSP	Fora da CMSP	Total				
1920				1500			650
1926	2400	Não havia	2400	946	472	116	
1930				1084			
1935			Superior a 6.000	Superior a 1000			
1940			5.934				
1949			8000	1800			900
1957	5949	2235	8.715				
1960			9.405				
1962			10.376	1752			

Fonte: A marca d'água, Recenseamento Geral do Brasil de 1920 *apud* Correia, 1998; Recenseamento Geral do Brasil, 1940 *apud* Langenbuch, 1971; Dados compilados no Departamento de Estatística da Secretaria de Economia e Planejamento; Jornal O Estado de São Paulo, dezembro de 1935; DONATO, 1990; PERES, 2008, Prontuário Deops nº 96964.

Podemos dizer que o número que mais nos chamou a atenção neste quadro refere-se ao de trabalhadores apontado no ano de 1920 e a queda expressa pelo número apontado em 1926. Estes números podem estar ligados à crise ocorrida na Companhia antes da incorporação com a Weiszflog Irnãos. Como já citado, a Companhia vinha de uma intensa fabricação de papéis neste período, sem enfrentar a concorrência do papel importado, o que lhe favoreceu o aumento de produção e configurou um período de crescimento. Entretanto, Donato (1990) afirma que por volta de 1920 os papéis estrangeiros reapareceram com maior sofisticação e preços baixos no momento em que o maquinário da Companhia havia sofrido desgaste devido à intensa produção dos anos anteriores. Com uma máquina desmontada e duas outras funcionando de maneira precária, esta situação gerou a diminuição da produtividade em Caieiras. O capital social da empresa foi partilhado entre grupos empresariais. Um elevado percentual das ações da Companhia foi adquirido por um grupo empresarial norueguês. Outra parte foi adquirida por bancos internacionais: Italo-Belga, London and River Plate Bank, London and Brazilian Bank e o The National City Bank of New York. Os interesses diversos do grupo heterogêneo composto pelos acionistas da empresa culminaram em uma crise na direção. A diretoria da empresa propôs a recuperação dos maquinários e retomada do ritmo de produção. Esta proposta envolveria uma avolumada importância financeira e acabou por gerar a discordância entre os

acionistas resultando na queda do valor das ações. Em meio a esta crise, os noruegueses desistiram da participação entre os acionistas. Nicola Puglisi e Rodolpho Crespi estavam entre os diretores da Companhia que tentavam manter o controle da crise e negociar a incorporação ou venda da empresa (DONATO, 1990).

[...] a terra, a fábrica, o mercado lá fora e principalmente o futuro, pesaram mais do que o balanço financeiro, o mau estado do equipamento, a técnica rudimentar em uso no produzir e no comercializar. Alfried optou pela compra. [...] apenas concluído o negócio, o novo dono da Melhoramentos corre à Europa, à procura de técnica e de técnicos. Voltaria com Johannes Ehlert [...] para direção da fábrica de papel (DONATO, 1990, p.58).

Com a nova administração que visava, principalmente, o aperfeiçoamento técnico da produção o crescimento da Melhoramentos foi retomado. Neste mesmo ano, Alfried comprou um terreno localizado entre o Bairro da Água Branca e Lapa com intenção de ampliar as instalações gráficas que estavam locadas no prédio da Líbero Badaró. Alfried argumentava:

[...] em pouco tempo as instalações daqui da Líbero serão pequenas para o nosso crescimento. E vamos crescer. Por isso comprei um terreno. Na Água Branca ou Lapa [...] mas é deserto. Não há nada na Água Branca-Lapa [...] mas o progresso vai para lá. Está na direção o oeste, de Caieiras, das ferrovias, da estrada de rodagem para Campinas (DONATO, 1990, p.67).

O edifício da oficina da Lapa foi iniciado em 1921 e mudada a gráfica da Líbero para as novas instalações da Lapa, o transporte do material da fábrica ficaria facilitado tanto pela proximidade entre Lapa e Caieiras quanto pelas melhorias de acesso à Caieiras com a inauguração da estrada São Paulo-Campinas (atual av. Raimundo Pereira de Magalhães e rodovia Tancredo Neves, antes conhecida por Estrada Velha de Campinas).

2.2.2 Famílias imigrantes

A participação do trabalhador estrangeiro em Caieiras foi fundamental para o desenvolvimento da atividade industrial estabelecida na região. Muitas das famílias que deram impulso ao povoamento e desenvolvimento de Caieiras eram oriundas ou descendentes de famílias de origens diversas que chegaram ao Brasil em busca de trabalho

e oportunidades de melhorias de vida⁶⁴. O número de famílias italianas em Caieiras é superior ao das outras nacionalidades, mas nem por isso, fez com que os grupos que chegaram em menor número fossem menos importantes. Esta pesquisa não tem a pretensão de realizar um estudo profundo acerca da imigração em Caieiras, porém, pretende abordar questões que elucidem os caminhos percorridos pelos importantes grupos que povoaram e colaboraram com o desenvolvimento da região. A imigração em Caieiras merece um estudo aprofundado que não é nosso objetivo neste momento. Entretanto, nos pareceu adequado ilustrar o quadro de imigrantes que chegaram à Companhia Melhoramentos em busca de oportunidades de trabalho, citando alguns exemplos. É evidente que cada família tem sua história particular, mas no que tangencia as razões de saída de seus países de origem – normalmente razões ligadas à situação das relações de trabalho e propriedade de terra ou a miséria dos períodos de guerra - e a entrada no Brasil, são semelhantes em diversos aspectos. Os exemplos que seguem nos servem apenas como indicadores preliminares desta imigração que poderá ter um estudo apropriado com a devida profundidade em outro momento.

Ao analisar a arregimentação de mão-de-obra para as indústrias locadas ao redor das estações ferroviárias, Langenbuch (1971) afirma que é provável que as várias fábricas tenham utilizado de forma bastante diminuta para atividades que não necessitassem de especialização, a mão-de-obra caipira das vizinhanças. Esta afirmação baseia-se na proporção de trabalhadores brasileiros, tanto nas indústrias da cidade, quanto naquelas implantadas nos arredores paulistanos. Os estrangeiros predominavam e a proporção dos trabalhadores brasileiros era bem pequena, chegando a ser desprezível em alguns casos. Bandeira Junior (1901) mostra que na Companhia Melhoramentos, em Caieiras, o número de trabalhadores brasileiros quantificava um total de 16 homens, enquanto que os

⁶⁴ Em bairros como Cresciúma, São Francisco, Santo Antonio, Nova Caieiras e Serpa onde existe grande concentração de ex-moradores do núcleo e ex-trabalhadores da Companhia é fácil encontrar descendentes de famílias de origem italiana como: Agostinelli, Alviani, Baboin, Barichello, Barnabé, Baseggio, Beltrame, Berti, Bertolini, Bertolo, Bertolucci, Bimbatti, Bonavita, Calandrim, Calzavara, Campagnolo, Caniato, Casarotto, Cestarolli, Chiati, Chrispim, Coghetto, Crema, Dalosto, Dártora, De Jorge, Descreci, Degani, Degrande, Dela Beta, Della Torre, Di Girolamo, Fávero, Foresto, Gabrielli, Gallo, Gardim, Gazzola, Gondari, Guidolim, Guilharducci, Latorre, Lisa, Lucietto, Mandri, Marquesini, Massaia, Massarollo, Matiazzo, Mollo, Molinari, Mucelim, Nani, Nardi, Paladi, Parizotto, Pastro, Pauletto, Paulon, Pelizari, Perin, Ricci, Rosolen, Senati, Simonetti, Spera, Spingarollo, Tasca, Toigo, Valbuza, Vilafranca, Zaniratto, Zanon, Zerbinatti, Zovaro, Zuglian. Em menor número, os alemães: Dauchau, Faberlow, Graf, Muller, Winheski, Hansen, Polkorny; os romenos: Chernik, Laszlo, Szentes, Turbuck; os austríacos Fetka, Mancz; os espanhóis Alarcon, Bogagio, Christo, Nicola, Romero, Rubbio, Sanches, Vasques; os portugueses Chrispim, Donas, Gaspar, Monteiro; os Sírios Nagy; os tchecos, Iugoslávicos e Húngaros: Maderick, Satrapa, Kiss, Udvari; entre outros.

estrangeiros eram representados por 197 homens, 20 mulheres e 19 menores⁶⁵ (BANDEIRA JUNIOR, 1901).

Em 1920, a população de *Juquery* e *Parnahyba* era formada por brasileiros e muitos grupos de estrangeiros: vinte nacionalidades declaradas existentes em *Juquery* e dezesseis em *Parnahyba*. Os italianos lideravam, neste momento, o número de estrangeiros na região. No recenseamento feito neste ano não foram considerados habitantes de “nacionalidade ignorada”. Os brasileiros configuravam a maioria e já se levava em consideração entre eles os filhos dos imigrantes nascidos no país, o que provavelmente colocou o contingente brasileiro em tal posição. Entre as nacionalidades contabilizadas neste recenseamento, Langenbuch (1971) destacou:

Tabela 6 Estrangeiros em Juquery e Parnahyba entre os anos de 1874 e 1920.

Nacionalidade	Quantidade em <i>Juquery</i>	Quantidade em <i>Parnahyba</i>
Brasileiros	7504	7058
Italianos	559	410
Portugueses	410	278
Espanhóis	346	101
Alemães	32	27
Japoneses	176	-----
Turcos	33	27
Outros	38	55
Total	9098	7956

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil, 1920 *apud* Langenbuch (1971, p. 123)

Em Caieiras atribuía-se à administração dos Weiszflog, iniciada em 1920, a contratação de muitos funcionários de origem alemã, já que os patrões eram hamburgueses e a contratação de técnicos alemães para supervisão dos serviços da fábrica ocorreu com frequência durante esta gestão. Entretanto, nota-se que desde as primeiras referências citadas, ainda durante a administração Rodovalho, os sobrenomes estrangeiros são constantes. A matéria do jornal O Estado de São Paulo, de 20 de abril de 1890, transcrita anteriormente, aponta que durante a “excursão às Cayeiras” era possível ver italianos, franceses, suíços e alemães compondo o quadro de trabalhadores da Companhia. Assim,

⁶⁵ Bandeira Junior mostra que na Fábrica de Sabão e Graxa São Caetano, em São Caetano, a proporção de trabalhadores era de 2 brasileiros para 100 estrangeiros. Na Grande Fábrica Nacional-Materiaes de águas e exgotos (Sensaud de Levaud & C.), localizada em Osasco, havia cerca de 150 operários, em sua maioria, estrangeiros. Ao referir-se à Fábrica de tecidos e fiação Anhaia, o autor destaca a desproporção ao afirmar que havia 9 trabalhadores brasileiros e 301 estrangeiros. Na Fábrica de Formicida Paulista, em São Caetano, a situação era exceção, pois o autor relata que havia 35 operários todos nacionais (BANDEIRA JUNIOR, 1901, p.55; PINTO, 1900, p. 148).

podemos observar imigrantes alemães em Caieiras antes da incorporação das duas empresas – Companhia Melhoramentos e Weiszflog Irmãos.

Este fato está relacionado a uma “onda” imigratória para a província de São Paulo durante o período Imperial brasileiro. Esta imigração teve seu auge ainda antes da era republicana. O desenvolvimento das lavouras cafeeiras contou com a força de trabalho de grandes contingentes estrangeiros. A proibição do tráfico negreiro para o Brasil, instituída pela Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, foi um dos fatores que colaboraram para a aceleração da entrada dos grupos estrangeiros no país. Assim, o Brasil já recebia imigrantes alemães vindos das regiões atingidas por conflitos referentes à propriedade de terras e crises econômicas desde 1827 quando a galera *Maria* chegou ao porto de Santos, trazendo por ordem Imperial⁶⁶ para fins de povoamento duzentos e vinte e seis imigrantes⁶⁷ de povos de língua germânica (regiões que após 1871 formaram a Alemanha unificada)⁶⁸ (SIRIANI, 2003). No Brasil o desenvolvimento industrial estava começando e havia a possibilidade destes imigrantes exercerem as mesmas profissões que desenvolviam em seus países originais (KARASTOJANOV, 1999).

A cidade de Hamburgo caracterizou-se como forte ponto de saída de trabalhadores devido ao Porto e à condição de cidade livre dedicada ao comércio, o que justifica o fato de que muitos emigrados de Hamburgo terem desenvolvido atividades comerciais, manufatureiras e industriais (SIRIANI, 2003).

O fluxo de alemães que se intensificou não apenas para a capital, mas também para Campinas e Rio Claro⁶⁹, praticamente parou quando foi estabelecido o *Rescrito Heidt*, em 1859, que proibia a imigração dos prussianos para o Brasil e posteriormente à unificação

⁶⁶ Decreto de 16 de março de 1820 ver SIRIANI, 2003-anexo I.

⁶⁷ Inicialmente estes imigrantes seriam enviados para os núcleos coloniais – grandes extensões de terra cultiváveis e repartidas em porções para que cada família dali extraísse o sustento, preferencialmente no interior da província. Entretanto, as autoridades locais estavam livres para decidir a melhor região para acomodar estes imigrantes. Assim, ficou estabelecido que, inicialmente, as terras devolutas do sertão de Santo Amaro, seria o local ideal para a formação do núcleo, devido à localização privilegiada entre a cidade e o litoral (SIRIANI, 2003).

⁶⁸ As transformações que ocorriam na economia dos Estados alemães estão associadas a um gradativo processo de industrialização. As pequenas oficinas artesanais eram pressionadas pela grande indústria e isto gerou consequências bastante negativas para a população que vivia do artesanato ou da agricultura, pois não podiam concorrer com os novos maquinários que tinham capacidade de produzir muito mais. Esta situação acabou por gerar diversos problemas sociais - assim como ocorreu em diversos locais da Europa - e fez com que a imigração surgisse como uma alternativa para escapar da iminente ruína financeira. Assim, a região da Alemanha foi se transformando de região agrícola em industrial. Os trabalhadores que se adaptavam ao trabalho nas indústrias sujeitavam-se aos baixos salários. As inovações ocorridas também no campo com as tecnologias que possibilitavam maior produção e maior lucro fizeram com que os proprietários de terra comessem a remover os camponeses de suas propriedades. Os camponeses por sua vez, que pagavam para utilizar estas terras reagiram exigindo o fim da servidão e a completa posse de propriedade da terra. Estes conflitos resultaram em modificações da relação entre o camponês e a terra (RENAUX, 1995).

⁶⁹ Ver o trabalho de Warren Dean: Rio Claro – um sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920 e o trabalho de Andrea Mara Souto Karastojanov: Vir, viver e talvez morrer em Campinas.

da Alemanha, em 1871, foi estendido a todos os povos que formaram o novo Império. Esta proibição fundamentava-se, principalmente, na situação precária em que os imigrantes alemães residentes nestes núcleos coloniais oficiais se encontravam.

Em meados do século XIX, foram observados grupos de alemães nas proximidades da região onde posteriormente foi formada a Fazenda Cayeiras. Ao discorrer sobre os pousos de tropa nos arredores de São Paulo, Langenbuch (1971) analisa os relatos dos viajantes sobre as pousadas existentes na estrada de Goiás, entre São Paulo e Jundiaí. Mesmo com as divergências dos relatos feitos pelos viajantes, provavelmente em função das retificações da estrada que pode ter promovido a substituição de pousos situados nos trechos abandonados por outros novos, verificou-se, através do relato de Alfredo D'Escragnolle Taunay que em “Jaguari-Açu (denominado por outros de Juqueri), nas proximidades da atual localidade de Gato Preto, Monjolinho, Olhos d' Água, Cristais e Califórnia”, havia pousos para tropeiros (LANGENBUCH, 1971, p.38). Baseado em tais relatos, o autor constata que “os alemães pareciam ter certa vocação para estalajadeiros” e destaca a observação feita por Taunay, em 1865, específica para a hospedaria de California, na região do *Juquery*: “Estes pontos todos são ocupados por allemães, que se dão perfeitamente nesta parte da província de S. Paulo (...)” (TAUNAY⁷⁰, 1874, *apud* LANGENBUCH, 1971, p. 73). O Ensaio de Müller, elaborado em 1836, que analisa a composição por grupos raciais de freguesias e municípios aponta que na região de *Juquery* a população, que totalizava naquele ano 2.181 pessoas, era formada por 1353 brancos, 601 pardos e 227 pretos (MÜLLER⁷¹, 1838 *apud* Langenbuch, 1971, p. 70). Este quadro ressalta que, entre os recenseados, a população branca configurava uma maioria de 62% do total de habitantes na região. O quadro IV deste mesmo Ensaio aponta ainda que o crescimento da população total de *Juquery* durante os 38 anos seguintes, portanto contabilizada novamente em 1874, foi de apenas 24%. Langenbuch (1971) destaca também grupos alemães em Jundiaí, região vizinha à região do *Juquery* e *Parnahyba*:

Em 1847 inaugurava-se na província de São Paulo o “colonato de parceria” através do estabelecimento de 400 alemães provenientes de cidades hanseáticas na fazenda Ibicaba, do senador Vergueiro, em Limeira. Êste sistema de colonização e a correspondente imigração, que tanta difusão conheceu na província de São Paulo, quase não afetou os arredores paulistanos por se relacionar estritamente com a lavoura cafeeira, não praticada aqui. Apenas as

⁷⁰ TAUNAY, Alfredo Escragnolle. Relatório Geral da Comissão de Engenheiros Junto às Forças Para a Província de Mato Grosso 1865-1866, Correcto, Argumentado, e Apresentado ao Instituto Historico e Geografico Brasileiro pelo ex-Secretario da Mesma Comissão de Bacharel...in Revista Trimestral do Instituto Historico Geografico e Etnografico do Brasil, tomo XXXVII, parte segunda (1874) Rio de Janeiro.

⁷¹ MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo (Reedição Literal do original de 1838). “O Estado de São Paulo”, São Paulo 1923.

lindes externas dos “arredores” de São Paulo conheceram um certo desenvolvimento desta cultura, o que explica a existência de quatro “colônias” de parceria no município de Jundiá, na década de 1870. É um número pequeno, e que apenas se relaciona com uma porção menos típica dos arredores paulistanos (LANGENBUCH 1971, p. 73).

Figura 31 Indicação da região Monjolinho, Olhos d’Água, Cristais e Califórnia.

Fonte: Comissão Geographica Geologica do Estado de São Paulo. Folha Jundeahy. São Paulo: V. Steidel & Cia, 1901. Esc. 1:10000.

As atividades industriais na Fazenda Cayeiras tiveram início durante o período de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Não tivemos notícia sobre escravos que tivessem pertencido ao coronel Rodovalho, entretanto, Donato (1990) relata que na década de 1940 foi retomada uma pesquisa, iniciada em 1922, sobre posseiros fixados nas terras que originalmente formavam a Melhoramentos tendo em vista que a origem da Fazenda Cayeiras estava vinculada à propriedades onde se cultivava café, uva, criava-se gado e explorava-se jazidas. Segundo este relato, a última negociação com um posseiro estabelecido no local foi feita entre o advogado da Companhia Accacio de Jesus e Ambrósio de Oliveira, um ex-escravo, estabelecido nas terras da Companhia.

Através da minuciosa pesquisa sobre imigração alemã para a cidade de São Paulo, intitulada *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos Imigrantes Germânicos na Região da Capital (1827-1889)* feita por Siriani (2003) foi possível relacionar alguns dos nomes estudados pela autora com algumas famílias que estiveram em Caieiras ainda no final do século XIX. Em sua pesquisa, Siriani (2003) listou cerca de mil nomes de imigrantes alemães residentes em São Paulo, Santo Amaro e Itapeverica. Entre os quais destacou a vinda de Otto Weiszflog e da família Kuhlmann, a qual pertenceu Ana Maria Kuhlmann, esposa de Otto Weiszflog, ambos pertencentes já a um segundo grupo de imigrantes que chegavam ao Brasil com recursos próprios e com condições financeiras muito superiores ao primeiro grupo de imigrantes.

Para a identificação de alguns destes estrangeiros que estiveram em Caieiras no final do século XIX, partimos para uma investigação acerca dos contatos do Coronel Rodovalho. Além de ser proprietário de uma empresa de recrutamento de estrangeiros para o trabalho nas fazendas, na cidade de Santos, o coronel era um empreendedor envolvido em diversos negócios no estado de São Paulo. Mantinha relações comerciais com muitos dos industriais e empreendedores deste período, entre eles, alguns da colônia alemã. Estas circunstâncias, entre outras que iremos descrever adiante, justificam a presença de diversos estrangeiros na região. As relações de Rodovalho, com a colônia alemã podem ser observadas em diversas ocorrências ao longo de seus investimentos no estado de São Paulo, como por exemplo, durante a aquisição de terras na região do Juqueri que posteriormente viria a compor as propriedades da Companhia Melhoramentos de São Paulo. Como já comentado, a fazenda foi adquirida na década de 1860, provavelmente com o conhecimento do parecer de 1863 elaborado pelo engenheiro Brunless que considerava o manancial localizado nesta área como o mais indicado para o abastecimento da cidade de São Paulo, já que o pai de Rodovalho pertencia à Câmara Municipal, o que facilitaria o conhecimento dos Rodovalho destes pareceres. Bruno (1984) esclarece que o engenheiro inglês James Brunless era comissionado pelo governo da província para estudar um plano geral de abastecimento. Auxiliado por Hooper e Daniel Maxison Fox, que se tornou sócio de Rodovalho na fundação da Companhia Cantareira de Esgotos alguns anos mais tarde, Brunless apresentou um relatório que indicava a água do Ribeirão da Pedra Branca, na Serra da Cantareira, ser ideal para o abastecimento. A qualidade desta água foi atestada pelo farmacêutico alemão Gustav Schaumann, que chegou a Santos em 1848, mudando-se para São Paulo em 1853 (Siriani, 2003). A família Rodovalho também mantinha relações

comerciais com a família Schunk que se estabeleceu na região do Planalto Paulista por volta de 1828. Siriani (2003, p. 76 e 77) afirma que

A família Schunk, além de cultivar seus roçados, também vivia da criação de gado e da fabricação de tijolos, e uma das atividades de seu chefe era o carregamento de madeira, em carros de boi, dos sítios até os principais mercados da região e da capital. Também revendia tecidos de algodão, baeta e maços de linha, que comprava na capital do comerciante Antonio Joaquim Tavares Rodovalho (...) (SIRIANI, 2003).

A encomenda do projeto da fábrica de papéis feita por Rodovalho à firma alemã Gebrüder Hemmer, proporcionou a vinda de técnicos hamburgueses para a montagem das máquinas (DONATO, 1990) no final da década de 1880. Observamos que a participação do Coronel Rodovalho como sócio da Serraria a vapor de Gustavo Sydow durante a década de 1880, citada anteriormente pode ter favorecido a contratação do administrador técnico da fábrica de papel de Caieiras, Frederico Sydow, irmão de Gustavo. A matéria do jornal O Estado de São Paulo, já citada anteriormente, esclarece que Frederico Sydow foi o responsável pela demonstração dos maquinismos da fábrica aos visitantes. A família Sydow foi uma entre as muitas famílias alemãs que chegaram ao país durante o século XIX e se envolveram com a manufatura e o artesanato da capital paulista⁷².

Percebemos certa proximidade entre o Coronel Rodovalho e os irmãos Sydow. Tanto o chalé de Rodovalho construído em 1879 quanto a fundição de Gustavo Sydow, montada por volta de 1872, estavam locados no mesmo quarteirão do Morro do Chá⁷³.

⁷² Siriani (2003) descreve a trajetória da família quando “João Henrique Sydow, um modesto artista, fabricante de sinos, dirigiu-se ao Brasil, vindo de Hamburgo, em meados da década de 1850, em companhia da esposa Eliza e de seus seis filhos. A família, remediada, contava com a colaboração de todos os filhos homens para o auxílio na pequena fundição que possuíam, num imóvel alugado. Quando faleceu os três filhos mais velhos, Gustavo, Adolpho e Frederico, deram continuidade ao trabalho artesanal de fundição de ferro que haviam aprendido com seu pai. Pouco a pouco foram conquistando seu espaço produtivo da cidade. Porém, separaram-se, mantendo, cada um, as suas próprias fundições. A de Gustavo - a que mais prosperou - foi montada por volta de 1872, na Rua Barão de Itapetininga, num imenso terreno, posteriormente ocupado pelo teatro Municipal. Ali, realizava outros trabalhos artesanais, tais como a fabricação de móveis, possuindo no mesmo prédio uma serraria e uma marcenaria que, com o crescimento do negócio, modernizaram-se, utilizando o vapor como força motriz. A de Adolpho tomou contorno de grande indústria, fabricando essencialmente maquinário pesado para a agricultura, bombas e rodas hidráulicas, entre outros. O único a manter o espírito artesanal na fabricação de artigos de ferro fundido foi o caçula Frederico que, tendo se instalado na Alameda Barão de Piracicaba, continuou fabricando sinos, portões, grades estátuas” (SIRIANI, 2003, p. 120 e 121).

⁷³ Ernani Silva Bruno complementa a localização dos estabelecimentos do Gustavo Sydow dizendo que “outro pioneiro da indústria de São Paulo, nesse tempo, foi o emigrado alemão Gustav Sydow, que montou serraria a vapor no morro do Chá, no local agora ocupado pelo Teatro Municipal e pelo Hotel Esplanada” (BRUNO, 1984, p. 1170) e Campos (2008) afirma que o chalé de Rodovalho era localizado no terreno onde posteriormente foi edificado o Teatro Municipal de São Paulo.

Outro nome integrante da lista de imigrantes elencada por Siriani (2003) é o de Francisco Bausch. Francisco Bausch entrou no Brasil por volta de 1870 declarando, assim como João Henrique Sydow, a profissão de artista. De acordo com a pesquisa de Siriani (2003) Bausch estabeleceu inicialmente residência em São Paulo. Um fato curioso sobre este artista alemão nos remete às instalações do Coronel Rodovalho, em Caieiras. Donato (1990) descreve o relato de um técnico hamburguês, em carta à família, datada de 30 de maio de 1889. Na carta o hamburguês relatava a “batalha da barragem” referindo-se ao incidente ocorrido quando da instalação da barragem do Rio Juqueri para fornecimento de energia hidráulica para a fábrica. A carta do técnico alemão transcrita por Donato, dizia que

[...] no domingo, 26 de maio, este senhor (o proprietário de além Juqueri) veio com alguns negros armados e mandou arrancar o dique [...] demos alguns tiros de advertência para o ar, o que provocou uma resposta a bala. Depois que demos um considerável número de tiros, eles abandonaram o trabalho e se puseram em fuga; ao verificarem, porém, que nenhum deles estava ferido e que não pretendíamos atingi-los, eles retornaram, o que muito nos aborreceu e ao vermos que eles prosseguiram em seu intento descarregamos nova salva de tiros sobre eles. Aí eles fugiram, largando tudo [...] (DONATO, 1990, p. 31).

Donato (1990, p. 31) complementa a ocorrência ao dizer que

Na área vizinha à barragem instalou-se, para defendê-la, uma comunidade trabalhadora. Por consequência surgiu ali o primeiro cemitério, no qual terão sido enterrados alemães vindos de Hamburgo, envenenados com fruta do mato ou certo tipo de peçonha (DONATO, 1990).

A entrevista feita por Gabrielli (2010) esclarece que a família morta neste episódio era de Francisco Bausch e algumas questões acerca deste episódio são pouco esclarecidas, entre elas a causa da morte da família. Todos os ex-moradores das vilas de Caieiras entrevistados para esta pesquisa afirmam ter ouvido a história da morte da família alemã, entretanto alguns disseram ter ouvido que os integrantes da família morreram por ingerir mandioca brava, fruto selvagem, soda cáustica confundindo-se com açúcar, ou por terem o alimento contaminado ao cozinhar em panela de cobre não forrada com estanho. Entretanto, Donato (1990) afirma que a família foi instalada na área vizinha à barragem para defender as instalações e desta forma, levantamos ainda a hipótese de ter ocorrido alguma represália relacionada à “disputa da barragem”, hipótese muito precoce que merece investigação. Em suma, a família Bausch que chegou ao Brasil com o sonho de conseguir

melhores condições de vida, teve o sonho interrompido por este episódio ocorrido em Caieiras.

Com o advento da República, começou uma nova fase de imigração alemã em São Paulo. Os novos alemães chegavam e permaneciam nas cidades ocupando situação bastante diferente da dos imigrantes da fase inicial. Vinham com recursos próprios, desvinculados das firmas particulares ou do governo. Nesta segunda fase de imigração, os alemães chegavam livres de dívidas e comprometimento com as empresas agenciadoras e tinham condições de investir em novos empreendimentos no Brasil. Enquadram-se neste perfil de imigrantes os integrantes da família Weiszflog.

Após as medidas restritivas em relação à imigração alemã, os grupos germânicos ainda chegavam a Santos, porém, em número insuficiente para suprir a necessidade da lavoura, que passou a contar com os colonos italianos⁷⁴. Zuleika M. F. Alvim, em sua pesquisa intitulada *Brava Gente! Os italianos em São Paulo* mostra que durante cinquenta anos, entre os anos de 1870 e 1920, a imigração italiana foi fundamental para o desenvolvimento do estado de São Paulo⁷⁵.

A fazenda de propriedade de Antonio Álvaro, por exemplo, localizada em Campinas recebeu diversas famílias italianas para o trabalho na lavoura. Entre as famílias enviadas para esta fazenda estava a família Dragoni, que chegou ao Brasil em novembro de 1901. A documentação disponível no APESP⁷⁶ referente à imigração foi de grande importância para traçar a trajetória destes exemplos que abordamos neste item. Augusto Dragoni, de 52 anos, saiu de Gênova, na Itália, em direção ao porto de Santos no vapor Rio Amazonas. Junto com ele vieram os filhos Ulderico com 13 anos, Elvira com 14, a esposa Pia com 33

⁷⁴ Para maior conhecimento acerca dos períodos, razões, estratégias de arregimentação, regiões que produziram os maiores contingentes de emigrantes na Itália, ver ALVIM, (1986).

⁷⁵ A autora divide este período de imigração em três fases: “o primeiro momento – 1870-1902 – caracteriza-se pela articulação política do grupo do Oeste, paralelamente à desagregação da mão-de-obra escrava; pelas primeiras tentativas de se apoiar a produção cafeeira na mão-de-obra livre; e pela ausência de uma política imigratória definida. Neste período os italianos ainda não eram maioria dos imigrantes. Num segundo momento – 1885-1902 – consolida-se nova facção econômica no poder – os fazendeiros do Oeste – enquanto o mercado de trabalho se apóia de fato na mão-de-obra livre, definindo-se então, uma política imigratória, basicamente calcada no imigrante italiano. Finalmente – 1902-1920 – período em que o poder político do novo grupo se mantém inalterado e em que se consolida, em todo o país, a política imigratória iniciada por São Paulo. Com uma diferença, porém, definida pela queda brusca na entrada de italianos, basicamente porque passaram a ser atraídos pelo mercado de trabalho norte-americano, e menos em decorrência das restrições determinadas pelo Decreto Prinetti, com que o governo italiano, em 1902, proibiu a emigração desenfreada de seus súditos para o nosso país (ALVIM, 1986, p. 21).

⁷⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo.

e o pai Frederico, com 78. Os Dragoni vieram para o Brasil por conta do governo brasileiro em parceria com a Companhia La Liguri Brasileira⁷⁷.

Estavam estabelecidos também em Campinas, desde o final da década de 1880, os integrantes da família Barichelli, também italiana. Em abril de 1887, chegou ao porto de Santos o navio Bearn, trazendo grupos de imigrantes e entre eles, Domênico Barichelli com 36 anos de idade, acompanhado de sua esposa Mônica Gardin com 39 anos e dos filhos Frederico, com 10 anos e Inocente, com 7. Frederico Barichelli casou-se com Elvira Dragoni, por volta de 1904, e deste casamento nasceu Judith Maria Pia. As notícias sobre as instalações industriais de Caieiras já se espalhavam e atraíam muitos dos trabalhadores rurais estabelecidos nas fazendas do interior paulista. Frederico e a família⁷⁸ foram trabalhar na Companhia Melhoramentos e estabeleceram moradia inicialmente no Monjolinho e depois na vila Sobradinho. Mais tarde, Judith, filha do casal, conheceu e se casou com Bruno Prando.

Bruno também descendia de italianos. Era filho de Bonifácio e Maria Prando⁷⁹, trabalhadores das lavouras de Bragança Paulista. Contam os familiares⁸⁰ que após a morte de Bonifácio, a viúva e os filhos saíram de Bragança em busca de trabalho em outros lugares e estabeleceram-se em Itatiba, onde foram criados e trabalharam na Fazenda dos Pereira⁸¹. Sabe-se que a filha Olga permaneceu nesta fazenda e os filhos Bruno, Ângelo e Mário vieram para a região de *Juquery e Paranahyba*. Ângelo e Mário⁸² trabalharam no hospital do *Juquery* e Bruno foi para a Companhia Melhoramentos, por volta de 1920⁸³.

Rosi Aparecida Martinho, neta de Bruno Prando, conta que os avós se conheceram no cinema da Companhia Melhoramentos. Deste casamento, entre Bruno e Judith nasceram seis filhos, que também trabalharam na Companhia Melhoramentos, entre eles Zeferino Prando.

Outro exemplo de descendente de famílias italianas que vieram para o Brasil com objetivo de trabalhar nas lavouras cafeeiras e posteriormente fixaram-se em Caieiras é de Rosa Menegatti de Azevedo, que trabalhou durante quase dez anos na seção de papel

⁷⁷ Entre os anos de 1876 e 1920, emigraram da região da Ligúria com destino ao Brasil cerca de 9.328 italianos (ALVIM, 1986).

⁷⁸ Inocenti também acompanhou o irmão para Caieiras.

⁷⁹ Prontuário DEOPS número 44311 sobre investigações acerca da depredação do transporte coletivo em Caieiras.

⁸⁰ Entrevista a Rosi Aparecida Martinho, fevereiro de 2011 e Zeferino Prando, março de 2011.

⁸¹ Um dos filhos de Olga chegou a ser administrador desta fazenda.

⁸² Posteriormente Mário, que era carpinteiro, mudou-se para Piracaia, interior de São Paulo.

⁸³ No prontuário DEOPS número 44311 sobre investigações acerca da depredação do transporte coletivo em Caieiras, Bruno declarou em 1952 que era funcionário da Companhia há 32 anos, sendo admitido na empresa, portanto, por volta de 1920.

crepon da fábrica. Rosa nasceu em Jundiaí, em setembro de 1922, filha de Augusto Menegatti e Paulina Civita Nova. Tanto Augusto quanto Paulina nasceram no interior de São Paulo. Rosa sabe que Augusto nasceu em Tambaú e que os avós vieram da Itália: os maternos de Nápolis e os paternos de Veneza⁸⁴. A família de Rosa chegou a Caieiras, em 1938, para trabalhar na Companhia, entretanto, nunca moraram nas vilas. Augusto e sua família, depois de morarem em Jundiaí, foram para Espírito Santo do Pinhal (SP), depois para Botelhos (MG) e depois para Caieiras. Conseguiram, nesta época, estabelecer moradia já em Cresciúma, onde Rosa lembra que na década de 1930, eram morros e campos que formavam a paisagem local. Augusto chegou a ter vários imóveis em Caieiras e por isso nunca teve interesse nas casas das vilas. Trabalhou na seção de cola da fábrica de papeis e Paulina, na cerâmica. Nair, irmã já falecida de Rosa, foi encarregada da seção de papel higiênico e a outra irmã Santina foi empregada na casa do gerente alemão Ehlert. Rosa trabalhou na seção de Crepon até nascer Cleide, sua única filha com o marido Omar Cândido de Azevedo, funcionário do Hospital Psiquiátrico do Juquery.

Como percebemos por meio dos relatos dos antigos funcionários, foram muitas gerações de famílias dedicadas à Companhia Melhoramentos. Antônio Eusébio conta que nasceu em Caieiras, na Vila Foresto, próximo ao Tancão, em dezembro de 1940. Eusébio se lembra de muitos trabalhadores vindos de Campinas e do interior paulista. Seu pai, Benedito Eusébio, por exemplo, nasceu em Caçapava, em 1915. Benedito era filho de Luis Eusebio dos Santos, a quem Antônio atribui a origem portuguesa da família, devido ao sobrenome. A mãe de Luis era Alzira Lopes dos Santos, que segundo Antônio, era de descendência negra. Luis ficou viúvo em Caçapava e veio morar em Caieiras com os filhos e conseguiu trabalho nas roças da Melhoramentos. Nesta época Benedito tinha aproximadamente 9 anos de idade. Antonio conta que o pai começou a trabalhar já com esta idade em serviços que ele supõe serem parecidos ao que ele próprio, Antonio, executou quando começou a trabalhar na Companhia aos 14 anos. Eram atividades de suporte aos trabalhadores, como buscar água, esquentar almoço, cuidar dos animais⁸⁵. Mas, em idade adulta Benedito trabalhou no transporte de pedras da calcária para os fornos de cal. Antonio formou-se torneiro mecânico pelo SENAI⁸⁶, e aos 18 anos começou a exercer esta profissão na fábrica de papéis, onde se aposentou. A mãe de Antonio, Sebastiana da

⁸⁴ Veneza faz parte da região do Veneto, de onde cerca de 365.710 italianos partiram em direção ao Brasil entre os anos de 1876 e 1920 (ALVIM, 1986).

⁸⁵ Estas atividades estarão descritas no item *Mulheres e Crianças*.

⁸⁶ O SENAI – Serviço de Ensino e Aprendizagem Industrial – onde Antonio estudou ficava no bairro da Lapa em São Paulo.

Silva Eusébio veio de São José do Rio Pardo para Caieiras. Nascida em Caconde, era filha de um feitor de fazendas. Devido à ocupação do pai, a família de Sebastiana não ficava muito tempo na mesma cidade. Moraram em Caconde, São José do Rio Pardo, Muzambinho, Guaxupé e várias outras cidades da região de Mococa. Quando a mãe de Sebastiana adoeceu, foi levada pelo marido para a Santa Casa de Misericórdia em São Paulo, onde deu início ao tratamento da doença, que segundo os familiares pode ter sido malária. Primeiro veio o marido, depois trouxe a esposa doente. Depois disso, fixaram-se no Tancão.

Durante a administração dos Weiszflog, muitos funcionários de origem germânica ou europeus de forma geral foram contratados para administrar os serviços da fábrica. Os relatos dos antigos moradores afirmam que uma maioria destes imigrantes ocupava cargos de chefia e gerência:

[...] naquela época, dentro da empresa, o brasileiro era pra trabalhar, só. Você contava nos dedos se tivesse um encarregado, um chefe brasileiro. Tinha. Mas era muito pouco. Era só alemães que vinha (PRANDO, 2011).

O relato do Dr. Bonno Van Bellen⁸⁷ sobre a chegada de sua família na Companhia Melhoramentos retrata a contratação do pai durante o período de pós-guerra, em Caieiras:

[...] meu pai trabalhava na produção do papel, lá naquelas maquinonas, ele era engenheiro lá, ele foi trabalhar lá [...] ele trabalhava com cana de açúcar, aí ele veio para o Brasil, porque sou holandês, [...] eu e meus irmãos todos nascemos fora do Brasil, aí depois da guerra, em 1950, ele migrou para cá, e como ele trabalhava com negócio de açúcar, ele trabalhava na verdade na Indonésia, que era colônia da Holanda, onde nasceram meus irmãos, que são mais velhos do que eu. E eu nasci na Holanda, na guerra, em 43 [...]. Depois da guerra ele retornou para a Indonésia, e aí deu a independência ali, e a Holanda perdeu a colônia, aí ele conseguiu um contrato para trabalhar numa usina de açúcar aqui no Brasil, em Campos, no estado do Rio. Aí de lá [...] a gente foi para Maceió, depois de Maceió para Ribeirão Preto, aí ele saiu dessa área e foi trabalhar na Lever, que é a Gessy Lever hoje, né? Que era lá no Anastácio, na Anhanguera, por ali [...] aí ele saiu de lá e foi trabalhar na Melhoramentos (BELLEN, 2011).

A preferência por gerentes alemães ou descendentes poderia estar pautada tanto na capacitação técnica deste funcionário, que devido ao conhecimento teria melhores condições gerenciar o trabalho nas máquinas importadas da Alemanha, quanto também, durante a década de 1940 e 1950, nas questões políticas.

[...] lá era fundamentalmente estas Companhias alemãs que receberam muitos alemães do pós-guerra, né? Eram muitos, muitos, [...]. Esse pessoal todo, eles tinham ligação na guerra, né? [...] eram oficiais nazistas, e acho até que houve um recolhimento deles aqui, como houve na Argentina, no Chile, e aqui na

⁸⁷ O Dr. Bonno Van Bellen é médico, holandês e é filho de um engenheiro que foi chefe do setor da fábrica da Companhia Melhoramentos. Bonno morou em Caieiras entre os anos de 1957 a 1962, aproximadamente. Sua saída de Caieiras está relacionada aos estudos, entretanto a família permaneceu por mais tempo.

Mannesman, na Mercedes-Bens, na Volkswagen, na Melhoramentos, e eram muitos, né? [...] e acabou formando um núcleo grande, todos eles provenientes da guerra, na verdade, né? E acabaram formando estes núcleos alemães que entre eles, tinham muito contato, não é? O meu pai como era holandês e a Holanda tinha sido invadida pela Alemanha, ele tinha até uma certa dificuldade para conviver com essa “alemanzada” toda aí. Mas no fim ele se dava bem, porque falava alemão e na Holanda eles falam várias línguas e ele falava alemão direitinho [...] tinha uma família, não me lembro o nome deles, eles moravam afastados da fábrica, [...] bem longe e era proibido falar alemão, naquela época, né? [...] eles desaprenderam falar alemão, porque como era proibido, eles pararam de falar e não conseguiram mais falar, eles desaprenderam, porque eram cinco ou seis anos de proibição, né? Agora os outros não, como moravam perto, eles meio que clandestinamente falavam alemão, eles eram chefes também. [...] e naquela época não havia alemão que não tivesse ligação com o partido nazista, né? Era quase que obrigatório, né? Se não fosse do partido nazista você era excluído, não é? E os alemães protegiam muito uns aos outros na comunidade, isso era notório, eu lembro que naquela época tinha disco de 78 rotações e tinha gente ali que ouvia discurso do Hitler! Eu ouvia, porque punha na vitrola e eles ficavam lá ouvindo o discurso do Hitler! E já tinha acabado, né? Porque isso era perto de 1960! (BELLEN, 2011).

Csernik, ao lembrar do isolamento de Caieiras devido às grandes áreas verdes formadas por plantação de eucalipto da Companhia Melhoramentos e às dificuldades de acesso nas áreas restritas aos proprietários, fez uma comparação interessante ao dizer que

[...] a “Lista de Schindler”, era uma fábrica de panela que pegou e guardou todo mundo. A mesma coisa foi na Melhoramentos aqui. A Melhoramentos trouxe muita gente. Não era gente que fosse carrasco de guerra [...]. É que fugiram da opressão, né? Mas acho que o Menghele morou aqui também. Dizem que ele morava perto da Serra dos Abreus [...] E tudo aqui era Melhoramentos [...] na casa da D. Bertha⁸⁸, nunca teve acesso a ninguém [...] a plantação deles pegava até Cajamar, daí ia longe, Santana do Parnaíba, então a plantação de eucalipto era muito grande (CSERNIK, 2011).

Estas questões sobre o isolamento de Caieiras configurado tanto pelas dificuldades de acesso, já descritas no item *1930-1960: surgimento de novas vilas*, quanto pelas grandes áreas verdes que circundava toda a extensão da propriedade da Companhia com a plantação de eucaliptos, são abordadas nos itens *A localização estratégica: isolamento e proximidade com a capital* e *A região do Juquery*.

2.3 O trabalho na Companhia

As vilas operárias e os núcleos fabris eram locais onde indivíduos pobres, em sua maioria, eram arregimentados para trabalhar nas fábricas. A base higienista, a preocupação com a formação moral e religiosa, que incluía os princípios de dever e

⁸⁸ Referindo-se à chácara ainda existente em Caieiras de Bertha Weiszflog, esposa de Walther Weiszflog.

preocupação com a formação moral e religiosa, que incluía os princípios de dever e lealdade e as opções de lazer costumavam ser oferecidos aos funcionários mantendo-os em constante estado de prontidão para o trabalho (CORREIA, 1998). As vilas criadas ao redor das grandes fábricas procuravam difundir

[...] padrões de comportamento adequados, na óptica capitalista de desempenho do trabalho livre. Os padrões de honra exaltados, as regras de moral burguesa e as normas de vida transmitidas pela burguesia ao operariado constituíam parcela da ideologia a ser difundida aos subordinados [...] (BLAY, 1980, p. 148)

Desta maneira, a imposição da disciplina para gerir os trabalhadores de acordo com os anseios industriais, foi um instrumento para administrar e moldar os operários para as necessidades fabris. Nas antigas fábricas da França, por exemplo, Perrot (1988) mostra que a prática de estabelecer os regulamentos das fábricas se multiplicou ao longo do século XIX e toda fábrica que tivesse alguma importância deveria ter o seu inspirado nos modelos já utilizados. Os conteúdos dos regulamentos estabelecidos nas fábricas neste período demonstram que, inicialmente, fixavam os horários e os valores das multas e incluía prescrições morais. A estas regras, acrescentava-se a disposição sobre os salários, regras de higiene e segurança (em relação à utilização das máquinas), aviso-prévio, proibições cada vez mais precisas sobre a circulação na fábrica. As multas eram, essencialmente, aplicadas para os casos de atrasos, falhas de fabricação, deterioração das máquinas, brigas nas dependências ou proximidades à fábrica, cachimbos mal apagados, palavreados obscenos, condutas consideradas indecentes, embriaguez, falatórios, insubordinação aos chefes, escritos nas paredes e todos os comportamentos julgados, pelos patrões, inadequados (PERROT, 1988).

No Brasil, as três primeiras décadas do século XX foram de grandes discussões acerca da legalização do trabalho e em especial do trabalho feminino e do menor. Até Constituição de 1988, que estabelecia, pela primeira vez que os deveres e responsabilidades decorrentes da sociedade conjugal cabem igualmente a ambos os cônjuges, um longo caminho de discussões e movimentos foi trilhado pelas autoridades, patrões e operários. O trabalho feminino e o trabalho do menor deparavam-se freqüentemente com questões de exploração e preconceitos com conseqüências que levavam à exclusão ou baixíssima remuneração.

Em São Paulo, questões sobre o trabalho do menor já eram consideradas no Decreto nº233 que estabelecia o Código Sanitário de 1894 (CORDEIRO, 2010). O artigo

181 estabelecia a proibição do trabalho noturno para meninos menores do que 15 anos e mulheres até 21 anos. O governo estadual de São Paulo por meio do Decreto nº 2141, de 1911, permitia serviços leves para crianças entre 10 e 12 anos e proibia o trabalho noturno aos menores com idade entre 10 e 18 anos, sem fazer referência ao trabalho feminino (TEIXEIRA, 1990).

Na década de 1910, os industriais paulistas se organizaram em associações de classe com objetivo de defender alguns de seus interesses específicos. Estas associações que agiam em nome dos interesses do comércio e da indústria, assumiam uma posição intermediária entre o Estado e os movimentos operários e tinham como objetivo principal a questão da legislação social e o estabelecimento dos limites da regulamentação do trabalho pelo Estado.

O período compreendido entre 1917 e 1920 foi marcado por discussões sobre as questões sociais, principalmente após os movimentos grevistas de 1917 e com os projetos de regulamentação que começaram a surgir com as preocupações sobre o trabalho feminino nas indústrias. Muitos defendiam a proibição da mulher em trabalhos noturnos e consideravam o organismo da mulher não resistente à fadiga além de considerar os ambientes e horários não adequados àquelas que deveriam estar em casa zelando pela família (VENÂNCIO, 2001). Considerava-se, então, o modelo de família em que o homem era o provedor do sustento da família, enquanto a mulher realizava um trabalho extra doméstico para complementar a renda familiar. A Lei Estadual nº 1596, de 1917, que alterava o código sanitário, elevava a idade de admissão dos menores de 10 para 12 anos e entre 12 e 15 anos os menores não poderiam trabalhar em fábricas de bebidas alcoólicas, em maquinismos perigosos, em serviços que exigissem a concentração e atenção, em transportes de carga, serviços gráficos, limitando o horário de trabalho para cinco horas diárias. Por esta Lei a admissão dos menores nas fábricas só poderia ocorrer com a apresentação do atestado de frequência escolar e de aptidão física e as mulheres durante o primeiro mês de gravidez e primeiro do puerpério não poderiam trabalhar em estabelecimentos industriais. Apesar das medidas de proteção previstas em lei muitos industriais não cumpriram o estabelecido devido, principalmente, ao fato de não haver fiscalização suficiente que garantisse a obediência⁸⁹ (TEIXEIRA, 1990).

Em São Paulo, em 1919, foi sancionada a Lei de Acidentes de Trabalho. Entretanto, o Código de Trabalho não chegou a ser votado e voltou à Câmara somente nos

⁸⁹ Em 1917, os industriais do Rio de Janeiro igualmente desrespeitavam a proteção ao menor estabelecida pela lei municipal. Em Pernambuco, os projetos relativos à legislação social também foram rejeitados (TEIXEIRA, 1990).

anos seguintes⁹⁰ (TEIXEIRA, 1990). Os empresários foram aceitando, durante os anos 1920, lentamente a intervenção do Estado nas relações trabalhistas⁹¹.

A década de 1930 foi marcada pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pensando numa estrutura que tinha como base o estabelecimento de uma rede de contatos entre os representantes de patrões e de empregados⁹².

Esse contexto de mudanças na forma de contratação dos trabalhadores vai interferir na organização do trabalho em Caieiras. O tipo de trabalho desenvolvido na Companhia Melhoramentos envolvia atividades diversas de caráter rural, técnico e administrativo. Entre as atividades observadas nos documentos publicados na literatura ou relatadas pelos entrevistados percebemos uma gama variada de serviços que envolviam todos os membros da família operária. Para as classes menos favorecidas economicamente, eram comuns

⁹⁰ Em 1915, o senador paulista Adolpho Gordo levou para a consideração do Senado Federal o projeto de lei que estabelecia a obrigatoriedade dos patrões em reparar os danos em caso de acidentes de trabalho com operários. Em 1919 este projeto foi transformado em lei. Após a publicação do projeto de Adolpho Gordo no Diário Oficial, o Centro Industrial do Brasil elaborou um estudo enviado ao Congresso Nacional propondo mudanças que favoreciam seus interesses, justificando suas posições. Em 1917, Maurício de Lacerda, apresentou um projeto de formulação do Código de Trabalho com indicações para leis trabalhistas, para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, tais como jornada de trabalho de oito horas, redução do turno e proibição do trabalho noturno para as mulheres, licença à parturiente pré e pós-parto, proibição do trabalho do menor de 14 anos com jornada de seis horas de seis horas diárias, com salário nunca inferior a dois terços do salário adulto. Estas proposições geraram muitas discussões entre industriais e operários, principalmente em relação às questões referentes à idade do menor operário e carga horária. O projeto de Código de Trabalho permaneceu parado até 1918, quando foi apresentado um novo substitutivo, conhecido como *projeto de lei operária* e de *acidente de trabalho* que surgia com certo retrocesso em relação ao projeto do Código, parecendo ceder às pressões industriais. A jornada de trabalho passava a ser de dez horas para ambos os sexos e também para os menores com mais do que 16 anos. Era permitido aos patrões o prolongamento deste horário desde que houvesse o pagamento de horas extras. O princípio da reparação dos danos em caso de acidente de trabalho foi alterado de maneira que a indenização só ocorreria quando o acidente não se devesse a força maior, culpa ou dolo da própria vítima ou de estranhos. Descontente com as proposições da *lei operária*, o deputado Nicanor Nascimento apresentou um requerimento à Câmara pretendendo uma *Comissão Especial de Legislação Social*, para tratar especialmente das questões sociais. A partir de então, as questões referentes à elaboração de uma legislação social seria encaminhadas a esta Comissão. O projeto que regularia os acidentes de trabalho foi desmembrado do projeto de Código de Trabalho (TEIXEIRA, 1990).

⁹¹ Em 1923 foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, órgão consultivo do governo federal em assuntos trabalhistas. Em meados da década de 1920 foi assinado o Código de Menores e discussões sobre o trabalho feminino, incluindo o atendimento à mulher grávida também aconteceram neste período (VENÂNCIO, 2001). Em 1923 o Projeto do Novo Código do Trabalho foi posto em discussão pela Câmara, mas o patronato reagiu contra o projeto, principalmente no que se referia à carga horária de oito horas; a instituição do descanso dominical para certos tipos de empresas; à concessão de 15 dias de férias para cada operário por ano trabalhado; à proibição do trabalho do menor de 14 anos; sob alegação de tal medida ser prejudicial à família operária; à proibição do trabalho noturno da mulher em certos serviços; descanso da parturiente 30 dias antes e 40 dias depois do parto (TEIXEIRA, 1990).

⁹² Em 1932 foi promulgado o decreto que proibia o trabalho noturno das mulheres exceto aquelas que trabalhassem junto a outros membros da família ou em atividades relacionadas à telefonia, radiofonia, hospitais, clínicas, manicômios ou sanatórios. Entre as determinações, estavam também as proibições do trabalho feminino em locais considerados insalubres ou de periculosidade. Definiu o horário a ser entendido como horário noturno e instituiu a jornada de trabalho de 8 horas de trabalho na indústria, assim como definiu benefícios para o período de gravidez e amamentação. Leis que haviam sido elaboradas durante os 30 primeiros anos do século XX foram regulamentadas, mais tarde, na década de 1940 (VENÂNCIO, 2001).

atividades masculinas voltadas ao serviço “pesado”: carregamentos e transportes de pedras, areia, cal, fardos, os cuidados com os animais. As mulheres se ocupavam dos serviços domésticos na casa dos chefes ou de manuseio de papéis, que embora classificados pela Companhia como atividades limpas e apropriados às moças, não estavam livres de uma rotina de trabalho exaustiva. Às crianças destinavam-se os serviços de apoio às equipes de trabalho. Para homens, mulheres e crianças de condição financeira menos favorecida, o serviço na roça, que incluía o plantio das mudas de pinheiros, araucárias e eucaliptos no viveiro foi também muito comum. Muitas vezes, a iniciação do trabalho na Companhia se fazia por meio deste setor. Entretanto, à medida que o funcionário tivesse um aprimoramento profissional ou alguma experiência dentro da própria Companhia que lhe diferenciasse dos demais, poderia iniciar algum trabalho nas oficinas, nas fábricas e nos escritórios. Muitos trabalhadores que começaram suas vidas profissionais na Companhia com o plantio de mudas, conseguiram se especializar profissionalmente como torneiros mecânicos, desenhistas, projetistas ou ainda acabavam por comandar equipes. A rotina de alguns dos trabalhadores de Caieiras será descrita com intenção de trazer ao leitor melhor compreensão sobre o cotidiano nas vilas de Caieiras, que era pautado, de forma contundente, nos resultados da produção industrial. São relatos que revelam, em partes, a sólida e extensa estrutura de trabalho agroindustrial dentro da Companhia Melhoramentos. A investigação acerca destas atividades apoiou-se na literatura específica sobre Caieiras e Companhia Melhoramentos e, principalmente, nos relatos dos trabalhadores que foram de suma importância para traçarmos, em linhas gerais, um quadro que trouxesse à luz as atividades rotineiras desta grande indústria.

Figura 32 Entre os trabalhadores da Companhia Melhoramentos, funcionários da gerência, entre eles o gerente Ehlert, em pé, à direita.
Fonte: Jornal Regional News, capa, ano XV, 12 de dezembro, 2006.

2.3.1 O trabalho masculino

Como vimos, o trabalho dentro da Companhia incluía atividades diversas que poderiam ir desde o campo até as atividades dentro das oficinas e dos escritórios. A experiência e domínio do conhecimento de um ofício poderiam permitir que o funcionário galgasse degraus e avançasse na carreira profissional. Esta conduta, normalmente aplicada aos funcionários sem estudo, era bastante recorrente. A busca pela especialização como meio para alcançar um patamar mais elevado e com isso conseguir não apenas melhores salários, mas também vantagens em relação às atividades executadas e às condições de moradia eram fatores que motivavam o empenho e investimento na carreira, que muitas vezes era encerrada dentro da mesma Companhia, de acordo com o tempo de serviço. Sobre esta condição, Eusébio descreve a carreira do pai Benedito⁹³:

⁹³ Benedito Eusébio começou a trabalhar na Companhia por volta de 1925.

[...] foi assim, começou a trabalhar num setor, depois foi pra outro setor, quando eu era já jovem meu pai já era condutor. Condutor era uma escala, vamos dizer assim, de profissão, no sentido do trabalho. Então tinha o ajudante, o condutor, depois o contra-mestre, a chefia, enfim ia subindo, né? Meu pai era condutor de calandra quando ele aposentou. [...], trabalhou um tempo na fabricação até pegar o jeito e depois trabalhou na calandra. Calandra era uma máquina aonde se fazia o papel pergaminho. Aonde se fazia o papel cartão, cartolina, esse tipo de papel. Tinha muitos tipos de papel. Todo papel que tinha aquele brilho passava pela calandra. Era uma máquina que nem fosse uma maquininha de macarrão, uma coisa assim, em vários cilindros, um em cima do outro. Alta, muito alta. Tinha que subir escada, meu pai subia e descia escada não sei quantas vezes pra passar o papel de um cilindro no outro, [...], e aquilo tudo com vapor, então, conforme a máquina rodava aquele cilindro, entrava um papel como esse [...] sulfite hoje, né? Ele entrava aqui embaixo, daí ele ia passando, passando, e quando ele saía lá em cima, ele já saía um rolo lá em cima e ia desenrolando aqui e enrolando lá em cima. A função de quem trabalhava na calandra era isso, pegar a ponta do papel e ir passando ficava um de cada lado e passava o papel pra lá, controlando até o papel chegar lá em cima e quando saía lá em cima já saía o produto. Se era papel pergaminho, saía o pergaminho, e tinha uma variedade infinita que eu não sei te dizer, cartolinas, pergaminho, um papel que chamava opaline, [...]. Hoje nem pergaminho não se vê mais né? Hoje existe o papel manteiga. Transparente que é liso. Mas o pergaminho se usava muito. Tinha de todas as cores. Usava pra encapar caderno, vendia muito pergaminho pra fora, né? [...] A linha da Melhoramentos sempre foi de primeira linha, né? Antigamente se fazia tudo aqui. Fazia pergaminho, papel crepon, papel de seda, fazia tudo que é tipo de papel que existia na época. Naquele tempo não tinha o plástico (EUSÉBIO, 2011).

Eram trabalhadores do horto, da calcária, da olaria, da fábrica de papel, que se dividiam em funções como carregadores de material, forneiros, caldeireiros, mecânicos, projetistas e engenheiros. A variedade de ofícios existentes na Companhia envolvia o processo completo de fabricação: matéria-prima, fabricação, acabamentos, acondicionamento dos produtos, transportes e administração geral.

[...] o meu pai é o Bruno. Ele começou trabalhando nos fornos de cal, ele era forneiro⁹⁴. Naquele tempo a Melhoramentos faturava muito com o cal. Naquele tempo não tinha matéria-prima que tem hoje. E ela tinha as pedreiras [...] próprias para fazer o cal e meu pai trabalhou nos fornos. Tinha [...] os fornos que estão lá hoje. Tinha o Macalé, aquilo é histórico, né? [...] Vinha as carroças [...] com lenha, tinha que pegar e ele que era o forneiro tinha um ajudante. Tudo à lenha. Abria aquela boca lá, tudo cheio de pedra dentro e lenha, e derretia e aquilo formava um pó, que é o cal. Então fazia o cal. Tinha o pessoal que ensacava, a mulher que costurava e fazia a sacaria, pesava tudo [...] levava embora e eles faturavam com isso também (PRANDO, 2011)

⁹⁴ Bruno Prando começou a trabalhar na Companhia Melhoramentos por volta de 1920.

Figura 33 Floresta de eucaliptos

Fonte: Companhia Melhoramentos de São Paulo
(Weiszflog Irmãos inc.) Fábrica de papel-Editora-Oficinas Gráficas

Bertolini⁹⁵ (2011) relatou que o pai era carregador de areia: “carregou muita areia pra construir a Companhia”.

Muitos jovens da década de 1950 buscavam o aprimoramento profissional, assim que possível, nos cursos técnicos oferecidos em São Paulo, pois nas escolas de Caieiras não havia esta capacitação, excetuando-se alguns cursos dirigidos por engenheiros destinados ao aprimoramento dos operários. A iniciação nas profissões ligada à mecânica poderia garantir o início de uma nova carreira dentro da Companhia, que garantia, certamente, alguns privilégios e melhores salários. Exemplo desta busca pode ser observado na carreira de Antonio Eusébio⁹⁶:

[...] eu fui pra fábrica pra sessão de expedição. Expedição o que é? É onde saía o material vendido. As resmas, os rolos de papel, aquela coisa tinha que ter alguém pra anotar no fardo, tinha uma numeração específica, cada um tinha seu código, tinha que marcar na resma o tanto, a quantidade, e o código e fazer o controle. E eu trabalhava ali. Pra marcar e também pra puxar carrinho de papel, [...] dos depósitos, saía da máquina ia levar nos depósitos, pegar no depósito levar até o caminhão, esse é o serviço que eu fazia, serviço pesado pra minha idade, mas não tinha jeito tinha que fazer. Quando eu fiz 17 anos eu fui pro Senai [...] na Lapa. Na rua N. S^a da Lapa era naquele tempo. Aí eu fiz o Senai, 1 ano de Senai, aí meu pai conseguiu transferência pra que eu fosse trabalhar na oficina mecânica. Aí eu fui trabalhar lá em 1958, quando eu tirei o diploma do Senai. Eu tinha 18 anos já. Aí eu trabalhava lá onde é a MD hoje, não aqui na Cerâmica. Aí eu trabalhei lá até aposentar. Eu me formei em torneiro mecânico, comecei a trabalhar como torneiro mecânico e trabalhei até novembro do ano passado. Só na Melhoramentos eu trabalhei trinta e dois anos [...] (EUSÉBIO, 2011).

⁹⁵ Francisca Doratiotto Bertolini nasceu em 1947, na Vila Charco Fundo, em Caieiras.

⁹⁶ Antônio Eusébio é nascido em 1940, em Caieiras.

Às vezes a busca pelo conhecimento técnico não era atividade fácil para os rapazes nascidos em famílias operárias, que viam na rotina de trabalho a única forma digna de viver e prosperar. Para Jair Bertolini, também funcionário da Cia., iniciado na plantação de mudas, o estudo exigiu dedicação e perseverança:

[...] meu pai não trabalhou muito na Companhia⁹⁷, pois ele trabalhou cerca de vinte anos na Cobrasma. Eu sei que ele era da plantação e depois da oficina. Ele namorava a minha mãe e ela conta que como ela servia cafezinho na fábrica, ela dava um jeito de levar café pra ele também na oficina, mas era só pra ele e os outros chiavam! Depois de casados é que ele foi estudar. Ele fez Liceu e Protec. Eu lembro de finais e finais de semana do meu pai na prancheta. E ele conta que o pai dele, o Augusto Bertolini, sempre dizia para minha mãe:
- Vê se tira essa idéia da cabeça dele, de estudar! Fica chegando tarde em casa, nem vê os filhos! (SOARES, 2011).

Antonio Eusébio, ao caracterizar a extenuante jornada que os funcionários da Companhia enfrentavam, interpreta a força de trabalho como uma moeda corrente, e compara aquela rotina ao

[...] tempo da escravidão, sabe? Que você comia mas cê tava dependente do patrão e tinha que trabalhar pra pagar? Era assim. Praticamente isso. Porque você ia no armazém e tinha o vale. Mas esse vale era descontado do teu pagamento. Então você tinha “x” de vale. De acordo com o seu ordenado era o tanto que a Companhia te dava o vale. Então, no dia de vale você fazia despesa. Mas esse vale vinha descontado na folha de pagamento. Se você ia no médico e gastasse na farmácia, vinha descontado na folha de pagamento (EUSÉBIO, 2011).

Csernik (2011), baseado na vivência de sua família dentro da Companhia Melhoramentos, acredita que trabalhar nos núcleos fabris fazia do funcionário “um escravo, porque eles já põem a pessoa dentro da empresa, que é pra pessoa não ver outra coisa a não ser a empresa [...] então você não ia conhecer outra coisa”. Referindo-se não apenas à jornada de trabalho nas oficinas e fábricas da Companhia Melhoramentos, mas também, àquela rotina que envolvia na vida doméstica o cuidado com hortas e animais, Prando afirma que naquela época o povo “[...] trabalhava, hein! Trabalhava que nem um cavalo. Trabalhava! Dinheiro não tinha não, mas o que comer, isso Graças à Deus nunca faltou! E era coisa boa!” (PRANDO, 2011).

As jornadas que já eram longas e exaustivas poderiam ser ainda maiores com a possibilidade de aumentar os ganhos praticando horas-extras se assim o trabalho exigisse.

⁹⁷ Jair Bertolini começou a trabalhar na Companhia por volta de 1961, com 14 anos.

Para os operários, esta era uma oportunidade que não se poderia desperdiçar e valia alguns sacrifícios:

[...] tinha oito horas de trabalho na carteira. Mas você ficava e trabalhava, eu cheguei trabalhar durante a semana das sete às nove da noite, às dez da noite, só que ganhava extra. E sábado e domingo trabalhava. Muito tempo trabalhei de domingo, porque quando eu construí aqui a minha casa⁹⁸ eu fiz muito hora extra, eu ganhava às vezes o tanto de ordenado o tanto de hora extra. Vamos dizer, que eu ganhava mil reais, e mil de hora extra. Porque a hora-extra era assim, eles pagavam 30% a noite e no domingo era 100%. E a gente usava muito a hora-extra porque nos feriados e domingos parava-se a fabricação. Hoje não para mais, mas naquele tempo parava. Hoje não para, hoje é regime contínuo, né? Mas antigamente, até nem sei como eles fazem os reparos hoje, porque antigamente era assim, a fábrica parava domingo de manhã e só ia funcionar na segunda-feira de manhã, às seis. Porque a fabricação era três turnos: das seis as duas, das duas as dez e das dez às seis. Nós trabalhávamos das sete às cinco. Então o nosso horário, passou das cinco horas já era extra. Sábado nós tínhamos que trabalhar até o meio dia. Passou desse horário era extra. Então a gente saía três, quatro horas da tarde. Domingo, às vezes eu ficava até....e os meus filhos não me viram quase. Eu vivia na fábrica. [...] era assim [...], eu saía de manhã, almoçava porque lá tinha refeitório, eles davam. Davam não, vinha descontado no hollerith, uns valezinhos, e você almoçava, mas era coisa bem pouquinha (o desconto), então a gente dava o valinho almoçava, jantava, e quando a gente ia jantar o vale não era descontado do pagamento. Por exemplo, se eu ficasse das sete as cinco o almoço tinha o valinho que vinha descontado. No jantar eles davam um papel escrito pelo chefe. Então a gente apresentava aquele papel no refeitório e comia. Porque era tudo da Companhia mesmo então com aquele vale que eles davam você jantava quando era hora-extra, domingo e sábado, era tudo extra e você tinha alimentação. Por isso que eu digo, não temos do que reclamar, né? Tinha as vantagens! (EUSÉBIO, 2011).

O processo de aposentadoria de Antonio Eusébio envolveu um acordo que novamente o fez considerar as vantagens financeiras daquele momento. Na ocasião, já havia ocorrido o desmembramento da Companhia Melhoramentos em MD Papéis, e a transferência dos funcionários de uma firma para outra

[...] só trocou o nome na carteira e pronto. Ninguém indenizou ninguém, ficou por isso mesmo. Nós trabalhávamos pra Melhoramentos, de repente começamos a trabalhar pra Meliorpel, que era a firma sucessora da Melhoramentos, a Meliorpel vendeu para a MD, passamos para a MD, e foi isso, foi contando anos de carteira. Com trinta e dois anos eu aposentei [...] minha aposentadoria foi assim: quando eu fiz trinta anos, a Companhia chamou não eu, mas todos da época, a fazer um acordo. Se a gente quisesse aposentar, eles davam dez salários nosso, do salário que ganhava na época. Dez salários. Se a gente aceitasse aquela proposta, a gente tinha como prêmio, vamos dizer assim, mais dois anos pra trabalhar lá, como contratado. Aí já era como contratado, não era mais...(funcionário) recebia normalmente como se não tivesse acontecido nada. Só que vencendo esses dois anos, a gente saía, sem nenhuma indenização, parava, simplesmente parava. Era um contrato de dois anos. Nesta época eu estava construindo minha casa aqui, esta casa que eu moro. Então pra mim foi vantajoso e eu aceitei. Quem não aceitasse, depois o castigo era ficar trabalhando e depois não teria nenhuma gratificação. Ia aposentar e só receberia o que era de lei e mais nada. O que era de lei o que era? O fundo de garantia.

⁹⁸ Referindo-se à casa construída fora da Companhia Melhoramentos.

Que tava saindo na época. E muitos não tinham assinado o fundo de garantia. Quem não tinha assinado e tava perto de aposentadoria eles ofereceram este acordo. Então, você não recebeu nada por trabalhar trinta anos. Da Companhia nada. Você recebeu os trinta anos que foi feito os cálculos de depósito de INSS e foi dando o salário. Na época dava pra mim um bom salário, porque eu recebia 5 salários mínimos e meio. Na época era bastante. Era um bom salário... (EUSÉBIO, 2011).

A rotina implantada na fábrica durante as décadas de administração dos alemães foi de trabalho penoso que exigiu dos trabalhadores profunda dedicação. O esforço da gerência em impor um padrão de disciplina entre homens, mulheres e crianças e delas extrair o máximo possível de produção é perceptível em todos os relatos acerca das atividades exercidas na Companhia. Entretanto, nota-se que esta conduta parece não ter afetado ou diminuído o apreço dos trabalhadores pelos patrões alemães. Assim, os muitos operários consideravam a convivência com os Weiszflog “tranquila. Os patrões mesmo, eles eram bons. O que era ruim era a chefia. Muitos das chefias eram descendentes de alemães. Então esses eram ruins. Tratavam mal os funcionários, pisoteavam mesmo” (EUSÉBIO, 2011).

As fábricas tinham a necessidade de um pessoal especializado para fazer a fiscalização técnica dos trabalhadores. Frequentemente este pessoal esteve muito mais ligado ao patrão do que aos trabalhadores. O patronato se empenhava em oferecer aos fiscais e agentes vantagens materiais ou simbólicas. Observa-se, entre os relatos dos operários que permaneciam sob as regras e imposição de disciplina nos ambientes fabris, que o temor em relação às punições e repressões era proveniente da conduta desta camada intermediária – chefes e encarregados - que tinha como função instaurar a ordem e o ritmo para que a produção não fosse prejudicada e assim, apresentar às suas gerências e diretorias resultados satisfatórios. Os patrões alemães, embora rígidos em suas rotinas, eram tidos pelos operários como exemplos de boa conduta, organização, disciplina e educação. Para o operário de Caieiras, o respeito que os Weiszflog demonstravam por qualquer funcionário estabelecido dentro da Companhia Melhoramentos era a forma de expressar a consideração e apreço pelo trabalhador. Os alemães personificavam um exemplo de conduta e sabedoria:

[...] agora, aprendemos muito com eles também, né? [...] mas eles eram, especialmente a família Weiszflog, espetacular! A família Weiszflog era gente finíssima! Seu Hasso, ele dava uma volta na fábrica, ele cumprimentava desde o faxineiro até o gerente, e perguntava, queria saber do andamento, era um homem muito educado. Agora já depois, veio os Plöger, que é família também, porque a esposa do seu Hasso era irmã da esposa do Plöger. E eles já eram mais duros, mais secos. Já quase não era muito de conversa. Mas a família Weiszflog era espetacular, só tenho que falar bem da família Weiszflog. [...] Ele tem uma filha que se chama Adriana também, minha filha se chama Adriana por causa da filha deles (PRANDO, 2011).

O relato de Prando exprime um sentimento de orgulho e admiração por Hasso e toda família Weiszflog e a escolha do nome da filha lhe pareceu ser uma justa homenagem àquela família.

2.3.2 Mulheres e crianças

Para a empresa, o trabalho da mulher deveria estar entre as atividades mais leves e limpas. Neste sentido, o trabalho das esposas dos diretores da Companhia estava centrado nas atividades leves ligadas à figura benevolente da mulher. Elas atuavam junto às comunidades na assistência social, na promoção de eventos, concursos e promoções que motivavam as donas-de-casa operárias a dedicarem-se também a estas causas. Donato (1990) destaca, neste sentido, o trabalho de Bertha Moraes Weiszflog, Ingeborg Reimann, Karola Weiszflog e Adofa Plöger.

Já as mulheres operárias que precisavam complementar a renda familiar dedicavam-se às atividades braçais como a seleção de caroços de algodão e de papeis, entre outras atividades que descreveremos a seguir.

Os primeiros registros trabalhistas femininos da Companhia Melhoramentos surgiram a partir de 1901 e variavam quanto à naturalidade e idade das trabalhadoras, como mostra o primeiro documento oficial de contratação de mulher na Companhia. Abaixo, transcrevemos os contratos e observações elencadas por Peres (2008):

Tabela 7 Relação das primeiras trabalhadoras contratadas pela Companhia

Nome	Admissão e idade	Função	Naturalidade	Observações
Magdalena Mucelini	1901	Operária	Vicenza/Itália	Primeira contratação oficial de mulher da Companhia
Idalina Leme	1920	Operária	Caieiras	Viúva, analfabeta.
Maria Favero	1923	Operária	Campinas	Casada, alfabetizada
Anna Szenter	1923, aos 12 anos	----	Romênia	Solteira, alfabetizada
Joanna Zuglian	1924, aos 13 anos	----	Caieiras	Foi “funcionária exemplar” como contra-mestre. Salário em 1950 era de CR\$5,00 (horista). Trabalhou na empresa até 1967.
Maria Gabrielli	1925, aos 12 anos	----	Campinas	Solteira e alfabetizada
Ada Bassi	-----, aos 20 anos	----	São Paulo	Solteira e alfabetizada, foi a sétima contratada pela Cia.
Waldomira Rodrigues	-----, 13 anos	----	Caieiras	Solteira e alfabetizada, nasceu em Caieiras
Martha Vicente da Silva	1928, aos 11 anos e 11 meses	----	Jundiai	Solteira e alfabetizada
Angelina Inácia de Moraes	1928, aos 27 anos	Encarregada	MG	Casada e analfabeta
Alcinda Chrispim	----, aos 14 anos		Parnahyba	Alfabetizada, morava em Caieiras, tinha ficha sanitária e o prontuário não tem marcado o número da carteira profissional
Ida Faccio	1929, aos 13 anos	----	Campinas	Morava na fábrica de papel, solteira e alfabetizada
Ignez Massaia	1929, aos 14 anos e 11 meses	Escolha de papel	Caieiras	Saiu em 1938
Ermelinda Perin	1930	----	Campinas	Alfabetizada
Itália Forresto	1930, aos 16 anos	----	Várzea/Itália	Solteira e alfabetizada

Fonte: Peres (2008)

Figura 34 Escolhedoras de papel na Companhia

Fonte: Companhia Melhoramentos de São Paulo. Indústria de papel. 1890-1950 ([19-] p. 22)

Figura 35 Separação de caroços de algodão
Fonte: Donato (1990, p. 104)

Figura 36 Processo de trabalho com o linter (fibras de casca de algodão), 1942-1943
Fonte: Donato (1990, p.104)

Na publicação “A obra social da Companhia Melhoramentos de São Paulo – impressões do Sr. Luis Carlos Mancini, transcritas em ‘Serviço Social’ (nº 24, de Dezembro de 1940), a diretoria da empresa afirmava que entre os 1500 operários da Cia daquele ano, 200 eram mulheres. A elas, a empresa reservava “tarefas condizentes com a sua natureza, sendo quasi todas escolhedoras de papel” (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO – IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, TRANSCRITAS EM ‘SERVIÇO SOCIAL’ - nº 24, de Dezembro de 1940, p.5).

Esta realidade descrita por Mancini acerca das atividades femininas que estavam quase sempre ligadas aos diversos setores de escolha de papéis durante a década de 1940 é afirmada por Francisca Doratiotto Bertolini que julgava sua atividade dentro da Companhia, já em meados da década de 1960, uma exceção à regra que incluía quase todas as mulheres:

Eu comecei a trabalhar com quase 18 anos na Melhoramentos. Primeiro eu fui trabalhar na Barra Funda, quando eu ia fazer 15 anos. Aí quando eu ia completar 18 a Companhia chamou. Eu fui trabalhar na copa do escritório. A maioria das mulheres ia trabalhar como escolhedora de papéis, mas eu fui pra copa, acho que ninguém queria trabalhar lá, e me chamaram. Eu lembro bem que logo que comecei a trabalhar, naqueles dias a Companhia ia fazer 75 anos e teve uma festa pra comemorar. Na festa eu ganhei um cheque com o valor de 75! Isso me marcou muito porque eles sortearam algumas pessoas para ganhar este cheque e eu fui a primeira a ser sorteada! (BERTOLINI, 2011).

Era comum, durante a década de 1940, em Caieiras, que a mulher iniciasse o trabalho com 14 anos, de acordo com a regulamentação da Lei, e o interrompesse com o matrimônio ou nascimento dos filhos. Foi o caso de Sebastiana da Silva Eusébio que foi escolhedora de papel até 1947, ano de nascimento do filho mais novo. O trabalho de

Sebastiana era feito nos barracões de zinco do Bairro da Cerâmica. Estes barracões eram grandes espaços cobertos onde era feita a seleção de revistas e jornais usados que seriam utilizados para a fabricação do novo papel:

Minha mãe trabalhou bastante. Até 47 ela trabalhou num barracão [...] ali onde é a cerâmica, era tudo barracões de zinco. Enormes, tudo nesses barracões e lá embaixo, é, vinha muita revista, eu adorava ir trabalhar com a minha mãe porque vinha revista de tudo que era lado pra gente, pra eles escolherem, tirar aqueles grampinhos, tal e punha nos fardos, prensava, fazia os fardos de papel pra ir pra fábrica pra moer aquilo e fazer papel. Era matéria prima que eles usavam assim [...] Lá tinha muitas mulheres que trabalhavam lá só pra fazer isso. Escolher papel, ensacar e depois levava na prensa, [...] prensava e fazia uns fardos e daí ia pra fábrica. Minha mãe trabalhou lá até 1947. Quando meu irmão nasceu meu pai não deixou mais ela trabalhar e ela saiu (EUSÉBIO, 2011).

Quando Sebastiana começou a trabalhar na Companhia, ainda bem jovem, morava com os pais perto do moinho que havia fora dos limites da Companhia. O trabalho da jovem foi um dos fatores que contribuíram para que a família pleiteasse moradia no bairro do Tancão:

Porque minha mãe quando veio do interior ela [...] já era mocinha. Eu não sei a idade que ela veio. Eu não sei, nunca tive a curiosidade de perguntar que ano eles vieram, né? Eu sei, que eu posso dizer pra você, que quando minha tia Noêmia que é a caçula delas nasceu, ela nasceu aqui embaixo no Moinho. [...] naquele meio ali, existia uma casa que moía milho pra fazer fubá, fazer farinha de milho, e chamava-se Moinho. Então, meu avô, ali tinha umas casinhas em volta, também, tudo casas que não é as de hoje, tudo casa de barro mesmo, e meu avô veio morar ali. Depois quando minha mãe foi trabalhar pra fábrica, e era difícil naquele tempo pras mocinhas irem daqui lá que não tinha luz, não tinha nada, e trabalhavam, vinham de noite no escuro, e ela contava [...], que às vezes ia indo pro pasto, [...], e tinha vaca no meio e às vezes caíam por cima das vacas, as mocinhas! [...] Porque a maquininha te pegava e sempre pegou ali perto da estação, ali era o ponto final da maquininha. Então, meu avô conseguiu na Companhia mudar lá pro Tancão pra ficar mais fácil pras meninas que era a minha mãe, minha tia Olímpia, e os meninos que eram muito jovens [...] (EUSÉBIO, 2011).

No setor conhecido como “sala de escolha” muitas gerações de mulheres dedicaram horas de concentração à atividade quase mecânica de manusear a escolha do papel. O rígido controle e a forte pressão exercida pela chefe sobre o grupo de moças deste setor, durante a década de 1950, acabou por motivar uma das greves dos funcionários, culminada no início da década de 60, e provocou revolta e indignação de muitos moradores e trabalhadores da Companhia diante do tratamento que consideravam abusivo:

[...] Então eles começaram a se rebelar contra ela e começaram a fazer parada. Pararam uma vez doze dias, outra vez quinze dias e ficavam lá, fora da firma e ninguém entrava e se entrasse a turma não deixava mesmo. Foi, foi, foi que a

Companhia resolveu tirar essa mulher de lá se não eles não voltavam trabalhar. Aí puseram ela a trabalhar no arquivo onde a Companhia guardava uns livros de registro da Companhia, não sei como é que chama aquilo, não era uma biblioteca, era um arquivo deles mesmo [...] ela judiava das moças que fazia as moças chorar. Quantas vezes me lembro de ver minha irmã que chegava em casa chorando que a mulher tinha feito isso, que falava aquilo, ela judiava mesmo [...]. Fisicamente não. Mas verbalmente ela judiava. Não podia olhar. As meninas trabalhavam numa mesa assim. Só que era uma mesa bem comprida. [...] Não podia olhar pra você e nem você pra mim. Tinha que olhar aqui (o papel). [...] Você não podia olhar. Se ela visse você olhando pra outra ela vinha e descia a lenha. E tinha que trabalhar de produção. E não ganha de produção. Não parava pra nada. Só mesmo na hora do jantar e do almoço. E as meninas eram obrigadas a trabalhar até as nove da noite. Bem puxado. Esse foi um tempo mesmo de escravidão lá dentro (EUSÉBIO, 2011).

A conduta desta mulher despertava o medo das trabalhadoras que evitavam qualquer contato com trabalhadores de outros setores, principalmente rapazes, durante o expediente. Entretanto, esta chefe de setor conseguia também despertar o reconhecimento de sua competência. Para a Companhia, segundo as observações de Peres (2008) ela era funcionária exemplar como contra-mestre. Para Prando, ao referir-se à forma de gestão de pessoal instaurada na sala de escolha,

[...] ela era rígida, mas era competente [...] eu conheci [...] foi chefe da minha mulher. Ela trabalhou na sala de escolha. [...] naquele tempo a gente paquerava a mulherada. Tudo moça nova! [...] se uma moça olhasse pra um de nós, assim que a gente saísse, ela chamava lá e Nossa Senhora! A mulherada tremia de medo dela. A gente ia lá e elas falavam:
- Não fala comigo, não fala comigo...
Elas tinham medo dela (PRANDO, 2011).

O setor de papel crepom foi também local de trabalho de muitas mulheres, como Rosa Menegatti de Azevedo. O trabalho neste setor consistia em fazer as “fitas” de papel crepom. Para Rosa, que iniciou na Companhia em 1938, aproximadamente aos 15 anos de idade, o trabalho na Companhia não era tão exaustivo, e era possível cumprir as atividades semanalmente no horário das 07:00h às 17:00h e aos sábados das 7:00h às 12:00h. Para ela,

[...] o trabalho lá era uma maravilha! Patrão bom são os alemães. O meu chefe era o seu Constantino Toigo, [...] Eu saí quando tive a Cleide, aí já não dava mais tempo, era muita coisa (...). Eu trabalhei faltou três meses pra completar dez anos. [...] minha irmã trabalhou no setor do papel higiênico. [...] agora a chefe da sala de escolha, dizem que era ruim, eu nem cheguei a conhecer! (AZEVEDO, 2011).

Outra opção de trabalhos para as meninas das vilas de Caieiras era as casas dos chefes. Lá elas exerciam um trabalho voltado para o cuidado com a casa, o preparo dos

alimentos, a administração dos serviços gerais domésticos. Para alguns, o trabalho nas casas dos chefes era uma espécie de trabalho que antecedia o ingresso oficial na Companhia:

Então, minha irmã entrou pra trabalhar com 14 anos como eu. Eu também entrei com 14, a minha irmã já entrou na sala de escolha, onde mamãe entrou também quando era mocinha, a sala de escolha era antiga, né? Desde que começou a Companhia. Foram muitas gerações que passaram por ali, né? Então minha irmã também trabalhou ali. [...] com 9 anos ela foi trabalhar em casa de família, quando era criança, servicinho de menina, né...quando ela era criança, lá pro Monjolinho, na casa dos chefes, a chefeiada sempre tinha uma empregadinha, né? Então, o pobre é que ia...e com 14 anos ela entrou na sala de escolha (EUSÉBIO, 2011).

Para outros, o trabalho nas casas dos chefes era uma experiência que lhes oferecia uma oportunidade de estar próximo dos alemães, a quem costumavam considerar, respeitar e admirar. Com eles, viam oportunidade de aprender um pouco de seus costumes e culinária:

[...] os alemães eram bons. Tinha o Seu Ehlert, você já ouviu falar? Ele era gerente. Nossa! Aquele homem era um santo! Bom pra todo mundo! [...] era alemão. A minha irmã [...] foi mandada pra trabalhar na casa do seu Ehlert. Você imagina, ela tinha 16 anos e era cozinheira para ele! Que beleza hein! Ela gostava! Aprendeu tudo que era comida alemã deles [...] e sabe até hoje! [...] nossa, eles adoravam ela! Eles não queriam que a gente sáisse de jeito nenhum! (AZEVEDO, 2011).

Os rapazes das famílias operárias também passavam por uma etapa, que podemos classificar como estágio ou atividade preparatória para o ingresso na Companhia. Aqueles que beiravam os 14 anos durante a primeira metade do século XX, assumiam tarefas associadas diretamente ao trabalho braçal, como o plantio das mudas de eucalipto no viveiro, atividades de apoio às equipes da roça, e aqueles com menos sorte e físico avantajado, assumiam a temida “enxada”. Este trabalho é lembrado pelos antigos trabalhadores como tarefa de extremo esforço físico que muitos dos meninos preferiam evitar:

[...] com 14 anos eu fui empregado na Companhia, trabalhei na florestal, durante seis meses, que era um estágio que filho de pobre tinha que fazer. Filho de chefe não, eles iam direto pra fábrica, mas os de pobre tinham que fazer estágio na plantação seis meses, mas era um tempo indeterminado [...] a gente plantava muda de planta, carpia, dependendo do físico do menino, porque 14 anos naquele tempo, eu [...] tinha 1,60 [...] era naniquinho...e aí eles distribuíam como precisava. Eu tive a sorte de não pegar na enxada...porque eu era [...] muito pequeno...então eu comecei a plantar mudas de pinheiro, eucalipto, na roça, no horto ali, onde fazia as mudas. Dali eu fui pra roça, mas eu fui pra roça pra carregar água [...] pra turma ali que tava trabalhando, tinha menino que ia

buscar nas nascentes a água nas costas pra levar pro pessoal tomar [...]. Esquentar almoço quando era hora de almoço, catar lenha no mato pra fazer fogueirinha pra esquentar caldeirão de comida, esquentar o almoço do pessoal, para que na hora o almoço estivesse feito e buscar água para eles tomar o dia inteiro. Esse era o meu serviço. Fiquei ali mais ou menos [...] um mês no horto, fiquei mais ou menos três meses na roça, e depois eu passei pra trabalhar na cocheira. Cuidar de limpar a cocheira porque tinha muito animal naquele tempo, porque tinha muita carroça, charrete, essas coisas, né, que tinha em 55. [...] Então, eu tinha que cuidar dos animais. Ou seja, de manhã, tratava, limpava o espaço que ficava os animais, [...] limpava as cocheiras e tal, punha a comida pros animais quando chegava com as carroças à tarde, já ficava tudo as baias cheias de alfafa, essa coisa toda, né? Tinha que limpar, ali era o serviço, tinha alguns moleques, eu não era sozinho [...] (EUSÉBIO, 2011).

Figura 37 A fiscalização na plantação de eucalipto em vistoria.

Fonte: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos inc.) Fábrica de papel-editora-oficinas gráficas, [19-].

Figura 38 O viveiro na Companhia Melhoramentos.

Fonte: O Problema da Matéria Prima do Papel no Brasil. Estudos e Realizações feitos em Cayeiras pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. [19-].

Além do trabalho na roça ser de extrema exaustão para os meninos, conseguir iniciar na Companhia sem precisar passar por este “estágio”, como classificou Eusébio, era uma sorte invejável que poucos iriam conseguir. A experiência de Prando⁹⁹ transparece bem este sentimento de alívio por conseguir a “passagem livre” pelo viveiro:

Eu comecei a trabalhar em São Paulo com 14 anos [...]. Eu tirei o diploma¹⁰⁰ e fui trabalhar pra São Paulo. Porque naquela época, pra entrar na Melhoramentos, a garotada tinha que trabalhar na plantação e carpir. Eu falei:

- Não, não. Plantação, eu não. Ah, isso eu não vou não.

[...] um dia, eu venho de São Paulo, chegava em casa às sete da noite, essa hora mais ou menos. Chego em casa, tava lá o Faltin¹⁰¹ e o filho dele [...] Meu pai era massagista dos clubes aí também. Cheguei lá e ele falou pro meu pai:

[...] Quer vir trabalhar aqui na Melhoramentos?

[...] Eu era moleque né? E meu pai já falou:

- Se o senhor arrumar ele vai já!

⁹⁹ Prando nasceu em 1936, no Monjolinho, em Caieiras.

¹⁰⁰ Diploma de ensino básico.

¹⁰¹ Gerente alemão da Companhia.

E naquele tempo, o pai falava tinha que abaixar a cabeça, não tinha conversa, né?

Aí eu falei:

- Só que tem uma coisa. Eu, na Florestal, eu não entro. Na plantação não.

- Não, eu arrumo pra você vir direto trabalhar aqui comigo na oficina.

- Tá bom.

Falei, tá bom. Mas não vão falar mais nada. 15 dias e me chamaram. Fui no departamento pessoal, já acertei a documentação [...] aí no dia 02 de fevereiro de 54 eu comecei aqui, direto na oficina. Ah! Me livre da plantação! Isso pra gente, nossa! Você tem que carpir lá! Eu não, eu tô na mecânica! Aí fui trabalhar lá onde é a MD hoje. Trabalhei quase 12 anos lá, até a montagem da máquina aqui, depois que eu vim pra Cerâmica aqui. Era tudo Melhoramentos, naquele tempo não tinha nada de MD não. Era tudo Melhoramentos, e assim foi, fui fazendo a carreira e me aposentei como gerente industrial (PRANDO, 2011).

A rotina de trabalho pesado nas atividades da Companhia também foi a de Benedito Eusébio, por volta de 1925, quando ele, segundo o filho, deveria ter não mais do que dez anos de idade. O trabalho de Benedito, relatado pelo filho Antônio, ocorria no bairro do Monjolinho e envolvia as atividades relacionadas à produção da cal:

O meu pai, quando ele começou, trabalhando na máquina, lá na calcária, existia uma pedreira, eles transportavam as pedras pros fornos de cal, só que era uma subida, a Calcária ficava num buraco. [...]. Então, lá ficava uma máquina, com um negócio, uma roda, um cabo de aço que puxava os vagõesinhos com pedra que vinha lá de baixo do buraco da pedreira e trazia aqui encima no assento do morro. Ali no assento do morro tinha uma maquininha, uma máquina mesmo, que trazia até nos fornos, e meu pai trabalhava ali, com aquele povo. Meu pai começou a trabalhar com uns 9 anos. Não sei qual era função, mas ele começou trabalhando nesse lugar. [...] Meu pai começou a trabalhar nessa máquina [...]. Ele começou a trabalhar lá de ajudar lá, não sei qual era a função de uma criança num serviço pesado desse e ele trabalhava nessa função. Eu acredito que tenha a mesma função que a minha, que era servir os funcionários adultos, com alimentação, levar marmita no caso, essas coisas nesse sentido. Depois meu pai quando já juvenzinho foi pra fábrica trabalhar de ajudante trabalhar na fabricação de papel (EUSÉBIO, 2011).

A rotina de trabalho, em Caieiras, começou gradativamente a ser alterada, principalmente depois que os funcionários começaram a reivindicar direitos e deveres de patrões e empregados, e desta forma começaram a questionar as relações trabalhistas. Na década de 1960 começaram a ocorrer alguns movimentos grevistas e manifestações. Para Donato (1990) o período de “greves deflagradas sob as mais diversas alegações revelou estar superado o período “familiar” na gestão do relacionamento empresa-empregado” (DONATO, 1990, p. 111).

Figura 39 O preparo do terreno para plantar eucaliptos

Fonte: O Problema da Matéria Prima do Papel no Brasil. Estudos e Realizações feitos em Caieiras pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. [19-]

Figura 40 O Horto Florestal da Companhia

Fonte: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos inc.) Fábrica de papel-editora-oficinas gráficas, [19-]

2.3.3 Greves

O controle social, moral e as punições andavam juntos nos núcleos fabris durante o século XIX. Os muros que costumavam cercar grande parte dos núcleos constituídos tinham a entrada e a saída controlada¹⁰². Entretanto, as vilas de Caieiras sempre foram abertas, sem este controle de entrada e saída, até 1946. É possível que o isolamento da região - proporcionado pela distância, acesso restrito e grandes áreas verdes que circundavam o núcleo - e a falta de atrativos externos dispensassem estes controles. Foi a partir de 1946 - período de intensa fiscalização e controle do Departamento de Ordem e Política Social às comunidades alemãs no Brasil - que muros e cercas foram colocados em toda a extensão da fábrica e estabelecimentos afins de Caieiras. Assim, um rigoroso controle na circulação das pessoas e materiais passou a vigorar, incluindo a colocação de relógios de ponto e a criação do Serviço de Vigilância. Nesta época a situação de conflito entre os interesses de patrões e empregados começou a suscitar movimentos grevistas, com a instalação do sindicato desde 1937 (DONATO, 1990). Donato (1990) relata que uma das primeiras greves ocorridas em Caieiras, após 1946, foi declarada em solidariedade aos grevistas de uma fábrica de biscoitos. A partir desta greve, outras surgiram. As greves de maiores repercussões foram relatadas pelos entrevistados e pela

¹⁰² No Brasil, isto pode ser observado pelo comentário de um memorialista operário, ao referir-se à Fábrica da Boa Viagem, situada na península de Itapagipe, Salvador, no estado da Bahia, de propriedade do industrial Luís Tarquínio, dizia que “os costumes, igualmente, era objeto de zelo. Não se admitia mulheres de vida duvidosa (mulher-dama), bêbados, nem namoros nos portões que eram fechados às vinte e uma horas. Qualquer infração ao regulamento era punida” (HARDMAN; LEONARDI, 1982).

literatura sobre Caieiras. Em 1959, Donato (1990) destaca o movimento de mulheres que reivindicavam o afastamento de uma chefe de seção. Os funcionários relembram estes momentos ao dizer

[...] as greves saíam por causa de salário...porque a Companhia pagava muito pouco...por causa de chefia...porque na sala de escolha diz que tinha uma senhora [...] ela era muito má. Ela judiava muito das meninas. Ela era muito...assim...severa, carrasca para as funcionárias. Ela achava que aquilo era dela. Ela judiava mesmo. [...] E houve uma época que apareceu aqui em Caieiras através do sindicato um tal de Dr. Mario, que defendia as causas trabalhistas. E ele começou a influenciar então, e os funcionários começaram a se rebelar contra a maldade dessa mulher (EUSEBIO, 2011).

Zeferino Prando, que foi diretor do sindicato¹⁰³ dos trabalhadores da Melhoramentos durante algum tempo, declarou em entrevista que o Dr. Mário a quem Antonio Eusébio se referia era Mário Carvalho de Jesus¹⁰⁴, advogado que já tratava das questões trabalhistas travadas entre os trabalhadores e o Grupo Abdalla, que dirigia a Companhia Brasileira de Cimento Portland, em Perus e Cajamar. Em 1959, o Dr. Mário participou da cooperativa do “queixada”, para dar assistência aos trabalhadores da Perus. Em 1960, colaborou com a fundação da associação civil da Frente Nacional do Trabalho. Depois da fundação da Frente, a ação do grupo responsável pela fundação estendeu a ação para outras fábricas, entre elas a Companhia Melhoramentos, onde afirma ter ocorrido duas greves bem sucedidas e obtido o primeiro contrato coletivo de trabalho em uma empresa privada. A Frente Nacional do Trabalho participou da greve da fábrica de biscoito Aymoré, em 1960, durante 156 dias. Conseguiram o salário-família¹⁰⁵ para os trabalhadores de três empresas, antes que essa verba fosse transformada em lei: na Perus, na CICA e na Melhoramentos (JESUS, 1992). Prando define o trabalho do Dr. Mário como ação fundamental para as conquistas operárias em Caieiras. Para este operário, o Dr. Mário era

[...] o famoso advogado que faliu o Abdalla em Perus. Ele foi o advogado que o sindicato acabou contratando [...] Dr. Mário Carvalho de Jesus! Era um excelente advogado que pra classe operária, não existia outro advogado que pudesse brigar com ele. Ele se formou, segundo ele falou pra gente, com o Dr. Mário de Toledo de Moraes, que era o advogado, superintendente da

¹⁰³ O sindicato em Caieiras já estava instalado desde 1937 (DONATO, 1990).

¹⁰⁴ Mario Carvalho de Jesus foi organizador do livro Cimento Perus – 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro cultura, 1992.

¹⁰⁵ O salário-família era uma verba destinada ao operário casado que auxiliasse com as despesas da mulher e do filho melhor que ficavam em casa (JESUS, 1992).

Melhoramentos. Se formaram juntos [...] depois eu fui diretor do sindicato [...] (PRANDO, 2011).

Zeferino Prando relatou em quais circunstâncias o Dr. Mário foi contratado pelo sindicato dos trabalhadores de Caieiras:

[...] naquele tempo a fábrica parava aos domingos pra fazer manutenção. Era uma época de carnaval e três funcionários não apareceram pra fazer a manutenção do domingo, [...]. E o Faltin, que era o chefe, suspendeu os três. O Faltin era enérgico, fora do serviço era bom, esportista [...] mas no serviço era duro! [...] Então ele suspendeu e o pessoal não concordava com a suspensão destes três funcionários e depois estavam também pleiteando um prêmio de produção [...] e a Melhoramentos não pagava esse prêmio para eles! E aí então parou todo mundo. Oficina parou, carpintaria, parou! Aí foram pra Perus. O Dr. Mário estava em Perus, contaram lá pra ele a história. Ele marcou uma reunião no outro dia aqui na Melhoramentos. Não queriam nem atender ele. Então, ele fez a reunião com o pessoal em frente ao escritório da Melhoramentos [...]. Aí foram obrigados a mandar ele entrar. Aí não chegou em um acordo e todo mundo parou, até a fábrica de papel. Parou tudo! E fazia piquete na Cerâmica, fazia piquete lá na Fábrica [...] foi em 60 e alguma coisa. Foi uns dez, doze dias, não lembro a quantidade de dias que ficamos parados. E aí o sindicato contratou o Dr. Mário. Aí ele atendeu o sindicato e trabalhou aqui muitos anos como advogado sindical. Ele vinha toda segunda-feira [...] pra dar plantão. Aí recebia todas as reclamações, da Melhoramentos inteira! Aí [...] a Melhoramentos ficou brigueada porque todo 1º de maio a Melhoramentos dava uma festa aqui que era brincadeira! Tudo por conta da Melhoramentos [...] daquele dia em diante, a Melhoramentos cortou isso. [...] aí o pessoal sofria qualquer problema lá dentro, vinha reclamar e ele já metia uma ação trabalhista. Ganhava todas! [...] porque o pessoal que comandava, não a diretoria, mas a parte de chefia, não conhecia a lei coisa nenhuma, era na raça, então faziam punições que muitas vezes...e o pessoal ganhava quase todas. [...] eu ficava muito com o Dr. Mário [...] depois eu fiz parte da diretoria do sindicato. Eu vinha toda segunda-feira para aprender, porque eu queria muito aprender. [...] E ele dava um show o Dr. Mário! Explicava tudo nos mínimos detalhes. Eu [...] gravava tudo o que ele falava e aprendi muita coisa com ele (PRANDO, 2011).

A presença do Dr. Mário em Caieiras começou a alterar o comportamento dos funcionários que passavam a perceber que tinham direitos trabalhistas em relação a muitas situações, como por exemplo, aos acidentes ocorridos durante a execução das tarefas dentro do ambiente de trabalho.

[...] tinha o hidrapulper, que era igual a um liquidificador, só que era assim, um liquidificador abaixo do piso. Eles iam com carrinho e jogavam o fardo de papel lá dentro e aquilo trabalhando. Moía papel. Fazendo a massa de papel. Uma vez caiu uma pessoa, tentou jogar o carrinho e foi junto. Morreu! Outra vez morreu um que caiu do elevador, porque tinha elevador, era 2, 3 andares, pra subir com os fardos de papel e descer, né? Caiu um do elevador lá embaixo caiu no buraco e morreu. A máquina pegou vários [...] O [...], não é do meu tempo, um chefe lá, antes de ele ser chefe ele era funcionário, era chefe de sessão [...] ele tinha um braço só. Um braço dele ficou na máquina de papel! É foi pego na máquina [...]. Foi amputado aqui (na altura do ombro). E foi na máquina de papel. Não é do meu tempo. Tempo do papai criança. Ele é bem antigo mesmo. Eu já conheci

ele sendo chefe aí. Eu imagino que ele deve ter vindo como imigrante alemão. Ficou trabalhando como funcionário ali e cresceu por conta desse acidente. Porque era da raça deles e eles não iam menosprezar. Naquele tempo não tinha esse negócio de por braço mecânico. Cortou, ficava sem. [...] O que tinha de ruim na Companhia era isso, você não podia falar em segurança, você não podia falar em nada que fosse pra te proteger. As coisas começaram a vir com o tempo, depois com as greves e tal e foram abrindo os olhos dos funcionários e foram vendo, puxa, eu tenho direito disso, então eu vou brigar por isso, e foi aí que começou, mas foi de 60 pra cá. Aí que começou as greves as coisas e nem sempre se conseguia tudo às vezes o funcionário era forçado a voltar a trabalhar porque tinha que comer. Porque não ganhava. Fazia greve perdia mesmo. Tinha aquele negócio também, como sempre existe, aqueles que aceitam greve e outros que não aceitam e ficam forçando a volta (EUSÉBIO, 2011).

Referindo-se à adesão dos trabalhadores aos movimentos grevistas, Eusébio relatou que a atitude de muitos colegas, que optavam por “furar” a greve acabava por enfraquecer o movimento. A greve de 1960 é relatada por Donato (1990) como uma greve que durou oito dias, um momento marcante e diferente das outras que surgiram nos anos anteriores:

[...] O enviado das autoridades trabalhistas teve o seu trem detido por manifestantes à saída da estação de Caieiras. Alguns deitaram-se nos trilhos. Outros estenderam bandeira nacional diante da locomotiva. O impasse, assistido pela maioria dos grevistas, acabou desatado por eloquente discurso patriótico pronunciado pela autoridade trabalhista. Transferida a bandeira para a locomotiva, desimpedida a linha, o trem prosseguiu entre vivórios. O acordo que pôs fim à greve foi selado sob os cuidados de Mário Toledo de Moraes¹⁰⁶. Este, porém, advertiu ser improfícuo solucionar as greves uma por uma, discutindo especificidades. Aconselhava a procura de solução geral, de longo alcance. A exemplo, de um contrato coletivo de trabalho (DONATO, 1990, p. 111 e 112)

Assim, o trabalhador passava a questionar a conduta da gerência e com isso percebia a possibilidade de reverter certas situações, coisas que antes pareciam ser impossíveis de conseguir. Prando relatou que, como diretor do sindicato, certa vez foi responsabilizado pela parada das moças da sessão do papel higiênico Sul América, onde também era o mecânico responsável pelo funcionamento das máquinas. As moças reivindicavam um prêmio por produção que a Companhia costumava pagar aos setores produtivos e por alguma razão não efetuava tal pagamento ao setor do Sul América. Prando foi responsabilizado pela ocorrência como mentor desta manifestação, embora, afirme que apenas tenha encaminhado o caso para o advogado sindical. Após este início de manifestação grevista iniciado pelo setor do Sul América, Prando foi repreendido verbalmente e como punição foi transferido para outro setor onde trabalharia com máquinas que não eram as de acabamento, sua especialidade. Neste momento, o mecânico

¹⁰⁶ Diretor Secretário da Companhia em 1960. Já atuava como diretor social desde 1948 (DONATO, 1990).

entrou com uma ação trabalhista solicitando o pagamento de horas-extras que fazia com frequência já há 3 ou 4 anos. Segundo Prando, sua saída do setor provocou queda na produção e por este motivo foi chamado novamente para ocupar o antigo cargo. Para retornar, negociou com o gerente da época o pagamento das horas e desta forma se comprometeu em dar baixa no processo trabalhista:

[...] eu ganhava dois salários só de hora-extra. Já fazia três ou quatro anos que eu fazia isso. Já tinha direito adquirido. Veja como valeu a pena eu aprender com o Dr. Mário [...] cheguei no departamento pessoal, tinha o Antonio Castelani, muito amigo meu:
- Toninho, eu vim dar baixa num processo.
- Não acredito!
- Mas antes disso, cê faz um documento aqui que o Dr. Edward, assume toda a responsabilidade e me deve, a Melhoramentos me deve [...] e vai pagar em duas vezes. Eu quero assinatura dele. Se ele não assinar, não tem baixa no processo! (PRANDO, 2011).

Segundo os entrevistados, a chegada do Dr. Mário Carvalho de Jesus foi uma espécie de “divisor de águas”. A ação deste advogado e do sindicato alterou definitivamente o comportamento dos trabalhadores de Caieiras, que passaram a ver o trabalho dentro da Companhia de outra forma, considerando as leis trabalhistas e os limites por elas estabelecidos.

2.4 A formação e educação do trabalhador: a participação da igreja e da escola

O controle e a moralização dos trabalhadores nos núcleos fabris eram exercidos muitas vezes tendo a igreja e a escola como aliadas. Os casos de inexistência de igrejas em núcleos fabris constituíam exceções, pois era costume promover a construção de uma ou mais igrejas de acordo com a filiação religiosa dos operários¹⁰⁷. O papel da igreja poderia ser valorizado pelos industriais no empenho de incutir no trabalhador um comportamento acomodado em sua rotina e conformado com as condições de vida que poderiam incluir a rotina de um trabalho pesado e mal remunerado. Este conceito estaria ainda afinado com o combate ao alcoolismo, a glorificação do trabalho, aceitação das diferenças sociais,

¹⁰⁷ Na França, por exemplo, havia igrejas católicas nos núcleos de Marquette, Val-des-Bois (criado por fábrica têxtil) e Mulhouse. No núcleo de Port Sunlight (criado pela indústria de sabonetes Lever, na Inglaterra), havia uma igreja congregacional; em Bournville (criado na Inglaterra pela fábrica de chocolate Cadbury) havia uma igreja anglicana e uma Friend's Meeting House (quaker); na Osaka Spinning Cia., (fundada por fábrica de tecidos no Japão), foi construído um templo budista; em New Earswick (criado na Inglaterra pela fábrica de chocolates Rowntree), havia igrejas anglicanas e metodistas e espaço para reuniões aos domingos para católicos e quakers (CORREIA, 1998).

paciência e aceitação do sofrimento como algo passageiro e terreno (CORREIA, 1998). O caráter também era tido como um requisito fundamental à qualificação das pessoas¹⁰⁸ e participação da igreja para a formação considerada adequada era fundamental. Em Caieiras, a importância desta colocação pode ser observada na descrição da qualificação da parteira da Cia. Ao referir-se àquela profissional, o Sr. Luis Carlos Mancini ressaltava que

A parteira, senhora de excelente formação religiosa, está investida de larga função moral. Além de suas atribuições propriamente obstétricas, faz visitas domiciliares sistemáticas, ministrando também aulas pré-nupciais às noivas. O resultado de seus trabalhos tem sido compensador; di-lo bem o fato de não ter havido até agora um único caso de aborto criminoso (A OBRA SOCIAL D COMPANHIA MELHORAMENTOS-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, TRANSCRITAS EM 'SERVIÇO SOCIAL' Nº 24, Dezembro de 1940, p.8).

Neste sentido, associando o comportamento do trabalhador à sua formação moral, Mancini ainda faz referência às festas promovidas pela empresa enaltecendo que não havia conflitos sérios ou trabalhistas entre os moradores do núcleo durante tais eventos. Assim, o autor afirma que “a obra de moralização das diversões realizadas na Companhia é relevante” (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, TRANSCRITAS EM SERVIÇO SOCIAL Nº24, Dezembro de 1940, p. 14)

Como vimos, em meados do século XX, havia dentro da Companhia. Melhoramentos três de igrejas distribuídas entre as vilas: Igreja N^a S^a do Rosário, Capela de São José e a Sagrado Coração de Jesus. Para administrar as igrejas havia os capelães da Companhia que gozavam de autonomia para intervir nas atividades dos operários. Ao referir-se às atividades que o capelão exercia dentro da empresa, Mancini (1940) descreve que

Ao capelão está afeta larga função educativa. Sua missão não acaba, mas começa com a celebração da missa. A empresa concede-lhe toda liberdade, podendo mesmo, a qualquer instante, interpelar ou ocupar um empregado (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, TRANSCRITAS EM 'SERVIÇO SOCIAL' Nº 24, Dezembro de 1940, p. 10)

¹⁰⁸ A este respeito Correia (1998) cita os privilégios oferecidos pelo industrial Titus Salt, em Saltaire, que construiu 45 casas ao redor de uma praça para ex-operários idosos, que para ter acesso a este privilégio precisariam ser considerados pelo patrão pessoas de bom caráter (CORREIA, 1998).

O relato acima mostra que os capelães eram figuras respeitadas e muito ativas dentro das comunidades. Exemplo desta atuação foi observado durante a década de 1930, quando o padre Aquiles Silvestre¹⁰⁹ ocupava este posto. Em 1938 padre Aquiles fundou a Associação Mariana Nossa Senhora do Rosário que contava com cerca de 150 jovens e possuía um time de futebol – o Juvenil São Luiz do Gonzaga – e um de voleibol. A Associação Mariana mantinha um corpo cênico formado por moças e rapazes e oferecia curso de teatro, coreografias e caracterizações diversas. Na sede da Associação Mariana havia jogos de xadrez, dama, pingue-pong, tênis de mesa e uma biblioteca. Em 1940, o padre Aquiles fundou o grupo Pio União das Filhas de Maria. Além destas atividades, o padre instruía uma equipe de catequistas encarregados da preparação da Primeira Comunhão das crianças. Nesta década, fundou um curso para adultos, equivalente ao curso supletivo. Para as moças, ele criou uma escola profissionalizante com aulas de educação moral e cívica, literatura, música, corte e costura, higiene, culinária e trabalhos artesanais (MORAES, 1995).

Figura 41 O Bairro da Fábrica em Caieiras. No alto, à esquerda, a capela de São José
Fonte: A viagem ao maravilhoso mundo do papel e do livro. Melhoramentos (1965)

¹⁰⁹ O Padre Aquiles iniciou os estudos no Seminário de Bom Jesus de Pirapora. Após cursar o Seminário Maior de São Paulo foi ordenado padre. Chegou em Caieiras na década de 1930, já como Capelão da Companhia Melhoramentos. Em 1942, quando o Brasil entrou na 2ª Guerra Mundial, o padre Aquiles foi convocado para servir como capelão militar da Força Expedicionária Brasileira (FEB) atuando nos campos de batalha italianos. Em 1945, o padre voltou para Caieiras onde permaneceu por mais algum tempo obter o posto de capitão, quando passou a prestar assistência religiosa no quartel do Segundo Exército, em São Paulo (MORAES, 1995). Antigos moradores acreditam que durante o período de perseguição às comunidades alemãs, quando alguns funcionários foram detidos devido às acusações que envolviam a formação de rede nazista, a influência do Padre Aquiles foi importante para a liberação de tais funcionários.

Luis Carlos Mancini descreve que ao todo, em 1940, somavam dentro do núcleo de Caieiras 4 associações religiosas dirigidas pelo capelão: A Cruzada Eucarística, para os menores; a Associação Aluiziana de moços, com 160 membros; a irmandade de São Benedito, de homens com 150 aderentes e a Associação de Nossa Senhora do Rosário com 150 moças (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, TRANSCRITAS EM SERVIÇO SOCIAL Nº24, Dezembro de 1940, p.10).

A participação da Igreja nas relações entre patrões e empregados teve influência das recomendações da Carta Encíclica “*Rerum Renovarum*” assinada no ano de 1891 pelo papa Leão XIII. A carta dispunha sobre as condições dos operários e alertava sobre a necessidade de apaziguamento entre ricos e pobres. Totalmente contrária ao socialismo, a “*Rerum Renovarum*” defendia a propriedade particular como resultado da dedicação do operário e como uma garantia às gerações futuras das famílias operárias. Pregava também a dignidade pelo trabalho, justa remuneração, necessidades específicas da mulher de acordo com sua “natureza” e as condições efêmeras, referindo-se à vida terrena, as quais os operários deveriam pacientemente suportar. Para a “*Rerum Novarum*” as classes dos ricos e pobres teriam necessidade uma da outra. Nesta conjuntura, o capital não poderia existir sem o trabalho e vice-versa. As classes deveriam unir-se por laços de amizade (CARTA ENCÍCLICA “*RERUM NOVARUM*” DO PAPA LEÃO XIII SOBRE A CONDIÇÃO DOS OPERÁRIOS, 1891)¹¹⁰.

A força da igreja como mecanismo para apaziguar iniciativas operárias, entre elas, os movimentos políticos, pode ser percebida no depoimento de Bruno Prando quando compareceu para representar o filho que havia sido intimado para depor à respeito da suposta depredação dos transportes da Companhia. Nas palavras do escrivão que datilografou o *termo de declarações*, os conceitos e posturas ligadas à religião católica opunham-se claramente aos movimentos políticos:

[...] com referência a expressões de cunho comunista, que nesta delegacia ficou sabendo terem sido usadas por pessoas que se utilizam dos transportes da Companhia, o declarante disso não tem conhecimento, podendo afirmar ao contrário, que a população de Caieiras é muito católica e principalmente os trabalhadores da Companhia Melhoramentos (PRONTUÁRIO DEOPS 44311).

¹¹⁰Disponível: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acessado em 12 de julho de 2011, às 15:40h

As ações beneméritas promovidas no núcleo também ganhavam destaque como ações que enalteciam a obra moralizadora da empresa:

[...] cabe uma referência que muito recomenda o espírito social dos operários. Mensalmente eles cotizam remetendo 1:000\$000 ao Sanatório das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, de São José dos Campos, que retribue pondo-lhes à disposição dois leitos (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, TRANSCRITAS EM 'SERVIÇO SOCIAL' Nº 24, DEZEMBRO DE 1940, P.8).

A presença da Igreja Católica mostrou-se sempre muito forte nas comunidades de Caieiras. A popularidade dos religiosos entre os operários e as ações comunitárias que faziam em benefício da população fortalecia o capelão como figura política. Logo após a emancipação do município, chegou a Caieiras o vigário José Cezar de Oliveira¹¹¹, que assumiu o posto de capelão da Companhia em 1961. Devido à sua força de atuação entre os operários e à admiração que despertava nos mesmos, o capelão foi eleito Prefeito de Caieiras por duas vezes¹¹².

De maneira geral, nos núcleos fabris brasileiros, a escola também interferia na conduta e hábitos dos trabalhadores. Nestes casos, a fábrica exercia controle direto sobre o ensino dos alunos, que era voltado a preceitos de obediência, moral e regras de bom comportamento¹¹³. A educação das crianças tinha papel fundamental no controle social sobre as famílias operárias. Nas escolas existentes nos núcleos fabris brasileiros prevalecia uma educação voltada para a formação de futuros operários dedicados ao trabalho (CORREIA, 1998).

¹¹¹ Nascido em Fartura, interior paulista, 23-05-1925 e falecido em 2005. Foi ordenado padre em 1949 e chegou ao título de Monsenhor. Foi o primeiro pároco nomeado da igreja de Santo Antonio, em 1966. Celebrou missas até 2003 (PERES, 2008).

¹¹² A primeira gestão administrativa de José Cezar de Oliveira ocorreu entre os anos de 1964 e 1968. A segunda foi entre os anos de 1972 e 1976.

¹¹³ Em Pedra (AL), por exemplo, todas as crianças eram obrigadas a freqüentar a escola, a partir dos 5 anos de idade. A fábrica controlava e fiscalizava as faltas dos alunos e oferecia prêmios como ingressos para o carrossel e o rink de patinação, para os alunos que se destacassem. Para entrar no cinema, era necessário que as crianças apresentassem o comprovante de freqüência às aulas. Os incentivos para os adultos poderiam ser a permissão de escrever cartas às namoradas (CORREIA, 1998).

Figura 42 Entre outras celebridades, o Monsenhor José Cezar de Oliveira nos eventos políticos e festivos de Caieiras

Fonte: Acervo: Geraldino Ferreira de Almeida

Figura 43 Campanha política do Monsenhor entre os moradores da Companhia

Fonte: Revista Manchete (02-11-1963. Ano 11. Nº 602)

Em Caieiras, a educação das crianças e dos jovens era mesclada com as atividades religiosas e cívicas, através das associações criadas pela igreja que proporcionavam diversos cursos aos jovens e do grupo de escotismo voltado às atividades físicas e externas: “toda obra da Companhia tem por base a educação, a valorização do homem e por fim, o estabelecimento da paz e da unidade profissional neste sector de trabalho” (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, TRANSCRITAS EM SERVIÇO SOCIAL Nº24, Dezembro de 1940, p. 12).

Os relatos mostrados no item *Organização das vilas*, apontam a existência de até 7 escolas no núcleo fabril de Caieiras. No ano de 1940, funcionavam cinco escolas, as quais eram freqüentadas por 660 alunos. Neste período, a educação dos meninos estava voltada à formação profissional enquanto que a educação feminina direcionava-se às atividades consideradas de “natureza feminina”, como exemplo, os cursos de corte e costura organizados pela Associação Nossa Senhora do Rosário para as moças de Caieiras. As peças confeccionadas pelas operárias aprendizes de costureira eram doada às comunidades pobres da região. Havia também cursos profissionalizantes ministrados por engenheiros e oferecidos aos operários de certos setores. Cursos noturnos eram reservados aos adultos. Mancini (1940) relatou que os alunos de Caieiras, periodicamente, passavam por inspeção médica e dentária, procedimento que a Companhia pretendia estender para todos os operários como medida obrigatória (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS

MANCINI, TRANSCRITAS EM SERVIÇO SOCIAL Nº24, Dezembro de 1940, pp. 8, 9, 10).

O ensino nas escolas do núcleo fabril da Companhia Melhoramentos ocorria em escolas primárias e não visava uma formação que fosse além do ensino básico para o operário. Muitos trabalhadores não continuavam os estudos devido às limitações existentes nas escolas e às dificuldades de se conciliar trabalho, estudo e distância existente para chegar às escolas com ensino mais avançado.

Eu estudei no Monjolinho, era Escola Mista do Monjolinho. Depois do segundo ano eu vim pra Caieiras, no Otto Weiszflog, [...] naquele tempo era até o quarto ano e não tinha ginásio, não tinha nada [...] eu fui fazer o ginásio depois [...] que eu já tinha os quatro filhos, aí fui fazer ginásio e era madureza ainda! Fiz o ginásio e o colegial ali em Franco da Rocha, fiz com o Milton Nicodemo. Escola tinha na Fábrica e tinha também na Calcárea. A Calcárea não existe mais, a via Norte, a Bandeirantes, passou lá e demoliu tudo (PRANDO, 2011).

Me formei no Otto. Fiz o primário no Otto. E só também, né? [...] Então, mas era assim, eu tirei o diploma em 1953. É porque eu repeti dois anos, eu entrei em 47, em 53 eu acho que eu saí. Eu fiquei 4, 5, 6 anos na escola. Porque eu repeti o primeiro ano e o quarto. Você acredita nisso? Eu era pequenininho mas eu lembro bem. E depois eu só fui estudar quando eu fiz o Senai só. Fiz algumas aulinhas particulares com pessoas, professores particulares, lá na fábrica mesmo. Assim, conhecimento de desenho mecânico, né? Relacionado à minha profissão mesmo né? Mas pouca coisa (EUSÉBIO, 2011).

Ao completar sete anos, ingressei no Grupo Escolar “Alfredo Weiszflog” no ano de 1951, onde terminei o 4º ano primário em 1954. As escolas existentes nas comunidades eram construídas pela Companhia, a qual contratava professores de São Paulo e outros locais para ensinar as crianças que estudavam até a conclusão do curso primário. Não havia criança fora da escola (GABRIELLI, 2010).

Assim, devido a esta situação, após o término do antigo curso primário, era comum que os alunos filhos de operários encerrassem os estudos. Filhos de funcionários com graduação maior tinham condições de freqüentar outras escolas. Alguns saíam diariamente, via trem, para as escolas de São Paulo, principalmente para aquelas localizadas no Bairro da Lapa como o Colégio Campos Salles e o Colégio Anhanguera. Outros, conforme relato de antigo morador, freqüentavam internatos no interior do estado de São Paulo.

[...] porque São Paulo era longe ainda, muitos desses filhos de alemães estudavam em São Carlos, mas aí ficavam em internatos lá, por exemplo, os filhos dos Faltin estudavam em São Carlos e havia mais que ficavam lá em internato em São Carlos. Não sei que escola é. Aqui em Caieiras não tinha escola para segundo grau (BELLEN, 2011)

Como vimos no item *1960-2010 Loteamentos e desmonte*, relatos apontam que a busca por escolas que oferecessem um conteúdo mais avançado começou a ocorrer mesmo entre os operários, e esta busca motivou a saída de alguns funcionários do núcleo. Com a emancipação de Caieiras, ocorrida em 1958, a escola externa passou a ser vista como uma oportunidade de crescimento do aluno e as escolas do núcleo passavam a ser percebidas como instituições com certa limitação.

2.5 Bem estar físico e mental: as comemorações, cultura, saúde e utilização das horas livres

Os núcleos fabris constituídos no Brasil no período compreendido entre o final do século XIX e início do XX, assemelhavam-se em muitos aspectos. A busca de ocupação das horas livres do trabalhador pelas empresas, por exemplo, constituía uma prática comum. A organização de festas, concursos, atividades esportivas, sessões de cinema e promoção de passeios fazia parte da estratégia industrial de ocupação das horas livres operárias e costumavam ter aceitação por parte dos trabalhadores.

A preocupação com os danos que os divertimentos livres poderiam causar à produção mobilizava os industriais a investirem na organização de formas alternativas de lazer¹¹⁴. O pensamento industrial rejeitava a idéia de ócio dentro dos núcleos fabris. O ócio era entendido como nocivo e prejudicial à vida do trabalhador. Era considerado um caminho aos vícios e à vida desregrada e como consequência, causaria danos à produção industrial, já que consideravam que este tipo de vida levaria ao esgotamento físico e ao

¹¹⁴ Exemplo desta organização pode ser observado no núcleo fabril constituído pela empresa Klabin do Paraná. Correia (1998) mostra naquele caso a utilização das horas livres do trabalhador era comumente voltada para divertimentos onde poderia haver um comprometimento do salário gerando danos à produção. Desta forma, nos núcleos fabris, a promoção de bailes, competições esportivas, sessões de cinema, festas religiosas e cívicas eram favoráveis ao afastamento dos trabalhadores dos divertimentos livres tidos pelo patrão como perigosos e nocivos à produção. Outros exemplos descritos por Correia (1998) demonstram como as atividades de lazer dos operários obtiveram atenção especial dos industriais construtores de núcleos fabris. No núcleo da Companhia Brasil Industrial, próximo do Rio de Janeiro, havia clube, teatro e bilhar; no da Fábrica Carioba, em Americana (SP), havia salão de conferências e bailes; em Votorantim (SP) havia praça, clube, cinema e campo de futebol; em Cedro (MG) havia banda música, cinema e campos de futebol; o Cotonifício Othon Bezerra de Melo, Recife (PE) e a Cia Alagoana de Fiação e Tecidos, Cachoeira, (AL) oferecia para seus operários bandas de música e cinema. Em Pernambuco, a Companhia Fiação e Tecidos Goyanna, oferecia sessões gratuitas de cinema; a fábrica Pirapama, em Escada (PE) tinha clube e banda de música e na Societé Cotonnière Belge-Brésilienne em Moreno (PE), havia sociedade esportiva e banda de música; as fábricas Petropolitana e Aliança, no Rio de Janeiro, também criaram bandas musicais. Panet (2002) conta que em Rio Tinto (PB), quando as sessões de cinema passaram a ser apresentadas no cine-teatro Orion, a partir de 1944, a capacidade deste salão era de 1800 pessoas. A diversificação das atividades e a capacidade dos espaços para cinema, como este criado em Rio Tinto, denotam que a adesão por parte dos operários era significativa.

desperdício do salário. Atividades capazes de regenerar as energias do trabalhador tinham a preferência dos patrões. Para tanto, a promoção do lazer incentivava às atividades coletivas e submetidas às regras. Neste aspecto, os esportes preenchiam visivelmente estas necessidades: atenderiam não somente ao quesito das atividades coletivas e submetidas às regras, como também, à melhoria da saúde e das aptidões físicas do trabalhador, o que resultaria em um melhor desempenho das atividades relativas ao trabalho.

Esta idéia, em Caieiras, era explicitada pelo incentivo ao lazer em clubes, cinemas, festas organizadas com aval da Companhia. Os clubes foram fundados nos terrenos e prédios da empresa e eram iniciativas operárias “subvencionadas pelo patronato”. Nas sedes eram proporcionados jogos de salão e procurava-se “desenvolver uma biblioteca que continha além dos livros de literatura também obras de estudo, geralmente doadas pela Companhia” (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, TRANSCRITAS EM ‘SERVIÇO SOCIAL’, n° 24, Dezembro, 1940, p. 11).

Os bailes, as festas e as distrações como as sessões de cinema e teatro são lembradas com nostalgia pelos ex-moradores de Caieiras. Entre as festas religiosas, especialmente a Festa do Rosário, realizada anualmente durante o mês de outubro, atraía não apenas os moradores de Caieiras, mas também moradores de alguns bairros de São Paulo, pois era um evento que assumia grandes proporções em meados do século XX. Segundo os antigos moradores, as festas eram oportunidades de confraternização entre os jovens moradores de Caieiras:

Como é que se diz? Nós éramos felizes e não sabíamos! As amizades, as festinhas... muito bom...E as festinhas? As festas duravam até 3 dias...Vinha, antes das festas, um senhor lá de Perus só pra preparar os frangos... (ANTÔNIO, 2009)¹¹⁵.

Saudades também das festas juninas da vila Leão, com barracas de quermesse, coelhinho, tômbola, etc. Aos 18 anos o nosso maior divertimento era os bailes aos sábados e as matinês aos domingos no CRM (GABRIELLI, 2010).

[...] as festas de outubro no Rosário era a coisa mais maravilhosa, era muito lindo, muito lindo, [...] é indescritível a maravilha que era. [...] no tempo que eu era criança, eles tinham aqueles arcos iluminados pelas ruas vinha desde lá do Barreiro até lá no cemitério da Cerâmica. Tudo iluminado, bandeirinhas...ali em frente a Igreja tinha o coreto, a banda tocava durante a festa, o povo vinha assim...sabe? pra nós era uma multidão, porque hoje você vê muito mais gente, coisa muito maior, mas pra nós era muito, era uma festa muito linda, a maquininha vinha lotada da Fábrica e os pau-de-arara. Antes de ser pau-de-arara, a maquininha vinha do Monjolinho e também vinha lotada, depois tiraram

¹¹⁵ Entrevista cedida à autora. Sr^a. Cecília Aparecida Antônio: ex-funcionária e ex-moradora da Vila Kholh e da Rua dos Coqueiros.

a maquininha e veio os pau-de-arara que vinham lotados e todo mundo ia pra lá. O pessoal do Cresciúma aqui descia tudo lá na festa do Rosário. Era muito! [...] e isso já em 60, 70. Ainda era assim bonito. Aí lá acabou, hoje tem essas festas que você conhece por aqui. É tudo diferente. Porque naquele tempo podia, né? [...] Tinha leilão, imagina se hoje se faz um leilão! [...] Tinha as prendas grandes [...] eles davam também porcos, animais, galinhas, coisas assim, pra por no leilão (EUSÉBIO, 2011).

[...] olha nas festas que tinha, a padroeira de Caieiras foi sempre Nossa Senhora do Rosário [...] As festas de outubro aí, a gente comprava até terno e gravata para ir nas festas! [...] o que você pensar tinha! As barracas tudo a Melhoramentos que fazia [...] montava tudo aquilo, leilão e um monte de coisa! As procissões iam da fábrica, iam de Caieiras, banda de música! Tinha uma banda que não devia nada pra banda da Força Pública. Então era um negócio fantástico isso aqui! (PRANDO, 2011).

[...] tinha a Igreja Nossa Senhora do Rosário que foi onde eu encontrei meu marido, conheci ele na Festa do Rosário, foi a primeira vez que ele veio pra Caieiras, ele era da Lapa. Ele veio pra festa! A festa era muito boa. Nossa! Tudo era bom naquela época. Muito bonita, vinha muita gente de fora! (MINKEVICIUS, 2011).

As festas da Companhia Melhoramentos eram também apreciadas pelas famílias das chefias que aderiam às festividades comuns a todo núcleo ou organizavam eventos mais restritos.

Tinha uma convivência muito boa entre as pessoas que viviam ali, sabe? O pessoal que morava ao longo dessa rua era um pessoal mais diferenciado, chefias e tudo. Tinham uma convivência bastante agradável! Eles faziam aqui na piscina, [...] umas festinhas bonitinhas ali no salãozinho, [...] organizava as festas, enchia a água de velinhas boiando, era, naquela época, era lindo! Eram bonitinhas as festinhas que eles faziam. Então a convivência era boa ali na época, dos adolescentes e pré-adolescentes [...] aquelas baladazinhas da época. [...] a gente vinha aqui pra baixo, eu até estava recordando estes dias, a gente tinha aula de acordeom [...] mas aí você descia, lá pra baixo era o pessoal mais simples que ficava ali, e todo mundo se cumprimentava, todo mundo se conhecia e essa turminha aqui, saía muitas vezes à noite, de madrugada, pra caminhar no meio das matas ali. Eram bosques, né? E não tinha nada, era uma floresta [...] ficavam horas caminhando e ninguém se preocupava com absolutamente nada, porque não tinha desgraça, aquilo era ótimo (BELLEN, 2011).

O convívio em Caieiras, mesmo com tantas diferenças mostradas em sua organização social que envolvia obrigações e subordinações parece ter sido relativamente pacífico. Os relatos transparecem uma aproximação intensa entre os moradores do núcleo. Grupos se formavam de acordo com a identificação entre as pessoas, e na maioria das vezes operários estreitavam laços com operários e chefes com chefes, mas não havia tensões específicas conseqüentes destes agrupamentos. Segundo alguns antigos moradores a sociabilidade era mais intensa até a chegada da televisão nas casas do núcleo. Quando os

primeiros aparelhos de televisão chegaram a Caieiras, foram dispostos nos clubes recreativos onde as pessoas se reuniam para assistir aos programas.

Sabe por que eu conheço bem essas casas? Eu ia tomar café a noite, eu era pobre, mais pobre, e a noite eles tinham aquela mania de tomar lanche da noite e pra nós era regalia. Dona Zenaide era muito boa, pra nós era muito boa, [...] então ela fazia a tal da panelinha de aveia, então era pra gente ir lá e comer um prato de aveia! Não tinha isso na nossa casa, né? Éramos pequenos, e ela era muito boa, então ia lá conversar, brincar com os vizinhos, os filhos dela [...] na Melhoramentos não é como hoje que vizinhos mal se vêem. Lá não, lá um ia na casa do outro, [...] era normal isso. Por exemplo, se juntava o pessoal na rua pra conversar, pra bater papo, não tinha o que fazer! Quando veio a televisão, em 60, meu pai foi o primeiro morador ali do bairro a comprar a televisão. [...] então minha mãe lutou muito pra criar nós, trabalhou bastante [...] como empregada, trabalhou na roça, trabalhou de cortar lenha no mato, fez de tudo e então quando foi em 60 já a minha irmã trabalhava, eu trabalhava [...] foi no Natal...tudo se comprava no Natal! Porque vinha o abono, não era 13º que falava naquela época era abono da Companhia, a Companhia dava abono aos funcionários, isso a Companhia sempre fez, não era lei, ela fazia antes da lei, só que era assim, ela dava quanto queria e quando queria. Tinha vez que ela dava o abono na véspera do Natal pra você comprar as coisas! Então você corria e comprava no armazém dela, né? Então, mas ela sempre deu, então se aproveitava o abono, pra que? Pra se comprar os presentes, pra se comprar uma coisa melhor no Natal. Então no abono juntava o meu, o do meu pai, da minha irmã, dava um dinheirinho e a gente dava de entrada. Depois comprava tudo a prestação, então, a televisão nossa foi comprada em 60 no Natal, na Lapa. Ah! Lugar de comprar era na Lapa naquele tempo, tudo na Lapa, né? [...] Então, juntava, ia todos os vizinhos, toda noite, juntava todo mundo no chão da minha casa lá, minha casa não era muito grande [...] mas todo mundo juntava no chão pra ver televisão ali [...] Antes de meu pai comprar a televisão, nos clubes já tinha televisão. Os clubes foram antes, né? Compraram cada clube tinha a sua televisão [...] Eu lembro que a gente saía e ia na Curva da Fábrica, tem um bairro lá que chamava Curva da Fábrica. Lá meu tio morava [...] ele já tinha televisão. A gente ia de lá do Tancão até lá a pé pra ver Miss Brasil! E voltava. Mas ia numa turminha. Não era só meus pais e nós, ia mais gente! Os vizinhos conhecidos dele iam lá pra ver esse programa! (EUSÉBIO, 2011).

Como podemos observar no relato acima, esta condição ainda permitia a integração entre moradores que se agrupavam para o lazer. Quando os primeiros moradores começaram a adquirir o equipamento, a novidade atraía a vizinhança que chegava a percorrer longos caminhos para assistir os programas exibidos. Mas, à medida que os aparelhos foram surgindo em cada casa, o convívio começou a se modificar.

Referindo-se às primeiras exibições do Cine Cayeirense, Moraes (1995) relatou como eram feitas as animações das sessões de exibição dos filmes mudos, envolvendo músicos que davam um ritmo diferenciado àquele lazer:

[...] Domingos Toigo trabalhou na organização das primeiras exibições daquele cinema. Como os filmes ainda eram mudos, Domingos tocava violino para animar a noite dos espectadores, enquanto Clímene mostrava seus dotes artísticos ao piano. (MORAES, 1995).

Em entrevista Gabrielli (2010) relatou que durante a década de 1950 as sessões de cinema eram exibidas aos funcionários da Companhia três vezes por semana (às quartas-feiras – filmes para maiores – aos sábados e domingos – filmes livres). Antes dos filmes era costume se exibir um documentário, um curta-metragem ou um jogo de futebol. Gabrielli (2010) relembra os filmes assistidos nas sessões de cinemas da Melhoramentos: “filmes de Mazzaropi, Libertala Marques, Maria Antonieta Pons, Pedro Armendáriz, clássicos mexicanos, Tarzan, Sangue e Areia” (GABRIELLI, 2010).

Outras festividades que tiveram destaque no núcleo de Caieiras foram as de carnaval. Eram atividades organizadas com bastante empenho pela Companhia e funcionários. Os carnavais comemorados no núcleo chamavam a atenção pelo porte e capricho com que eram preparados os bailes e fantasias. Donato (1990) destaca ainda que a Companhia produzia um tipo de confete e serpentina e além de garantir as festividades em Caieiras, exportava o produto para os carnavais de várias cidades brasileiras.

Durante a década de 1950 um incêndio ocorrido no salão de festas da Companhia pôs fim aos cursos de carnaval armazenados no local (GABRIELLI, 2010).

Figura 44 Comemoração de carnaval em Caieiras
Fonte: Jornal Regional News (2007, folha 3C6)

Figura 45 As fantasias de carnaval em Caieiras
Fonte: Jornal Regional News (2007, folha 3C6)

Estes eventos eram propícios para que os laços entre operários, Igreja e Companhia fossem fortalecidos, pois, comumente as festas ocorriam com a presença do capelão e dos diretores da empresa, como descreve Moraes (1995), sobre as comemorações de 1º de maio em Caieiras:

Nessas ocasiões, a festa se realizava sob o auspício da Companhia Melhoramentos, com um programa composto de missa campal e solene pela

manhã, celebrada pelo então padre Aquiles Silvestre, capelão da Companhia. A seguir, era a vez das gincanas, com brincadeiras para crianças e adultos. No período da tarde, competições de futebol com clubes da região e outros convidados. Durante todo o dia, havia farta distribuição de chope, sanduíche e outras guloseimas. Essas festas eram sempre prestigiadas com a presença do diretor técnico da Melhoramentos, Johanes Ferdinand Ehlert, de sua esposa, D. Alice, e de sua filha, Renata (MORAES, 1995, p.99).

As comemorações do Dia do Trabalho são destacadas por Peres (2008) como uma das mais importantes comemorações promovidas pela empresa “em razão da própria tradição e os valores sociais propostos pela Companhia Melhoramentos” (PERES, 2008, p. 68), o que enalteceria, segundo a autora, a importância dos trabalhadores da fábrica. Nas festas de 1º de maio ocorriam os concursos de beleza que elegiam as princesas e rainhas da Cia. (PERES, 2008). A relevância dada por Mancini às festas atestava a disciplina que as comandava:

A obra de moralização das diversões realizadas na Companhia é relevante. As festas operárias realizadas com frequência, contam com a presença dos diretores da empresa e do padre capelão. Não há em 3000 pessoas notícias de conflito sério comum ou trabalhista. É prova eloqüente dos resultados educativos obtidos. Em população tão numerosa não há qualquer policiamento, nem de organização pública nem de parte da própria empresa. É evidente que a atuação salutar das organizações religiosas concorre para o estabelecimento da presente situação (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, TRANSCRITAS EM ‘SERVIÇO SOCIAL’ nº 24, Dezembro de 1940, p.14).

A presença dos superiores parecia ser uma constante em quase todas as atividades de lazer dos trabalhadores de Caieiras e buscava conotar o sentido de todos formarem uma “grande família” com esta aproximação entre chefia e subalternos. Não podemos esquecer que a participação dos superiores nestes momentos de lazer garantia a ordem e disciplina entre os grupos. Este convívio podia ocorrer em outros momentos:

A empresa criou e administra um restaurante popular destinado principalmente aos empregados sem família. As instalações, a cozinha e a modicidade dos preços satisfazem plenamente as exigências requeridas. Neste restaurante hobbream-se, em franca cordialidade, chefes e subalternos (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, TRANSCRITAS EM ‘SERVIÇO SOCIAL’ nº 24, Dezembro de 1940, p.10).

O controle sobre as horas livres fazia parte da estratégia de controle do trabalhador e, como afirma Rolnik (1981), a vila operária funcionava como um laboratório de uma sociedade disciplinar, onde era possível combinar um saber higienista com um poder que

ao mesmo tempo proibia, punia, reprimia e educava¹¹⁶. Imbuídos na estratégia de edificar a família nuclear, moralizada e recolhida ao lar, industriais impunham nas vilas e núcleos fabris brasileiros, o controle que avançava, até mesmo, sobre as relações amorosas dos jovens, proibindo os namoros nas dependências da fábrica¹¹⁷. Em Caieiras, os namoros eram controlados pelas próprias famílias operárias. Os relatos constantes no item *Mulheres e crianças* mostram que embora não houvesse por parte da Companhia uma política clara de separação dos sexos nas dependências da empresa, como em outros núcleos onde esta ação era visivelmente implantada, as operárias eram rigidamente fiscalizadas em suas atividades e evitavam, para não serem repreendidas pela chefia, qualquer contato com o sexo masculino sob as vistas da supervisão.

Além das festas religiosas, havia as festas cívicas comemorativas como as de 7 de Setembro e os aniversários da Companhia. Estas comemorações contavam com a participação da Corporação Musical de Caieiras e sempre com a participação do capelão e dos diretores da empresa.

Figura 46 Comemoração do casamento de Johannes Ehlert, 1926, em Caieiras
Fonte: Donato, 1990

Figura 47 Corporação Musical, (1940)
Fonte: A OBRA SOCIAL COMPANHIA MELHORAMENTOS – TRANSCRIÇÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI. TRANSCRITAS EM ‘SERVIÇO SOCIAL’ Nº 24, DEZ. DE 1940, P. 8.

¹¹⁶ Um exemplo extremo do controle industrial sobre as horas livres do trabalhador é relatado por Teixeira (1990) ao descrever a ação de uma intensa fiscalização nas dependências da Vila Maria Zélia, em São Paulo. O relato de uma moradora delata a vigilância, sob as regras estabelecidas pelo industrial Jorge Street, acerca das proibições de se dormir na sala, seguindo a lógica de que famílias maiores precisariam de casas maiores e isto representaria mais trabalhadores para a Companhia Nacional de Tecidos de Juta. Ela dizia que não era permitido colocar camas e sofás na sala, pois o fiscal passaria para a vistoria (TEIXEIRA, 1990).

¹¹⁷ Um rigoroso controle sobre as relações entre os operários solteiros e as operárias foi constatado em Pedra (AL). Neste caso, os homens solteiros moravam fora do núcleo, em acomodações específicas, e tinham o acesso ao núcleo e o contato com as operárias rigidamente controlados. A saída das moças do núcleo era controlada por fiscais que faziam rondas noturnas das proximidades do local para surpreender casais de namorados, que eventualmente, conseguissem driblar as regras. Nos cinemas, homens e mulheres sentavam-se separados, mesmo que fossem casados (CORREIA, 1998).

Um recurso utilizado entre os industriais para ligarem os moradores ao local era por meio das atividades agrícolas. Havia incentivo, nas horas livres, ao cultivo de agricultura e jardinagem. Nas vilas de Caieiras, além do incentivo ao cultivo de cereais aconteciam concursos e promoções para incentivar a manutenção da limpeza e das fachadas floridas das residências¹¹⁸.

A saúde dos trabalhadores dos núcleos brasileiros costumava ser protegida através da oferta de serviços médicos gratuitos aos funcionários. Correia (1998) salienta a importância do saber médico na introdução dos novos hábitos de higiene no cotidiano operário. Segundo a autora, estes profissionais tiveram importante participação na inserção também de novas formas de vestir, novas noções de boas maneiras e novos costumes¹¹⁹.

Figura 48 Procissão religiosa

Fonte: Geraldino Ferreira de Almeida

¹¹⁸ Ver item *Área livre, quintais e porões*.

¹¹⁹ A autora aponta que em exemplos como Saltaire e Port Sunlight, na Europa, haviam hospitais para os trabalhadores. Entre os exemplos brasileiros a autora cita Moreno (PE) e Galápolis (RS), onde os serviços médicos eram gratuitos, enquanto na Companhia Industrial Pernambucana, Camaragibe, e na Companhia de Tecidos Porto-Alegrense eram prestados mediante contribuição dos operários e da empresa à sociedade de assistência.

Figura 49 Festa de 7 de setembro em Caieiras
Fonte: Geraldino Ferreira de Almeida ([196-])

Figura 50 Aniversário 75 anos da Companhia
Fonte: Geraldino Ferreira de Almeida (1965)

Para ter direito a assistência médica, odontológica, farmacêutica e obstétrica os operários de Caieiras contribuíam, em 1940, com uma taxa mensal de 2\$500 (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, TRANSCRITAS EM 'SERVIÇO SOCIAL' Nº 24, Dezembro de 1940, p.6). Em casos de enfermidades mais graves, era necessário que o doente fosse levado para hospitais da capital e para isso a empresa disponibilizava um carro particular (MORAES, 1995). Esta situação dependia do aval das chefias¹²⁰.

Esse médico ficava dando assistência pros funcionários por conta da Companhia [...] tinha o farmacêutico que era o seu Vitor, né? Isso quando eu era criança [...] ele cuidava de tudo, né? Tinha a parteira, iam nas casa, ia o Dr. Vitor e tinha um médico, na farmácia ficava um médico sim, quando solicitava ele ia na residência, não tinha esse negócio da gente ir [...] O Dr. Jeronimo já era da época da gente ir lá no consultório. É mais recente. Esses médicos, lembro que minha mãe contava, lembro que tinha um que chamava [...] Dr. Sete, [...] era um tal de Dr. Sete, tinha o Dr. Moacir, era assim, médicos bem antigos, mas era assim, cê ligava, ia na Cerâmica, que cê tinha que ir lá, naquele telefone de manivela, pedia pro médico [...] Aí o médico ia na sua casa, mas você não pagava a consulta, só pagava os remédios, cê tinha que ir na farmácia e comprar (EUSÉBIO, 2011).

O relato acima, assim como outros relatos como o de Izidro Gabrielli, mostra que muitos dos funcionários não se lembram das taxas cobradas para utilização dos serviços médicos, talvez, por tão módica e insignificante que eram perante os salários.

2.6 A localização estratégica: isolamento e proximidade com a capital

A localização de Caieiras foi caracterizada durante muito tempo por uma condição que permitia certo isolamento, devido ao difícil acesso composto por estradas precárias e

¹²⁰ Ver caso relatado no item 1930-1960: *surgimento das novas vilas*.

pelas imensas áreas verdes que circundavam a região¹²¹. Esta condição não era específica do núcleo de Caieiras, pois os critérios que os industriais obedeciam para escolher os terrenos onde iriam implantar seus estabelecimentos fabris acabavam por proporcionar, de forma geral, locais isolados dos centros urbanos¹²².

O isolamento era garantia do afastamento de possíveis influências externas sobre o operário, facilitando a obediência às normas locais e submetendo-os a um controle higienista pela imposição de novos hábitos (FOUCAULT, 1979). Este modelo europeu de controle social obrigava os operários a seguirem rigorosos regulamentos, vivendo sob as determinações de uma única autoridade e com horários de trabalho estabelecidos de início e fim e, além disso, eram vigiados a todo o momento por funcionários que exerciam controle sobre os movimentos de cada um (GOFFMAN, 2005).

No Brasil, a procura por terras distantes das cidades, próximas aos rios e portos, ricas em florestas naturais para o favorecimento do funcionamento das fábricas era condição para a existência de muitas indústrias que se firmaram entre o final do século XIX e começo do XX (PANET, 2002). O isolamento não configurava um desejo inerente ao industrial, mas sim, se tornava uma consequência diante das características importantes na escolha do terreno para implantação das fábricas, que deveria levar em conta a abundância de matas para combustível dos maquinários e recursos hídricos que pudessem gerar força hidráulica e acabava por criar uma situação favorável à estratégia de controle social comumente aplicada pelos padrões nestes empreendimentos¹²³. A preferência dos industriais por áreas ricas em recursos naturais e, por consequência, isoladas das grandes cidades e aglomerações urbanas favorecia a construção de um espaço de trabalho dotado de autonomia para o industrial, possível de exercer uma forma de gestão com controle de mercado de trabalho próprio (CORREIA, 1998). Esta estratégia permitia confinar os operários em espaços construídos e controlados pela fábrica. A ausência de atrativos fora das áreas limites da empresa ou ainda o fechamento dos núcleos fabris com cercas mantinha no seu interior as atividades operárias em toda a sua abrangência, incluindo,

¹²¹ Ver condições de acesso no item *1930-1960: surgimento das novas vilas*.

¹²² Na França, por exemplo, as fábricas que surgiam ao longo do século XIX, seguiam duas condições principais: altura, para poder aproveitar a força motriz fornecida pelos rios e implantação térrea, com construções muitas vezes distribuídas em torno de um pátio fechado¹²² (PERROT, 1988).

¹²³ Um exemplo da aplicação destes modelos pode ser observado em Galópolis, Rio Grande do Sul, na implantação do lanifício São Pedro, que impressiona pela proximidade à grande queda d'água (CORREIA, 1998).

como vimos anteriormente, além das atividades relacionadas ao trabalho, também as demais atividades sociais, religiosas, culturais, etc¹²⁴.

Em muitos casos, as distâncias percorridas pelos funcionários, quando não havia o transporte ferroviário, tinham que ser feitas a pé. A alternativa de transporte ferroviário, comum a estes tipos de núcleos fabris, dependia, muitas vezes, de um transporte submetido a horário e passível ao controle da fábrica¹²⁵ (CORREIA, 1998). Em Caieiras, como vimos, os transportes oferecidos ao trabalhador para que pudessem circular entre os bairros estabelecidos dentro da empresa e para chegar até a estação ferroviária, centrava-se na linha férrea interna e nos caminhões pau-de-arara.

A diversificação das atividades produtivas e os serviços direcionados para os operários possibilitavam esse isolamento social dentro dos limites da propriedade das indústrias. Alguns estabelecimentos criavam estruturas tão complexas – caso de Caieiras – que permitiam a comparação dos núcleos a uma “pequena cidade” com moradias, farmácias, igrejas, escolas, armazéns, clubes recreativos, cinemas, teatros, hospital, sistema de abastecimento de água e esgoto, inclusive com possibilidade de plantio para subsistência.

O isolamento, em alguns casos, era o principal atrativo que motivava alguns funcionários a trabalhar nestes núcleos afastados. Estas localizações permitiam a ocorrência de curiosas situações que envolviam questões políticas, impossíveis nos grandes centros.

¹²⁴ Este método de controle de acesso de estranhos ao interior dos núcleos fabris pode ser observado na Votorantim, em Sorocaba, quando por volta de 1906, a empresa anunciou o encerramento do transporte ferroviário que conduzia os operários de Sorocaba à Votorantim, obrigando-os a morar nas casas da Cia. proprietária da fábrica, e fazer compras em suas cooperativas (ROLNIK, 1981). Em Pernambuco, a Paulista, fundada no final do século XIX pela firma Rodrigues Lima e Cia. e adquirida posteriormente por Herman Lundgren, tinha uma extensão de terras de propriedade da fábrica ao redor do núcleo que cumpria o papel de controle de acesso. Outra medida tomada pelos industriais foi observada em Rio Tinto, na Paraíba, onde a fábrica têxtil do grupo Lundgren constituiu a criação de postos de inspeção no acesso ao núcleo residencial (CORREIA, 1998).

¹²⁵ No caso da fábrica têxtil de Magé, no estado do Rio de Janeiro, a indústria detinha a concessão do ramal ferroviário – situação semelhante à observada em Caieiras (CORREIA, 1998).

Exemplos neste sentido são os casos da Klabin do Paraná e de Rio Tinto¹²⁶.

Em Caieiras, em entrevista, um ex-funcionário nos afirmou ter trabalhado submetido às ordens de Joseph Mengele, enquanto este estaria trabalhando como funcionário da Companhia Melhoramentos. Na década de 1980, uma ossada encontrada em Embu, levantou e reforçou a hipótese do médico nazista ter residido no Brasil, refugiado da Europa. As matérias publicadas nesta época, afirmavam que ele teria encontrado em Caieiras, apoio e trabalho dentro da Companhia Melhoramentos, atendendo pelo nome de Sr. Pedro:

Wolfram Bossert, um ex-cabo do Exército nazista que mora no Brasil desde 1952, foi apresentado a Mengele em 1970 num sítio no município de Caieiras, a 30 quilômetros de São Paulo, por Wolfgang Gerhard, um compatriota austríaco que chegara ao país quatro anos depois do fim da II Guerra Mundial. Gerhard apresentou-o a Bossert como “Peter Gerhard” um viúvo que estava sendo perseguido por motivos políticos e saíra poucos meses antes do Paraguai, onde vivia escondido desde 1959 [...] Não há dúvida de que alguns amigos efetivamente ajudaram o fugitivo. Entre 1969 e 1974, “Peter” ou “seu Pedro”, viveu como hóspede no sítio de Caieiras em que fora apresentado a Wolfram Bossert. O sítio, de 5 hectares, pertencia ao imigrante húngaro Gesa Stammer, que prestava serviços como topógrafo à prefeitura do município e ali morava em companhia da mulher, Gittara (A Exumação do Enigma – O mistério do caso Mengele pode estar chegando ao fim, publicado pela Revista Veja em 12 de junho de 1985)¹²⁷.

A Folha de São Paulo publicou em 2004:

Relatos do médico nazista Josef Mengele revelam que ele trabalhou formalmente em duas empresas por pelo menos 10 dos 19 anos em que viveu no Brasil. Numa carta ao amigo austríaco Wolfgang Gerhard, de 22 de novembro de 1972, Mengele lamenta ter sido demitido após cinco anos como chefe de

¹²⁶ A Klabin do Paraná foi implantada, a partir de 1934, em uma área adquirida pela empresa da Fazenda Monte Alegre ao Governo do Paraná, que havia se tornado seu proprietário ao arrematar em leilão jurídico de imóveis de uma empresa falida. Assim como a Cia. Melhoramentos de São Paulo, a Klabin do Paraná estruturou-se com base na autonomia na produção de papel, organizando nas instalações todas as fases da produção, desde o plantio do eucalipto até a produção do papel. Além disso, a autonomia das duas empresas envolvia também o domínio das técnicas, contratando-se estrangeiros para gerenciar os processos produtivos e treinar trabalhadores nacionais. A localização afastada da Klabin permitia uma situação que possibilitava controlar um mercado de trabalho próprio. Além disso, outras práticas, de cunho político foram observadas nos depoimentos relatados por Correia, (1998) a respeito do pai de um funcionário da fiscalização florestal que teria ido à Monte Alegre procurando fugir de inimigos que o perseguiam desde que havia sido demitido de uma empresa ferroviária, quando, durante a Segunda Guerra, teria, embriagado, dado vivas a Adolf Hitler. O pai do funcionário teria ido à Monte Alegre devido à favorável condição de esconderijo do lugar, constituindo um curioso caso de simpatizante de Hitler protegido em território de judeus. Em Monte Alegre, existiram, sobretudo, muitos casos de contratação de técnicos e trabalhadores judeus perseguidos na Europa, em áreas de domínio nazista, como o caso de Leonardo Schkennner, médico polonês de origem judia, que deixou de clinicar na Itália, no período de conflitos e obteve visto brasileiro, com ressalva de não exercer a profissão no país. O médico aceitou em 1941, o convite de Wolf Klabin para trabalhar em Monte Alegre longe dos órgãos que regulamentavam e fiscalizavam o exercício profissional (CORREIA, 1998). Situação também curiosa ocorreu na Companhia de Tecidos de Rio Tinto, na Paraíba, onde criou-se o mito de que o “palacete dos Lundgren” – família de origem sueca - destinava-se a receber Hitler quando este vencesse a guerra na Europa (MELLO, 2002).

¹²⁷ Disponível em http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_12061985.shtml. Acessado em 11 de julho de 2011, às 18:20h.

manutenção da Melhoramentos, fábrica de papel de Caieiras (SP). E planeja procurar outro emprego. “Como agora posso comprovar que tive dois empregos, um após o outro, cada um por cinco anos, como ‘chefe de manutenção’, não é problema achar um novo emprego, mas certamente o (problema será) escolher o ‘certo’ para mim; talvez porque eu então novamente – conforme o meu jeito – fique por lá eternamente.”

A carta faz parte do conjunto de 85 documentos em alemão que integravam os arquivos de Mengele apreendidos pela Polícia Federal em 1985 e aos quais a Folha teve acesso (Mengele trabalhou dez anos no Brasil, publicado no site Folhaonline, em 24 de novembro de 2004)¹²⁸

Durante os conflitos da Segunda Guerra, a Companhia e alguns diretores tiveram seus nomes incluídos na Lista Negra e foram afastados de seus cargos¹²⁹. Os membros da família Weiszflog foram vigiados. Para as viagens dos funcionários que necessitavam ir de Caieiras para São Paulo ou Santos era necessário o pedido de salvo-conduto. Johannes Ehlert – técnico geral e supervisor dos estabelecimentos fabris de Caieiras - requereu vários salvos condutos às autoridades policiais, inclusive com justificativas médicas que alegavam as necessidades de uma estadia à beira mar. Kurt Faltim – engenheiro da fábrica e residente do núcleo - e Frederico Guilherme Weiszflog – filho de Otto e Anna Maria Weiszflog – foram detidos e tiveram, de acordo com os apontamentos dos prontuários, envolvimento com o nazismo.

Assim, como atesta o caso de Mengele, é provável que o isolamento e a autonomia patronal em Caieiras tenha favorecido o abrigo a refugiados alemães do pós-guerra.

2.7 A região do Juqueri

Como vimos a fazenda do coronel Rodovalho se constituía em uma extensa área atravessada pelo Rio Juqueri, cercada por matas e morros e distante dos centros urbanos. As matas constituíam uma importante reserva de matéria prima para as indústrias de papel, além de garantirem o abastecimento dos fornos de cal, olarias e caldeiras. Esta região que se beneficiava com a passagem do Rio Juqueri devido às suas características naturais, atraiu instituições que procuravam locais favoráveis ao confinamento, mesmo com a proximidade da linha férrea. A região distava cerca de 25 km de São Paulo. A área não se constituía como uma região de aglomeração urbana com acesso fácil às grandes cidades que estava restrito, sobretudo, às ferrovias.

¹²⁸ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u65893.shtml>). Acessado em 12 de julho de 2011, às 16:10h.

¹²⁹ Prontuários consultados no DEOPS: 96964 e 44311 Companhia Melhoramentos; 98023 Alfredo Weiszflog; 51149 Frederico Guilherme Weissflog; 21264 Johannes Ehlert; 22140 Walter Weiszflog; 275 972 Kurt Faltim; 51156 Niels Christian Christensen.

O hospital psiquiátrico do Dr. Franco da Rocha, obra do governo do Estado, encontrou na região, situação ideal para implantar um modelo inovador de assistência ao doente mental, baseado em tratamentos terapêuticos. O hospital foi estabelecido em terras vizinhas à Cia. Melhoramentos, distante aproximadamente 6 km do bairro da cerâmica. Empenhado em iniciar uma campanha de criação de uma instituição modelo capaz de assegurar a melhoria da imagem do antigo hospício de São Paulo, Franco da Rocha dizia que em 1891, o antigo hospício começava a apresentar contrastes profundos com a noção de progresso que se queria implantar no estado em todos os ramos da administração pública, havendo a necessidade de uma urgente reforma da assistência aos alienados (ROCHA¹³⁰, 1912, *apud* BARBOSA, 1992).

A instalação do Hospital do Juquery¹³¹ ocorreu após quatro anos de busca de um terreno que atendesse às necessidades identificadas. A área deveria ter terras de baixo preço, oferecer espaço para uma colônia agrícola, abundância de água, facilidade de transporte para a capital e distância possível de ser percorrida em no máximo uma hora e meia de viagem. Em 1895 deu-se início à construção do novo asilo, com projeto de Ramos de Azevedo, em um terreno de 150 hectares à margem da linha férrea, próximo à estação de Juqueri, inaugurada em 1888. Em 1898, foi inaugurada a colônia agrícola, com 80 pacientes; em 1901, o hospital central e demais instalações destinadas às dependências masculinas; e em 1903, os pavilhões femininos. A superlotação do hospício do Juquery, projetado originalmente para 800 leitos, levou à iniciativa da primeira ampliação, em 1907. Em 1921 foi construído o pavilhão destinado especificamente a alcoólatras e taxicômanos e posteriormente um pavilhão para sífilíticos (BARBOSA, 1992)¹³².

Outro empreendimento do governo estadual implantado em Franco da Rocha foi o Manicômio Judiciário, inaugurado em 31 de dezembro de 1933, pelo professor de Medicina Legal Dr. Alcântara Machado. Atualmente, é denominado de Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima. O objetivo desta obra era atender às demandas relacionadas aos doentes mentais delinquentes, cuja iniciativa foi encabeçada pelo médico Antonio Carlos Pacheco e Silva e pelo Dr. Franco da Rocha, empenhados em retirar do Juquery a superlotação ocasionada pela inclusão

¹³⁰ ROCHA, F.F. Hospício de Colônias do Juquery – vinte annos de assistência aos alienados em São Paulo. São Paulo, 1912.

¹³¹ Adotamos a grafia Juquery para designar o complexo hospitalar e o município e Juqueri para referenciar o rio (ROSA DA SILVA, 1990).

¹³² Ver também ROSA DA SILVA (1990).

dessa categoria (doentes mentais delinqüentes) em seus domínios que se iniciara no final dos anos de 1920 (TAVOLARO, 2004).

Além da Cia. Melhoramentos, outras indústrias também foram atraídas para a região entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX pela abundância de recursos naturais e facilidades oferecidas pela linha férrea. Neste período estabeleceram-se na região de Perus, a Fábrica de Pólvora¹³³ de Hedwiges Dias, que, juntamente com a Fábrica Ipanema, localizada em Iperó, região de Sorocaba, foi de grande importância para o abastecimento de munição do sistema de defesa do Porto de Santos durante a Revolta da Armada em 1893 (ANJOS Et al. 2008).

A estrada de ferro Perus-Pirapora, inaugurada em 1914, também foi atrativo a estas indústrias, como a Brazilian Portland Cement Company ou Companhia Brasileira do Cimento Portland¹³⁴ instalada, em 1926, após adquirir as instalações da Perus-Pirapora. Além disso, Hardman e Leonardi (1982) mostram que a evolução urbana de São Paulo, depois dos anos 1930, intensificou a expulsão dos contingentes de trabalhadores para áreas periféricas distantes. Os autores apontam como esta foi uma tendência geral que ocorreu em grande parte das cidades industriais do mundo. Isso, afirmam os autores, representou um certo “saneamento” das áreas próximas dos centros de decisão do capitalismo, onde inicialmente estavam concentrados os operários. Assim, em São Paulo, esta mudança foi refletida também nos meios de transporte utilizados pelas massas trabalhadoras que passavam da utilização dos bondes com reboque para operários, das bicicletas e caminhadas para os trens de subúrbio e ônibus. Os autores definem o surgimento de um novo cinturão operário nas periferias de todos os quadrantes da cidade de São Paulo: a oeste (Osasco e região), a noroeste (Pirituba, Perus, Cajamar e Caieiras), a leste (São Miguel Paulista, Ermelindo Matarazzo) e a sudeste (região de Mauá e ABCD).

A criação da Cia. Brasileira do Cimento Portland contou com o empenho do Dr. Sylvio de Campos¹³⁵, que motivado pelo crescimento da cidade de São Paulo nos últimos anos do Império, investiu nesta iniciativa (ANJOS Et al. 2008).

Langenbuch (1971) e Silva (1998) atribuem à topografia da região, uma das razões que impediu que se constituísse ao longo da estrada de ferro e da rodovia Anhanguera, uma concentração maior de indústrias e residências, se comparada às áreas que se formaram ao

¹³³ Esta fábrica foi construída próximo à Estação de Perus (SIQUEIRA, 2001).

¹³⁴ A Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP) foi inaugurada em 1926. Com a inauguração, Perus ganharia posição de destaque na economia nacional como indústria pioneira no setor (SIQUEIRA, 2001).

¹³⁵ Sylvio de Campos (1884-1962). Advogado, deputado federal eleito pelo Partido Republicano Paulista (1924-1930) e (1946-1951), constituinte em 1946, participou da criação da Companhia Light e do Plano das Grandes Avenidas de Prestes Maia entre os anos 1930 e 1940 (ANJOS et. al.).

longo da mesma estrada de ferro no sentido leste e das rodovias Dutra e Anchieta, também construídas pelo estado no mesmo período, demonstrando que as indústrias que se fixaram neste local estavam ligadas, inicialmente, a uma modalidade rentável do uso do solo, ocupação agroindustrial e extrativa, como a Cia. Melhoramentos (papel), Cimento Portland de Perus (cimenteira) e a Gato Preto (cal) que detinham grandes áreas dos municípios de Caieiras, Cajamar e Santana do Paranaíba. Neste sentido, Langenbuch (1971) já constatava que ao contrário de outras regiões, onde a indústria atraía mais indústria, em Caieiras

[...] um dos principais centros industriais suburbanos do começo do século, o parque fabril já existente, não apenas deixou de atrair indústria, mas praticamente o impediu, em vista de sua natureza. Com efeito, para abastecer sua fábrica de papel em matéria-prima, a “Companhia Melhoramentos” passara a adquirir todas as terras confinantes, para aí desenvolver a silvicultura, não havendo sequer espaço disponível para outras empresas aí implantarem suas fábricas (LANGENBUCH, 1971, p. 141).

Figura 51 Instalações da Cimento Portland Perus
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 52 Vila Triângulo da Cimento Portland Perus
Fonte Acervo da autora (2010)

Figura 53 Grupo escolar da Vila Água Fria, Cajamar
Fonte Acervo da autora (2010)

Figura 54 Casas da Vila Água Fria, Cajamar
Fonte Acervo da autora (2010)

A exploração de minérios em Cajamar permitiu a formação de algumas vilas para operários naquela região, como a vila constituída ao lado da Pedreira dos Pires (já

demolidas), a Vila Água Fria, a Vila do Acampamento, Vila Nova e a Vila Gato Preto (SCHNEIDER, 2006) compondo um complexo de extração de minérios, indústrias de cal e cimento entre a Cimento Portland de Perus, e a Companhia Beneducci em Cajamar articuladas pela estrada de ferro Perus-Pirapora (ANJOS Et al. 2008). Lemos (1989) mostra que a extração de minérios nesta região foi iniciada em fins do século XVIII, conforme a carta de Francisco Vieira Goulart, que dizia, em 1798:

No sítio do Morro Branco, distrito da Villa de Parnahyba, onde actualmente rezido para ensinar a construir fornos de cal na fazenda de criação de bestas do Coronel Polycarpo Joaquim de Oliveira, situada na borda do rio Tietê, se acha uma grande pedreira de cal, a qual segue por algum tempo a direção do rio. (Documentos interessantes para a história de São Paulo, v. 31: 183, 1901, *apud* LEMOS, 1989, p.45 e 46).

O ciclo da cal antecedeu, viabilizou e concorreu com a produção de cimento até, aproximadamente, o final da década de 1940. Em Perus, a Cimento Portland mantinha as vilas operárias próximas ao prédio da fábrica. Estas empresas mantiveram por décadas o monopólio das terras e dominavam absolutas como fontes geradoras de trabalho em suas regiões. Perus, embora constituído bairro da cidade de São Paulo, pela distância e isolamento em relação ao centro da cidade, mais se assemelhava a uma pequena cidade que começou a crescer ao redor da fábrica de cimento. As áreas que formavam o entorno da fábrica de cimento eram desvalorizadas por conta do lançamento de pó de cimento no ar. Interessante notar que nas áreas de maior incidência de depósito de pó arrastados pelo vento, constituiu-se maior concentração de população pobre devido à desvalorização. A igreja católica interveio na questão da poluição do ar com o pó cimentício, organizando em 1973 uma passeata que reivindicava a instalação de equipamentos não poluidores (ANJOS Et al. 2008). Este problema já havia afastado da região, muitos anos antes, a família Dias, proprietária da fábrica de pólvora. Depois da inauguração da Perus, a fábrica de pólvora foi desativada e a família mudou-se do palecete, construído à beira da linha da São Paulo Railway por Hedwiges Dias por volta de 1894, para o outro palecete também construído pela família no bairro dos Campos Elíseos, em São Paulo, devido ao incômodo causado pelo pó lançado pelas chaminés da Perus. O palacete, que era a sede dos sítios Joá e Fazendinha, de propriedade da família Dias, foi alugado por vinte anos pela Perus e depois, em 1950, adquirido para acomodação dos funcionários graduados (SIQUEIRA, 2001).

Alguns comerciantes defendiam o fechamento da fábrica como forma de liquidar os “dois males de Perus”: o pó de cimento e o “foco de subversão”¹³⁶, referindo-se à poluição ambiental e aos movimentos operários (ANJOS Et al. 2008). Este conflito, resultou na desativação do forno 4, em 1980 e na constituição de uma comissão de Vigilantes Comunitários com poderes para paralisar a fábrica caso a poluição retornasse. Esta Comissão era credenciada pela CETESB. A fábrica de Perus teve as atividades finalizadas em 1987 e a Estrada de Ferro Perus-Pirapora encerrou as atividades em 1983.

A distância compreendida entre a capital e a região do Juqueri, parecia formar a justa medida necessária para acomodar os excessos da grande cidade ou nela buscar os recursos naturais que garantissem o bom desenvolvimento da capital.

¹³⁶ A trajetória da Perus foi marcada por muitos conflitos entre patrão e operários. O Grupo Abdalla passou a ter o controle acionário da empresa em 1951, quando após a instalação de um novo forno expandiu a produção em 60% de sua capacidade produtiva, sem qualquer ajuste de ampliação da alimentação dimensionada para os três fornos originais. Esta prática estava afinada com os procedimentos do Brasil pós-guerra e submetia o maquinário a níveis destrutivos de exigência de esforços. Durante a greve de 1958 os operários da Perus fizeram um movimento de repercussão nacional e ganharam o apelido de “queixadas”, dado pelo jornalista Itamaraty Martins, em referência ao espírito de união e lutas daqueles trabalhadores. O queixada seria um porco do mato, que sozinho foge para junto dos demais e apenas agrupados investem contra o agressor, restando ao grupo as alternativas de correr ou lutar até a morte. As greves operárias passaram a questionar a forma de gestão da empresa, quando os operários passaram a implementar um plano de medidas alternativas em 1960-61, criando uma situação de dualidade de poder dentro da companhia. Uma greve iniciada em solidariedade a trabalhadores de outras empresas de Abdalla, em 1962, derivou para uma luta direta pela desapropriação da Perus com vistas a implantar uma co-gestão Estado/Operários. Esta greve foi derrotada e para amenizar os efeitos deste movimento, que assumiu contornos de uma insurreição popular, os trabalhadores estáveis foram reintegrados em 1969. O desgaste das máquinas comprometeu o futuro da Perus, quadro que o confisco federal em 1973 não reverteu e em 1980 a empresa voltaria para a iniciativa privada já praticamente liquidada, funcionando de forma precária até o encerramento em 1987 (SIQUEIRA, 2001).

Capítulo III

Habitação e Arquitetura

3 Habitação e Arquitetura

3.1 Moradia em Caieiras

As primeiras residências construídas para trabalhadores em Caieiras remontam ao final da década de 1870 quando foram construídas 180 unidades para suprir a necessidade de moradia para aqueles que trabalhavam na construção dos fornos para produção de cal na Fazenda Industrial Cayeiras e na Companhia Cantareira de Esgotos, ambos os empreendimentos promovidos pelo Coronel Rodovalho (DONATO, 1990).

A segunda metade do século XIX mostrou-se prodigiosa para a indústria paulista, principalmente com a valorização do café no mercado internacional, o que fez de São Paulo o produtor número um do país. O café promoveu a expansão territorial, urbana e do capital. Assim, estradas de ferro foram estendidas pelo interior, cidades foram fundadas, bancos, e indústrias foram instalados, máquinas foram importadas e com o fim do trabalho escravo, muitos imigrantes desembarcavam no porto de Santos à procura de oportunidade de trabalho e fortuna.

A formação do núcleo fabril da Companhia Melhoramentos emergiu em um contexto onde as principais cidades brasileiras estavam em processo de aumento de população, devido ao fim do trabalho escravo¹³⁷ e à vinda de grande contingente de trabalhadores estrangeiros¹³⁸, tornando a situação habitacional proletária caótica em razão do acúmulo de moradias insalubres nos centros urbanos. Esta situação despertava inquietação das classes dominantes em relação aos riscos que estes aglomerados

¹³⁷ O crescimento da população, a ausência de um sistema sanitário eficaz, transporte coletivo e sistema viário contribuíram para que as cidades se transformassem em focos de epidemias. As mudanças sociais ocorridas no Brasil, no final da década de 1880, com a abolição do trabalho escravo, colaboraram para agravar os problemas urbanos. Com a decadência de antigas propriedades rurais, negros livres desempregados migraram para as cidades. Além disso, a modificação da ocupação das cidades e das casas brasileiras e também as tecnologias que surgiam, principalmente, no que se refere à distribuição de água, alteraram significativamente o funcionamento das cidades. Até então, os escravos eram os responsáveis pelo serviço domiciliar de abastecimento de água. Buscavam a água nos chafarizes espalhados pelas cidades e eram responsáveis por todo o serviço de limpeza e coleta de esgotos. Com a introdução das novas tecnologias e melhorias da infra-estrutura, que proporcionava à cidade a independência do trabalho escravo para execução do abastecimento de água, muitas alterações no modo de vida urbano ocorreram e os pobres perderam algumas de suas funções na cidade (FREYRE, 2004).

¹³⁸ O estímulo à imigração européia promovido pelo governo brasileiro com objetivo de suprir a extinção de mão-de-obra escrava no país motivou a vinda de estrangeiros em grande número. Uma parte deste contingente seguiu para as fazendas cafeeiras nas áreas rurais, principalmente no oeste paulista, mas um significativo número se dirigiu para as cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Com isso, ocorreu um aumento da população e também dos moradores de cortiços (REIS FILHO, 1994). Sobre as condições dos cortiços na região central da cidade de São Paulo, principalmente, no bairro de Santa Ifigênia que apontava as condições mais preocupantes daquele período, Código Sanitário de 1894 e plantas de casas de operários e de cortiços, ver a publicação do *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no districto de Sta. Ephigênia*, de 1893, organizada por Simone Lucena Cordeiro intitulada *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Arquivo público do Estado de São Paulo, 2010.

significavam para a toda a população. Assim, notou-se no Brasil o empenho de industriais, companhias ferroviárias e empresas imobiliárias em construir casas salubres e econômicas para o proletário. Este empenho em transformar a casa e o cotidiano dos operários integrou uma ação conjunta das elites em instituir novos controles sobre o trabalhador. Desta forma,

Os discursos de engenheiros e médicos e as ações desencadeadas por reformadores sociais, governantes e industriais permitem pensar na constituição entre alguns setores das classes dominantes de um projeto – não explicitado – de reordenamento da cidade, capaz de convertê-la em espaço normalizado, composto por uma reunião de lares regrados e por um conjunto de espaços de produção, consumo e lazer organizado e controlado pelas classes dominantes, por seus aliados e auxiliares. Trata-se, evidentemente, de um projeto não amplamente realizado, cujas estratégias, embora tenham alterado profundamente a vida e o espaço urbano, não conseguiram impedir tensões, as confusões e os conflitos que povoam e definem o ambiente da cidade. As vilas operárias e, sobretudo, os núcleos fabris construídos por industriais, representam, sem dúvida, o momento em que esse projeto esteve mais próximo de se concretizar (CORREIA, 1998, p. 40).

A criação de núcleos fabris se fundamentou em uma importante estratégia para impor aos trabalhadores a idéia de uma vida dedicada ao trabalho, oferecendo emprego fabril e buscando retê-los nessa atividade. Caracterizava-se pela supervisão patronal sobre o cotidiano operário, por meio do controle da fábrica sobre instituições como escola e igreja que eram instrumentalizadas como meio de difusão dos valores relacionados à ética do trabalho¹³⁹ (CORREIA, 1998).

Antes de iniciar a produção industrial, na Fazenda Industrial Cayeiras havia o cultivo de uva e criação de gado. Não sabemos precisar a estrutura existente na fazenda antes do desenvolvimento industrial, mas certamente, contava com uma composição mínima para acomodação destes trabalhadores. Muitas das residências que surgiram em Caieiras, entre final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX seguiam padrões de construções rurais com programas e dimensões modestas e técnicas construtivas tradicionais, muitas vezes utilizando-se taipa, tijolos de barro cozido produzidos na própria fábrica, ou utilizando-se a técnica mista – taipa e tijolos. As casas de três ou quatro cômodos costumavam surgir em fileiras diretamente alinhadas.

¹³⁹ As experiências brasileiras voltadas à construção para o trabalhador foram promovidas por empresas, indústrias, empreendedores particulares e costumam ser nomeadas de forma genérica, pelo termo *vilas operárias*. Sobre casas construídas por indústrias, Telma de Barros Correia (1998) considera que a denominação genérica prejudica o entendimento das diferenças entre estas iniciativas, que em alguns casos podem ser o conjunto de casas construídas em cidades existentes ou no campo. Assim, julga adequado classificar como “núcleo fabril” os empreendimentos que ofereciam uma complexa estrutura erguida no campo e como “vila operária” os empreendimentos localizados dentro das cidades ou subúrbios (CORREIA, 1998).

Como vimos anteriormente, mesmo após o período de renovação e ampliação das vilas de Caieiras, ocorrido durante as décadas de 1930 e 1940, algumas residências que seguiam os modelos anteriores perduraram fazendo com que o cenário das vilas fosse composto por uma mescla entre edificações modernas e outras ligadas à arquitetura remanescente da Fazenda Industrial. Observamos que os modelos de moradia operária padronizada em casas geminadas duas-a-duas, constituído em grande escala nas vilas da Companhia entre as décadas de 1930 e 1940, tornou-se símbolo do “padrão Melhoramentos”. Entretanto, modelos alternativos foram observados. Além das já citadas casas de padrão rural, outros modelos foram notados: casas agrupadas em blocos com quatro unidades (extremidades com casas maiores e miolo com casas menores), blocos construídos com seis casas de três ou quatro cômodos, além das casas construídas pelos operários em terrenos cedidos pela Companhia.

Assim, o núcleo era formado por um panorama diversificado de tipos de moradias e categoria de trabalhadores. Desta forma, a distribuição das casas entre os funcionários da Companhia obedecia a critérios que consideravam a hierarquia profissional do empregado.

Pretendemos analisar a arquitetura destes variados modelos de moradia e a maneira como a Companhia gerenciou a distribuição das casas para os funcionários, estabelecendo valores a serem pagos pelos trabalhadores para utilização das moradias e promovendo manutenção dos edifícios. Para tanto, a análise será feita considerando a arquitetura produzida para as moradias dos trabalhadores até a década de 1920 e durante o período de renovação entre as décadas de 1930 e 1940. Nos dois períodos faremos a análise das casas para operários e chefias de níveis diversos. Este capítulo também inclui análise de prédios com outros usos – escolas, igrejas, cinemas, clubes, entre outros – construídos em Caieiras.

3.1.1 As casas operárias até a década de 1920

O início do desenvolvimento industrial em Caieiras, marcado pela construção dos fornos em 1877, está inserido no contexto de expansão das fazendas cafeeiras do interior paulista e da expansão ferroviária. Neste período, como vimos anteriormente, as fazendas contavam com vasta mão-de-obra assalariada – os colonos imigrantes - que chegavam para suprir a demanda de trabalho nas lavouras. Longas fileiras de casas de colonos caracterizavam o interior destas fazendas. As construções mais comuns eram compostas de casas de pequenas dimensões, com telhados de duas águas, com quatro cômodos

divididos por divisórias dispostas em cruz (BENINCASA, 2003). No Brasil, foi comum no período entre o final do século XIX e início do XX a incidência de construções urbanas nos núcleos fabris e vilas operárias:

Na arquitetura de vilas operárias e núcleos fabris, no período entre 1880 a 1950, surge freqüentemente exemplares inspirados em modelos tradicionais brasileiros de moradia urbana. Nesse momento foi bastante comum nestes lugares a ocorrência do padrão urbano de casas térreas de porta e janela, dispostas em renque, desprovidas de recuos frontais ou laterais. Os telhados em duas águas [...] são cobertos com telhas cerâmicas do tipo canal ou francesa (CORREIA, 2008, p.70).

A composição padrão de algumas das casas de colonos do interior paulista era formada por dois quartos, sala e cozinha, às vezes conjugados. Algumas apresentavam uma extensão nos fundos, um “puxado” e desta forma liberavam o espaço do retângulo interno para acomodação de mais um dormitório (BENINCASA, 2003). As edificações de Caieiras que surgiram neste período apresentam peculiaridades presentes nas casas de colonos do interior do estado. Nas casas enfileiradas construídas em 1904 próximas à estação de trem¹⁴⁰, por exemplo, (ver *figuras 55, 56 e 57*) notamos a divisão em cruz na faixa anterior da construção e nos fundos uma ampliação, possivelmente posterior à construção original, para acomodação da cozinha e instalações sanitárias. Desta forma o retângulo anterior, fica liberado para mais um dormitório ou sala. À exceção da casa da extremidade esquerda deste conjunto, que comentaremos no item *Casas para a chefia*, as casas erguidas em tijolos de barro cozido e taipa de mão apresentavam um acabamento simplificado. A condição da empresa como produtora de tijolos de barro cozido e telhas cerâmicas facilitava a disponibilidade de materiais para construção. Os antigos moradores contam que o barro utilizado na produção dos materiais e na execução das casas de taipa era retirado dos Bairros do Barreiro e Barreirinho. O uso de telhas de barro tipo *capa e canal* e telhas do tipo *francesa* – que imitavam as telhas de Marselha – foi muito comum nas casas do núcleo fabril de Caieiras. A antiga moradora de uma unidade deste conjunto, Inês Martins, afirmou que entre os anos de 1940 e 1960, período que a família ocupou a casa, não havia forros internos. Durante o levantamento que fizemos no ano de 2009, notamos que forros em condições muito precárias, existiam. Francisca Doratiotto, ex-moradora da vila Charco Fundo, declarou que muitos forros foram construídos nas casas de Caieiras por iniciativa de cada família na tentativa de prevenir de insetos que surgiam

¹⁴⁰ Atual bairro de Nova Caieiras.

entre as telhas aparentes. Esta condição, anterior à execução dos forros, motivava as famílias a higienizarem os telhados, internamente, com uma tocha de fogo antes de dormir. Com autorização da Companhia, cada família executava, quando possível, o forro da casa. O piso de cimentado vermelho, descrito também por Inês Martins, seria uma inovação aos pisos originalmente em terra.

Figura 55 Levantamento métrico do conjunto construído nas proximidades da estação de trem, atual bairro de Nova Caieiras

Fonte Levantamento da autora (2009)

Figura 56 Fachada do conjunto próximo à estação

Fonte Levantamento da autora (2009)

Figura 57 Conjunto próximo à estação. À exceção da casa da esquerda, todas foram demolidas em 2010
Fonte: Acervo da autora (2009)

Estes tipos de casas tinham privacidade mínima, devido à proximidade entre as unidades e as janelas – destituídas de vidros – que permaneciam a maior parte do tempo abertas (GARCEZ MARINS, 2008). Muitas das casas observadas em Caieiras tinham vidros desde pelo menos a década de 1920 (ver *figuras 12 e 13*). Outras, como o conjunto observado na *figura 57*, permaneceram até a década de 2000 como janelas de escuro - apenas com as folhas de madeira.

Tinha o bairro do Monjolinho, um pouquinho pra cima tinha outro bairro, chamava Sobradinho [...] que era uma vila que nem uma colônia que tinha no Sobradinho [...] uma rua de casas, casinhas tudo geminadas assim e moravam muitos italianos [...]. O Monjolinho também era um bairro que tinha umas casinhas, era toda ela geminada, quase toda ela. Eram várias. No Sobradinho era exatamente uma colônia [...], exatamente [...] era amarela, janela azul, pintada de azul... Aquelas caidinhas da casa, casinha simples, mas era casinha boa. Tinha o Bairro do Bonsucesso, era só colônia; tinha o Bairro da Calcárea, só colônia; tinha o Sobradinho, só colônia; tinha também ao redor da fábrica, não me lembro o nome do bairro ali, ah...era Rua da Pensão, ali era uma colônia! Era tudo janelão pintado de azul e quando a casa não era branca era amarela e a janela era azul! Quando eu me conheci como gente, já existia! [...] e na Rua dos Coqueiros [...] era do Rosário pra frente, ali era tudo geminado, era tudo as casas juntas ali, de colônia, mas eram casas boas também: 3 cômodos, 4 cômodos, 5

cômodos. Quando era uma casa de encarregado, aí era uma casa um pouquinho melhor, pouquinho maior, então tinha vários cômodos, conforme o grau do funcionário, né? E do lado esquerdo, aí já era de duas em duas. Hoje tem um escritório lá, [...] Este escritório existia. Seguindo tinha mais duas casas, casas de chefes, casas boas, depois tinha mais duas, passando aquelas duas, tinha mais uma coloniazinha de 4 ou 5 casas, do lado esquerdo, aí terminava. Aí era só do lado direito, aí era aquele colônião que ia até lá embaixo, do lado direito. Me parece que demoliram tudo agora, né? Era branco e azul [...]. Aí onde é o Federzoni¹⁴¹ aí, era tudo colônia, tudo casinha junto. Nós chamávamos de Vila das Cabras lá [...] dos dois lados era Melhoramentos. Tinha uma Paineira grande ali, um pouquinho pra cá do Federzoni, mais ou menos ali, era uma Paineira enorme ali, e o resto era tudo as casinhas, tudo emendado, as casinhas amarelas... (PRANDO, 2011).

Figura 58 Casas amarelas geminadas (já demolidas) na Rua dos Coqueiros nas proximidades da Igreja do Rosário

Fonte: Acervo Paulo Polkorny

O aspecto externo das casas de Caieiras era também bastante simplificado. Tratava-se de casas de fachadas com porta e janela dispostas em blocos que recebiam acabamentos em reboco, com ou sem ornatos, pintura de cor branca ou amarela para alvenarias e azuis para portas e janelas. Geralmente, eram cobertas por duas ou quatro águas de telhas de barro tipo canal ou francesa com beirais paralelos ao alinhamento da rua.

¹⁴¹ Supermercado de Caieiras.

Figura 59 Data da empena conjunto Nova Caieiras
Fonte: Acervo da autora (2009)

Figura 60 Detalhe da taipa de mão nas casas do conjunto próximo à estação, no bairro de Nova Caieiras
Fonte: Acervo da autora (2009)

Figura 61 Renques de casas, já demolidas, no bairro da fábrica
Fonte: Peres (2008)

Figura 62 Em Caieiras, casas de porta e janela, demolidas
Fonte: Jornal Regional News (2002, p.2C-2, 13 de dezembro, 2002)

Figura 63 Renque de casas na Rua dos Coqueiros demolidas depois do ano de 2004
Fonte: Acervo da autora, 2003

Figura 64 Madeira do telhado nas casas do conjunto de Nova Caieiras

Fonte: Acervo da autora (2009)

Figura 65 Detalhe das vigas, ripas e forro de tábuas das casas do conjunto de Nova Caieiras

Fonte: Acervo da autora (2009)

3.1.2 Modernização da moradia nas décadas de 1930 e 1940

A modernização das casas de Caieiras, como vimos, ocorreu entre as décadas de 1930 e 1940. Entretanto construções em barro autônomas, erguidas por funcionários, continuaram a ocorrer mesmo neste período. Não conseguimos saber se estas casas erguidas de forma autônoma obedeciam a um padrão estabelecido pela Companhia ou se havia liberdade para construção. Sabemos que a Companhia cedia o terreno e autorizava a moradia.

Onde meu avô morava eram casas de barro, mas eu não sei se foram por eles feito ou se já era feita, isso eu não posso dizer, porque eu não lembro. Porque quando eu era criança em 50, que meu avô morreu, ainda ele morava nesta casa. [...] meu pai fez a casa do lado da casa do meu avô que ainda era tapera...era de barro. A casa do meu avô aqui, pai da minha mãe do lado da casa do meu pai, também era de barro. Só que depois foi demolida. Em 46, mais ou menos, foi construído um grupo de casas que tava lá até pouco tempo que a Companhia derrubou. [...] eu morava numa casinha sozinha. Minha casa era espaçosa...tinha quintal de um lado, quintal do outro, quintal pra frente, pro fundo, porque foi a primeira ali do bairro, então, foi meu pai que construiu uma casa de barro e ficou lá a vida inteira [...] na época que meu pai construiu, isso foi em 1935. No início do ano ele começou a fazer a casa. Em 1935..não foi em 1936, no começo do ano ele começou a fazer a casa. E em 36 em dezembro ele se casou. Ele fez a casa pra casar (EUSÉBIO, 2011).

Sobre a possibilidade de utilização de recursos próprios ou da Companhia para construção das casas, Eusébio, tentando riscar a distribuição da casa, supõe que a abundância de material – barro e madeira – na região favorecia a utilização da matéria prima pertencente à Companhia e mão-de-obra particular:

[...] a minha casa era [...] com cômodos de 3x4, no máximo. Com certeza não posso te dizer, não posso garantir, mas [...] acho que era barro que tiravam dali, a madeira eles tinham liberdade de cortar e mão-de-obra ele mesmo fazia. E meu pai falava: eu e meus irmãos fizemos esta casa. Os irmãos dele, ou seja, eles eram moços na época, né? [...] E a minha casa era uma casa assim: era um terreno bem amplo...era um terreno bem amplo e meu pai construiu uma casinha no meio...o terreno tinha uma horta aqui...aqui era uma passagem, tal, e o meu pai construiu uma casa aqui no meio. A minha casa era muito simples. Ela era assim...era uma cruz, na verdade...minha casa era isso aqui...quatro cômodos...aqui tinha uma janela, aqui era a porta da sala no canto...aqui a sala...aqui da sala saía pro quarto da minha mãe que era aqui, tinha a janela e aqui era a rua...depois aqui nesta mesma porta tinha a porta que entrava para a cozinha...do lado da cozinha tinha a porta ela era assim...sala, quarto, quarto, aqui é a sala e aqui é a cozinha, e tudo muito pequenininho, pequeno mesmo (EUSÉBIO, 2011).

Uma matéria publicada no jornal Regional News, afirma que plantas definiam os detalhes das casas oferecidas aos funcionários e mostra as fichas que constam nas *figuras 69 e 70* como projetos que definiam estas casas. Julgamos que estas fichas podem ser levantamentos feitos pela empresa acerca do arcabouço de moradias existentes dentro da Companhia e não necessariamente, os projetos. Estas fichas podem ter sido utilizadas para ajudar a compor a classificação das moradias, questão que será abordada no item *Princípio da não gratuidade*.

Figura 66 Casa construída em barro, telhado de sapê, bairro do Barreiro, 1940, demolida
Fonte: Peres (2008)

Estes novos modelos que começavam a emergir após a década de 1930, eram inspirados nos bangalôs americanos. Surgiam casas isoladas, geminadas duas-a-duas ou em blocos. Pequenas varandas apareciam em localizações diversas, ora nas fachadas frontais, nos fundos das moradias, ou nos modelos geminados, lado a lado com a casa vizinha ou na extremidade oposta. Porém a varanda não surgia como elemento compartilhado entre duas casas, pois a divisória em alvenaria ou o distanciamento entre elas garantia certo isolamento. Os programas destas casas variavam quanto à quantidade de dormitórios. Foram observadas casas construídas com sala, cozinha, dois ou três dormitórios. As coberturas destas edificações eram geralmente compostas por quatro águas de telha de barro capa-canal ou tipo francesa.

Figura 67 Planta elaborada pela autora a partir de croqui feito por Antonio Eusébio. Casas enfileiradas com três cômodos, Vila Foresto, construídos no final da década de 1940. Grupo com 6 casas. Nota-se a diferenciação pelo alpendre das casas das extremidades. Legenda: A=alpendre, S=sala, C=cozinha, D=dormitório, T=tanque, B=banheiro. Casas em cinza apenas para facilitar a visualização das unidades. Casas demolidas
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 68 Planta elaborada pela autora a partir de croqui feito por Antonio Eusébio. Casas enfileiradas com quatro cômodos, Vila Foresto, construídos no final da década de 1940. Grupo com 6 casas. Nota-se a diferenciação pelo alpendre das casas das extremidades. Legenda: A=alpendre, S=sala, C=cozinha, D=dormitório, T=tanque, B=banheiro. Casas em cinza apenas para facilitar a visualização das unidades. Casas demolidas.
Fonte: Acervo da autora (2010)

Casa Nº 87849 Distrito Calcárea
Morador Afonso Alves da Silva

EXPLICAÇÃO
B-QUARTO
C-COSINHA
ESC. 1/200

QUARTO - Soalho cimento
tijolo
madeira
Forro estuque
madeira
Porta simples
alumiado
Janelas guilhot.
de abrir
Escuro veneziano
tábuas

COSINHA - Soalho cimento
tijolo
Forro estuque
madeira
Fogão simples
Pia com água
Água quente

BANHO - azulejo
cimento
zinc
chuveiro

W. C. - Soalho cimento
tijolo
Forro estuque
madeira
Bacia com tampa
Caixa d'água

LAVATORIO - torneiras

CORREDOR - Soalho cimento
tijolo
madeira
Forro estuque
madeira

TERRAÇO - Soalho cimento
tijolo
Forro estuque
madeira

FORRO - Soalho cimento
tijolo
madeira
Forro estuque
madeira

LAMPADAS
TOMADAS

OUTRAS DEPENDÊNCIAS:
Tanque lavar roupa / torneira

CONSTRUIDA no ano de
Reformada em

CONSTRUÇÃO de tijolo
coberto com telha Nacional
Marselhez
Zinco

Figura 69 Ficha da casa E48 ou E49. Casa no bairro da Calcárea ocupada pela família de Afonso Alves da Silva. A correção do nome parece ser a atualização dos ocupantes. A casa de pau-a-pique tinha dois quartos (ou 1 quarto e uma sala), 1 cozinha com fogão simples, porta simples, soalho de tijolo em todos os ambientes. Janelas de escuro feitas de tábuas

Fonte: Jornal Regional News (10 de dezembro de 2010 p. 5 C4)

Casa Nº C 232. Distrito Fabrica (Bairro Chic)
 Morador Matias Rodrigues Gil

ESCALA 1:200.

ESPLICAÇÃO.
 1- SALA
 2- QUARTO
 3- COZINHA
 4- TERRAÇO

RUA

1 QUARTO - Soalho cimento
 2 " " tijolo
 Forro estuque
 madeira
 Porta simples
 Janela guilhot.
 Escuro veneziano
 taboas

1 COZINHA - Soalho cimento
 tijolo
 Forro estuque
 ripa
 Fogão economico
 simples
 Pia sem agua
 Agua quente

BANHO - azulejo
 cimento
 zinco
 1 chuveiro

1 W. C. - Soalho cimento
 tijolo
 Forro estuque
 madeira
 Bacia com tampa
 Caixa d'agua

LAVATORIO - torneira

CORREDOR - Soalho cimento
 tijolo
 madeira
 Forro estuque
 madeira

1 TERRAÇO - Soalho cimento
 tijolo
 Forro estuque
 madeira

1 PORÃO - Soalho cimento
 tijolo
 madeira
 Forro estuque
 madeira

7 LAMPADAS
 2 TOMADAS

OUTRAS DEPENDENCIAS:
 Tanque lavar roupa 1 torneira

Privada com chuveiro e
 tanque no porão.

CONSTRUIDA no anno de 1938
 Reformada em

CONSTRUÇÃO de tijolo
 coberto com telha Nacional
 Marcelino
 Zinco

Figura 70 Ficha da casa C232. Casa do bairro da Chic, pertencente à fábrica, ocupada pela família de Matias Rodrigues Gil. A correção do nome parece ser a atualização dos ocupantes. A casa de tijolo construída em 1938 tinha dois quartos com forro de estuque, porta simples janela guilhotina e escuro feito em tábuas, soalho de cimento; sala com as mesmas descrições do quarto; cozinha com fogão classificado como econômico, forro de estuque e ripa, pia sem água, soalho cimentado; l.w.c. contendo 1 chuveiro, soalho cimentado, forro de estuque, bacia com tampa, caixa d'água; corredor com soalho e forro de madeira; terraço com soalho e forro de estuque; porão com soalho de tijolo e forro de madeira.

Fonte: Jornal Regional News (10 de dezembro de 2010, p. 5 C4)

Figura 71 Planta casa para operários geminadas duas-a-duas, construída em 1938 (atual Rodovia Tancredo Neves)
Fonte: Levantamento da autora (2010)

Figura 72 Planta casa para operários geminadas duas-a-duas, construída no bairro do Charco Fundo, feito a partir de croqui de Sirlei Bertolini Soares, filha de ex-moradores do núcleo
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 73: Vista da casa para operários geminadas duas-a-duas, atual Rodovia Tancredo Neves.
Fonte: Levantamento da autora, 2010.

Figura 74 Casas geminadas construídas em 1933, na Vila Chic. Casas existentes
Fonte: Levantamento da autora, 2010.

Figura 75 Casas do Barreiro, construída em 1940.
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 76 Casa construída na década de 1940 em grupo de quatro unidades. Extremidades com casas maiores. Casas existentes
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 77 Planta de casas duas-a-duas elaborado pela autora a partir da publicação A Obra Social da Companhia Melhoramentos – Transcrições do Sr. Luis Carlos Mancini, 1940. Fachada elaborada à partir de levantamentos da autora

Fonte: Acervo da autora (2009)

[...] e a casa que nós morávamos [...] a Companhia fez 2 casas novas aí já era tijolo à vista, era uma casa melhor, tinha 3 quartos, sala cozinha, só tinha duas casas, que era a nossa e a dos Gardin. [...] Moramos a vida inteira lá, e quando me casei eu vim aqui pro Bairro da Cerâmica [...] até 81. Casas boas, tudo tijolo à vista, isto no Bairro da Vila Kohl [...] tinha a fábrica de madeira ali [...] então esse bairro onde eu morava quando me casei, eram casas boas, tudo tijolo à vista, bem conservado, a própria Melhoramentos dava manutenção pra casa: fechadura, torneira, o probleminha que tinha na casa, ligava e já vinha um mecânico, carpinteiro, seja lá quem fosse e fazia a manutenção [...] (PRANDO, 2011).

Embora diferentes em vários aspectos, como por exemplo, na distribuição e tamanho dos ambientes, as casas que surgiram neste período de renovação da arquitetura das vilas do núcleo fabril da Companhia Melhoramentos construídas em tijolos aparentes geminadas duas-a-duas parecem ter configurado um padrão reconhecido para as moradias da Companhia. O “padrão Melhoramentos” para casas dos funcionários é freqüentemente referenciado nestes modelos desconsiderando as diferenças existentes.

[...] as casas dos funcionários já era um padrão, né? A Vila Leão era geminada. [...] onde era a Vila Kohl, eram todas iguais, era um padrão, é de 30, 40, 42. A arquitetura era a mesma. Eles usavam um padrão e montavam. Tanto na vila Eduardo, quanto na Vila Pansutti. A minha família, os meus tios, moraram na Vila Pansutti. Vila Eduardo era uma vila mais retirada, foi uma das últimas a ser feita. Não sei por volta de quando, porque a gente saiu de lá muito novo e a gente não guardou muita coisa assim de datas, essas coisas (CSERNIK, 2011).

Com o passar do tempo, as casas dos operários começaram a ser modificadas, principalmente quando as instalações sanitárias passaram a fazer parte dos programas domésticos.

3.1.3 Moradia para chefes

As casas ocupadas por chefes sempre tiveram posição de destaque em relação às casas de operários em Caieiras. Não há dúvidas que os patrões dispunham de casas maiores e mais confortáveis, pois à medida que o funcionário tivesse melhor cargo dentro da empresa, tinham direito de ocupar melhores casas.

A casa habitada pelo coronel Rodovalho seguia padrões de arquitetura rural. Tratava-se de uma casa térrea, com altas janelas guilhotinas. Semelhante em alguns aspectos à casa-grande dos engenhos de açúcar¹⁴². A implantação da casa de Rodovalho

¹⁴² Pode-se encontrar certa semelhança à descrição das casas de sítio feitas por Gilberto Freyre (2004): “Na sua arquitetura, a casa de sítio ou a chácara parece que foi por muito tempo mais casas de fazenda do que de cidade. Mais horizontal do que vertical. [...] aspecto de casarão quadrado e com alpendre que geralmente tinham as casas de engenho (FREYRE, 2004, p. 323).

em região alta pode ser entendida como herança do tradicional posicionamento da casa-grande, que se destacava das demais edificações da fazenda, revelando sua importância no conjunto. A localização destas edificações nas fazendas paulistas não era ao acaso, tratava-se de uma estratégia do patrão:

Ela não está em destaque por acaso: a casa-grande se mostra a todo o conjunto de edificações, de modo a lembrar, constantemente, que é de lá que vem o poder, assim como a punição. Não à toa, instalou-se à sua frente, aberto para todas as demais edificações, o observatório oficial do fazendeiro: o alpendre. Deste local o fazendeiro exerceu o poder, vigiou e controlou toda a movimentação da propriedade (BENINCASA, 2003, p.134).

Figura 78 A casa que tinha sido ocupada pelo coronel Rodovalho, década de 1920

Fonte: Peres (2008)

Observamos que alguns enfileiramentos das casas de Caieiras tinham em suas extremidades casas diferenciadas das demais. Estas casas tinham em sua arquitetura elementos que as distinguiam das outras, como platibandas ornamentadas com frisos e cornijas que escondiam os telhados. Elementos como as platibandas era uma forma de caracterizar as casas utilizadas por funcionários chefes. Para este fim, outros elementos também eram utilizados, tais como bossagem, óculos, forros de madeira e pisos de assoalho. Nestes casos de casas de extremidade de fileiras, os funcionários eram chefes de setores, encarregados, mas não ocupavam os cargos mais altos da empresa.

Exemplo desta utilização e diferenciação pode ser observado no conjunto da *figura 57*. A casa da extremidade esquerda, datada de 1904, era utilizada pela família de um dos chefes do setor de limpeza e manutenção das áreas externas durante as décadas de 1940 a 1960. A fachada é composta por elementos que denotam certa sofisticação – bossagem, frisos, cornijas, platibandas – e os acabamentos internos – forros e assoalhos de madeira.

Na casa, as antigas janelas de escuro, originalmente construídas com tábuas, passaram a ser substituídas por novos modelos de venezianas. Além disto, tinha números de cômodos e pé-direito maiores que as demais. As varandas também constituíam elementos que destacavam as casas dos chefes. Nos blocos de moradias da Vila Foresto (ver *figura 67 e 68*), as casas das extremidades possuíam pequenas varandas que ressaltavam a moradia da chefia. Esta forma de dispor as residências de chefia nas extremidades foi adotada por alguns núcleos para garantir a ordem daquele renque de residências. Assim, funcionários mais graduados supervisionavam os vizinhos operários¹⁴³.

Algumas casas de chefia e de hóspedes também foram construídas inspiradas nos bangalôs e nos chalés europeus. Estas casas eram ocupadas por profissionais com cargos melhores, os cargos formados pela chamada “alta chefia”. Nestes casos, as casas tinham ambientes mais amplos e em maior número que as demais. Surgiam isoladas ou geminadas duas-a-duas, como as casas da Rua do Filtro, que foram ocupadas por chefes. Estas casas eram implantadas nas áreas mais altas do terreno e tinham varandas privilegiadas com vista para a fábrica de papéis ou áreas livres (ver *figuras 79 e 83*).

No Bairro da Fábrica, descendo a Igreja de São José, logo que começa a descida, do lado direito, foi construída uma casa de tijolo à vista, linda! Uma casa de gerente, era um médico que morava ali, o médico da empresa que morava ali. Depois tinha no Bairro do Filtro, um pouquinho mais pra baixo, na rua que entrava assim, só que já era, não era bem colônia, eram umas casas enormes. Morava o [...], ele morava ali. O pessoal de Caieiras ninguém quer escutar falar o nome dele, de ruim que ele era. [...] então, aí tinha a casa dele que era uma casona enorme e depois tinha tipo de uma colônia, só que já era umas casas boas, sabe? [...] mas era tudo junto, era enfileirado, tinha uma varanda grande na frente que pegava quase toda ela assim e era branca e azul também só que era umas casas enormes, bonitas, casa pra chefe vai. E pra chefe era outro padrão, mas era tipo de uma colônia. E tinha o Bairro do Filtro, ou Rua do Filtro. Depois vinha a Vila Leão [...] aí era tudo tijolo à vista. O do Filtro, quando eu nasci já tinha aquilo [...] descendo a Igreja de São José [...] tem uma entrada à esquerda e tem um tanque de água grande, é o filtro, que filtrava água pra fábrica de papel. Naquela rua já derrubaram várias casas também. [...] então depois o Bairro Vila Leão [...] eu devia ter uns 14 anos (quando fizeram) [...] era tudo casa de tijolo à vista. Tinha algumas que eram geminadas e devia ter umas 8 ou 9. Era um bairro grande lá na Vila Leão. Tinha umas 8 ou 9 que logo que você entrava no Bairro Leão, à esquerda tinha umas geminadas, mas de tijolo à vista, já diferente, nada a ver com aquelas (de colônia). O resto era de duas ou uma. Fizeram uma igreja lá também [...] Sagrado Coração [...] uma capelinha que o próprio pessoal fez (PRANDO, 2011).

As enormes casas, que Prando (2011) encontra certa semelhança com colônias eram casas geminadas duas-a-duas, com grandes varandas divididas por pilares com vista para a

¹⁴³ Este modelo foi observado também em Pedra (AL) onde enfileiramentos bem maiores do que os de Caieiras eram supervisionados pelas casas das extremidades ocupadas por funcionários graduados (CORREIA, 1998).

fábrica de papéis que remetiam às casas de aspecto rural devido às avantajadas áreas avarandadas (ver *figura 83*).

Para Moraes (1995), a casa ocupada pela diretoria técnica, inicialmente pela família do gerente Ehlert e posteriormente pela família Köeller, mostrada na *figura 82*,

[...] era uma mansão em estilo europeu, tendo na frente um terraço nobre, composto de colunas em estilo romano e encimadas por capitéis esculpidos nos moldes coríntios. No telhado, havia torres com janelas para aeração e iluminação dos quartos de hóspedes (MORAES, 1995, p.156).

Alguns telhados se diferenciavam dos demais por tratar-se de elementos maiores com várias águas com caimentos diferenciados dos freqüentes telhados de quatro águas (ver *figuras 81 e 82*). As casas dos chefes mais graduados eram localizadas em regiões altas com vista privilegiada tanto em relação à paisagem quanto às fábricas. As áreas próximas à Capela de São José, no Bairro da Fábrica, configuraram-se como áreas ocupadas por casas construídas para a “alta chefia”.

Figura 79 Vista da residência da família Bellen. À direita, ao fundo, vê-se o Pico do Jaraguá
Fonte: Acervo Bonno van Bellen

Figura 80 Casa de ocupada por chefia no barro do Sobradinho. A casa ainda existe e hoje é utilizada como centro de treinamento para os funcionários
Fonte: Paulo Polkorny

Figura 81 Casa ocupada por chefia, demolida
Fonte: Paulo Polkorny

Figura 82 Casa ocupada pela diretoria técnica
Fonte: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos inc). Fábrica de Papel-Editora-Oficinas Gráficas, [19-]

Figura 83 No alto, à esquerda da chaminé, as já demolidas casas geminadas utilizadas pela chefia com varandas no fundo, 1926

Fonte: Donato (1990)

Figura 84 Casa de hóspedes, próxima à estação. Foi moradia de médicos da Companhia e ainda está preservada.

Fonte: Acervo da autora (2010)

3.1.4 Habitação dos solteiros

Os solteiros costumavam ser vistos, nos núcleos fabris, como problema de ordem pública e muitas vezes eram proibidos de frequentar as casas das famílias operárias¹⁴⁴. Isto

¹⁴⁴ Exemplo desta condição foi descrito no item *Bem estar físico e mental: as comemorações, cultura, saúde e utilização das horas livres* ao referirmos à condição dos solteiros em Pedra, no Sertão de Alagoas, onde as moradias para solteiros se constituíam em pensões fora do núcleo – na Pedra Velha – e seus moradores tinham o acesso ao núcleo e o contato com as operárias controlados pelos vigias. A prevenção em relação ao homem solteiro se fundamentava na sua caracterização como elementos capazes de oferecer risco a si próprio e também à sociedade. O comportamento deles estaria associado à ausência de freios que uma família poderia exercer no indivíduo. Assim, estariam propensos aos excessos, às contestações e aos prazeres relacionados ao sexo, álcool e jogo (CORREIA, 1998).

não foi observado em Caieiras, onde segundo relatos de ex-moradores e ex-funcionários, havia edificações específicas para solteiros em quartos na Vila Pereira e no Monjolinho¹⁴⁵. Na Vila Pereira os solteiros ocupavam os porões das casas de família e quartos construídos para acomodação destes rapazes que, em sua maioria, não tinha família próxima. No Monjolinho havia também estas acomodações específicas para solteiros. Alguns relatos afirmam também que algumas casas geminadas construídas após 1930 tinham acomodações intermediárias – entre duas casas - que eram chamadas de “apartamentos para solteiros” (ver *figura 85*).

Figura 85 Casas geminadas existentes construídas em 1946 com “apartamentos para solteiros” entre duas casas para famílias

Fonte: Acervo da autora (2010)

Desta forma, em Caieiras, os solteiros não ficavam necessariamente segregados das famílias operárias:

No Monjolinho tinha moradia pra solteiro. Na vila Pereira também. Era igual, o mesmo sistema. Era assim, na vila Pereira, era casa com porão. As casas subiam numa escada ao lado da casa, a casa era em cima. Independente, embaixo, eram porões. Então embaixo eram os quartos de solteiro. Em cima eram famílias. Por exemplo, lá na fábrica não tinha colônias de muitas casas, era duas casas. Sempre duas. Duas-a-duas. Então tinha os porões, mas só na vila Pereira que tinha isso. Específico pra solteiro eu conheci no Monjolinho. Tinha uma construção grande, tinha os quartos assim, tinha uma entrada no centro, depois tinha um corredor e depois tinha os quartos de solteiros. Só que era assim, tinha os quartos e o banheiro era comunitário, né? Dois banheiros se não me engano. Em cada ponta. Era chuveiro, banheiro tudo comunitário. E aqui os quartos. Era bastante, viu, acho que uns 8, 10 quartos de solteiros. Porque do lado dos quartos de solteiro tinha a pensão. A pensão não era [...] um restaurante. Porque era assim, tinha a dona da pensão, a D. Argentina, depois passou pra outras

¹⁴⁵ Instalações de moradias específicas para solteiros foi observada nos núcleos de Mulhouse, Marquette, Krupp, Val-des-Bois e New Lanark. Em Val-des-Bois os alojamentos eram ocupados pelas operárias solteiras sem família (CORREIA, 1998).

peessoas, [...] eu era criança, era uma casa, uma residência da família, depois tinha um salão, e uma cozinha grande aonde elas faziam comida para o povo solteiro, e eles pagavam a pensão pra dona da pensão. Era particular. As pessoas trabalhavam por conta delas. A Companhia cedia o serviço. Tinha na fábrica essa pensão e tinha no Monjolinho. Isso desde que eu era criança. Desde 1950, vamos dizer assim, já exista essa pensão. Isso só acabou quando acabou as coisas no Monjolinho. Foi acabando gradativamente, é difícil dar uma data, né? [...] ano a ano foi acabando as coisas. A pensão era uma casa normal, lógico de dependências maiores, de condições melhores, porque também, quem era a dona da pensão? Dona não, a gente falava dona, mas era quem administrava aquilo. Sempre era uma família mais avantajada. Então, tinha até uma casa melhor, uma casa maior, né? Pois tinha a casa, era uma construção só, uma parte era a casa da família depois tinha no meio o salão onde chegavam os pensionistas que a gente falava, e depois a cozinha grande. Eles tinham a casa em um ambiente e a cozinha de trabalho. Na pensão ficava a dona da pensão e os empregados que ela contratava por conta dela [...]. Então elas serviam marmitta e serviam também refeição local para os meninos, pros moços na época, né? Mas geralmente eram pessoas que não tinham família [...], moravam nesses quartos de solteiro. Meus três tios moraram nesses quartos de solteiro (EUSÉBIO, 2011).

Antônio Eusébio afirma que em Caieiras os solteiros eram bem integrados na vida comunitária:

E quem era funcionário tinha a pensão, por que? Por que eles tinham que ter aonde comer, alguém que tratasse do café, do almoço, do jantar. Como eles estavam trabalhando elas tinham empregados que levavam as marmitas até na condução pra ir pra fábrica e quando eles estavam em casa iam comer lá no local da pensão. Bom pra todos. Só que aí era assim, elas tomavam conta, elas compravam material, cobravam, sei lá, quanto queriam e os lucros eram delas, né? A Companhia cedia o local, só. E elas ganhavam pelo trabalho delas. E eram famílias que ia passando de pai pra filho. A D. Argentina era uma italiana. Ela foi dona da pensão no Monjolinho muitos anos e ela morreu ficou os filhos no lugar. A dona Irene, dona Irene, isso, não sei se é viva ainda hoje, ficou no lugar da D. Argentina [...] (EUSÉBIO, 2011).

3.1.5 Instalações sanitárias

Instalações sanitárias modernas foram inexistentes durante muito tempo. As primitivas casas operárias de Caieiras não tinham instalações sanitárias e os moradores buscavam na natureza solução para a higiene pessoal.

[...] e nós não tínhamos água encanada, não tínhamos banheiro, não tínhamos nada, só tínhamos luz elétrica. Então nadar e tomar banho, a gente ia no tancão [...] Isso desde a minha época de criança até adolescente..até jovem...(EUSÉBIO, 2011)

Com o tempo, por iniciativa da Companhia ou do funcionário devidamente autorizado pela empresa, banheiros foram erguidos nos fundos dos quintais e aos poucos,

foram trazidos para junto das casas. No caso da moradia da família Eusébio, a construção do banheiro ocorreu junto à parede dos fundos da casa:

No começo não tínhamos banheiro. Era uma casa, quando eu era bem criança, que tinha um quintal enorme. Lá no fundo do quintal era uma latrina. [...] uma fossa negra com banheiro e você usa ali, mas era bem no fundo, bem longe da casa [...] Porque depois, em 49 ou 50, quando começaram o primeiro grupo [...] de casas¹⁴⁶, aí meu pai fez pedido pra Companhia e eles permitiram que meu pai construísse por conta um banheirinho, aí meu pai pegou e puxou aqui, já com tijolo, puxou aqui uma parede, fez um banheirinho aqui, né? Mudou essa parede deste quarto pra cá, e aqui ficou um banheirinho. Aí o que o meu pai fez...aproveitou essa parede do banheirinho e já fez uma cobertura..como se fosse um terraço assim, de madeira bruta, coberto com telha mas de madeira bruta...esse terraço pegava assim, desde a entrada do banheiro vinha assim, era uma cobertura só, não tinha mais nada. De madeira com telhado, né? Daí nesse canto o meu pai colocou uma pia [...] porque até então lavava em cima de uma mesa, uma bacia, um tacho né? Era bem assim, a água a gente tinha que buscar no mato, na bica, água de se beber, de se cozinhar a gente ia buscar no mato, longe, na nascente, a gente ia na nascente buscar. E por muitos anos isso foi. Depois a Companhia fez aquela caixa (ver *figura 86*) no meu quintal, vamos dizer que a caixa fica aqui assim, que é aquela caixa que eu te mostrei. Então dessa caixa distribuía água para a vila de casa que tinha lá...pra outra de cima...e pras nossas casas de baixo...e pro lado de baixo tinha um grupo de casas de quatro casas que eu tava começando a te dizer (EUSÉBIO, 2011).

Na Vila Charco Fundo, por exemplo, foi construído pela Companhia um enfileiramento de banheiros que servisse às moradias da vila. Diante das dificuldades de utilização destas instalações, devido à distância das casas, os moradores construíram novos banheiros mais próximos das casas.

Figura 86 Vestígios da casa ocupada pela família Eusébio: caixas d' águas

Fonte: Acervo da autora (2010)

¹⁴⁶ Eusébio (2011) referindo-se aos blocos de casas construídas no final da década de 1940 (ver *figuras 67 e 68*).

3.1.6 Áreas livres, quintais e porões

Os quintais das casas dos funcionários constituíam um universo de trabalho paralelo às atividades prestadas para a empresa dentro das unidades produtoras. Nestes espaços os moradores organizavam jardins, hortas e pomares, criavam animais de pequeno e grande porte e fabricavam produtos artesanais para consumo da família ou para venda. Estas atividades garantiam um aumento dos rendimentos financeiros da família¹⁴⁷. Havia incentivo por parte da empresa para a dedicação dos trabalhadores às atividades agrícolas. Estas atividades, assim como a oferta de moradias, eram vistas nos núcleos fabris como elementos favoráveis à fixação do trabalhador na empresa. A função destas áreas estava ligada ao comprometimento das horas livres do trabalhador com um lazer considerado sadio pelos patrões. A instalação de áreas para cultivo permitia amenizar a transição do campesinato ao trabalho industrial.

A família operária encontra na Companhia todos os elementos para integrar-se nela, fixando-se à profissão e ao solo. A Companhia cede graciosamente aos operários que lhe requeiram, áreas de terreno para o plantio de cereais e criação. 80%, mais ou menos, das famílias exercem dupla atividade: a agrícola e a industrial. O excesso do produto colhido é comprado pela Companhia ao preço do dia no mercado de São Paulo (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, Nº24, Dezembro, 1940, p. 8 e 9).

Como vimos anteriormente, estas iniciativas faziam parte da estratégia industrial de preenchimento das horas livres do trabalhador e desta maneira, ocupavam o trabalhador por tempo integral com atividades julgadas sadias.

[...] e tinha terreno pra você plantar à vontade! Tinha pasto para a criação, cada um tinha suas vacas, criava seus porcos, suas galinhas, todo mundo tinha. [...] A Melhoramentos dava o terreno de acordo com o que você quisesse, quanto queria. A gente fazia roça, eu me lembro quando garoto, meu pai trabalhava [...] em três horários, quando ele saía às 2 horas, nesse “solão” quente, eu e meus irmãos, meus irmãos mais do que eu, porque eu era mais novo, ia fazer roça pra plantar milho, plantar feijão, batata, tudo na enxada. Naquele tempo não tinha máquina, não tinha nada e com aquilo, sustentava a criação. Não comprava

¹⁴⁷ A separação entre moradia e local de trabalho foi uma tendência dos núcleos fabris. Entretanto esta separação é bastante variável. Na França do século XIX, por exemplo, existiam núcleos onde as casas eram totalmente reduzidas à função residencial, excluindo-se qualquer atividade relacionada ao trabalho. Em Dago-Kertell, na Rússia, o núcleo fabril construído por indústria têxtil em 1844, tinha casas situadas em terrenos de 2 mil metros quadrados que permitiam o desenvolvimento de atividades de criação e culturas agrícolas. Em Val-des-Bois, núcleo fabril francês criado por fábrica têxtil em 1848, as casas tinham amplos jardins e dispunham de construções anexas para criação de animais e guarda de instrumentos agrícolas (CORREIA, 1998).

também ração, nada. Era feito tudo ali. Você fazia, matava um porco, por exemplo, para comer uma carne de porco [...] (PRANDO, 2011).

[...] meu pai tinha cavalo, tinha vaca nas terras dele. Quando morava na Vila Leão. No fundo do quintal, ele tinha uma cocheira, lá ele criava vaca, criava cavalo, tinha lá os animais lá. E plantava milho nas terras lá. Tinha muitos pés de goiaba lá [...] e vendia, consumia. As vacas, ele vendia o leite, era assim [...] era muita terra, muita terra [...] (CSERNIK, 2011).

Estas atividades exigiam dos moradores de Caieiras muita disposição física para tratar das plantações e percorrer os longos caminhos entre as vilas a fim de fazer as vendas dos produtos.

Nós chegamos a ter dez, doze vacas de leite. Nós vendíamos leite, eu e meus irmãos. Naquele tempo a gente chamava de “sapiquá”, fazia um negócio com esses sacos de farelo, entrava assim como uma camiseta, ficava uma parte no peito e outra parte nas costas. Seis litros na frente e seis litros atrás. Andando, vinha a pé e andava tudo esses bairros entregando leite pela vila inteira. Vinha do Monjolinho até Caieiras a pé! [...] entregando leite pra um, pra outro, e tudo era permitido. Então isso aí ajudava também na renda da casa [...] (PRANDO, 2011).

Referindo-se às difíceis condições de uma família vinda do Japão, estabelecida na Vila Eduardo, Joel Csernik relata o trabalho da matriarca e o progresso desta família:

[...] a minha avó, mãe do meu pai, deu uma bacia de roupas pra eles, porque eles não tinham nada! [...] ela plantava e saía vendendo em uma carriola e os filhos ficavam lá. E eles foram crescendo ali e a Melhoramentos cedeu um terreno pra eles plantar. Então, como era à beira do rio era fácil. Aí começaram a plantar repolho, verdura e vendiam em Caieiras. Aí compraram um “Fordinho 29” e saíram pra vender verdura, fruta, já vendia mais coisas com o caminhãozinho. Ela saía com uma carroça. Ela sentava na carroça e saía vendendo. Então tudo começou ali. [...] os filhos dela hoje são advogados, dentistas, médicos formados, mas saíram de lá de dentro da Melhoramentos (CSERNIK, 2011).

Estas atividades complementavam a alimentação das famílias:

De vez em quando matava um garrotinho, tinha um garrote lá pra matar. Porco, então, nunca faltou em casa! Meu pai era especialista, nunca faltou porco. Frango! Falar de comprar um frango? Naquele tempo? Ninguém admitia isso! Ninguém admitia! Todo mundo tinha os frangos caipira [...] os ovos [...] (PRANDO, 2011).

O feitiço artesanal de produtos derivados das carnes garantia a conserva dos alimentos por algum tempo, já que não havia geladeira para a conserva. O relato de Prando (2011) mostra a habilidade do pai em fazer embutidos derivados da carne de

porco: “meu pai fazia lingüiça, codeguim e panceta¹⁴⁸. Fomos criados com isso. Fazia aqueles varais, porque não tinha geladeira...” (PRANDO, 2011).

A manutenção das plantações era feita com muitas dificuldades devido à falta de tecnologia para fazer a irrigação das hortas. No relato sobre a localização do terreno da família japonesa, notamos a facilidade devido à proximidade com o rio. Entretanto, outros terrenos não contavam com a mesma condição. As hortas da família Prando foram durante muito tempo mantidos com irrigação feita a regador e somente depois de muitos anos, a execução de um encanamento clandestino, feito por etapas, promoveu melhorias na plantação:

A horta era muito grande [...] E naquele tempo você molhava tudo no regador. Você tinha que vir com o regador pesado e não tinha jeito. Aí, depois de muitos anos, eu já era casado, [...] e eu disse pro meu pai:

- Ô pai, eu vou ver se eu quebro o galho, vou ver se eu consigo fazer um encanamento que sai daqui de casa, atravessa a estrada e vai lá na outra horta – meu pai tinha duas ou três hortas...

[...] Aí canalizamos tudo lá. Meu pai colocou uma barrica grande, nós tínhamos torneira lá, aí corremos a mangueira, aí regava já com a mangueira, né? Mas isso foi depois de muitos anos de sofrimento! (PRANDO, 2011).

Os operários não eram os únicos que mantinham criações em seus quintais ou terrenos fornecidos pela Companhia. O holandês Bonno van Bellen, filho de um funcionário da chamada “alta chefia” declarou que o pai também mantinha criação de animais no quintal da residência. Neste caso, a razão era o gosto pessoal por criação de animais.

A família Zovaro, de origem italiana, é até hoje bastante conhecida pela apicultura iniciada na década de 1920 nos terrenos da Companhia Melhoramentos. Antonio Zovaro chegou ao Brasil em 1903 e montou seu primeiro apiário na Vila Mariana, em São Paulo. Em 1918, após ficar viúvo, levou os filhos para Caieiras para serem criados por primos da família Mollo. Em 1920, após casar-se novamente, mudou-se definitivamente para Caieiras. Trabalhava na carpintaria da Companhia onde montou o seu apiário, dentro da área da empresa. O filho de Antonio, Luiz Zovaro, acompanhava o pai nas atividades do apiário desde os dez anos de idade (MORAES, 1995).

¹⁴⁸ Linguiças feitas com carne de porco

Figura 87 A família Zovaro no apiário montado na Companhia Melhoramentos, década de 1920

Fonte: Jornal Regional News (2003, caderno 2, página 4)

Em 1936, Antonio começou a importar abelhas rainhas da Itália. A família Zovaro empenhava-se no aperfeiçoamento e pureza da linhagem das abelhas e na produção de mel. O escopo maior deste trabalho era a venda de enxames para todo Brasil e também outros países como Argentina, Chile, Paraguai e Estados Unidos. Até a década de 1960 as abelhas saíam de Caieiras e eram transportadas pela estrada de ferro e por via marítima, em viagens que duravam até 30 dias. A importação de abelhas africanas, conhecidas por sua agressividade, começou a ocorrer a partir de 1957 (MORAES, 1995). As abelhas africanas renderam incidentes no apiário e fama internacional aos produtores. Em 1965, Luiz Zovaro deu uma entrevista para a revista americana Times sobre a agressividade destas abelhas relatando um incidente ocorrido em Caieiras com saldo de vários animais e cerca de 500 pessoas picadas¹⁴⁹. Apesar do incidente, Zovaro era contra o extermínio destas colônias africanas, solução que foi sugerida, na mesma entrevista, por outro criador para estas ocorrências.

¹⁴⁹ “Establishing colonies in abandoned walls, on the underside of rocks, on cave walls damp with waterfall spray, under tree roots, in abandoned cars, in telephone booths and even in the traffic lights, the Africans have killed birds, chickens, dogs, horses and four people. Four months ago, a resident of Caieiras, near São Paulo, tried to burn an African beehive stuck in a chimney of a local bar. In a “buzzing mass that darkened the sun”, one man reported, the Africans swarmed into the bar, stung a traveling wine salesman senseless, left so many stingers in the bald dome of the bartender that He “thought He was growing hair again”. In three hours the bees stung 500 people. Then they buzzed of across nearby farms where they left behind flocks of dead chickens, a dozen writhing dogs, and two horses so badly stung that they could not eat for three days” (ENTOMOLOGY: DANGER FROM DE AFRICAN QUEENS in TIMES MAGAZINE, 24-09-1965, disponível em <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,834375,00.html>. Acessado em 11-07-2011, às 18:25h).

Além das atividades ligadas à produção e comercialização de produtos, os quintais caieirenses também eram utilizados para jardinagem ornamental. Havia concursos e promoções para incentivar a manutenção e limpeza das fachadas floridas das residências¹⁵⁰ (ver *figura 89*) (MORAES, 1995).

O porão das casas também poderia ter funções utilitárias ligadas às atividades extras descritas pelos ex-moradores. Izidro Gabrielli relatou que seu avô tinha no interior do porão da casa na vila Chic fabricação de vinhos e charutos. Os vinhos eram consumidos pela própria família, enquanto que os charutos, eventualmente, eram comercializados.

Figura 88 Acomodação das caixas de abelhas para exportação

Fonte: Jornal Regional News (2003, caderno 2, p. 5)

¹⁵⁰ Nos núcleos franceses de Bournville, incluía-se nos contratos de arrendamento ou locação das casas uma cláusula que exigia o cultivo de jardins. Em Mulhouse havia incentivo aos cuidados com os jardins concedendo prêmios às casas e jardins considerados mais bem cuidados (CORREIA, 1998). Na Vila Maria Zélia, em São Paulo, fundada pelo industrial Jorge Street, os jardins eram incentivados pela fábrica que promovia concursos anuais, feitos na primavera, para os considerados mais bonitos (TEIXEIRA, 1990).

Figura 89 Os jardins floridos das casas da Companhia Melhoramentos.

Fonte: A obra social da Companhia Melhoramentos – impressões do Sr. Luis Carlos Mancini transcritas em Serviço Social Nº24 de Dezembro de 1940, (1940, capa)

3.1.7 O princípio da não gratuidade

No Brasil era comum que as empresas cobrassem uma taxa para o pagamento do aluguel das casas¹⁵¹ (CORREIA, 1998). Esta prática também norteou os industriais da Companhia Melhoramentos. Quando inquiridos pelo DEOPS¹⁵², em 1949, acerca das moradias oferecidas aos operários e relações entre empresa e funcionários, a Companhia transcreveu trechos do artigo de Mancini (1940) – então diretor do Departamento Nacional de Previdência Social do Ministério do Trabalho - publicado pela própria

¹⁵¹ Dados de um levantamento realizado pelo Departamento Estadual do Trabalho no Estado de São Paulo, em 1919, apontam que a maioria das vilas constituídas por empresas estavam no interior do estado e pertenciam, muitas vezes, às empresas ligadas à estrada de ferro e que as casas poderiam ser cedidas gratuitamente ou por aluguéis simbólicos. Este levantamento mostra que os aluguéis cobrados pelas vilas paulistanas, no começo do século XX, tinham preço menor que o mercado. A Indústria Têxtil do Belenzinho alugava a seus operários casas por 44\$000; a Fiação da Saúde, por 25\$000; a Silex, indústria metalúrgica, por 30\$000; a tinturaria das indústrias Reunidas Matarazzo, por 44\$000; a Ítalo- Brasileira de vestuário, por 25\$000; e a casa Rodovalho, por R\$35\$000. Se comparados às vilas particulares de baixo padrão, a quantidade de casas era equivalente e os valores eram menores, pois os aluguéis das vilas particulares variavam de 45\$000 a 50\$000 (BONDUKI, 1998). Alguns industriais, entretanto, optaram pela venda da casa aos operários. A opção pela venda estava embasa em um suposto efeito positivo que a propriedade exerceria sobre o trabalhador (CORREIA, 1998). Na Cimento Portland Perus, fundada no começo do século XX, em São Paulo, a questão dos aluguéis das casas operárias, durante a década de 1960, tentou ser negociada por meio de um acordo entre o Grupo Abdalla, proprietário da empresa, e os operários. Neste acordo haveria um comprometimento por parte da empresa em construir um loteamento nas terras ociosas. No loteamento, as casas seriam construídas através de mutirão pelos operários. Em contrapartida seriam descontados 5% do salário dos operários para a constituição do Fundo da Casa Própria, que permitira a todos a compra de um lote. Esta negociação foi homologada no acordo salarial de 1960, mas o Grupo Abdalla não cumpriu o estabelecido (JESUS, 1992).

¹⁵² Prontuário nº 96964 consultado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Companhia sob o título “A Obra Social da Companhia Melhoramentos de São Paulo – impressões do Sr. Luis Carlos Mancini” para argumentar seus princípios e a opção em cobrar valores, mesmo que simbólicos, de aluguéis das casas¹⁵³:

A obra operária para ser amada pelo operário e produzir efeitos educativos, repugna o caráter ‘paternalista’ ou ‘caridoso’, que caracteriza o ato da esmola dada ao indigente. Instituições desta natureza devem possuir um feitiço másculo, ver no operário um homem capaz de organizar e administrar seus próprios negócios, travando com êle, antes relações de tipo comercial que caritativo. O operário deve pagar sempre, não importa que sejam réis, mas deve sempre pagar. Não quer isso dizer que deva ser tratado fora de sua condição social. Absolutamente. A esmola deprime. A obra aparatosa, quer pelas instalações, quer pela inhabilidade no tratar o operário, arruína-se depressa ou arruína seus assistidos (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, TRANSCRITAS EM SERVIÇO SOCIAL Nº24, 1940, p.13).

Em Caieiras, a entrega da casa no caso de demissão é estabelecida item IV do contrato de concessão de moradia:

O presente contrato será considerado de pleno direito rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial, nos seguintes casos:

- 1º - Quando o empregado for demitido, solicitar demissão ou, por qualquer motivo deixar o serviço ativo da empregadora;
- 2º - Quando o empregado infringir qualquer cláusula ou condição deste instrumento (PRONTUÁRIO DEOPS nº 96964).

A Companhia utilizava para cobrança dos valores para uso das casas um cálculo fundamentado na organização da ficha de classificação ponderada das moradias, que passava a substituir o anterior sistema de fixação empírica das taxas de contribuição de cada empregado-beneficiário. Este novo modelo foi inicialmente implantado gradativamente, ou seja, para as casas novas que eram construídas ou para as casas que vagassem e fossem ocupadas por novos moradores. Ao constatar a dificuldade de manter dois sistemas diferentes – um com base empírica e outro considerado mais racional e equitativo, baseado na ficha de ponderação - para cobrança das taxas durante o período de transição, enquadrou todos os empregados-beneficiários no mesmo sistema de ficha de classificação, apresentando uma demonstração dos valores cobrados a partir de setembro de 1948, após o reajuste geral salarial dos funcionários (PRONTUÁRIO DEOPS 96964):

¹⁵³ Correia (1998) relata que um observador francês do século XIX já condenava a prática de cessão gratuita das casas para os operários argumentando que o operário não daria valor ao que lhe seria cedido gratuitamente. A este respeito, Carpintero (1997) transcreve uma citação de Prestes Maia durante o Primeiro Congresso da Habitação, afirmando seu desinteresse pela solução de Vilas Operárias, por considerá-las ineficientes pelas mesmas razões do observador francês (CARPINTERO, 1997).

Tabela 8 Valores para utilização das casas na Companhia Melhoramentos

Casa	Valores cobrados *		Salário*	
	31/08/48	01/09/48	31/08/48	01/09/48
A-71	70,00	105,00	1.200,00	1350,00
A-114	65,00	105,00	900,00	1000,00
A-276	7,80	20,00	680,00	760,00
A-12	20,00	37,50	640,00	680,00
A-50	31,00	52,50	680,00	760,00
A-18	25,00	45,00	800,00	900,00
A-70	65,00	105,00	1350,00	1.500,00
A-13	65,00	105,00	940,00	1.050,00
A-64	50,50	105,00	680,00	760,00
A-94	15,00	30,00	680,00	760,00

*Em 1948 a moeda brasileira era o Cruzeiro

Fonte: PRONTUÁRIO DEOPS 96964, p. 6 e 7

A tabela acima mostra que os valores cobrados para utilização das casas em Caieiras eram simbólicos e não ultrapassavam 15% dos valores salariais¹⁵⁴. As entrevistas feitas com os antigos moradores reafirmam esta colocação. Alguns nem sequer lembram-se dos valores que pagavam para ter o direito de moradia em Caieiras, devido a pouca significância que os valores tinham em relação aos seus salários. Os ex-moradores relatam que os valores cobrados para utilização de energia elétrica já estavam incluídos nas taxas pagas para utilização das casas.

(...) a gente pagava uma taxa, mas era tão irrisória aquela taxa, muito baixinha, muito, eu não me lembro pra dizer pra você quanto, mas era muito pouco. Só que era assim: tinha um relógio medidor de força e eles davam uma taxa pra você gastar. Eu me lembro que para os mais baixos era 50kw mensal. Se passasse daquilo, eles cortavam a luz. Então ninguém tinha que gastar, imagina pra gastar 50kw, hoje eu gasto em uma semana. A gente tinha que gastar em um mês. Também, naquela época a gente não tinha geladeira. Mas também não tinha nada, era luz elétrica e ferro de passar roupa, só isso. Não tinha enceradeira, não tinha nada dessas coisas, então dava. Apesar que a gente viveu assim e bem. Dava, né? Tinha por exemplo, chafia grande, era 150, 120kw. Era uma discrepância muito grande entre os funcionários e os grandes. Tinha pessoas que eram “chefinhos mais ou menos” que era 60kw, outros era 80. Não tinha uma regra. Os mais baixos, era 50 pra todo mundo. Depois conforme a graduação da pessoa na firma, é que ia aumentando, tinha umas regalias assim. Água não tinha mesmo e quando encanaram a água não se cobrava. Era gratuito (EUSÉBIO, 2011).

¹⁵⁴ Eva Blay (1985) mostra algumas situações relativas à moradia de aluguel em vilas operárias em São Paulo. Nas vilas das indústrias Beltramo, Nadir Figueiredo e Guilherme Giorgi as casas eram sempre alugadas aos operários. Em entrevista à autora uma operária afirma que em 1955 pagava \$650,00 por uma casa na vila Guilherme Giorgi e o salário era de \$1190,00. A renda dela e do marido somavam \$3000,00. Estes números expressam que os aluguéis chegavam, nesta vila, a 50% dos valores dos salários operários (BLAY, 1985, p. 179).

Na publicação *A Obra Social da Companhia Melhoramentos-impressões do Sr. Luis Carlos Mancini*, (1940), é afirmado que o funcionário categorizado recebia gratuitamente, além do direito a habitação, também luz elétrica, água e lenha e ao operário era aplicado então, o conceito da não gratuidade, pois segundo a publicação, este deveria pagar mensalmente uma taxa de 4% ao ano, sobre o valor de prédio, o que corresponderia, em 1940, a uma importância variável entre 20 e 50\$000 mensais. O autor ainda afirma que a distribuição de água para os operários era livre e a cobrança pela eletricidade era feita na base de 1\$000 mensais por lâmpada (A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI, TRANSCRITAS EM 'SERVIÇO SOCIAL, nº 24, Dezembro, 1940, p. 6).

3.2 Arquitetura

3.2.1 Arquitetura ferroviária

A implantação do transporte ferroviário, no Brasil, data de meados do século XIX¹⁵⁵. A São Paulo Railway foi inaugurada no momento em que a produção de café tornava-se sinônimo de riqueza e prosperidade. Teve seu primeiro trecho – São Paulo até Santos – inaugurado em 1866 e seu prolongamento até Jundiaí, em 1867. Devido à necessidade de escoar a produção de cal da Fazenda Industrial Cayeiras foi inaugurada

¹⁵⁵ Em 1854, por iniciativa do Barão de Mauá foi implantado o primeiro trecho de estrada de ferro no país. Este trecho fazia a ligação entre o Porto de Mauá até a estação de Fragoso, no Rio de Janeiro. A participação do Barão com investimentos foi também fundamental no estabelecimento da Estrada de Ferro de Recife ao São Francisco, da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco, da Estrada de Ferro Dom Pedro II e da São Paulo Railway. Grande parte da implantação da rede ferroviária brasileira e de seus edifícios esteve sob a responsabilidade de firmas inglesas. Normalmente utilizava-se técnica mista para edificar as estações. Os prédios que serviam aos passageiros e à administração costumavam ser erguidos em alvenaria enquanto as coberturas das plataformas eram erguidas em estrutura metálica. Em estações de menor porte havia plataformas abrigadas por estruturas de madeira ou metal acopladas ao edifício de alvenaria. A utilização do metal para construção foi difundida, pois possibilitava construções rápidas favorecendo o atendimento das demandas crescentes devido à ampliação do comércio, favorecido pela abertura dos portos, após a vinda da Corte (KÜHL, 1998). Na segunda metade do século XIX, com novos transportes, surgiu um novo fenômeno na arquitetura brasileira: a importação de edifícios, de madeira ou de metal, inteiramente produzidos na Europa (REIS FILHO, 1987). A importação de edifícios metálicos teve maior êxito nos locais que apresentavam rápido crescimento econômico, muitas vezes em locais onde a mão-de-obra qualificada para construção era escassa. Outro fator que favoreceu a utilização dos edifícios europeus foi a necessidade de uma aproximação política e cultural entre o Brasil e os países “desenvolvidos”. A aceitação das soluções arquitetônicas européias, mesmo que defasadas em relação à origem, favorecia uma afirmação social embasada em preceitos de desenvolvimento e progresso tecnológico (KÜHL, 2008). Exemplo de edifício importado foi o da Estação da Luz, em São Paulo. Os conjuntos ferroviários, no Brasil, eram compostos por uma estrutura que garantia a funcionalidade do complexo. Assim, armazéns de carga e mercadoria, oficinas de manutenção, locais para manobra de composições, caixas d'água suspensas para abastecimento das caldeiras das locomotivas, depósito de carvão, casas para funcionários, abrigos para máquinas paradas, entre outras edificações, costumavam compor o cenário ferroviário (SOUKEF JUNIOR, 2008).

uma parada para trens dando início à Estação Ferroviária de Cayeiras, em 1º de julho de 1883 (DONATO, 1990).

O edifício construído para a parada de trem, em Caieiras, era uma construção de pequeno porte que mesclava a alvenaria em tijolos de barro com a construção em madeira. Anexo a este edifício, a plataforma parecia ter não mais do que 5,00m de extensão, protegida por uma cobertura acoplada ao edifício principal. A madeira era material abundante na região - devido à quantidade de mata nativa - e parecia compor a cobertura e parte do edifício principal, o piso e a estrutura da plataforma. A chaminé, disposta na extremidade do edifício principal, construída em tijolos de barro pode sugerir a existência de um fogão à lenha ou algum tipo de aquecedor. O telhado em duas águas com beirais protegia as guilhotinas vedadas com vidro. Esta arquitetura inspirava-se, de forma simplificada, na linguagem da arquitetura vernácula europeia dos chalés. Em seu porte, aspecto formal e natureza dos materiais empregados para a construção da parada de trem de Cayeiras nota-se semelhança com a Estação Juquery, atual Estação Franco da Rocha.

Figura 90 Parada da São Paulo Railway, em 1883
Fonte: Donato (1990, p. 15)

Figura 91 Primeira Estação Juquery.
Fonte: Mazzocco e Santos (2005)

Com o aprimoramento das ferrovias, as edificações dos conjuntos ferroviários passaram a ser projetadas por profissionais especializados contratados para o serviço ou ainda já pertencentes ao quadro de funcionários das companhias ferroviárias (SOUKEF JUNIOR, 2008).

No final do século XIX, começaram a surgir os projetos para a construção das estações. As estações costumavam ser classificadas de acordo com o trajeto da linha férrea. Esta forma de classificação evidenciava três situações diferentes: as estações de passagem ou chamadas intermediárias, localizadas ao longo do percurso; as estações terminais, com referência às extremidades onde começavam e terminavam as viagens de

trem; e as de transferência ou entroncamento, onde era possível fazer a troca de percurso. Assim, os edifícios recebiam os serviços e os acabamentos de acordo com o porte e a importância da localidade para as devidas companhias ferroviárias. A S.P.R. padronizava as formas e os materiais utilizados para a construção dos edifícios ferroviários. Geralmente, o corpo principal das edificações da São Paulo Railway compreendia um bloco retangular, pouco ornamentado, em alvenaria de tijolos de barro. A companhia dispunha de projeto-tipo para as estações de 3ª classe (denominação adotada para as estações intermediárias), na qual estaria incluída a estação de Caieiras (SOUKEF JUNIOR, 2008).

Para garantir a correta execução dos detalhados projetos das estações de passageiros de “terceira classe”, a SPR publicou, em 1897, o folheto “Estações de 3ª Classe – Condições Geraes e Especificações”, de autoria do engenheiro-chefe da SPR, James Ford. 38 artigos regulamentavam a contratação das obras das estações e 25 especificavam o tipo de material que deveria ser utilizado na construção (cal; areia; saibro; concreto; pedra; tijolos; madeira, mas apenas pinho-de-riga; telhas; canos de barro para drenagem importados de Londres; ladrilhos de duas cores “conforme amostra do escritório”; peças de banheiro e elementos de ferro fundido “fornecidos pela companhia”; lambrequins para a cobertura das plataformas “de 0,030 metro de grossura e recortados segundo o desenho”). Além de detalhar a execução de: alicerces; paredes de tijolos em argamassa de cal que “serão edificados de conformidade com os desenhos detalhados, com tijolos devidamente sobre salientes”; alvenaria de pedras e tijolos; pisos e soalhos; tetos e forros; rodapés; portas e janelas de caixilho envidraçado e veneziana; banheiros; cozinha; obras de drenagem; reboco; pintura e execução das duas plataformas, cada uma com 120 m de comprimento e a 0,90 metro de altura em relação aos trilhos (MAZZOCO; SANTOS, 2005, p.82).

Figura 92 Projeto tipo para estações de 3ª classe

Fonte: Mazzocco E Santos, 2005.

O engenheiro da S.P.R. Daniel Makinson Fox constatou e registrou a dificuldade de se encontrar, em São Paulo, mão-de-obra adequada e diversidade de materiais que não fossem a madeira, pedra, tijolos, cal e brita. Fox alertava para a necessidade utilizar o pinho-de-riga pela sua trabalhabilidade superior à da madeira dura, embora de boa qualidade, das florestas brasileiras. Os registros de Fox alertavam ainda para a pouca qualidade de outros materiais e mão-de-obra local:

No interior há escassez de pedras apropriadas para a construção. Todos os edifícios antigos de São Paulo são construídos em 'pisé' ou 'rammed earth', localmente chamada de 'taipa'. Essa forma de construir foi, entretanto, mais tarde substituída pela alvenaria de tijolos; tijolos de boa qualidade são fabricados por duas ou três máquinas Clayton em uso na província. [...] O grande defeito dos tijolos confeccionados à maneira nativa é o fato de raramente serem suficientemente queimados. Invariavelmente, a alvenaria de tijolos é de confecção grosseira, e não há atenção para com o prumo, junção e alinhamento; no final, a alvenaria é recoberta com argamassa. Alguns dos edifícios de estações são belos exemplares de construção em tijolos, porém erguidos por pedreiros alemães, ingleses ou portugueses (MAZZOCO; SANTOS, 2005, p.74).

Algumas das estações intermediárias da S.P.R. são semelhantes em suas características. Kühl (2008) aponta estas semelhanças destacando o aspecto formal dos edifícios retangulares de um único pavimento construídos em alvenaria de tijolos aparentes, plataformas protegidas por abrigos apoiados em colunas de ferro fundido produzidos pela Walter MacFalane de Glasgow e passarela metálica pré-fabricada para atravessar as duas vias. Obedeceriam a este padrão as estações de Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Jaraguá, Franco da Rocha, Várzea Paulista e Caieiras (KÜHL, 2008). Caieiras e algumas estações contariam ainda com uma cabine de sinalização.

Figura 93 Estação de Caieiras, 1922, tipo 3ª classe. Ao fundo, à esquerda, a passarela metálica. À direita o casarão que alguns moradores de Caieiras afirmam ter sido a residência de Bertha e Walther Weiszflog, demolida na década de 1960

Fonte: Mazzoco e Santos (2005)

Figura 94 Detalhe dos pináculos e lambrequins atuais
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 95 Detalhe do Bebedouro
Fonte: Acervo Paulo Polkorny (2000)

As passarelas metálicas pré-fabricadas comuns a estas estações foram cuidadosamente descritas por Kühn (2008):

A passarela possui duas armações de ferro paralelas, cada uma composta por perfis laminados na parte inferior e superior, unidos por retícula de perfis planos. A junção entre essas armações é feita pelos tabuleiros e por espécies de cintas de amarração, também de ferro, que percorrem o perímetro da passarela a intervalos regulares. A passarela que passa horizontalmente sobre os trilhos é arqueada para atingir o patamar de ferro fundido. São duas escadas, paralelas aos trilhos, de cada lado da passarela (KÜHL, 2008, p.148-149).

Estas passarelas surgiam nos tratados ferroviários de língua francesa do século XIX sob a denominação de *passarelle anglaise* (FLAMACHE¹⁵⁶, 1889 *apud* KÜHL, 2008).

Figura 96 Padrão de passarela utilizada para fazer a travessia da linha férrea
Fonte: Mazzoco e Santos, 2005

¹⁵⁶ A. Flamache, A. Huberti e A. Stévant. *Traité d'Exploitation des Chemins de Fer*. Bruxelles, Mayolez. 1889, pl. XVIII.

Figura 97 Passarela metálica de Caieiras
Fonte: Acervo da autora (2010)

Percebemos pelas fotos (ver *figuras 97, 98, 103 e 105*), que a passarela metálica, em Caieiras, passou por modificações¹⁵⁷. Ela surge, na plataforma sentido São Paulo, ora com uma escada, ora com duas, em configuração semelhante, no que se refere à posição das duas escadas, ao projeto da passarela para empregados no pátio da oficina da Lapa, de 1928.

Figura 98 Passarela metálica em Caieiras com duas escadas de acesso
Fonte: Chico Trem

Figura 99 Passarela metálica projetada para o pátio das oficinas da Lapa, 1928.
Fonte: Mazzoco e Santos (2005)

¹⁵⁷ Com as transformações viárias e o crescimento de Caieiras, a plataforma metálica tornou-se parcialmente obsoleta, pois não atende à necessidade do usuário de fazer, por meio da passarela, a travessia da linha férrea e da SP-332 (antiga Estrada Velha de Campinas) de uma só vez, havendo a necessidade de arriscar-se, na descida da passarela, para fazer a travessia da estrada. Desta forma, o usuário prefere fazer a travessia da linha férrea no nível do cruzamento com a estrada, preferencialmente, no momento em que as cancelas estão abaixadas aguardando a passagem da composição, garantindo sua segurança, de um lado ao atravessar a estrada com as cancelas abaixadas, e expondo-se ao risco, por outro lado, ao atravessar a linha férrea minutos antes da saída do trem.

Figura 100 Estação Ferroviária. Observa-se a marquise sobre a plataforma e oitões ornamentados
Fonte: Acervo Chico Trem

Figura 101 Estação Ferroviária. Nota-se o telhado de duas águas sobre a plataforma e remoção da ornamentação do telhado
Fonte: Acervo da autora, 2009

A plataforma da estação era coberta por uma marquise que se apoiava, de um lado, sobre colunas de ferro fundido, uniformemente distribuídas paralelas à linha férrea, e de outro, na parede do edifício da estação. As colunas eram encimadas por capitéis e acima deles havia consoles de ferro fundido, ora agrupados dois a dois, ora agrupados quatro a quatro, dependendo da posição da coluna (nas extremidades da cobertura ou na parte central). Consoles iguais aos de Caieiras reaparecem nas estações de Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Jaraguá, Franco da Rocha, Várzea Paulista e Estação da Luz (KÜHL, 1998). A marquise ladeava o edifício da estação de forma que ficassem protegidas: a face imediatamente paralela à linha férrea e uma de suas laterais. Nota-se que esta marquise fora substituída por uma cobertura de duas águas que acompanha o desenho da cobertura do edifício de alvenaria. Os oitões do edifício tinham ornamentação que foram removidas, posteriormente com as reformas e ampliações. Os lambrequins de madeira com desenhos geométricos ornamentavam os beirais das coberturas¹⁵⁸.

O transporte ferroviário constitui importante forma de acesso dos moradores de Caieiras para as cidades vizinhas.

¹⁵⁸ A superlotação dos trens e os frequentes atrasos das composições culminaram na revolta de alguns usuários, que em 1983 provocaram um incêndio na estação como forma de protesto a esta situação. O fogo danificou grande parte da estação - plataforma sentido São Paulo. O edifício foi reconstruído em dois anos, mas notam-se nas imagens, o desaparecimento dos ornamentos, como aqueles que faziam o acabamento dos oitões nas laterais do edifício. Com o aumento significativo da quantidade de usuários que utilizam diariamente os serviços ferroviários, as plataformas e coberturas foram ampliadas.

Figura 102 Estação Ferroviária, por volta de 1950, durante a construção da subestação elétrica.
Fonte: Acervo David Lustosa Nogueira.

Figura 103 Estação Ferroviária por volta de 1980. Passarela com escada única na plataforma sentido Jundiaí.
Fonte: Acervo Paulo Polkorny.

Figura 104 Consoles e capitéis das colunas de ferro fundido
Fonte: Acervo Paulo Polkorny (2000)

Figura 105 Estação Ferroviária de Caieiras, década de 1980
Fonte: Google Earth

Figura 106 Estação ferroviária. Ao fundo, as casas do Barreiro
Fonte: Acervo Chico Trem

Figura 107 Estação Ferroviária durante demolição da plataforma
Fonte: Paulo Polkorny

3.2.2 Arquitetura da era industrial

As primeiras indústrias se instalaram no Brasil no início do século XIX. Entretanto, foi apenas a partir de 1870 que a quantidade e a importância da indústria brasileira passaram a ser significativas e somente nos últimos anos do século é que houve uma intensificação deste processo de industrialização no país (HARDMAN; LEONARDI, 1982).

Anteriormente, no período colonial, as atividades industriais estavam praticamente reduzidas à produção de açúcar nos engenhos e algumas forjas. Já entre as fábricas instaladas no país durante o século XIX, destacaram-se as fábricas de tecidos e as de produção de ferro. Muitas destas fábricas foram instaladas em fazendas já existentes e esta condição dava às instalações fabris os mesmos ares das propriedades agrícolas. Esta condição começou a ser alterada por volta de 1880, quando as instalações passaram a apresentar uma tipologia específica, com elementos formais e com a presença das altas chaminés. Entre as primeiras modificações que começaram a surgir nos espaços fabris brasileiros, destacou-se a ampliação e complexidade dos espaços com influência de modelos estrangeiros, principalmente, europeus e americanos (CORREIA, 2008).

Para Hardman e Leonardi (1982) a arquitetura industrial do século XIX se dividia em dois modelos típicos. O primeiro estaria ligado à arquitetura colonial brasileira e se referia, em geral, às fábricas criadas no Império, muitas delas indústrias têxteis. Neste modelo, as fachadas das fábricas seriam semelhantes à da casa grande das fazendas açucareiras e cafeeiras. Estas fábricas possuíam plantações de algodão em seus terrenos e era comum a utilização do trabalho escravo. A atividade da indústria têxtil poderia ser interpretada, nestes casos, como uma extensão das atividades agrícolas, onde o capital industrial empregado provinha dos fazendeiros. Os autores classificam a Fábrica São Luis, em Itu, SP (1869), a Fábrica Bento, em Jundiaí, SP (no período entre 1874 e 1908), a Fábrica Votorantim, em área próxima à Sorocaba, SP, como exemplos destes modelos. O segundo modelo típico é denominado pelos autores como “britânica manchesteriana” e, de forma geral, seria relacionado às fábricas surgidas no início do século XX. Para estes casos, era comum a ocorrência de fachadas com tijolos vermelhos, estrutura sólida e pesada, simetria de planos. Seria um sistema moderno de fábrica subordinada ao capital internacional. A Società per l’Exportazione e per l’Industria Ítalo-Americana, Salto, SP (a partir de 1904), a Fábrica São Bento (após associação com capitais financeiros internacionais em 1908), as Indústrias Reunidas Matarazzo, no bairro da Água Branca, São Paulo, SP, seriam exemplos deste modelo. O “estilo alemão”, composto por construções

altas e compactas, com dois andares e janelas pequenas, paredes brancas ou amarelas, seria uma variação deste modelo e poderia ser representado pela Cervejaria Antártica, no bairro da Mooca, São Paulo, SP e a Fábrica de Tecidos Carioba, em Americana, SP, ambas ligadas ao capital germânico.

O papel da arquitetura nos ambientes fabris interferiria também nos mecanismos de exploração do trabalho no interior das fábricas já que diante do argumento da necessidade da máxima atenção ao sistema de máquinas, a arquitetura fabril poderia surgir com suas paredes elevadas, com abertura de janelas no alto, impedindo a visão exterior (FAUSTO, 1976).

As instalações fabris construídas seguindo ou aproveitando os modelos utilizados nas instalações agrícolas baseadas nos antigos engenhos e mineradoras, ou já com algum aperfeiçoamento para o espaço industrial, fizeram uso de vários elementos da linguagem clássica. Assim, as construções ligadas à fábrica surgiam a partir de elementos do período colonial – implantação e materiais - como uma continuidade da tendência dos modelos formados por engenhos, fábricas e mineradoras até 1880 ou empregando, de forma recorrente, elementos como frontões, entablamentos, óculos, platibandas, colunas, pilastras e alpendres nas diversas construções ligadas à indústria, tais como fábricas, equipamentos coletivos e habitações (CORREIA, 2008).

3.2.3 Neoclassicismo e Ecletismo

A arquitetura de maior representatividade no núcleo de Caieiras, constituído no final do século XIX, foi a eclética¹⁵⁹. Ver-se-á esta arquitetura em Caieiras, expressa nos edifícios de uso coletivo ou nas residências sob diferentes aspectos que evidenciam ora traços do neoclassicismo, ora traços neo-românicos.

Um fator que contribuiu para a difusão do ecletismo especificamente em São Paulo foi a grande quantidade de mão-de-obra européia que chegava ao estado, a maioria com intuito de atender às fazendas de café do interior, em substituição à mão-de-obra

¹⁵⁹ As inovações dos meios de comunicação ocorridas com as novas tecnologias trazidas pela Revolução Industrial possibilitaram um intercâmbio de informações que resultou em profundas transformações culturais. A Revolução Industrial possibilitou a comercialização em grande escala de produtos industrializados e métodos construtivos que começavam a se disseminar. Estas transformações se associam ao surgimento de uma nova arquitetura que se difundiu no século XIX, a eclética. As transformações arquitetônicas ocorridas na Europa durante o século XIX tiveram uma estreita relação com o desenvolvimento do capitalismo industrial e com a burguesia, que passava a expressar suas exigências arquitetônicas que priorizavam o conforto, o progresso e as novidades. As solicitações da burguesia impulsionaram uma rápida alteração das tipologias arquitetônicas, que passavam a acolher um variado número de expressões formais em um único edifício (PATETTA, 1987).

escrava¹⁶⁰. Muitos destes trabalhadores eram profissionais ligados à construção civil como pedreiros, carpinteiros e artesãos, que em pouco tempo deixariam as lavouras para trabalharem na construção civil. Estes profissionais eram detentores do conhecimento das técnicas construtivas e dos materiais de construção, favorecendo as construções em tijolo aparente ou dotadas de ornatos de matriz neoclássica ou eclética. Assim, muitas modificações ocorreram. Surgiram novos espaços e a tecnologia construtiva também foi modificada. Em São Paulo, o arquiteto Ramos de Azevedo teve importante participação nas transformações da cidade. Diversas obras surgiram a partir de projetos que estavam sob a responsabilidade do escritório deste arquiteto, alterando significativamente a aparência da cidade. Entre estes projetos, destacamos o Teatro Municipal de São Paulo, inaugurado em 1913. Na região do Juqueri Ramos de Azevedo foi o responsável pelo projeto de alguns edifícios do Hospital Psiquiátrico no final do século XIX.

Figura 108 Fachada do edifício administrativo do Hospital do Juqueri após o incêndio de 2005
Fonte: Acervo da autora (2009)

¹⁶⁰ O ecletismo encontrou sua maior propagação, no Brasil, quando foi reconhecido como estilo oficial da República. Desta forma, a difusão do ecletismo ocorreu, no país, de maneira ampla, em edifícios públicos e particulares, por meio de novas construções ou reformas. No Brasil, os primeiros indícios que demonstraram a influência das tendências neoclássicas remontam ao século XVIII. A difusão de elementos da arquitetura neoclássica foi expressa, inicialmente, no Pará, a partir de engenheiros militares e, principalmente, do arquiteto italiano Antonio José Landi. Entretanto, foi com a vinda de Grandjean de Montigny para o Rio de Janeiro, em 1816, que o neoclássico foi introduzido efetivamente no país, devido à quantidade de obras do arquiteto construídas no Rio de Janeiro e à sua atuação como professor na Academia Imperial de Belas Artes. (SALGUEIRO, 1987).

Em Caieiras, a arquitetura erguida pela fábrica foi, sobretudo, expressão da linguagem eclética. Alguns dos edifícios analisados em Caieiras tiveram sua arquitetura modificada ao longo do tempo devido às alterações de suas funções originais. Outros foram totalmente demolidos durante o processo de desmonte do núcleo fabril. Desconhecemos a autoria dos projetos dos edifícios do núcleo fabril de Caieiras, devido ao fato de não termos tido acesso a estes projetos¹⁶¹.

3.2.3.1 Os fornos de cal

Em Caieiras, no bairro do Monjolinho¹⁶², a produção da cal era feita em fornos de diferentes formatos e materiais (pedras e tijolos), construídos em épocas diversas que funcionavam concomitantemente. Destes fornos, restam, atualmente, seis. Macalé, Forno Grande, Carbonera, República e Barranco (dois) são os nomes dos fornos lembrados por ex-trabalhadores e antigos moradores do núcleo fabril de Caieiras. As datas de construção são incertas, entretanto, foto de 1901, publicada no calendário comemorativo dos 100 anos da Melhoramentos, mostra que naquele ano 5 fornos, além dos dois de barranco, já compunham o conjunto do Monjolinho. A inscrição que aparece, atualmente, no alto da chaminé do Macalé, aponta para o ano de 1935. Esta data deve se referir às reformas de ampliação das chaminés, pois neste período foi intensificado o crescimento do setor produtor da cal no Brasil¹⁶³.

A assessoria jurídica da Companhia Melhoramentos, representada pelo Dr. Accácio de Jesus, informou que a empresa desconhece a autoria dos projetos dos edifícios históricos, mas afirma que todos os fornos foram construídos até 1890. Algumas

¹⁶¹ A Companhia afirma que possuía apenas o material referente à construção das moradias e desconhece os projetos dos edifícios coletivos. Sobre o acervo referente à construção das casas a empresa afirma ter se perdido com as enchentes ocorridas em Caieiras. O costume da época de datar as edificações com inscrições visíveis favoreceu o desenvolvimento das pesquisas.

¹⁶² Havia fornos também no Bairro do Bonsucesso, mas não conseguimos imagens e não sabemos se eram olarias ou produtores de cal.

¹⁶³ A mineração da cal, devido ao desenvolvimento de técnicas de fabricação da cal virgem e hidratada, passou por um processo industrial de evolução contínua durante o século XX. Essa evolução ocorreu, principalmente, devido ao crescimento contínuo da produção e à multiplicidade de aplicação do produto em setores como siderurgia, meio-ambiente e construção civil. Foi a partir de 1930, sobretudo, que o setor da cal foi ampliado e aperfeiçoado, devido a alguns fatores como a criação de centros de pesquisa relacionados aos estudos químicos, físicos, mineralógicos e estruturais em diversos países. Na Europa e nos Estados Unidos os fornos tiveram uma evolução rápida, contínua e progressiva ao longo do século XX, passando das antigas medas e fornos primitivos para os atuais calcinadores rotativos, verticais, horizontais e inclinados. As medas eram fornos onde se fazia a queima de conchas de ostras e blocos de corais misturados com lenha. Algumas empresas complementaram as suas instalações com fornos verticais metálicos e deram início, na década de 1940, a era das grandes instalações de fornos rotativos e verticais, metálicos, de grande produção, como já ocorria nos Estados Unidos e Europa. Exemplos destas inovações podem ser observados no Complexo da Perus-Pirapora, ligada à Companhia Brasileira de Cimento Portland, em Cajamar (SP), na Usina Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), na Barroso (MG) e na Votorantim, Itapeva (SP) (GUIMARÃES, 2002).

semelhanças encontradas entre o forno Macalé e o forno construído em 1894 pelo Banco União na fazenda de Itupararanga, Votorantim, próximo à Sorocaba, projetado por Ramos de Azevedo sugerem que o forno de Caieiras pode ter sido projeto do mesmo arquiteto ou ter sido inspirado em suas obras (*ver figura 110*). Além disso, a passagem de Ramos pela região, evidenciada pelo projeto de alguns edifícios do complexo hospitalar do Juquery construídos durante a década de 1890, ocorreu em épocas próximas à construção dos fornos. Notamos a semelhança no formato poligonal, na composição dos pavimentos, no acabamento da chaminé. Entretanto, o forno da fazenda de Itupararanga, possui conjuntos de janelas em arco distribuídas em trio ao redor do segundo pavimento com riqueza de detalhes em sua ornamentação externa que conotam um acabamento mais refinado do que o observado em Caieiras, assim como a cobertura do forno desta fazenda também se mostra como um elemento de maior sofisticação.

Figura 109 Vista dos fornos do Monjolinho, 1901

Fonte: Calendário comemorativo dos cem anos da Companhia Melhoramentos (1990)

Figura 110 Forno projetado por Ramos de Azevedo

Fonte: Lemos (1993, p 137)

Ao considerarmos a possibilidade da Companhia Melhoramentos de São Paulo vinculada à Companhia Melhoramentos do Brasil e da Companhia Melhoramentos de São

Paulo ligada a empreendimentos imobiliários serem a mesma, conforme exposto no primeiro capítulo, cresce a probabilidade dos fornos ou outros edifícios da Companhia, construídos neste período serem obras do arquiteto Ramos de Azevedo, pois ao confirmar-se esta hipótese, podemos dizer que o nome do arquiteto estava estritamente ligado à esta empresa. Além do forno de propriedade do Banco União, Ramos foi também autor de fornos de cal da fazenda de sua propriedade, a Santa Maria, localizada em Sorocaba¹⁶⁴.

Ao analisarmos a arquitetura dos fornos de cal em Caieiras, levamos em consideração que todas as formas de queima da cal consideram um raciocínio único, onde se constrói um ambiente que irá reter o calor até a queima total do produto, liberando, através de aberturas, fumaça e gases¹⁶⁵. Com a modernização, os fornos passaram das formas primitivas para estruturas de grande porte que poderiam ser encravadas ou não nas encostas dos terrenos e receberem elementos – revestimentos, chaminés e aparelhos que beneficiavam a tiragem – para garantir a melhor qualidade e economia na produção da cal. As inovações tecnológicas buscavam maior eficiência dos fornos à medida que estes permitiam uma utilização mais racional de combustível, maior eficiência térmica e qualidade no produto final. Os modelos mais antigos, onde incluímos os fornos à lenha, de barranco, de alvenaria e os descontínuos passaram a ser substituídos, gradativamente, pelos modelos contínuos, no final da década de 1890. O aperfeiçoamento dos modelos contínuos culminou nos modernos fornos rotativos com estruturas e zonas definidas de pré-aquecimento, calcinação e resfriamento.

¹⁶⁴ Projeto do forno da Fazenda de Santa Maria, 1924. Número P.AZ25/728.6 FSM. O projeto encontra-se no acervo Ramos de Azevedo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, porém não está disponível para consulta devido à fragilidade do substrato do projeto.

¹⁶⁵ De maneira geral os fornos para queima da cal eram erguidos em alvenaria estrutural com tijolos ou pedras. Para construções desse tipo era necessário contar com uma mão-de-obra hábil para a execução das amarrações e arcos. Além disto, devia-se considerar que tais edifícios teriam máxima exposição às variações térmicas e, quando aquecidos, haveria expansão dos materiais. Portanto, as argamassas de assentamento ideais para estes casos, seriam aquelas de cal e areia que permitiam elasticidade; e não de cimento, pois a dureza deste material proporcionaria o surgimento de trincas. Estas estruturas, necessariamente altas, eram formadas por grandes (em altura e diâmetro) dutos capazes de conterem, em seu interior, zonas para resfriamento, separação, pré-aquecimento e estocagem das pedras depositadas para queima. Para tanto, as fundações destas estruturas deviam garantir a estabilidade do edifício e resistirem ao peso do forno totalmente carregado sem deformações excessivas. Para que o calor produzido no forno não fosse desperdiçado, eventualmente, se atravessasse o muro de contenção seria necessário que fosse feito um isolamento adequado. Normalmente deveria ser previsto uma camada de isolamento entre a parede interna e a parede estrutural do forno. O método mais simples para garantir este isolamento era deixando um vão de ar entre as duas paredes. Para proteger estas estruturas da chuva, que reduziria a temperatura do forno, eram construídos telhados ao redor dos dutos que proporcionavam ambientes favoráveis ao trabalho. Para garantir que a carga escoasse sem dificuldades eram deixados buracos de inspeção ao longo dos dutos, por onde era possível bater, com uma haste de ferro, para desobstruir a passagem e para acessar estes buracos de inspeção eram construídas plataformas com superfícies antiderrapantes, com largura mínima de 1,5m (WINGATE, 1985)

Aspectos observados no conjunto remanescente de fornos do Monjolinho

Figura 111 Levantamento gráfico dos fornos de cal existentes no Monjolinho

Fonte: JERONYMO (2006)

Optamos por numerar os fornos para facilitar a compreensão das descrições (ver figura 111), pois a identificação por nomes, feita a partir das declarações dos antigos trabalhadores apresentava inconsistências quanto à identificação dos fornos que não fossem o Macalé ou os de barranco.

Fornos de Barranco

Os fornos de barranco eram assim chamados, porque, inicialmente, apoiavam-se nas encostas, trabalhando como arrimos, para facilitar o acesso ao topo e efetuar o carregamento. Eram compostos, basicamente, pelas paredes de arrimo e pelos orifícios da torre de queima (WINGATE, 1985). Geralmente são fornos intermitentes, possuem formas cônicas, com altura aproximada de cinco metros, abertos e suas chamas chegam próximas ao teto. O consumo de combustível (madeira), nestes casos, é bastante intenso. Existe uma variação desse modelo conhecida por forno do tipo “pote” ou “pot kiln”. Nesta variação, o forno intermitente não se apóia no barranco, pois é construído isolado em plataformas. Nestes fornos tipo “pote”, a carga poderá ser empilhada manualmente no seu interior ou apoiar-se em uma abóbada feita com pedras escolhidas, que servirá como teto de uma fornalha, com uma pequena abertura para a introdução do combustível. Estes fornos possuem uma cavidade inferior para recolher as cinzas (GUIMARÃES, 2002).

Os edifícios 3 e 4 da *figura 111* foram erguidos em alvenaria de pedras encostados ao barranco. Um antigo morador do núcleo afirmou que os fornos que existiam no

Bonsucesso (atualmente demolidos) seriam os mais antigos e entre eles estaria o forno de barranco originalmente construído por Rodovalho. Entretanto, os dois fornos de barranco do Monjolinho também apresentam características semelhantes às descrições dos fornos de barranco construídos a mando do coronel.

Figura 112 Vista lateral do forno de barranco
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 113 Forno de barranco apoiado na encosta, em Caieiras
Fonte: Acervo da autora (2006)

Os edifícios 1, 5 e 6 do conjunto de fornos de Caieiras, apresentam aspectos formais semelhante aos fornos de barranco mais evoluídos, como os “pot kilns”, aqueles que ainda dependem dos barrancos para fazer os carregamentos, e de acordo com relatos anteriores tinham funcionamento contínuo. Erguidos em alvenaria de tijolos portantes aparentes em formato hexagonal, eram organizados, basicamente, por entradas de matéria prima localizadas na parte superior, próxima à chaminé, janelas de inspeção, torre de queima e chaminé. Os edifícios 1, 2 e 6 possuem vestígios das passarelas por onde as vagonetas (carrinhos utilizados para transportes) eram conduzidas pelos trabalhadores para conduzir a matéria prima destinada à queima. Estas passarelas eram compostas por estruturas metálicas que apoiavam na cobertura dos fornos e em estruturas de pedra ou tijolos na outra extremidade (ver *figuras 114, 118, 119*) (JERONYMO, 2006).

Figura 114 Passarela de acesso para carregamento do Forno 6
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 115 Vista do forno 1
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 116 Vista do Forno 2
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 117 Vista do Forno 6
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 118 Forno 1. Passarela para carregamento
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 119 Forno 2. Passarela para carregamento
Fonte: Acervo da autora (2006)

Macalé

O edifício 2, conhecido pelo nome Macalé, foi construído em alvenaria portante de tijolos intertravada por arcos. Embora também em formato hexagonal, tem seu aspecto diferenciado dos demais por tratar-se de um edifício composto por 2 pavimentos, possíveis de serem transitados internamente pelos trabalhadores. Os tijolos utilizados para a construção deste edifício, com dimensões aproximadas de 24x12x7cm, foram assentados seguindo modulação onde têm-se uma fiada de tijolos dispostos no sentido do comprimento e outra no sentido da largura, com juntas que variam na largura entre 1,0 e 1,50cm. Os tijolos do conjunto do Monjolinho eram fabricados na própria olaria do Coronel Rodovalho. Algumas peças soltas foram encontradas no entorno do edifício, trazendo impresso na face três tipos de marca de fabricação: Fábrica de A. P. Rodovalho São Paulo, A P R (iniciais de Antônio Proost Rodovalho) e CMSP (abreviatura de Companhia Melhoramentos de São Paulo) (ver *figura 122*) (JERONYMO, 2006).

Embora dependente do barranco para o seu carregamento, observamos que o forno Macalé apresenta certa sofisticação e aperfeiçoamento que remetem às características de fornos contínuos¹⁶⁶ que, basicamente, eram fornos que acrescentavam às antigas estruturas maior altura, forma cilíndrica ou poligonal, revestimentos de tijolos cozidos ou refratários, três ou mais “bocas de fogo”, cinzeiro, carga e descarga semi-automática, produção contínua e uso opcional de óleo como combustível¹⁶⁷.

Com pé-direito de 2,40m e largura de 3,70m entre as paredes externas e a torre de queima, o pavimento térreo é acessado por 3 vãos em forma de arco ogival, distribuídos nas faces do hexágono, à exceção das faces posteriores que locadas muito próximas ao muro de contenção, não têm acessos. Os vãos destes arcos de acesso têm largura de 2,00m em sua base e altura de 2,10 e são emoldurados por tijolos dispostos em 2 fiadas que se intercalam na forma de assentamento dos tijolos. As grossas paredes externas medem na base dos arcos 1,30m e chegam a 1,50 na altura mediana do arco e a 1,80 no topo.

Na parte interna do edifício, é possível observar nas faces da torre onde acontece a queima do material dois tipos de aberturas intercaladas: uma que concluímos dar acesso ao depósito das cinzas provenientes do combustível queimado (carvão ou madeira) e a outra para retirada do produto final (ver *figuras 124 e 125*). As aberturas eram acessadas por portas de ferro fundido em dimensões de 75x85cm. As faces que dariam acesso ao material a ser retirado estão recuadas em 1,45m em relação ao alinhamento da parede da torre (ver *figura 125*) (JERONYMO, 2006).

Do pavimento térreo é possível observar a estrutura que suporta o assoalho do primeiro pavimento. Trata-se de uma malha composta por perfis metálicos “I”, 5x8, dispostos no sentido interno para o externo, e travados no sentido contrário por caibros em madeira 8x8cm (ver *figuras 126 e 127*).

¹⁶⁶ Relatos de ex-moradores afirmam que os fornos trabalhavam de forma contínua havendo turnos consecutivos de trabalho – 06:00h às 14:00h; das 14:00h às 22:00h e das 22:00h às 06:00h. Apenas no domingo o forno parava para manutenção.

¹⁶⁷ A redução do consumo de combustível nestes fornos foi significativa e a carga continuava a ser feita pelos barrancos (GUIMARÃES, 2002).

Figura 120 Vista do Macalé
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 121 Vista interna do Macalé.
2º pavimento
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 122 Detalhe dos tijolos.
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 123 Detalhe da alvenaria do Macalé
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 124 Porta em ferro fundido para acesso à remoção das cinzas
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 125 Porta em ferro fundido para remoção da cal
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 126 Esquema da estrutura do assoalho
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 127 Pavimento térreo
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 128 Arcos de abertura de acesso
Fonte: JERONYMO (2006)

Figura 129 Vão de abertura para ventilação do 1º pavimento
Fonte: JERONYMO (2006)

Figura 130 Peitoril da abertura de ventilação.
Fonte: JERONYMO (2006)

Figura 131 Escada de acesso para o primeiro pavimento
Fonte: JERONYMO (2006)

As escadarias externas construídas em tijolos dão acesso ao primeiro pavimento (ver *figura 131*). O piso deste pavimento é composto por pranchas de madeira com largura de 12cm. Neste piso existem em todas as faces da edificação alçapões de limpeza das cinzas (ver *figura 132*). No primeiro pavimento notamos aberturas destinadas para colocação do combustível, com portas de ferro fundido e aberturas – que foram posteriormente fechadas - destinadas, à inspeção. Este pavimento é formado por um corredor de 3,45m que circunda a torre de queima. Deste nível é possível observar o travamento das paredes em arcos, que garantem a estabilidade da estrutura, dispostos da seguinte maneira: os primeiros pares de arcos iniciam a partir das arestas das paredes internas a 2,40m de altura da base do assoalho de madeira. Logo acima destes arcos, encontra-se o outro grupo de pares de arcos, (aproximadamente 2m do grupo anterior), e por último não mais nas arestas e sim no centro da parede interna, a aproximadamente 2 metros de altura dos pares anteriores e próximos ao estrangulamento das paredes, arcos únicos em cada face encerram a estrutura.

As aberturas externas destinadas a ventilação deste pavimento são arcos ogivais locados nas 3 faces anteriores do forno. Esses arcos tem dimensões aproximadas de 1,00 x 2,40m com peitoril, inclinado para escoamento de água de chuva com 0,35m.

Figura 132 Alçapão de limpeza;
Fonte: Acervo da autora, 2006.

Figura 133 Portas circulares em ferro fundido.
Fonte: Acervo da autora, 2006.

Figura 134 Detalhe da porta circular
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 135 Alterações nos vãos das portas.
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 136 Travamento da estrutura
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 137 Janela de inspeção próxima ao 2º pavimento
Fonte: Acervo da autora (2006)

No segundo pavimento, pequenas janelas na torre de queima sugerem a inspeção das pedras ocasionalmente atoladas e controle do fogo. Pelo lado externo, existem as passarelas que conduziriam, através de carrinhos, o material bruto a ser depositado dentro da torre de queima. Essa entrada por onde o material era depositado, está locada na porção superior do forno, abaixo do início da chaminé. Devido à rusticidade do piso deste pavimento - estrutura de madeira que suporta as pranchas do tablado – supomos o uso eventual para inspeção. Não foi encontrado nenhum tipo de acesso para este pavimento, porém, vestígios de peças metálicas fixadas na parede indicam algum tipo de escada marinheiro. A ventilação é feita por vãos em arco ogival com dimensão aproximada de 1,00x1,60m.

Os dutos dos fornos eram normalmente executados em formas cilíndricas. As paredes do duto deveriam suportar o peso e a pressão exercida com o forno carregado. No intuito de contribuir com a resistência às pressões eram utilizadas bandas de tensão de aço ao redor do duto, presas por parafusos (ver *figura 138*) (WINGATE, 1985).

Figura 138 Bandas metálicas de tensão
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 139 Vista do piso do 2º pavimento e estrutura
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 140 Vestígios de fixação de escada para acesso do pavimento superior
Fonte: Acervo da autora (2006)

Figura 141 Ao centro o Macalé. À esquerda, um dos fornos demolidos e o outro remanescente, ambos com ampliação metálica para aumento da capacidade de produção. À frente, certamente, funcionários categorizados e figuras ilustres
Fonte: Poster exposto no centro de treinamento do Sobradinho (2006)

As origens de Caieiras, ligadas às instalações fabris da produção da cal, foram perpetuadas pela figura do forno Macalé, eleito símbolo do município, inserido em seu brasão¹⁶⁸ e sua bandeira¹⁶⁹.

Figura 142 Bandeira de Caieiras.

Figura 143 Brasão de Caieiras.

¹⁶⁸ Lei 326, de 9 de agosto de 1965, que estabeleceu uma nova redação da Lei 158, de 13 de julho de 1962, instituiu o brasão do município. O Macalé representa a indústria que originou a cidade, a fumaça indica o trabalho e os pinheiros simétricos pontuam a farta presença dessa árvore no local e sua importância na fabricação do papel. A inscrição *Urbs Pinetorum* foi criada por Olindo Dártora, ex-prefeito da cidade que lutou para a emancipação e a data 14 de dezembro de 1958 refere-se ao dia da emancipação (PERES, 2008).

¹⁶⁹ Lei 844, de 16 de novembro de 1973, oficializou a criação da bandeira do município com as atuais configurações. A Bandeira foi escolhida em um concurso. O criador é Nelson Antonio de Gaspero (PERES, 2008).

Figura 144 À direita o bairro do Monjolinho, já demolido. Abaixo, próximo ao lago, o edifício do armazém do Monjolinho
Fonte: Paulo Polkorny

Figura 145 Fornos de cal em desuso
Fonte: Paulo Polkorny

3.2.3.2 Armazém e escolas

O conjunto de prédios construídos nas proximidades da estação de trem evidencia traços da arquitetura clássica. Os prédios têm data de construção incerta e desconhecemos a autoria de seus projetos¹⁷⁰. Em sua maioria, são compostos por blocos de plantas retangulares com grande quantidade de portas e janelas em suas faces. Destaca-se neste conjunto, devido à sua monumentalidade e imponência, o edifício de dois pavimentos construído em alvenaria de tijolos de barro cozido no centro do conjunto paralelo à linha férrea. A elegância aliada à combinação dos elementos arquitetônicos sugere uma arquitetura que remete ao neoclassicismo. Este edifício é atualmente lembrado por ter sido utilizado pela Companhia Melhoramentos durante muitos anos como armazém de abastecimento e residência de seu administrador no pavimento superior. Alguns entrevistados ainda lembram que, por volta da década de 1950, havia uma rua entre o Rio Juqueri e o Armazém. Esta rua acessava a parte posterior do Armazém onde funcionava no pavimento térreo uma pequena delegacia.

¹⁷⁰ As datas de construção e do início da utilização do edifício como armazém pela Companhia Melhoramentos são incertas. Donato (1990) relatou um “Dia festivo na Caieiras de 1885”, quando a Fábrica de Massas à Vapor Fratelli Secchi já estava instalada no edifício onde funcionou o Armazém da Companhia Melhoramentos (DONATO, 1990, p. 16). Entretanto, Bandeira Jr. (1901), Blay (1985), Marcovitch (2006) e Cenni (2003) relatam a fundação da Fratelli Secchi no ano de 1896.

Figura 146 Edifício do armazém, final do século XIX
Fonte: Donato (1990, p. 16)

Figura 147 Chegada da linha férrea interna em frente ao armazém
Fonte: Peres (2008)

O frontão triangular que coroa o edifício de Caieiras segue a descrição de Koch da arquitetura neoclássica¹⁷¹. Os ornatos dispostos no centro e nas extremidades do frontão são compostos por três acrotérios de palmetas simetricamente distribuídos. No centro do frontão, a inscrição das iniciais da Companhia Melhoramentos – CMSP surge, ainda que discretamente, abaixo do aplique que remete a um óculo. Cornijas salientam os apliques do frontão e evidenciam a separação entre os dois pavimentos, exercendo, ainda que de forma limitada, a função do beiral.

As pilastras nas extremidades do pavimento do edifício remetem, de forma bastante simplificada, às formas de meias-colunas quadradas da arquitetura clássica (ver *figura 149*). Observa-se uma proporção que harmoniza a estrutura, perceptível, principalmente, pela repetição de seus elementos.

A repetição dos elementos deste edifício ocorre formando uma composição simétrica no pavimento térreo – repetição das portas em arcos de dois centros que se apóiam nas impostas sobre o pé-direito – e no pavimento superior – janelas com tímpanos triangulares. Os acrotérios de palmetas utilizados nas extremidades e nos vértices do frontão reaparecem, proporcionalmente, nos tímpanos que coroam as janelas.

Uma discreta saliência na parede da porção central do edifício, no pavimento térreo, sugere a entrada principal. A bossagem nos cantos do pavimento superior dá destaque ao eixo, à verticalidade e aos elementos centrais da fachada, entre eles, no pavimento superior, dois apliques com cabeças de leão sobre frutas colocadas no alinhamento da saliência do pavimento térreo. O acabamento do pavimento térreo nos remete a um tipo de rusticação, sugerindo a utilização de pedras unidas por juntas de sulcos profundos. Estes sulcos têm seqüência no pavimento superior em um acabamento próximo a uma rusticação mais suavizada pela linearidade contínua das faixas. Notamos que ocorreram reformas por todo conjunto. As portas do armazém foram substituídas por portas metálicas.

¹⁷¹ “O aspecto exterior da arquitetura neoclássica é caracterizado pela parede frontal do templo grego com tímpano triangular, ou pela elevação com colunas (pórtico). Meias colunas, pilastras e cornijas conferem harmonia ao edifício, enquanto mútulos, pérolas, contas, palmetas e os ornamentos sinuosos da Grécia clássica [...] funcionam como decoração ao lado de guirlandas, urnas e rosáceas” (KOCH, 2008, p.60).

Figura 148 Edifício anexo ao armazém, onde funcionou também, durante algum tempo, o departamento de vigilância e grupo de escoteiros
Fonte: Acervo da autora (2009)

Figura 149 Edifício do armazém
Fonte: Acervo da autora (2009)

Figura 150 Detalhes do edifício do armazém: A. aplique com cabeça de leão; B. frontão; C. porta do pavimento térreo; D. janela pavimento superior
Fonte: Acervo da autora (2009)

No edifício que está à direita do armazém, de acordo com Donato (1990), funcionava, em 1930, o Grupo Escolar de Caieiras, que segundo relatos de ex-moradores foi também o edifício que abrigou parte dos alunos do Grupo Escolar Otto Weiszflog. Moraes (1995) relata que no edifício teria funcionado a Escola Mista de Caieiras¹⁷². É um edifício eclético com elementos da linguagem clássica, portas geminadas em formato de arcos plenos que se apóiam nas impostas sobre meias colunas simetricamente distribuídas pela fachada. Percebemos que as portas com folhas cegas de madeira e bandeira fixa de vidro que havia nas laterais deste edifício tinham desenho semelhante às portas do armazém. Os vãos das portas foram diminuídos para a substituição por portas menores com bandeira e vergas retas e esquadrias basculantes (ver *figura 151*).

No edifício à esquerda da rua, em segundo plano nas *figuras 151 e 152* - uma antes e outra depois da reforma que lhe deu feições ecléticas mais sofisticadas - funcionou o Grupo Escolar Otto Weiszflog. Anteriormente à reforma, a arquitetura evidenciava telhado de duas águas, com a empena na lateral do edifício e grandes esquadrias com folhas de vidro fixadas com dobradiças. O telhado de telhas de barro disposto em duas águas foi substituído por novo telhado de quatro águas, também com telhas de barro, escondido, em três das quatro faces, por platibanda com cornijas sobressalentes. A substituição das portas e janelas seguiu o padrão do edifício do Grupo Escolar de Caieiras. Algumas portas e janelas da face lateral – paralela ao edifício do armazém - foram fechadas (ver *figura 158*). Entretanto, os ornamentos que coroavam portas e janelas foram preservados. Relatos de antigos moradores apontam que o Grupo Escolar Otto Weiszflog ocupou o pavimento que fica no nível da plataforma do trem (observamos nas *figuras 151 e 152* que a plataforma possui nível mais elevado em relação à rua de terra vista nas fotos), enquanto o pavimento que fica no nível da rua foi ocupado por serviços de barbearia e sapataria entre as décadas de 1960 e 1970.

¹⁷² Segundo Moraes (1995) logo que foi estabelecida a população de Cresciúma, no início da década de 1930, os moradores manifestaram a necessidade de construção de uma escola para as crianças. Inicialmente, houve tentativa de estabelecer uma escola no bairro do Morro Grande, mas devido às dificuldades de estabelecer a frequência dos alunos e dos professores, optou-se por implantar a nova escola no citado edifício, inaugurando-se em 18 de fevereiro de 1942 a Escola Mista de Caieiras.

Figura 151 À direita, edifício do armazém e edifício do Grupo Escolar de Caieiras que abrigou parte do Grupo Escolar Otto Weiszflog, em 1930. À esquerda, grupo escolar Otto Weiszflog e a rampa de acesso à plataforma da estação ferroviária

Fonte: Jornal Regional News, Ano X, nº 607 (13 de dezembro de 2002, p. 1 C2)

Figura 152 À esquerda e ao fundo, Grupo escolar Otto Weiszflog. À frente, à esquerda, plataforma da estação

Fonte: Acervo Paulo Polkorny

Figura 153 Armazém e edifício que abrigava parte do Grupo escolar Otto Weiszflog

Fonte: Acervo da autora (2009)

Figura 154 Vista do edifício onde funcionou o Grupo Escolar de Caieiras e parte do Grupo Escolar Otto Weiszflog, 1930

Fonte: Donato (1990, p. 100)

Figura 155 Grupo Escolar Otto Weiszflog. No pavimento térreo funcionavam alguns serviços como barbearia e sapataria

Fonte: Acervo Paulo Polkorny(1999)

Figura 156 Vista lateral e posterior do Grupo Escolar Otto Weiszflog

Fonte: Acervo Paulo Polkorny (1999)

Figura 157 Vista da fachada do Grupo Escolar Otto Weiszflog voltada para a estação ferroviária

Fonte: Acervo da autora (2009)

Figura 158 Lateral do Grupo Escolar Otto Weiszflog

Fonte: Acervo da autora (2009)

Figura 159 Lateral do Grupo Escolar Otto Weiszflog

Fonte: Acervo da autora (2009)

A escola pertencente ao Bairro da Fábrica, apontada entre as primeiras escolas do núcleo, era uma edificação de pequeno porte que parecia abrigar nada mais do que uma única sala de aula. Não sabemos ao certo até quando o edifício abrigou a escola, entretanto, em entrevista, Zeferino Prando relatou que após o encerramento das atividades escolares neste edifício, o local passou a abrigar a sede do sindicato dos trabalhadores, fundado em 1937. O modesto prédio tinha uma arquitetura que remetia à linguagem clássica. A sua fachada simétrica era ornamentada pela bossagem nos cantos laterais da construção. A platibanda seguia o padrão das antigas edificações próximas ao armazém: ornamentada com cornijas escondiam parte do telhado de quatro águas composto por telhas de barro (ver *figura 160*).

Figura 160 Grupo Escolar do Bairro da Fábrica
Fonte: Peres (2008).

A renovação ocorrida no núcleo após a década de 1930, que modernizou e padronizou os edifícios residenciais de Caieiras, influenciou também a arquitetura do Grupo Escolar Alfried Weiszflog, erguido durante a década de 1940 no bairro Chic, nas proximidades da fábrica de papel. Trata-se de um amplo edifício constituído de único pavimento construído com tijolos de barro aparentes com aspecto similar àqueles configurados pela arquitetura doméstica edificada neste período. Seguindo o padrão inspirado nos bangalôs americanos a composição do edifício respeita a distribuição simétrica de seus elementos arquitetônicos e tem como eixo principal a localização da varanda que protege a entrada principal. O arco que faz o coroamento desta entrada segue o padrão daqueles observados nas construções anteriores (ver *figuras 150c e 165*). Dotado de esquadrias compostas por guilhotinas em madeira e vidro e folhas venezianas, esta construção denota preocupações evidentes quanto à iluminação e ventilação dos espaços escolares. Anexo a este edifício, um outro de dimensões menores constitui-se como apoio, onde, segundo alguns dos entrevistados, estavam locados os sanitários separados por sexos (ver *figura 164*).

Figura 161 Escolar Alfried Weiszflog, durante a década de 1940

Fonte: Donato (1990, p. 100)

Figura 162 Vista do Grupo Escolar Alfried Weiszflog

Fonte: Acervo Paulo Polkorny, ([199-])

Entre as modificações feitas ao longo do tempo, consideramos significativas as demolições do entorno, configurado por residências geminadas; a construção do anexo erguido à esquerda do edifício para abrigar prováveis instalações sanitárias (ver *figura 163*

e 166) e aquelas geradas pela ação do tempo e ausência de manutenção da construção, que causam danos, principalmente, devido às más condições do telhado – atualmente tomado pela vegetação - e de seu sistema de captação de águas de chuva, danificando visivelmente a edificação.

Figura 163 Construção edificada junto ao edifício principal
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 164 Edifício de apoio
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 165 Detalhe da entrada principal
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 166 Vista do Grupo Escolar Alfried Weiszflog
Fonte: Acervo da autora (2010)

3.2.3.3 Cinemas e clubes

Os clubes e cinemas existentes dentro da Companhia Melhoramentos eram instrumentos favoráveis à integração de trabalhadores de diversas categorias profissionais.

O cinema chegou à Caieiras em 1917, mas somente na década de 1940 é que recebeu prédio próprio e adequado (DONATO, 1990). Não encontramos nos arquivos ou na bibliografia específica outra referência, se não esta sobre a existência do primeiro edifício do Cine Cayeirense. Em Peres (2008) uma imagem datada do ano de 1926, nos

permitiu supor tratar-se do primeiro edifício do Cine Cayeirense. Com pé-direito alto, aproximadamente 3,50m de altura, e duas aberturas de acesso o edifício de pequeno porte surge, na imagem, coroado por platibanda escalonada em desenho geométrico como suporte ao letreiro festivo “Cayeirense”. Notamos em Caieiras a ocorrência comum de edifícios deste porte lado a lado com construções mais singelas. Parece ser este um padrão de modernização e sofisticação para edifícios de maior importância seja pelo uso coletivo ou pela moradia de um funcionário especializado. A ornamentação da fachada restringe-se às cornijas que arrematam a platibanda, aos apliques sobressalentes das aberturas de portas e às bossagens nos cantos que dão maior destaque à porção central da construção. Ao contrário do edifício vizinho, provavelmente uma residência de chefia, o edifício do cinema não tinha o coroamento das aberturas feitos por frontões triangulares ou cimbrados. O novo edifício do cinema, construído durante a década de 1940, foi uma reforma e ampliação do edifício original.

Figura 167 Primeiro edifício do Cine Cayeirense
Fonte: Peres (2008)

Figura 168 Enchente na rua do cinema, década de 1940. Notamos a inexistência do primeiro edifício do conjunto e das palmeiras imperiais
Fonte: Peres (2008, p164)

Figura 169 Cine Cayeirense
Fonte: Donato, (1990, p.74)

Figura 170 Carreata da emancipação, por volta de 1958. Observamos as duas edificações ao lado do cinema e os jardins das casas operárias em primeiro plano
Fonte: Peres (2008, p.219)

Figura 171 Excursões das famílias. Ao fundo, o cinema e edifícios vizinhos. Em primeiro plano os jardins das casas operárias
Fonte: Peres (2008, p. 218)

Figura 172 Os edifícios adjacentes ao cinema em processo de demolição
Fonte: Acervo Paulo Polkorny

Figura 173 Festa de encerramento do ano letivo em Caieiras, 1940. À esquerda, casa de chefia, cinema, casas operárias. Ao fundo as garagens das máquinas que faziam o transporte dos operários. À direita, a curva do Rio Juqueri

Fonte: Acervo Jornal Regional News

Segundo Donato (1990), o prédio do Cine Cayeirense foi construído em 1940. Porém algumas inconsistências referentes às datas das edificações são notadas. A *figura 173* mostra a festa de encerramento de um ano letivo em 1940, com construções e vegetações diferentes das que surgem na *figura 168*, também de 1940, ano em que Peres (2008) atribui a uma das piores enchentes ocorridas na Companhia¹⁷³.

Em relação à implantação do novo edifício, a fachada frontal foi projetada para frente do lote, “quebrando” o alinhamento original que praticamente nivelava as fachadas das construções adjacentes na implantação antiga. O novo edifício de dois pavimentos de arquitetura eclética construído para o Cine Cayeirense foi inspirado na arquitetura vernacular dos chalés europeus¹⁷⁴.

¹⁷³ A proximidade com o Rio Juquery tornava o cinema vulnerável às enchentes que avançavam pelo pavimento térreo

¹⁷⁴ O surgimento, em São Paulo, de edificações com arquitetura inspirada nos chalés, pode ter tido sua origem com a influência dos engenheiros ingleses que trabalhavam na S.P.R. (CAMPOS, 2008). Esta hipótese foi aprofundada por Campos (2008), ao tomar como referência a Estação de São Bernardo, construída por volta de 1867 - com seus elementos que remetem às construções inglesas medievalizantes incorporadas aos chalés oitocentistas - como possibilidade de afirmação desta hipótese. O estilo teve ampla difusão na cidade, principalmente a partir da década de 1870, nas casas erguidas para as classes mais abastadas, nos subúrbios paulistanos. Os chalés eram construídos com os tijolos de barro, produzidos em abundância, desde a década de 1860, madeiras, elementos de ferro fundido importados ou produzidos na cidade, telhas planas importadas de Marselha, ou ainda aquelas produzidas a sua semelhança nas fábricas próximas como as da fazenda do Coronel Rodovalho, em Caieiras. Algumas vezes os chalés eram inteiramente fabricados no exterior e montados no Brasil.

A arquitetura eclética do edifício evidenciava características da arquitetura vernacular europeia mescladas a atributos do vocabulário neoclássico. As bossagens nos cantos do edifício – semelhante às bossagens do armazém - enfatizam as três portas e as três janelas simetricamente distribuídas na fachada de pouca ornamentação. A proteção da construção é feita por telhado não mais de duas águas inclinadas ornamentadas por pináculos e lambrequins – peculiar aos chalés – mas sim por cobertura que surge nesta composição com a terceira água representada pela tacaniça interrompida. O coroamento é feito por lanternim - característica de uma arquitetura já imbuída de noções higienistas. Notamos modificações nos elementos que compõem a fachada da edificação. A inscrição no oitão indica a utilização do edifício enquanto sala de cinema. Durante este período, pode-se supor que a sala de projeção era acessada pelas três portas de folhas cegas coroadas por apliques em forma de meia lua no pavimento térreo. Constatamos nas imagens que tais portas foram trocadas por janelas, provavelmente, quando a edificação assumia novo uso – residencial, talvez. Segundo Moraes (1995) o Cine Cayeirense foi desativado no início da década de 1960 e, poucos anos depois teve início a sua demolição e das construções adjacentes.

Ao final da década de 1950 havia no núcleo, além dos cinemas, 4 clubes esportivos e recreativos que movimentavam a vida social dos funcionários: o Clube Recreativo Melhoramentos – CRM; o Brasil Futebol Clube; o União Recreativa Melhoramentos e o Expressinho, da Sociedade Amigos de Caieiras (PERES, 2008). Ao referir-se ao CRM, Donato (1990), faz alusão ao clube fundado em 1916, também pelo nome Melhoramentos Futebol Clube. Segundo o autor, o Esporte Clube Caieiras, fundado em 1927, passou a se chamar União Recreativa Melhoramentos e o Ítalo-Brasileiro, criado em 1924 no bairro do Monjolinho, foi rebatizado em 1940, passando a se chamar Brasil Futebol Clube.

Figura 174 Clube Recreativo Melhoramentos, por volta de 1940

Fonte: A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS – IMPRESSÕES DO SR. LUIS CARLOS MANCINI (1940)

O pouco material iconográfico disponível sobre as edificações dos clubes da Companhia mostra as edificações onde funcionou o clube CRM. Segundo antigos moradores, o primeiro edifício de que se lembram ter abrigado as atividades recreativas e esportivas do CRM (ver *figura 174*) existiu nas proximidades da fábrica de papel até a década de 1950, aproximadamente, quando ocorreu um incêndio que destruiu o prédio totalmente. Entre as perdas provocadas pelo incêndio estavam os corsos e fantasias de carnaval que eram guardados no interior do clube. Reconstruído em local próximo à edificação anterior, o novo prédio do clube permaneceu até a década de 1980, quando foi demolido durante a intensificação do processo de desmonte no núcleo. Após o desmonte, foi construído no local o prédio onde, atualmente, funciona o restaurante dos funcionários da MD Papéis.

No antigo edifício do clube observamos uma tipologia influenciada pela linguagem clássica. A distribuição simétrica de suas grandes esquadrias de madeira com veneziana concede à edificação aspecto comum aos edifícios que seguiram aos preceitos desta linguagem. Seus pilares, os únicos elementos visíveis na *figura 174* que revestem o edifício de certa ornamentação, são distribuídos uniformemente e sustentam a cobertura de uma grande varanda, posicionada em uma das faces do prédio, que nos faz lembrar amplos alpendres. Erguido sobre um porão que funcionava com uma base niveladora, o edifício era protegido por um telhado de quatro águas e tinha um lanternim no topo, utilizado para ventilação do ambiente. O costume de datar a finalização das obras dos edifícios favoreceu a identificação do ano de 1934 para a conclusão da construção das arquibancadas do clube (ver *figura 175, 178 e 179*).

A nova edificação do clube seguiu o padrão de construção dos modelos edificadas durante o período de renovação das construções do núcleo. As únicas imagens que conseguimos do novo edifício, pertencentes ao período do processo de desmonte (ver *figuras 176 e 177*), mostram que o edifício foi erguido com tijolos aparentes e era coberto por telhados de várias águas furtadas composto por telhas cerâmicas francesas. O novo prédio era amplamente favorecido pela iluminação e ventilação permitidas pelos grandes vãos das esquadrias de madeira e vidro e estava em harmonia com as edificações dos bairros próximos à fábrica.

Figura 175 Arquibancada do CRM

Fonte: Acervo Paulo Polkorny

Figura 176 O edifício do novo CRM em demolição

Fonte: Acervo Paulo Polkorny (1981)

Figura 177 Separação dos tijolos da demolição do CRM

Fonte: Acervo Paulo Polkorny (1981)

Figura 178 Emblema do CRM
Fonte: Acervo Paulo Polkorny (1981)

Figura 179 Emblema do CRM
Fonte: Acervo Paulo Polkorny (1981)

3.2.3.4 Igreja do Rosário

Inaugurada em 1917, a Igreja do Rosário é um edifício eclético que evidencia traços simplificados, sobretudo, da arquitetura românica¹⁷⁵.

As igrejas românicas caracterizavam-se pelo aspecto sóbrio. Tinham, inicialmente, algo da aparência de fortaleza. Posteriormente as igrejas românicas passaram a se apresentar cobertas de ornamentos. A profusão de arcos também é característica destas igrejas. Os arcos, nestes casos, tinham a função estrutural de suportar o peso das abóbadas ou surgiam como motivos decorativos (FRADE, 2007).

A Igreja do Rosário e o cinema foram construídos em local que se tornou o centro das reuniões e festividades do núcleo de Caieiras. Com suas paredes laterais compostas por janelas em arcos, simetricamente distribuídas ao longo da nave única, a edificação tem ao fundo um anexo lateral direito, com a inscrição datada de 1957 afixada na parede externa frontal. Este anexo não atravessa a nave perpendicularmente, em forma de cruz, mas remete vagamente, aos transeptos das igrejas românicas, principalmente antes da modificação do anexo que alterou sua dimensão, quantidade de vãos de janelas e inclinação do telhado. Nas fotos mais antigas notamos o telhado do anexo lateral, em duas águas, fazendo uma composição harmoniosa com os telhados principais da igreja. Após a reforma, o anexo ficou maior, aumentou a quantidade de vãos de janelas e alterou o telhado que passava a ter uma água com inclinação mais suave, se comparada ao telhado

¹⁷⁵ A arquitetura românica começou a se difundir com os Carolíngios na Europa Ocidental e Central, após a exaustão e colapso do Império Romano Ocidental. Foi a partir do século XIX, apenas, que o termo “românico” passou a ser utilizado. A difusão do Românico foi além dos povos de origem românica, ou seja, aqueles influenciados pela cultura da Roma antiga (BREITLING et al, 2001).

principal. Livre de abóbadas, a Igreja do Rosário é protegida por um extenso telhado de duas águas composto por telhas francesas.

Na lateral direita, na porção frontal da igreja, ergue-se a torre em forma de campanário, encimada por telhado íngreme de telhas planas semelhantes à ardósia. Surge com altura suficiente para proporcionar certa elegância à composição. Pequenas aberturas, semelhantes às minúsculas mansardas podem ser observadas nas quatro faces da torre.

Figura 180 Vista lateral direita da Igreja do Rosário

Fonte: Acervo Paulo Polkorny

Figura 181 Anexo lateral, antes da modificação Rosário

Fonte: Peres (2008)

Figura 182 Data do anexo.

Fonte: Acervo da autora (2010)

O campanário é coberto por ornamentos que sugerem uma inspiração *art nouveau* ou *floreal*. Os pilaretes que sustentam o telhado de torre são ornamentados em suas bases com frisos geométricos e no topo com frisos que remetem à formas florais e voluptuosas.

Figura 183 Vista do campanário.
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 184 Vista frontal com portal destacado do corpo principal
Fonte: Acervo da autora (2010)

Notamos que a estrutura da igreja é composta, ao longo da extensão do edifício, por elementos semelhantes aos contrafortes típicos da arquitetura religiosa românica (ver *figura 187*). O portal da Igreja do Rosário remete, de forma simplificada, aos portais românicos¹⁷⁶. Inserido na porção frontal do edifício que se destaca, com telhado de duas águas independente do corpo principal da igreja, este portal sugere a presença de arquivoltas ornamentadas geometricamente no intradorso do arco e apoiadas em vagas colunas clássicas únicas em cada lateral do portal. A arquitrave surge com altura de dimensão generosa, onde se vê a inscrição em algarismos romanos da data de inauguração da igreja: MCMXVII. O tímpano do portal é formado por esquadrias de madeira que favorecem a ventilação e iluminação da igreja.

A cruz surge na forma cristã latina – tipo predominante na arquitetura religiosa ocidental da idade média – em diversos locais: no frontão do portal, no ponto alto e frontal da cumeeira do telhado principal da igreja, ao alto do telhado íngreme e na área livre ao lado da construção do edifício.

¹⁷⁶ No estilo românico, cada arquivolta, geralmente, se apóia em pequenas colunas encimadas por capitéis e são ornamentadas por frisos geométricos.

Figura 185 Ornamentação do campanário

Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 186 O Cruzeiro na área externa

Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 187 A Estrutura semelhante aos contrafortes

Fonte: Acervo da autora (2010)

A Igreja do Rosário ainda mantém as missas dominicais e desta forma é aberta ao público para as reuniões semanais. Esta utilização exige a necessidade de conservação periódica e assim, compartilhando do pensamento de Camillo Boito¹⁷⁷ acerca das questões referentes à conservação e restauração¹⁷⁸, pode-se atribuir a esta utilização semanal uma melhor manutenção do edifício.

3.2.3.5 Oficina mecânica

A Companhia Melhoramentos mantinha em sua propriedade diversas oficinas: de manutenção, mecânicas, de apoio. Entre os edifícios destinados às oficinas um dos mais emblemáticos é o da oficina mecânica, de 1922.

Cinco anos após a inauguração da Igreja do Rosário, localizado nas proximidades da mesma igreja e paralelamente à linha férrea, foi inaugurado o edifício destinado a oficina mecânica. Este edifício de arquitetura eclética evidencia traços de uma arquitetura fabril, conotada pelos grandes vãos de abertura, pela utilização do tijolo aparente, alto pé-

¹⁷⁷ Camillo Boito (1836-1914). Arquiteto, restaurador, crítico, historiador, professor, teórico, literato.

¹⁷⁸ Para Boito a conservação é necessária e pode evitar a restauração, que segundo este teórico, pode ser em muitos casos perigosa e ameaçadora (BOITO, 1884).

direito mesclado aos elementos arquitetônicos inspirados na arquitetura clássica e românica.

Originalmente, o edifício era um bloco retangular único e livre de construções imediatamente encostadas em suas faces. A simetria com que o edifício foi projetado podia ser facilmente percebida. Na fachada longitudinal a porta de acesso cercada por três duplas de janelas definia a centralidade da construção. Elementos estruturais interceptados por cimalha e frisos surgem intercalados entre as janelas. Esta estrutura é representada por elementos que sugerem, vagamente, a presença de pilastras encimadas pelo entablamento, caracterizando uma arquitetura que faz certa alusão à linguagem clássica¹⁷⁹.

As duplas de janelas eram compostas por grandes estruturas envidraçadas quadriculadas que pareciam atingir altura aproximada de pouco mais de dois metros, incluindo as bandeiras fixas em arco pleno. A disposição das janelas – reunidas sob a representação ornamental de dois arcos que formam uma sequência de arcada cega – remete às janelas geminadas com arcos cegos muito comuns na arquitetura românica e gótica. No caso da oficina de Caieiras os arcos são abatidos. A porção mais alta das paredes externas do edifício é ornamentada por óculos cegos simetricamente distribuídos nos eixos de cada arco, com exceção da porta central que é coroada com a inscrição “1922” – referência ao ano da inauguração.

Figura 188 A recém construída oficina mecânica de Caieiras.

Fonte: DONATO, 1990, p.68

¹⁷⁹ De acordo com a afirmação de Summerson (2006): “[...] a arquitetura clássica é reconhecível como tal quando contém alguma alusão, ainda que vaga, ainda que residual, às “ordens” da Antiguidade. Tal alusão pode não ser mais do que um sulco ou uma saliência que sugira a presença de uma cornija ou uma distribuição de janelas que sugira a razão entre pedestal e coluna, entre coluna e entablamento” (SUMMERSON, 2006, p.5).

O edifício era protegido por um telhado simples com quatro águas inclinadas. Com o tempo este telhado foi alterado. O oitão foi fechado com telhas metálicas onduladas permanecendo apenas as duas águas paralelas à rua e à linha ferroviária. Esta alteração pode ter ocorrido devido às construções posteriores de novos galpões, que começaram a surgir imediatamente acopladas ao edifício da oficina, como o edifício à direita construído em 1957 e os galpões da esquerda construídos em 1935 e 1956 – datas identificadas pelas inscrições afixadas em pequenas placas nas paredes externas.

Figura 189 Fachada posterior da Oficina paralela à linha férrea
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 190 Vista interna da oficina
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 191 Fachada vista pelo interior da fábrica
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 192 Detalhe da inscrição da data.
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 193 Edifícios do entorno. Em primeiro plano o galpão datado de 1935
Fonte: Acervo da autora (2010)

Notamos a remoção da escada da porta central de acesso. A função desta escada poderia estar associada à facilitação de carregamento de materiais como uma espécie de plataforma de apoio. À exceção das bandeiras fixas, a estrutura composta pelas quadriculas de vidro também foi alterada com a substituição destas, na fachada voltada para o interior da fábrica, por vitrôs basculantes.

A fachada posterior, hoje escondida pelo galpão metálico que repousa sua estrutura na espessa alvenaria de tijolos e pela vegetação densa que faz uma barreira entre a oficina e a linha ferroviária, pode ter sido, no passado, de grande visibilidade para quem chegava a Caieiras pela ferrovia. O letreiro pintado na fachada posterior, onde na parede oposta localizam-se os óculos cegos, dá destaque ao nome do edifício: “OFFICINAS DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO”.

Novos galpões construídos posteriormente nas imediações, alguns finalizados durante a década de 1950, surgiam ainda com certa simetria. Eram construções modernas de linhas retas, pé-direito menor, dotadas de lanternins que garantiam a melhor ventilação e iluminação dos ambientes. Entretanto, nos novos casos, a profusão de elementos decorativos como as cornijas, cimalhas e arcos não ocorreu. As novas construções começaram a ser erguidas encostadas umas as outras e imediatamente encostadas à oficina mecânica alterando a percepção da escala grandiosa que a antiga oficina imprimia no local. Alguns edifícios apresentavam inovações em suas estruturas como mãos-francesas apoiadas em pilares dando suporte aos beirais. A linguagem arquitetônica adotada para a oficina mecânica, representada, sobretudo, pela utilização do tijolo aparente estabeleceu certo padrão no conjunto.

Figura 194: Galpões posteriores. Este preservou escada de acesso

Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 195 Galpões com novas estruturas finalizados em 1957

Fonte: Acervo da autora (2010)

3.2.4 O Neocolonial: Capela São José

A Capela de São José, construída em 1933, evidencia uma arquitetura filiada ao neocolonial. Vê-se neste exemplar uma arquitetura híbrida que mescla elementos das duas vertentes neocoloniais: aquela de origem luso-brasileira e aquela que ficou conhecida pelo nome “estilo missões”, de origem hispano-americana.

O neocolonial surgiu no Brasil durante a década de 1910, em meio ao debate relacionado à modernização e valorização da arquitetura e identidade brasileiras. Em fins do século XIX firmou-se um dualismo entre idéias sobre a representação da arquitetura brasileira. Na arquitetura, surgia, de um lado, uma corrente que defendia a estética do ecletismo da arquitetura regida pelo gosto europeu. Outra corrente negava a arquitetura do século XIX e reagia contra a imitação dos estilos europeus. Muitos autores se debruçaram sobre a questão da representatividade da arte brasileira. Na série de artigos publicados no livro *Ideias de Jeca Tatu*, em 1919, Monteiro Lobato, imbuído na noção de defesa da personalidade brasileira, fundamentada na arte colonial, expressou sua contrariedade e indignação ao ato de copiar o que se produzisse na Europa. A síntese de seu pensamento acerca do que deveria ser um estilo e principalmente um estilo brasileiro era expressa com a certeza de que da terra se tiraria a essência nacional e esta seria transformada por mãos competentes e brasileiras:

Nosso estilo deve ser decorrente natural do estilo com que os avós nos dotaram. Sempre vivo, sempre em função do meio, se quer fugir á pecha de rastacuerismo¹⁸⁰ deve retomar a linha do passado e desenvolve-la a luz da estesia moderna. Para isso existem os artistas, temperamentos de eleição através dos

¹⁸⁰ O autor utiliza o termo “rastacoères” para chamar aqueles que se imbuíam dos hábitos franceses fazendo uma comparação aos “arrasta-couros” dos saladeiros argentinos que escondiam a profissão inicial depois de enriquecerem.

quais a natureza se cõa e surge transfeita em arte. Cõe-se arte colonial através dum temperamento profundamente estético, filho da terra, produto do ambiente, alma aberta á compreensão da nossa natureza: e a arte colonial surgirá moderníssima, bela, fidalga e gentil como a língua bárbara de Vaz Caminha sai bela, fidalga, gentil e moderníssima dum verso de Olavo Bilac (LOBATO, 1951, p.33).

Em meio a esta discussão, começou a surgir em meados da década de 1910 uma nova arquitetura inspirada na arte tradicional brasileira, sob o desígnio de arquitetura neocolonial. Pode-se dizer que o ano de 1914 foi o marco para inauguração deste movimento, pois nesse ano o arquiteto português Ricardo Severo¹⁸¹ em sua conferência “A Arte Tradicional no Brasil” na Sociedade de Cultura Artística discursou sobre a valorização da arte tradicional e das origens portuguesas da cultura brasileira. Entretanto, a publicação de sua conferência, embora constituísse uma das primeiras ações de revalorização da arquitetura tradicional brasileira, não se refletiu de imediato em obras realizadas, muito pelos efeitos da Primeira Guerra (1914-1918) que refreavam a construção civil no país. A intensificação das idéias acerca da nacionalidade ocorreu com a comemoração do quarto centenário do descobrimento do Brasil (SEGAWA, 2002).

A partir de 1919, com o engajamento também de José Mariano Filho¹⁸², responsável pela denominação “neocolonial”, o movimento foi mais amplamente difundido e começaram a surgir obras públicas inspiradas na arquitetura tradicional brasileira. Juntos, Ricardo Severo e José Mariano Filho conseguiram, com ampla divulgação do movimento, expandir seus ideais. Com o reconhecimento oficial do neocolonial e a construção de edifícios públicos importantes ocorreu a apropriação, no Brasil, dos elementos ornamentais de gosto tradicional. Reproduções destes elementos surgiram nas mais variadas construções, incluindo as habitações populares. Esta popularização da arte colonial brasileira culminou em discussões entre arquitetos e artistas sobre o conteúdo estético desta arte (SEGAWA, 2002).

Destacou-se também neste período o francês Victor Dubugras, que apresentou uma precoce produção neocolonial nos primeiros anos do movimento. O debate sobre as questões artísticas e nacionalistas resultou em uma série de matérias organizadas por Fernando Azevedo (1894-1974), publicada no jornal O Estado de São Paulo em 1926. Os

¹⁸¹ Ricardo Severo (1869-1940). Engenheiro civil e de minas na Academia de Politécnica do Porto, em 1891, exilou-se no Brasil devido ao seu envolvimento com o movimento republicano português. Retornou a Portugal entre os anos de 1898 e 1908, quando editou uma publicação – *Portugália* - sobre a valorização da cultura portuguesa. Em 1909 radiou-se definitivamente no Brasil e associou-se ao escritório de Ramos de Azevedo.

¹⁸² José Mariano Filho (1881-1946). Médico e historiador de arte. Ativista do movimento neocolonial.

defensores do movimento atribuíam um caráter de “progresso” ao neocolonialismo, reafirmando as convicções de Ricardo Severo manifestadas em 1914:

As ações primárias têm que ser a revolução; mas a essência da obra construtiva é apenas a tradição; e a meta desse tradicionalismo revolucionário é o mesmo desenvolvimento do progresso que todos os povos buscam na mais angustiosa das ansiedades. Em matéria de arte, alistar-me-ia ‘a priori’ como ‘futurista’ – consoante o termo em moda – se este pseudofuturismo não significasse um ilogismo anarquizante, se não fosse uma negativa, se não denunciasses uma facção de fato retrógrada [...]. Porém este tradicionalismo revolucionário é também futurista (SEVERO, 1926).

O pintor José Wasth Rodrigues (1891-1957) discorria na mesma série de matérias jornalísticas, sobre sua concepção acerca do neocolonial:

Não faço mais do que seguir um movimento que me parece universal. O regionalismo é a consequência do excesso de cosmopolitismo. O que, fatigados de tentativas, procuramos na arquitetura colonial é arte que repousa o espírito, traga o caráter das coisas brasileiras e falo mais, tanto ao sentimento como à sensibilidade. Não quero a arquitetura antiga na sua rigidez, mas uma arte moderna que aí procure um elemento de renovação (RODRIGUES, 1926).

Em 1918, Wasth Rodrigues havia feito suas primeiras viagens a Iguape e Minas Gerais com intuito de iniciar um levantamento sobre as principais características arquitetônicas do período colonial brasileiro. Posteriormente, este levantamento tornou-se o livro *Documentário Arquitetônico*, publicada apenas em 1940. Muitos autores atribuem a Ricardo Severo a encomenda deste levantamento ao jovem pintor, entretanto, Pinheiro (2003) chama atenção para o fato de ter sido à memória de Otto Weiszflog, sócio da Melhoramentos, a homenagem feita por Wasth Rodrigues, sem qualquer referência a Severo:

A coleção de desenhos que ora publicamos, é resultante de apontamentos feitos, uns ao natural, outros de fotografias, e reunidos em muitos anos de estudos e de viagens sucessivas pelo Brasil. Trabalhos para uma publicação semelhante foram colecionados a seguir às primeiras viagens que fizemos a Iguape e a Minas Gerais em 1918, a conselho de Otto Weiszflog, seu orientador inicial, a cuja memória prestamos aqui nossa homenagem (RODRIGUES, 1940, p.1).

Ao que parece, Otto Weiszflog pode ter financiado a pesquisa de Wasth Rodrigues, conotando o apreço do industrial à investigação dos elementos arquitetônicos do período colonial brasileiro. O apogeu do “movimento neocolonial” ocorreu durante a década de 1920. Nas décadas seguintes fora apropriado popularmente e passou também a ser reproduzido de forma destituída das formulações originais postuladas por seus fundadores.

Entre as últimas obras relevantes neocoloniais construídas em São Paulo, estaria o edifício da Faculdade de Direito de São Paulo, projeto de reforma de Ricardo Severo (SEGAWA, 2002).

O estímulo de Otto Weiszflog ao estilo voltado às origens coloniais e a busca de uma representação genuinamente nacional, poderia expressar o desejo do alemão atestar sua “brasilidade” formalmente materializada.

Figura 196 Capela São José
Fonte: Acervo Paulo Polkorny

Outra questão importante que deve ser destacada é a aproximação entre a Companhia Melhoramentos, Monteiro Lobato e Ricardo Severo. Alguns anos antes da inauguração da Capela de São José, em 1924, o ex-ministro da viação e deputado federal por São Paulo, João Pires do Rio, produziu um relatório referente às oficinas da gráfica que haviam sido transferidas para as novas instalações da Companhia construídas no bairro da Lapa/Água Branca, em São Paulo. Junto com o deputado, o escritor Monteiro Lobato esteve presente nas novas instalações. Monteiro Lobato e a Companhia estudavam um projeto de associação e esta ideia era apoiada com entusiasmo por de J. C. Macedo Soares, Paulo Prado, Horácio Sabino e Ricardo Severo. Neste projeto, o grupo Lobato entraria com mil contos de réis e os Weiszflog com três mil, valor estimado para a gráfica-editora. Esta

associação não foi consolidada, segundo Donato (1990), devido à Revolução de 1924 que trouxe instabilidade para as empresas e desmotivou Lobato a investir neste negócio fazendo com que o escritor se concentrasse no esforço de salvar da crise a sua própria empresa¹⁸³ (DONATO, 1990). Se considerarmos a possibilidade do arquiteto Ramos de Azevedo ter tido grande aproximação com a Companhia Melhoramentos, podemos supor a possibilidade de nomes como Ricardo Severo e Victor Dubugras, profissionais ligados ao escritório de Ramos e ao movimento Neocolonial, serem eventuais autores do projeto da capela de São José.

Na capela de São José¹⁸⁴, erguida quando Caieiras pertencia aos Weiszflog, notamos a mescla de elementos da arquitetura neocolonial fundamentada em origem luso-brasileira (que foi popularizado pelo termo neocolonial) e da arquitetura neocolonial de origem hispânica, também conhecida pelos termos “estilo missões”, “estilo mexicano” ou ainda “estilo californiano”. Nela podemos identificar elementos da arquitetura do período colonial visíveis, principalmente na configuração do telhado e do alpendre. A utilização de pedras no embasamento do edifício e o anexo circular na fachada posterior configura um recurso bastante utilizado no estilo missões. Para Santos (1981),

O Neocolonial era grave e viril; o Mission-Style gracioso e delicado; a conjugação dos dois (muito atacada por José Mariano) constituiu uma das notas características da sensibilidade artística da segunda metade da década (SANTOS, 1981, p.94).

Poderíamos dizer que a configuração do frontão da capela assemelha-se aos frontões jesuíticos, com formas livres simplificadas, como uma transição entre frontões jesuíticos de linhas barrocas e os frontões jesuíticos de forma regular. Nesta concepção, o óculo modificado e o consolo também poderiam ser lidos como elementos que seguiram uma linguagem dos frontões regulares. Na fachada, os telhados laterais, elementos bastante difundidos no neocolonial coroados por elementos decorativos, fazem certa referência às tradicionais igrejas de duas torres.

¹⁸³ Com a desistência de Lobato, Pires do Rio concebeu o seu próprio plano. A idéia de Pires do Rio era montar uma empresa gráfico-editora que se chamaria Companhia Impressora do Brasil com sede em São Paulo e filial no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Bahia, Recife e Porto Alegre. O capital de cinco mil contos de réis estaria dividido com 15% com os Weiszflog e o restante com o grupo financeiro carioca Vieira Cunha. No momento de avaliação dos bens da Companhia Melhoramentos o projeto foi encerrado e a associação não ocorreu (DONATO, 1990).

¹⁸⁴ Desconhecemos a autoria do projeto desta capela, entretanto, nos parece ser um projeto erudito, elaborado provavelmente por arquiteto.

Figura 197 Detalhe da janela lateral
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 198 Detalhe da portada
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 199 Lateral esquerda da capela
Fonte: Acervo da autora (2010)

Figura 200 Lateral direita da capela
Fonte: Acervo da autora, (2010)

3.2.5 A nova Fábrica de Papel: da linguagem clássica ao modernismo

A fábrica de papel da Companhia Melhoramentos foi encomendada pelo Coronel Rodovalho por volta do ano de 1887. O projeto foi elaborado pela empresa alemã Gebrüder Hemmer, especializada neste segmento e a obra foi direcionada pelo engenheiro paulistano Leonhardt (DONATO, 1990).

Para a construção iniciada logo após a finalização do projeto, materiais diversos foram importados da Europa, como cimento inglês e o zinco de Flandres, enquanto o material bruto era extraído dos morros próximos, como o morro Tico-Tico. O material importado chegou a Caieiras transportado pela ferrovia e o desembarque ocorreu na Ponte

Seca, localizada entre Caieiras e a região de Os Perus - atual bairro de Perus – de onde seguiam por navegação até o local onde começaria a implantação da fábrica (DONATO, 1990).

Figura 201 Descarregamento do material importado na Ponte Seca entre os anos de 1888 e 1889.

Fonte: DONATO (1990, p. 18)

Os edifícios erguidos em alvenaria de pedra foram locados às margens do Rio Juqueri, onde posteriormente à construção da fábrica foi feita uma barragem construída para fornecimento de energia hidráulica necessário para o funcionamento do maquinário. Segundo Donato (1990) a implantação dos prédios fora concebida em níveis diferenciados para a facilitação do transporte de materiais.

Figura 202 Trabalhadores e materiais que chegavam à fábrica pelo transporte fluvial

Fonte: Donato (1990)

Notamos que a concepção do edifício com a simetria e proporção dos vãos em arco remete à linguagem clássica. Para Correia (2008)

[...] as construções de pedra erguidas na década de 1880, que abrigaram a fábrica de papel da Companhia Melhoramentos, em Caieiras – com seu frontão e vãos em arco pleno – não deixam de incorporar motivos da linguagem clássica (CORREIA, 2008).

A arquitetura da fábrica de Caieiras parecia prenunciar aquela arquitetura descrita por Hardman e Leonard (1982) que chegaria com o novo século. Ao descrever as características das fábricas surgidas no início do século XX, subordinadas ao capital estrangeiro – principalmente o capital germânico - os autores enumeram características comuns do “estilo alemão” que começava a surgir a partir dos 1900 e entre elas destacam a arquitetura alta e compacta, com dois andares iluminados e ventilados por pequenas janelas. Entretanto, nos novos modelos do século XX as edificações eram erguidas em alvenaria de tijolos pintados de branco ou amarelo, como a fábrica de tecidos Carioba, em Americana.

Figura 203 Construção da barragem entre os anos de 1888 e 1889

Fonte: Donato (1990, p. 40)

Figura 204 A fábrica de papel movida pela energia hidráulica da represa do Rio Juqueri, 1890

Fonte: Calendário 100 anos da Melhoramentos(1990)

Figura 205 A fábrica por volta de 1906.

Fonte: Donato (1990, p. 42)

Como vimos, os anos da década de 1930 foram de renovação para o cenário arquitetônico de Caieiras. Além das antigas residências, que foram, gradativamente, substituídas por casas modernas, também a arquitetura da fábrica de papéis começava a ser alterada com a demolição de parte do edifício original, entre os anos de 1938 e 1939, para dar lugar ao edifício de linhas modernas, baseado em novos conceitos estéticos e racionalistas. O entorno da fábrica já estava composto por edificações mescladas por antigas construções e novos galpões industriais de linhas modernas. Neste contexto, o

armazém do bairro da fábrica também mostrava a influência desta nova arquitetura (ver *figura 212*).

Figura 206 Vista dos edifícios da fábrica antes do início da demolição para construção do novo edifício, entre os anos 1938 e 1939

Fonte: Donato (1990, p.162)

Figura 207 Demolição de parte do antigo edifício da fábrica, anos 1938 e 1939

Fonte: Donato (1990, p.162)

Figura 208 Início da obra do novo edifício, 1938-1939

Fonte: Donato (1990, p.162)

Figura 209 O novo edifício da fábrica construído entre os anos de 1938-1939.

Fonte: Donato (1990, p.162)

Figura 210 Vista geral da nova fábrica, 1939.

Fonte: Donato (1990, p.162)

Os novos edifícios fabris que emergiam durante os anos de renovação de Caieiras traziam fachadas desvencilhadas das ornamentações¹⁸⁵, características intrínsecas aos edifícios ecléticos. Desta forma, a arquitetura expressa nestes edifícios afluência das características mais evidentes da arquitetura moderna¹⁸⁶ que era baseada em preceitos de economia, praticidade, limpeza e funcionalidade. Assim, os novos edifícios rompiam com os estilos históricos anteriores. De maneira geral, após a década de 1930, a indústria abraçou as idéias modernistas que se propagavam e os novos projetos arquitetônicos surgiam expressando os conceitos de funcionalidade e economia como princípios norteadores.

Figura 211 Vista do bairro da fábrica, década de 1960

Fonte: A viagem ao maravilhoso mundo do papel e do livro (1965)

Figura 212 Edifício do armazém da fábrica

Fonte: Acervo da autora (2010)

¹⁸⁵ A rejeição ao ornamento foi uma característica marcante do modernismo. Em 1908, Adolf Loos lançou um ensaio com o título “Ornamento é Crime”, onde criticava a arquitetura que se utilizasse deste recurso como uma prática de adoção de elementos supérfluos. As idéias ligadas aos conceitos de “menos é mais” e “a forma segue a função”, difundidas por Mies van der Rohe e Louis Sullivan, tornaram-se a representação e síntese do ideário moderno.

¹⁸⁶ O modernismo firmou-se como ideologia com idéias de origens diversas como a Bauhaus, na Alemanha; Le Corbusier, na França; Frank Lloyd Wright, nos Estados Unidos e pelas reuniões do “CIAM” (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) que estabeleciam pontos de convergência destes ideários.

Capítulo IV

Caieiras e a preservação dos edifícios
remanescentes

4 Caieiras e a preservação dos edifícios remanescentes

4.1 Considerações sobre a preservação e atribuição de valores

Os estudos sobre Preservação de Patrimônio têm obtido significativos avanços nas últimas décadas. Beatriz M. Kühl (1998), em suas notas sobre a evolução do conceito de restauração, traça um panorama geral da evolução dos conceitos de preservação do século XVIII ao final de século XX. Dentro desta análise, aponta que o interesse por construções históricas, especificamente por construções da Antiguidade, começou a se difundir durante o Renascimento, período em que estudos aprofundados sobre edificações de períodos precedentes foram elaborados. Neste sentido, são enumeradas as ações de relevância para estes estudos e as preocupações sobre o respeito pelas obras dos antepassados e a condenação à demolição indiscriminada:

[...] fazendo uso enfurecido de suas ferramentas, precipitam-se, como muitos saqueadores, a demolir e a nivelar tudo que está à sua frente; o que os tornaria muito melhores na terra de um inimigo. Mas o erro desses homens deve ser corrigido; por uma mudança da fortuna, ou adversidade dos tempos, ou algum acidente imprevisto, ou necessidade, pode possivelmente obrigá-lo a deixar de lado os pensamentos do empreendimento que começou. E é certamente muito impróprio, nesse meio tempo, não ter consideração pelos trabalhos ancestrais, ou pela utilidade que muitos compatriotas encontram nessas habitações paternas, às quais eles longamente se acostumaram; e quanto a destruir e demolir, isso está em seu poder em qualquer tempo. Sou, portanto, pela preservação das velhas estruturas intocadas, até o tempo em que seja absolutamente necessário removê-las para dar lugar ao novo (ALBERTI, 1775 *apud* Kühl, 1998, p.180).

Começaram a surgir ainda no século XV, as preocupações manifestadas pelas ordenanças papais, sobre a proteção das construções passadas tanto pagãs como cristãs. As idéias sobre Preservação do Patrimônio foram amadurecendo, lentamente, na Europa, sobretudo, a partir do século XVIII, com as idéias Iluministas, quando a noção de História, da maneira como é entendida atualmente, começou a se formar (KÜHL, 1998). Fatores como o balanço das destruições do patrimônio artístico francês causadas pela Revolução Francesa (CHOAY, 2001) e as profundas alterações geradas pelo processo de industrialização em larga escala em algumas regiões como a Grã Bretanha, contribuíram para uma mudança na relação entre uma determinada cultura e seu passado. Assim, a ameaça da perda suscitou as preocupações em proteger um passado de ambiente urbano e arquitetura notável. Na França, tais preocupações levaram o Estado à criação da primeira legislação sobre o tema (KÜHL, 1998).

Estes processos de perda, pelos diversos tipos de destruição, e a necessidade de proteger os bens suscitaram o início das escolhas dos bens. Os monumentos históricos começaram a ser pensados sob a ótica da atribuição de valores. Na França revolucionária, o valor nacional é o valor fundamental, aquele que legitima todos os outros, dos quais é indissociável e a cujo conjunto hierarquizado ele comunica seu poder afetivo. Relacionando os valores por uma hierarquia, o valor cognitivo, primeiro da sequência, permite construir uma multiplicidade da história – política, das artes, dos costumes – simultaneamente ao auxílio que proporciona à pesquisa intelectual e à formação das profissões e dos artesanatos. O valor econômico pode ser relacionado àquele valor que oferece modelo às manufaturas e também à sua capacidade de atrair visitantes estrangeiros geradores de lucros. Finalmente estava o valor artístico (CHOAY, 2001).

Durante o século XIX, nova importância foi atribuída às antiguidades, com o início da fase de consagração do monumento histórico. Vários países europeus contribuíram para as reflexões e teorias sobre conservação do monumento histórico. Inglaterra, Itália e países germânicos inovaram nas teorias e reflexões sobre o tema. Com o advento da industrialização, transformações e degradações ocorreram no meio ambiente, contribuindo para inverter a hierarquia de valores atribuída aos monumentos históricos. Desta forma, os valores relacionados à sensibilidade, como o valor estético, passavam a ganhar força. A industrialização do mundo contribuiu para a aceleração e generalização do estabelecimento de leis visando à proteção do monumento histórico e, assim, a maioria dos países europeus consagrou a necessidade de sua preservação (CHOAY, 2001).

4.2 IPHAN e CONDEPHAAT

Pode-se dizer que no Brasil medidas mais consistentes para a preservação de monumentos foram tomadas a partir da década de 1920. Iniciativas como a de Alberto Childe com a elaboração do anteprojeto de lei para a defesa do patrimônio artístico nacional, o projeto de lei de 1923, para organização da defesa dos monumentos históricos e artísticos apresentado pelo deputado pernambucano Luiz Cedro e a proposta do representante de Minas Gerais, Augusto Lima, para proibir a saída para o exterior de obras de arte, não tiveram força ou aprovação. As iniciativas estaduais que visavam à elaboração de legislação eram frágeis, limitadas e de pouca eficiência (PINHEIRO, 2003).

Em 1933, Ouro Preto foi decretada Monumento Nacional. No ano seguinte, através de decreto, foi organizado o serviço de proteção aos monumentos históricos, sob a

responsabilidade do Museu Histórico Nacional. A constituição de 1934 incluiu, entre seus princípios, a proteção do patrimônio histórico e artístico. A tutela do patrimônio histórico e artístico pelo Estado foi aos poucos, se consolidando e o Ministro da Educação Gustavo Capanema foi o responsável pela sua efetivação. Durante o Governo Vargas foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, a partir da elaboração, em 1936, do anteprojeto do Diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo - Mário de Andrade. Um novo projeto de Lei Federal foi criado e então foi proposta a criação do Sphan. Em 1937 foi promulgado o Decreto nº25, basicamente de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O conceito de patrimônio, nacional e internacionalmente, neste momento, ainda era voltado, sobretudo, aos bens notáveis e tendia a excluir elementos como tecido urbano e arquitetura vernacular (FONSECA, 2005).

No Brasil, os arquitetos modernistas tiveram participação fundamental na preservação do patrimônio histórico no momento de implantação da legislação de preservação, quando as preocupações focavam a preservação de um passado nacional. Nesta ação ocorreram certas resistências e desvalorizações da herança arquitetônica de origem européia do século XIX. A busca pela identidade nacional motivou a disputa pelo resgate de raízes culturais nacionais entre os grupos. A participação do arquiteto Lucio Costa, como diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do Dphan/Sphan foi de grande relevância na escolha dos bens tombados naquele momento. Em seus pareceres sobre o tombamento dos edifícios, grande importância ao valor estético e ao valor de excepcionalidade dos monumentos foram atribuídas (PESSOA, 1999).

A partir da década de 1970, em decorrência, principalmente, da impossibilidade de o Iphan¹⁸⁷, manter apenas com os recursos do governo federal, atualizados os programas de manutenção e conservação do patrimônio, deu-se início ao processo de descentralização das políticas de preservação no Brasil. O resultado desta ação contribuiu para flexibilizar a valoração de certos bens que podiam ter relevância para estados e municípios, mas não necessariamente sob a ótica do Iphan (LEITE, 2007).

Em 1969, no estado de São Paulo foi criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico Artístico e Turístico – Condephaat. A prática do tombamento continuava na busca da autenticidade sob o temor da perda que se intensificava com o desenvolvimento da industrialização. Havia divergências relativas aos critérios,

¹⁸⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual denominação do antigo SPHAN.

procedimentos e métodos utilizados para o reconhecimento da importância histórica de bens entre os profissionais que entendiam que os bens deveriam ser avaliados como documento da arquitetura, valorizando aspectos como técnicas construtivas, materiais e formas e aqueles que entendiam que os edifícios deveriam ser valorados, predominantemente, como testemunhos da tradição nobiliárquica ou pela relação com a vida dos grandes heróis do passado. O ponto de convergência entre tais opiniões foi obtido na valorização do bandeirismo e dos primeiros anos da ocupação do litoral brasileiro, que representavam momentos fundamentais da memória histórica regional e nacional. As ações do Condephaat se iniciaram com essas balizas históricas, às quais foi acrescentado o período de expansão de café no Vale do Paraíba e na região de Campinas (RODRIGUES, 2000).

A industrialização permaneceu em plano absolutamente secundário e os critérios de valoração de bens ampliaram-se sem que fossem definidas explicitamente políticas de preservação. Assim, as políticas culturais estaduais foram circunstanciais e definiram políticas a partir da composição dos conselhos deliberativos, das pressões externas resultantes da vontade política do poder público, de interesses do setor privado, em especial os relativos à especulação imobiliária intensificada a partir da década de 1970, e de referências teóricas e conceituais assumidas por conselheiros e técnicos. Além disso, os setores sociais não representados no Conselho atuaram pelo direito de todo cidadão solicitar tombamentos.

Inicialmente os argumentos dos solicitantes eram relacionados às passagens de personagens históricas pelo espaço que se pretendia tomar ou à posição social e nobiliárquica de seu proprietário. Assim, a valorização da história oficial se tornou o ponto de harmonia entre a ação do Condephaat e a expectativa da sociedade. Aspectos como o estado precário dos bens tombados influenciavam negativamente junto à opinião pública. Pedidos referentes à memória local ou de um grupo social começaram a surgir, alterando o entendimento social sobre o patrimônio, juntamente com os direitos de cidadania. O Condephaat foi pioneiro, no Brasil, na preservação de áreas naturais por meio de tombamento. Todas estas ações contribuíram para a revisão do conceito de patrimônio que passou a abranger outros objetos referentes ao conjunto da cultura material, além dos monumentos históricos, abrindo as possibilidades de estender a proteção oficial para áreas naturais e urbanas de porte, bem como para a consideração da memória social como um dos vetores envolvidos na preservação de artefatos materiais (RODRIGUES, 2000).

O estabelecimento da aproximação entre o Conselho e a sociedade compunha as diretrizes das ações do Conselho durante a década de 1980. Uma renovação no entendimento do conceito patrimônio ocorreu após experiências, como o tombamento da Vila Itororó¹⁸⁸, que trouxeram nova interpretação da ação do tombamento, levando em consideração fatores como atuais usos e ocupações do bem que se pretende tomar, a dinâmica e os efeitos sociais das intervenções preservacionistas sobre as populações carentes e historicidade dos objetos culturais. Esta renovação deu-se pela observação destes fatores no referido processo por Flavio Império (1935-1985), membro do “Grupo de Apoio” formado para assessorar os conselheiros na avaliação dos problemas específicos. As colocações de Flavio Império traduziam a idéia de que a preservação não envolve apenas a consideração do passado, mas, sobretudo a do presente e que o tombamento não autoriza apenas apropriações para uso cultural, pois o patrimônio tem um papel social mais amplo do que representar o passado. O projeto de Lina Bo Bardi (1914-1992) que estabelecera uma nova dinâmica para um antigo espaço fabril, adaptando-o para um centro de convivência, lazer e cultura para diferentes estratos da população – o Sesc Pompéia - tornou-se também exemplo de utilização adequada de bens históricos, fazendo-se necessário uma revisão quanto às formas de utilização e tombamento dos bens (RODRIGUES, 2000).

A partir de 1975, a “cultura popular” passou a ser considerada nesta redefinição que se processava nas diretrizes da política de patrimônio. Na renovação, as equipes técnicas multidisciplinares começaram a confrontar a rigidez dos conhecimentos específicos. Assim, as opiniões técnicas foram ganhando nas decisões, impulsionando o aprofundamento e especialização dos conhecimentos dos técnicos que coincidiu com a valorização da memória e da preservação pela sociedade, expresso pela busca das raízes culturais de grupos étnicos, pela expansão de grupos voltados à preservação do meio ambiente, pelo interesse de empresas privadas em divulgar sua história e pela organização de arquivos históricos particulares (RODRIGUES, 2000).

A redefinição das ações e condições de atuação do Condephaat pode ser observada nas propostas das “*Diretrizes para a formulação de uma política de atuação do Condephaat*”, de 1984. Nesta proposta, técnicos e conselheiros dispõem-se a rever as dificuldades conceituais e administrativas do Conselho, no que diz respeito às políticas de preservação direcionadas à produção cultural em seu conjunto. Pelas *Diretrizes* caberia ao

¹⁸⁸ Conjunto residencial construído durante a década de 1920, na Bela Vista, em São Paulo (RODRIGUES, 2000, p.122).

Condephaat, fundamentado em uma nova conceituação que incluía o conceito de memória, ampliar suas atribuições, de modo a atender com maior eficiência às tarefas de identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural paulista. O patrimônio cultural é reafirmado como portador de significados – vetor das relações sociais enquanto cultura material – cujos critérios de identificação não se fundamentam em sintomas objetivos que representem unicamente o gosto e os padrões culturais dominantes de algum seguimento exclusivo da sociedade (RODRIGUES, 2000).

Assim, entende-se que a definição de patrimônio, pelo Condephaat, somente será possível reconhecendo os conteúdos específicos dos bens naturais, como seguem: relevante valor estético, preservação e valorização cultural, excepcionalidade e apropriação social de espaços naturais. Ao incluir o termo cultural ao patrimônio, o Condephaat propõe que o universo de bens, objetos e paisagens assim identificados, deveriam servir não apenas como testemunho do passado, porém, como testemunho de representações simbólicas implícitas nas relações humanas. Determinado o caminho a percorrer (identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural pelos critérios científicos), as atuações do Condephaat esbarram em questões políticas e econômicas, pois não podemos esquecer o valor imobiliário agregado aos bens materiais, que possibilita a destruição ou a valorização cultural dos mesmos. Os interesses do capital prevalecem sobre outros, fato observado, entre outros casos, na demolição das fábricas das Indústrias Reunidas F. Matarazzo, na Água Branca, em São Paulo, quando das negociações entre governo e proprietário (RODRIGUES, 2000).

4.3 Algumas considerações sobre o Patrimônio Industrial

A inclusão do Patrimônio Industrial entre os edifícios históricos que suscitaram o interesse da preservação pode ser considerada uma ação mundial recente. O Patrimônio Industrial, geralmente, é constituído por áreas localizadas nos centros urbanos. As peculiaridades destas áreas – grandes e muitas vezes ociosas e com baixa rentabilidade - configuram uma delicada situação deste patrimônio em relação à sua preservação.

Na Inglaterra, durante a década de 1950, surgiram as primeiras ações e escritos sobre o tema, voltados para a defesa, documentação e preservação dos bens ligados à indústria. No final desta década foi criado o Comitê de Pesquisa para Arqueologia Industrial pelo Conselho Britânico de Arqueologia, e deste Conselho, surgiu uma definição de um monumento industrial:

[...] any building or other fixed structure – especially of the period of the Industrial Revolution – which either alone or in association with plant or equipment, illustrates or is significantly associated with the beginnings and evolution of industrial and technical processes. These may be concerned with either production or communications¹⁸⁹ (HUDSON, 1976, p. 19).

Dessa forma, o ponto de partida para a preservação dos bens da indústria, definido a partir da Revolução Industrial constituía uma ação justificável e na Grã-Bretanha, devido ao pioneirismo e importância nas atividades industriais e as consequências mundiais em diferentes épocas e fases da industrialização, assim como pelos riscos sempre crescentes de destruição dos bens. Ainda nesta década, um avanço sobre estas questões foi percebido na Inglaterra, quando fatores como o desenvolvimento urbano e modernização das indústrias começaram a levar à destruição exemplares diversos do patrimônio industrial. Estas razões, associadas à qualidade e quantidade do patrimônio em questão que começava a desaparecer, motivavam muitas empresas a, de forma espontânea, iniciar a organização e preservação de seus arquivos e bens. Este momento propiciou o surgimento das primeiras literaturas sobre o assunto como o livro “Industrial Archaeology - A New Introduction”, de 1963, de Kenneth Hudson (1916-1999), também responsável pela revista “The Journal of Industrial Archaeology”, posteriormente renomeada “Industrial Archaeology Review. A expansão deste movimento fomentou o surgimento de publicações e manifestações a este respeito (KÜHL, 1998).

Em diversos países a preocupação com o tema começou a ocorrer nos anos seguintes. Na Alemanha, por exemplo, as primeiras iniciativas começaram a partir da década de 1960, nos meios universitários e institucionais. Nos Estados Unidos, a partir de 1965¹⁹⁰. A Suécia passou a ocupar posição de destaque no que se refere aos estudos relacionados à preservação dos bens industriais desde a década de 1970, quando diversos países passaram a se interessar pelo assunto, como a Bélgica, que recenseou seu patrimônio industrial a partir de 1975 e a Itália que vem desenvolvendo rigorosas pesquisas sobre o patrimônio industrial desde a década de 1970 (KÜHL, 2008).

Foi a partir de 1960 que, na Inglaterra, observou-se o início do interesse público pelos edifícios industriais, não só por questões históricas como também por questões

¹⁸⁹ “(...) qualquer edificação ou outra estrutura permanente – especialmente do período da Revolução Industrial – que sozinha ou associada à maquinaria ou equipamento, ilustra ou é significativamente associada ao começo e evolução de processos industriais e técnicos. Isso pode referir-se tanto à produção quanto aos meios de comunicação” (KÜHL, 1998, p. 222).

¹⁹⁰ Os Estados Unidos iniciaram, desde 1965, diversos estudos de campo a partir do trabalho conjunto entre o Smithsonian Institution, Historic American Building Survey e o American Institute of Architect que em 1969 se uniram à American Society of Civil Engineers objetivando recensear todos os sítios industriais americanos (KÜHL, 1998).

estéticas. Através de manifestações públicas¹⁹¹ deram-se início às ações em defesa da preservação destes edifícios. A estas ações foi vinculado o termo “arqueologia industrial”. Este termo, embora bastante questionado, foi difundido em diversos países.

Uma hipótese da origem desta expressão, segundo Hudson (1976), é que teria surgido na década de 1950 por iniciativa de Donald Dudley¹⁹². A expressão foi publicada pela primeira vez em 1955 no artigo escrito por Michael Rix¹⁹³ para o *Amateur Historian*. Neste artigo o autor manifestou a preocupação sobre a necessidade de preservar e documentar os bens industriais significativos ameaçados de destruição. Diante da relevância que o tema assumia, o termo “arqueologia industrial” foi utilizado por Rix com intenção de designar o estudo dos bens remanescentes provindos do que se convencionou chamar de Revolução Industrial.

As limitações e vinculações das definições acerca dos bens oriundos da chamada Revolução Industrial tornaram-se um ponto controverso entre os autores que começavam a se pronunciar sobre o tema, devido à existência de atividades industriais anteriores a essa época e também por ter a industrialização se desenvolvido em momentos diferentes em cada país ou localidade. Assim, alguns autores passaram a suprimir a classificação temporal relacionada à Revolução Industrial.

Hudson, por exemplo, apresentou uma definição sobre arqueologia industrial mais abrangente, considerando todas as fases da industrialização: “Industrial Archaeology is the discovery, recording and study of the physical remains of yesterday’s industries and communications¹⁹⁴,” (HUDSON, 1976, p. 21).

Outra definição abrangente foi colocada por Angus Buchanan¹⁹⁵. Na definição elaborada por este autor estavam incluídas todas as atividades industriais de diferentes épocas, fazendo-se a ressalva de que os “monumentos industriais” produzidos nos séculos XVIII e XIX teriam maior atenção, por considerar que os monumentos produzidos nos períodos anteriores deveriam ser tratados por métodos mais convencionais da própria arqueologia e da história. Além disso, havia grande quantidade de monumentos datados deste período, pois nestes duzentos anos o processo de industrialização acelerou-se

¹⁹¹ Duas manifestações marcaram o fato: a iniciativa de várias organizações e sociedades em tentar, em vão, salvar a Estação Euston, em Londres, da demolição e a demolição do Coal Exchange Building para alargamento de uma avenida, ambos os casos iniciados em 1962. As manifestações, entretanto, tiveram êxito com o caso da ponte de Telford, sobre o Conway, no país de Gales (KÜHL, 1998).

¹⁹² Donald Dudley – professor da Universidade de Birmingham, Inglaterra.

¹⁹³ Michael Rix. Professor de arqueologia medieval e romana da University de Birmingham.

¹⁹⁴ “Arqueologia industrial é a descoberta, registro e estudo dos resíduos físicos de indústria e meios de comunicação do passado” (KÜHL, 1998, p. 223).

¹⁹⁵ Angus Buchanan, professor britânico de história da tecnologia.

impulsionando o desenvolvimento dos transportes, comunicações e tecnologias. Para este autor, a definição de “monumento industrial” estaria ligada a qualquer relíquia em desuso de alguma fase passada da indústria ou meio de transporte, não importando se fossem de tecnologia arcaica ou muito recente. Buchanan (1972) defendeu, durante a década de 1970, a organização e sistematização dos estudos relacionados ao patrimônio industrial. Deu destaque ao caráter interdisciplinar que os estudos desta área estariam imbuídos ao perceber a grande variedade de categorias industriais existentes (BUCHANAN, 1972).

A definição dada por Arthur Raistrick¹⁹⁶, embora vasta, pois abrangia as formas industriais desde o período pré-romano até a atualidade, evitou enfatizar a Revolução Industrial e advertiu para a utilização do termo “arqueologia industrial” apenas para os casos onde fosse necessária a utilização de métodos da arqueologia “tradicional”. Para Raistrick, o termo “industrial recording” seria mais adequado para os outros casos e a preocupação estaria na utilização da metodologia correta, sem restrição quanto à cronologia. Para o autor o objeto de estudo estaria definido pela sua tipologia e não pela delimitação temporal (RAISTRICK, 1973).

Para Neil Cossons¹⁹⁷, a utilização do termo em questão já estaria sacramentada e dificilmente surgiria outro termo mais adequado para designar o interesse de estudar e preservar os bens remanescentes da indústria. Este autor destaca outro enfoque dado à preocupação com a preservação dos monumentos industriais. O interesse por este tema estaria embasado, além da preocupação com a destruição dos monumentos, também em um “sentimento de perda” que uma nova economia poderia instaurar ao destruir, mais uma vez, o existente para se construir algo novo, ação bastante evidenciada no pós-guerra. Assim, os restos concretos da industrialização seriam uma representação cultural de uma determinada localidade. Tem-se, neste pensamento, a preocupação com a preservação da paisagem vinculada a uma economia do passado que forma o patrimônio cultural atual de uma sociedade. Esta idéia estaria relacionada com a formação de uma identidade que iria além da compreensão apenas dos aspectos históricos ou técnicos envolvidos nas transformações espaciais promovidas pela industrialização. Entre os monumentos que compõem esta paisagem estariam incluídos, além dos edifícios arquitetônicos, também a escala e a integração de todo o conjunto com o entorno e com a comunidade. Estes espaços teriam, para o autor, potencial para serem adaptados a novos usos contemporâneos

¹⁹⁶ Arthur Raistrick. Estudioso da geologia, 1896-1991.

¹⁹⁷ Neil Cossons. Estudioso da geografia histórica.

práticos, culturais ou turísticos, e esta iniciativa estaria afinada com a preservação e salvaguarda dos edifícios degradados (COSSONS, 1978).

As experiências britânicas foram pioneiras e desta forma, contribuíram para discussões mais amadurecidas sobre o uso da expressão arqueologia industrial e definições de conceitos entre os autores franceses.

Para Maurice Daumas (1910-1984), só existe a possibilidade de tratar a arqueologia industrial quando existem testemunhos materiais. A inexistência destes testemunhos levaria ao estudo pelos métodos das pesquisas históricas “tradicionais”. Seria essencial, para o autor, o estudo de arquivos e fontes escritas. O principal objetivo da arqueologia industrial estaria ligado ao fornecimento de dados para identificação dos sítios e artefatos industriais de interesse histórico e assim, garantir sua salvaguarda.

Contradizendo Daumas, Annette Laumon aconselha uma análise da etimologia para melhor compreensão do termo “arqueologia industrial”, considerando, pois, que os testemunhos materiais não constituem condição fundamental para a caracterização (KHÜL, 2008).

A definição dada por Jean-Yves Andrieux¹⁹⁸ considera questões patrimoniais ao discorrer sobre a função da arqueologia industrial. Para o autor a “Arqueologia Industrial” é uma atividade científica que busca dados em fontes escritas históricas e no trabalho de campo, considerando todas as atividades industriais do passado, sem restrição cronológica (KHÜL, 2008).

O constante crescimento dos estudos ligados ao tema mostra que em alguns países, predomina a utilização da expressão “arqueologia industrial”, enquanto que em outros, adota-se, sobretudo, “patrimônio industrial”. Constatando que, na prática, os dois termos têm sido utilizados, equivocadamente, como sinônimos, Kühl (2008), propõe a utilização destes termos da seguinte maneira: o termo “arqueologia industrial” é mais adequado quando estamos nos referindo ao estudo, análise e registro de formas de industrialização do passado, com ou sem vestígios materiais e quando reconhecido o interesse como bem cultural para a sua preservação. Ao utilizarmos o termo “patrimônio industrial” pressupõe-se que estes estudos multidisciplinares tenham sido feitos e desta forma, a identificação dos bens que possuem interesse para a preservação já tenha ocorrido. A autora ainda explana sobre a utilização do termo “monumentos da industrialização” referindo-se não somente à arquitetura dos edifícios relacionados com as unidades de produção, mas

¹⁹⁸ Jean Yves Andrieux. Professor de história da arte contemporânea e arquitetura na Universidade de Rennes.

também a todo o complexo de edifícios que podem compor um conjunto industrial – fábrica, residências, edifícios de uso coletivo, edifícios produtores de energia, meios de transporte, etc. Estes conceitos estão afinados com a Carta de Nizhny Tagil, aprovada em 2003 pelos delegados reunidos na Rússia, em Assembléia geral do TICCIH, que dispõe sobre as definições, valores, proteção, manutenção e conservação do Patrimônio Industrial:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centro de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas [...], criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003).

Um crescimento constante de estudos sobre a industrialização no Brasil vem sendo observado. Podemos destacar, entre os outros estudiosos, Beatriz Mugayar Khül, Warren Dean, Edgar De Decca, Flavio A. Marques Saes, Francisco Foot, Victor Leonardi, Júlio Roberto Katinsky, Maria Auxiliadora De Decca, Milton Vargas, Odilon Nogueira de Matos, Pedro Carlos da Silva Telles, Ruy Gama, Phillip Gunn, Telma de Barros Correia, Ulpiano Bezerra de Meneses e Margarida Andreatta.

Entre as primeiras medidas associadas às preocupações com a preservação do patrimônio industrial, no Brasil, podemos dar ênfase, inicialmente, o tombamento das instalações remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, Iperó, SP, pelo IPHAN, em 1964.

Durante a década de 1970, Warren Dean trouxe a questão do patrimônio industrial em seu trabalho intitulado “A fábrica São Luiz de Itu: um estudo de Arqueologia Industrial” publicado nos Anais de História, apresentado, em 1976, para o Departamento de História, Faculdade de filosofia, Ciências e Letras de Assis.

Na década de 1980, o Seminário Nacional de História e Energia trouxe força às discussões. Neste Seminário, tiveram destaque os trabalhos de Ruy Gama e Ulpiano Bezerra de Meneses. Gama dava destaque à importância dos engenhos como representação de instalações manufatureiras enquanto patrimônio industrial (GAMA, 1986). Meneses discorreu sobre as dificuldades particulares do campo da arqueologia industrial, como a sua delimitação, especialização temática dos museus, os recortes cronológicos da

documentação industrial (referindo-se à Revolução Industrial), usos e funções dos monumentos e espaços industriais (MENESES, 1986).

Trabalho relevante foi elaborado por Margarida Andreatta ao coordenar o resgate arqueológico do Engenho dos Erasmos, em Santos, entre os anos de 1997 e 1999. Trata-se de um engenho de açúcar remanescente do século XVI. Neste sítio foram escavadas as fundações e identificado materiais que subsidiaram as pesquisas sobre as condições de vida cotidianas do Brasil colonial (ANDREATTA, 1999). No Brasil, tem crescido também o número de reuniões científicas que abordam questões pertinentes ao desenvolvimento de estudos sobre arqueologia e patrimônio industrial¹⁹⁹.

4.4 Caieiras como representação do Patrimônio Industrial

As instalações industriais da Companhia Melhoramentos de São Paulo são representações emblemáticas dos remanescentes da industrialização brasileira. Ao considerarmos os preceitos do texto aprovado para elaboração da Carta de Nizhny, em 2003, podemos afirmar que os remanescentes da Companhia Melhoramentos são bens de fundamental importância para a constituição do patrimônio industrial do país.

Diante do exposto anteriormente, identificamos nas instalações em questão, vestígios que compõem o valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico e científico. O valor histórico das instalações da Companhia Melhoramentos de São Paulo, em Caieiras, é relevante não apenas à localidade onde está inserido, embora, esteja este sítio intrinsecamente ligado à fundação da cidade e a partir daí, conotamos valor histórico local, mas é também um ícone da história da industrialização brasileira, inserido nos contextos da passagem Império/República, das mudanças trabalhistas e das questões políticas. A consolidação da empresa está permeada e entrelaçada a profundas consequências históricas que fazem dela um testemunho de grande valor universal. Inserem-se nos vestígios industriais os remanescentes das fábricas, dos maquinários, das oficinas, dos armazéns, das casas operárias, das igrejas, das escolas.

¹⁹⁹ Entre as reuniões científicas ocorridas recentemente, podemos dar destaque aquelas organizadas pelo Movimento de Preservação Ferroviária, I Encontro Latino-Americano/V Seminário Nacional de Preservação e Revitalização Ferroviária, realizado na UNIMEP, em Piracicaba em 2001; o Encontro “Território, Patrimônio e Memória”, em Santa Maria, RS em 2001, organizado pelo ICOMOS/RS e pela Universidade Federal de Santa Maria; o “VIII Encontro de Teoria e História da Arquitetura do Rio Grande do Sul: Arquitetura Industrial”, promovido pela Faculdade de Arquitetura e Engenharia de Passo Fundo em 2003; I Encontro de Patrimônio Industrial, organizado pelo IFICH-UNICAMP em Campinas em 2004, quando foi instituído o Comitê Brasileiro do TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (KÜHL, 2008). Foram realizados também o II Encontro de Patrimônio Industrial, realizado nas Faculdades Belas Artes, em São Paulo, em 2009 e o Segundo Seminário do Patrimônio Agroindustrial, em São Carlos, em 2010.

No campo da industrialização são vários os aspectos que podemos considerar para explicitarmos a formação do valor tecnológico. Trata-se de um vasto campo de experimentos que envolveram o processo de fabricação de insumos ligados à construção civil como as primitivas unidades produtoras da cal, dos artefatos de cerâmica, da extração mineral e da produção papelreira às inovadoras tecnologias atualmente empregadas para a produção do papel. A evolução das tecnologias causou modificações profundas na paisagem de Caieiras percebidas desde a utilização das matas naturais para combustível das caldeiras e da insipiente unidade produtora de celulose responsável pela poluição do Rio Juqueri às florestas de reflorestamento e aos modernos meios de controle do impacto ambiental.

As instalações da Companhia revestem-se de valores sociais indicados nas relações que descrevemos ao longo deste trabalho. Estas instalações representam um campo de ações que interferiram diretamente na vida de homens e mulheres através de um cotidiano orquestrado por suas atividades laborais dentro da Companhia. Como vimos, nas dependências da empresa, os trabalhadores estruturaram suas vidas em moradias, escolas, divertimentos, espiritualidade sempre moldados nos “padrões Melhoramentos” e mantém até hoje vínculos afetivos bastante fortalecidos pela vivência durante os anos de dedicação à Companhia.

Do ponto de vista da história da arquitetura e da engenharia, podemos avaliar os valores científicos, tecnológicos e estéticos das edificações erigidas desde as primeiras instalações do século XIX em técnicas construtivas tradicionais inspiradas na linguagem clássica e depois, no século seguinte, durante as renovações que se utilizaram de novos elementos construtivos e deram feições modernizadas ao núcleo originalmente constituído. Podemos fazer um apanhado das técnicas utilizadas para a construção das moradias enfileiradas acabadas com rebocos pintados, das casas geminadas de tijolos aparentes, das alvenarias erguidas em taipas de mão, pedra ou tijolos, dos elementos utilizados para ornamentação dos edifícios de uso coletivo e moradias mais requintadas, das novas estruturas compostas por vigas e pilares de concreto que deram novos ares à fábrica de papel. Damos destaque à arquitetura e monumentalidade da alvenaria portante dos fornos de cal e sua representação como ícone do município presente na simbologia oficial. Ainda imbuídos na importância do núcleo para a história da arquitetura, destacamos a arquitetura inspiradas em estilo românico e neocolonial das igrejas. Temos assim, um vasto repertório de estilos, técnicas, elementos e razões que nortearam a escolha dos elementos e técnicas em cada edifício que compôs o núcleo fabril de Caieiras.

Notamos que certos bens foram escolhidos pela Companhia e preservados do desmonte. Este critério nos pareceu ter sido fundamentado na escolha de bens como representantes isolados de determinados tipos de edificação (as igrejas, os armazéns, a escola, poucos modelos de casas, os fornos). Se o critério objetivava salvaguardar exemplares arquitetônicos significativos ou modelos empregados pela Companhia, como no caso de ter excluído do desmonte alguns modelos de moradia, ao promover a demolição do conjunto, perdeu-se a escala do núcleo, o arruamento, as relações entre os edifícios, as composições entre núcleo e paisagem. A paisagem composta pelos edifícios e florestas de eucaliptos, compõe uma ambientação peculiar da paisagem industrial de Caieiras.

Cabe acrescentar a importância da elaboração do inventário criterioso dos vestígios industriais da Companhia, fundamentado em desenhos, fotos, descrições, vídeos e relatos de seus moradores e trabalhadores. É importante que este inventário esteja disponível e acessível para o público. Esta medida se caracteriza como somatória à difusão da cultura industrial da cidade que emergiu a partir da indústria²⁰⁰.

Medidas legais suficientemente sólidas para garantir a preservação dos sítios históricos industriais poderiam ser tomadas. Em Caieiras as medidas ainda se caracterizam como mecanismos frágeis para a efetiva preservação dos remanescentes da Companhia. Além disso, a Carta de Nizhny (2003) recomenda que sítios ameaçados devem ser identificados a fim de que possam ser tomadas as medidas apropriadas para a redução dos riscos e assim, ocorra a facilitação dos projetos e restauro e reutilização. Os projetos de intervenção que eventualmente ocorrerem, deverão levar em consideração as recomendações da Carta de Veneza quanto à pesquisa histórica, estudo arqueológico, ambiência e aplicação de técnicas compatíveis sujeitas a provocar impactos mínimos na edificação histórica.

O apoio governamental e da comunidade local é fundamental para a concretização dos bons resultados. O interesse do público e apreciação dos valores do patrimônio industrial se constitui como um instrumento poderoso em defesa do patrimônio. Em Caieiras percebemos a existência deste interesse e desta apreciação, entretanto, desconhecemos manifestações públicas em defesa da integridade do patrimônio.

²⁰⁰ O arquivo público e o centro cultural de Caieiras poderiam ser fortes aliados à divulgação e disponibilização do inventário das instalações fabris da Companhia e desta forma, as intervenções feitas no entorno dos edifícios históricos só seriam possíveis após estudo profundo do inventário e assim, propostas de intervenção produziram resultados embasados no conhecimento amplo das instalações.

4.5 A lei de proteção, manutenção e a demolição dos edifícios

As primeiras ações públicas em defesa dos bens arquitetônicos remanescentes das instalações dos edifícios fabris da Companhia foram observadas pela disposição da Lei Orgânica do Município de Caieiras nº1994/90. O § 4 do artigo 184 desta lei designa ao município a proteção às obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. E ainda o artigo 185 estabelece que

Ficam fazendo parte do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, os fornos de cal, localizados no bairro do Monjolinho, a Igreja Nossa Senhora do Rosário localizada à Avenida Vitor Teixeira da Silva e os antigos prédios do Arquivo do Armazém e do antigo Almoxarifado, localizados na Rua Crinco Barnabé, antiga Rua da Estação, cabendo ao Poder Executivo Municipal solicitar os seus tombamentos históricos, através do Conselho de Defesa ao Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, CONDEPHAAT (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAIEIRAS, p. 87e 88)

Não havia qualquer referência na Lei 1994/90 às edificações residenciais que continuaram em processo de demolição. Em 2004, o conjunto de casas brancas agrupadas duas a duas localizadas à *Rua dos Coqueiros* desapareceu cedendo lugar para um gramado (ver *figura 63*). Os edifícios das fábricas e da Estação Ferroviária também não eram resguardados pela Lei. Os bens descritos no referido artigo excluía - ainda que a promulgação da Lei tenha ocorrido em 1990, de forma tardia se comparada com a evolução do conceito sobre patrimônio definidos pelas ações do Condephaat - a habitação operária como bem digno de inclusão entre os bens de representação do patrimônio histórico e cultural do município.

A prefeitura deu início à solicitação de tombamento dos referidos edifícios em 1994, com o pedido ao Condephaat pelos processos de guichê: 00394/94 e, posteriormente, 679/96, que teve seu indeferimento em 2007.

A solicitação da Prefeitura concentrava-se em um pedido de tombamento dos edifícios constantes no artigo 185 da Lei Municipal 1994/90. Anexado ao processo, apenas a cópia da mesma Lei e a indicação da localização dos edifícios propostos ao tombamento, sem históricos ou fotos dos edifícios. Em 2001, houve a reiteração do pedido “com atenção aos Fornos que carecem de manutenção”.

Após análise do processo, a Diretora do Centro de Estudos de tombamento de Bens Culturais, Ana Luiza Martins, indeferiu o processo justificando “que os bens culturais em questão não se colocam como bens de representação estadual”, propondo assim o

arquivamento do Processo e recomendando, se assim entenderem os solicitantes, a preservação no âmbito municipal²⁰¹.

A Lei Complementar Municipal 3896/2006, por meio do artigo 8º da Seção II, itens I e II, estabelecia que a política voltada ao Patrimônio Histórico Cultural e Paisagístico deveria “contribuir para a construção e difusão da memória do Município e região e implantar um programa municipal permanente de preservação, proteção, recuperação do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico do Município”.

Entre a Lei Orgânica de 1990 e a Lei Complementar de 2006, não houve uma ação municipal nas questões que se referem ao Patrimônio. Não existe um estudo aprofundado dos edifícios ou recomendações específicas para a proteção dos bens elegidos como Patrimônio Histórico e Cultural. A população entende que os referidos bens são tombados, devido à proteção da Lei Orgânica.

Com a aprovação da Lei 4160/08, que dispõe sobre o Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Caieiras, um pequeno avanço quanto às definições dos bens considerados Patrimônio do Município foi observado. O artigo 40 do Capítulo V define como Unidades Protegidas, as áreas e imóveis, legalmente instituídas pelo Poder Público, que exigem definição de usos e diretrizes especiais tendo em vista a sua importância histórica, arquitetônica e necessidade de preservação. Ficaram declaradas, pelo Artigo 41 da mesma Lei, as Unidades Protegidas:

1. UP dos Fornos de cal, localizadas no bairro do Monjolinho;
2. UP do conjunto de casas, galpões, pontes, fábricas e igrejas de relevante interesse histórico e cultural localizadas na propriedade da Companhia Melhoramentos, ou de seu sucessor;
3. UP da Estação Ferroviária de Caieiras;
4. UP do antigo ponto de captação de água da Vila Miraval, de propriedade da rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA).

²⁰¹ É interessante destacar que em 1984, a Secretaria de Estados dos Negócios Metropolitanos – SNM, a Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A – Emplasa e a Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla lançaram uma importante publicação intitulada *Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo*, que tinha por objetivo “localizar, organizar e divulgar os bens culturais de reconhecido valor para a formação histórico-cultural, rural e urbana da Região Metropolitana de São Paulo” (Secretaria de Estados dos Negócios Metropolitanos et al, 1984, p. 9). Na referida obra foram selecionados os exemplares tombados pela União e pelo Estado, assim como os de reconhecido valor para a Região Metropolitana e para o município de São Paulo, resultantes de uma listagem empreendida pela Emplasa/SNM e Sempla. Os bens foram classificados em função do significado histórico que assumiam na formação urbana e regional paulista. Desta forma, os fornos permeiam esta lista como bens de interesse de reconhecido valor da arquitetura industrial.

Esta definição lançou um olhar diferente aos bens que o município elegeu como Patrimônio Histórico e Cultural, incluindo as casas, fábrica e a estação como itens de importância histórica e cultural ainda não observados nas definições das leis anteriores.

O processo aberto em 1994 teve sequência de análise pelo Condephaat. Embora não tenha sido possível obter as vistas deste processo pelo órgão estadual, pudemos, pelo arquivo municipal, acompanhar as recentes solicitações do Condephaat à Prefeitura. De acordo com o ofício 102/09, emitido em janeiro de 2009, inúmeras solicitações foram feitas à Prefeitura para a complementação de documentação mínima a ser anexada ao pedido de tombamento, com finalidade de fornecer informações para instruir uma possível abertura de processo de tombamento dos referidos bens. Segundo o ofício não houve por parte dos interessados, até o momento da emissão daquele ofício, resposta às solicitações.

Conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de setembro de 1992, os pedidos de tombamento devem ser compostos por documentação complementar quanto ao ano de construção, seu construtor, planta do imóvel, ocupação em relação ao terreno e localização na área envoltória de 300 metros, documentação histórica sobre o bem, na qual deverá constar seu valor em relação ao desenvolvimento sócio-econômico-cultural do município ou estado, informações sobre o estado de conservação do bem, atual utilização e documentação de propriedade.

Em resposta ao pedido de complementação, fotos e alguns dados foram acrescentados à documentação:

As referidas edificações constam como unidades de proteção em nossa Lei Orgânica do Município e em nosso Plano Diretor, inclusive os Fornos de Cal deram origem ao nome da cidade; tratam-se de edificações pertencentes à Companhia Melhoramentos de São Paulo, motivo pelo qual não temos acesso à sua documentação - contato com a Empresa [...]; foram construídos no fim do século XIX, não estão sendo utilizados, à exceção da Igreja. As áreas envoltórias de 300 metros das três construções também não são usadas; os bens encontram-se em estado precário de conservação e a Empresa faz somente a limpeza e a capinação dos entornos. Somente a Igreja está conservada e sendo usada regularmente (Documento emitido em resposta ao Ofício UPPH/GT – 102/09 consultado no Departamento de Cultura do Município de Caieiras).

Em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, publicada em 21 de junho de 2009, o Secretário de Cultura da Prefeitura de Caieiras declarou ter sido enviado, nos últimos 15 anos, pelo menos cinco pedidos para tombos os bens que considera relevantes à história do município. A reportagem sugere a intenção do município de proteger além de igrejas e capelas também os dois fornos de barranco. Entretanto, nos referidos pedidos de tombamento observamos a inexistência de dados relevantes como um histórico consistente

sobre os bens e de informações acerca da fragmentação do patrimônio da Companhia, que vem ocorrendo ao longo dos anos tanto pela venda das propriedades da empresa quanto pela crescente expansão urbana que tende a se intensificar após o anúncio do macro empreendimento imobiliário pretendido pela Construtora Camargo Correia.

Entendemos, nesta perspectiva, que a solicitação do tombamento não deve ser compreendida como uma responsabilidade alheia, pois a compreensão da importância dos bens deveria partir de um reconhecimento e tombamento local. O tombamento estadual poderia atestar aos edifícios uma posição de maior importância pela atribuição de valor que lhes seria concedida, garantindo maior proteção legal.

Sobre a utilização dos edifícios históricos de Caieiras, vale destacar o uso que fora dado ao edifício do armazém e almoxarifado da antiga Rua da Estação, (utilização esta não apontada na resposta ao ofício 102/09 da UPPH/GT). Atualmente, a Prefeitura tem o direito de uso da área onde se insere o referido edifício por meio da concessão emitida pela Companhia. Até o início de 2009, o edifício era utilizado pela Orquestra Filarmônica Melhoramentos Caieiras²⁰² em seus ensaios e aulas. Segundo Felipe Mancz, professor e integrante da Orquestra, a falta de manutenção colocava a segurança dos ocupantes do edifício em risco, o que motivou o encerramento das atividades no local após vistoria efetuada pelos técnicos da Prefeitura. Desta experiência pode-se extrair duas considerações: a primeira, quanto à relevância desta apropriação do edifício pela sociedade que já estabeleceu novo vínculo com o bem, posterior ao uso original da edificação. Esta nova relação, além de sua relevância histórica e estética, poderia motivar argumentos favoráveis para o pedido de tombamento, não apenas pela Prefeitura, mas pelos próprios usuários. Os ensaios dominicais da Orquestra, a chegada dos músicos com seus instrumentos e a música que ecoava dali, já se associara ao edifício ao longo dos anos em que fora utilizado. A segunda análise se coloca quanto às expectativas das ações municipais no que se refere à manutenção. Segundo Mancz, a Prefeitura alegava falta de recursos suficientes para a restauração ou pelo menos para manutenção preventiva, o que mostra que não basta apenas uma documentação oficial que ateste publicamente tal bem como um patrimônio, porém, que se necessita de ações efetivas que possibilitem o patrimônio histórico e cultural como representante legítimo do bem-comum.

²⁰² A Corporação Musical Fábrica de Papel foi criada em 1921, com a participação dos funcionários da Companhia Melhoramentos. Em 1959, após a emancipação da cidade, formou-se a Corporação Musical Melhoramentos Caieiras que atuou até 1999, quando foi reestruturada passando a Orquestra de Sopros Melhoramentos Caieiras. Em 2004, novamente alterada passou a chamar-se Orquestra Filarmônica Melhoramentos Caieiras. (Fonte: www.regionalnews.com.br, acessado em 29/07/2009).

Entendemos que as recomendações da Lei 4160/08 são frágeis como pressupostos de uma ação preservacionista e que se faz necessária uma ação contundente, por parte do poder público municipal, no reconhecimento e tombamento dos próprios bens eleitos como representantes do patrimônio local. Diante da trajetória do Condephaat, descrita no item anterior, o esforço em alterar os paradigmas estabelecidos para a política de preservação cabe aos municípios, como parceiros do estado. Ressalta-se que a participação dos proprietários e da sociedade civil pode ser decisiva para a urgência do assunto.

A partir da década de 1990, os critérios de preservação foram modificados pela lógica de participação dos setores públicos e privados nas políticas de patrimônio (LEITE, 2007). Leite (1990) ressalta a predominância da discussão, nos órgãos internacionais de preservação, que destacava a necessidade de investimentos privados nas práticas de preservação, desde a Carta de Veneza – 1964 - observando a escassez dos recursos públicos para o setor. O debate das décadas de 1970 e 1980 focava a perspectiva desenvolvimentista, onde o Estado assumia ainda o papel central no planejamento, captação dos recursos e execução dos projetos. Desta maneira, mesmo com a crescente participação do setor privado, como forma de suprir as deficiências orçamentárias e tirar do Estado o ônus com as despesas do patrimônio, havia o predomínio de um discurso voltado ao desenvolvimento urbano e regional, através do incremento do turismo cultural. Neste contexto, a noção de sustentabilidade surge como uma

[...] espécie de salvaguarda financeira para uma constatação que se impunha: mais do que preservar um bem patrimonial era necessário repensar seus usos, em função da necessidade de um determinado bem oferecer suficiente retorno econômico que justificasse um investimento privado (LEITE, 2007, p. 71).

Em Caieiras, a atual administração municipal, juntamente com o corpo técnico dos departamentos municipais de obra e cultura e com alguns representantes da sociedade civil e em parceria com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM - e com o Serviço de Abastecimento Básico do Estado de São Paulo – SABESP – têm procurado definir uma proposta de implantação de um parque linear às margens do Rio Juqueri²⁰³. O projeto pretende solucionar problemas ligados ao sistema sanitário e viário e referente ao lazer ao integrar-se ao município de Franco da Rocha por intermédio do Parque Estadual do Juqueri, compondo uma área verde linear às margens do rio. Faz parte da proposta a criação de uma estação de trem próxima aos bairros mais adensados demograficamente e a

²⁰³ Consulta a ata da terceira reunião da comissão de desenvolvimento dos estudos de concepção e elaboração do termo de referência do projeto básico do eco-parque linear de Caieiras, realizada em 25 de junho de 2009.

implantação de ciclovias e vias para caminhadas, além da utilização dos edifícios aos quais se refere o artigo 41 da Lei 4160/08. Em uma etapa preliminar, as áreas foram classificadas, nesta proposta, em núcleos:

- núcleo 1 – núcleo histórico. Pretende abranger os edifícios protegidos pelas UP's, (inclusive o da atual Estação Ferroviária que poderá não mais ser utilizada passando a funcionar como museu da cidade) e propor a utilização cultural dos galpões como áreas para exposições e a construção do teatro de dança;
- núcleo 2 – núcleo de eventos. Pretende abranger as edificações do M.A.C. – Melhoramentos Atlético Clube²⁰⁴ - e criar o teatro da cidade, o espaço cívico e unidades administrativas;
- núcleo 3 – núcleo esportivo. Pretende abranger o existente e ainda pouquíssimo utilizado velódromo, e propor a construção do conjunto aquático.

A proposta prevê a integração total do parque e dos transportes públicos com incentivo à utilização das futuras ciclovias e pistas de caminhadas, em substituição ao atual e perigoso hábito de “ganhar tempo” diminuindo as distâncias com os percursos a pé pela linha ferroviária. Pretende-se, ainda, implantar uma linha de teleférico que sairia do parque em direção ao mirante da cidade.

O Parque Linear do Rio Juqueri estaria em uma consonância entre os interesses da CPTM, que ultimamente tem investido no turismo ferroviário, além de representar uma possibilidade em potencial de área para compensação ambiental²⁰⁵, e suprir a carência na região de soluções que envolvam transporte, lazer e cultura.

Arantes (1987) alerta que é necessário “aprofundar o conhecimento do processo de reelaboração (ou apropriação simbólica) que se dá no plano sociológico” ao se pensar na complexidade do processo chamado “de preservação”. Para o autor, os bens, através de acréscimos de significados e transformações simbólicas, “são como que recriados culturalmente pela preservação, passando a carregar consigo inclusive as marcas do

²⁰⁴ O conturbado histórico sobre a propriedade do M.A.C envolveu a disputa entre a Prefeitura e o Sindicato dos Servidores Municipais. O galpão foi dado em pagamento pela Companhia Melhoramentos para a Prefeitura por conta de débitos tributários. O prefeito Névio Dártora cedeu o galpão para o Sindicato dos Servidores Municipais, a princípio para atividades de lazer dos funcionários. O Sindicato optou por locar o edifício para uma empresa do ramo de eventos. O novo prefeito Roberto Hamamoto, na primeira sessão extraordinária do ano, enviou um projeto de lei para a Câmara tomando a propriedade de volta para o Município. O projeto foi aprovado e transformado em lei, causando descontentamento e revolta do Sindicato. Em meio a este processo, levantou-se a discussão da propriedade da Melhoramentos sobre este galpão, que a princípio, não possui o registro no Cartório de Imóveis e portanto não poderia apresentá-lo como pagamentos de impostos.

²⁰⁵ Programa de compensação ambiental decorrente das obras de modernização das linhas ferroviárias. O programa atende aos Termos de Compromisso Ambiental firmados com o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – DEPRN – da Secretaria do Estado do Meio Ambiente (www.cptm.sp.gov.br, publicado em 08/04/2008).

processo que os transformou em bens do patrimônio (separação do cotidiano, maior visibilidade e sacralidade, etc)” (ARANTES, 1987, p. 52).

Quanto à estruturação do município para os assuntos relacionados às ações de preservação do patrimônio, entende-se que há lacunas tanto em relação à definição do bem quanto no que diz respeito às ações municipais em prol da preservação. Estas lacunas qualificam as determinações da lei como mecanismos frágeis no entendimento do conjunto que se pretende eleger patrimônio histórico e cultural do município²⁰⁶.

De acordo com o item 2 do artigo 41 da lei 4160/08 que define como UP o conjunto de casas, galpões, pontes, fábricas e igrejas de relevante interesse histórico e cultural localizadas na propriedade da Companhia Melhoramentos, ou de seu sucessor, pode-se incluir a edificação como UP mesmo fisicamente distante das outras edificações remanescentes do núcleo, sem a certeza do pertencimento deste bem ao item que define as UP's. Assim, acredita-se ser necessário o apontamento específico dos bens que se pretende tombare com levantamentos fotográficos e métricos específicos, acompanhados de documentação precisa.

Quanto à solidez dos pedidos de tombamento, protocolados no Condephaat e elaborados pela Prefeitura, consideramos que a ação não poderá ser entendida como uma obrigação cumprida em nome da lei. Entendemos que se o município, de fato, compreende a necessidade de proteger os bens com o tombamento estadual, essa ação deverá partir com força absoluta dos guichês municipais, e não como uma transferência de responsabilidades.

Aguardar as decisões do estado ou ainda aguardar a iniciativa da própria Companhia que considera que por “ter adotado uma política de abertura de suas informações do passado, vem enfrentando diversos problemas de constrição do seu patrimônio²⁰⁷”, resultará em um posicionamento passivo de pretenso dever cumprido.

4.6 Dinâmica urbana e patrimônio

[...] muitas vezes, a “modernização e embelezamento” da cidade são apenas um pretexto, uma vez que a verdadeira motivação encontra-se nos ganhos obtidos pelos especuladores imobiliários, em prejuízo da comunidade. É contra eles que se devem erguer aqueles que realmente prezam a imagem artística de sua pátria (DVORÁK, 2008, p. 84).

²⁰⁶ As edificações que compõem um agrupamento de três residências enfileiradas, inseridas, recentemente, no bairro de Nova Caieiras, são exemplos dessas indefinições. Os atuais proprietários dessas residências são sucessores da Companhia Melhoramentos, as casas são exemplares do ano de 1904, e estão entre as mais antigas do núcleo. As características destas casas foram descritas no capítulo 3 – Arquitetura e Habitação.

²⁰⁷ Resposta à autorização de consulta ao acervo da Companhia Melhoramentos, para subsidiar esta pesquisa, negada pelo setor de Patrimônio da empresa. Data: 19/05/2009.

Caieiras possui, hoje, uma considerável quantidade de terras que, como vimos, tem se tornado alvo constante das atenções dos interesses imobiliários. Com a fragmentação do patrimônio da Cia. Melhoramentos que vem ocorrendo de forma mais evidente desde a década de 1980, quando o processo de desmonte do núcleo fabril constituído pela Cia. foi intensificado, alterações significativas na paisagem da cidade começaram a ocorrer²⁰⁸.

A transferência de praticamente a totalidade das moradias dos funcionários para fora do núcleo, as novas atividades da Cia. voltadas para o ramo imobiliário, o crescimento dos parques industriais e a ampliação e modificação do sistema viário alteraram a configuração espacial de Caieiras.

A “Cidade dos Pinheiros”²⁰⁹, que foram substituídos pelos reflorestamentos de eucaliptos, mais recentemente está sendo ocupada por novos loteamentos residenciais e industriais, que se alastram por todo o seu território. Esta situação não é um fenômeno pontual de Caieiras e nem raro nas cidades que possuem grandes áreas industriais. São Paulo, por exemplo, tem hoje grandes áreas que embora testemunhos referentes ao início da industrialização paulistana, estão em avançado estado de degradação. Basta, hoje, fazer o percurso ferroviário da estação de Caieiras até a estação da Luz, em São Paulo – e se quisermos ampliar este panorama, seguir da Luz para Rio Grande da Serra – para constatar esta observação. Ao partirmos da Estação de Caieiras em direção à Estação da Luz, vão surgindo, em seqüência, áreas com certa semelhança em seu estado de abandono, processo de deterioração, risco ou demolição completa de edifícios: o desaparecimento das vilas operárias da Companhia. Melhoramentos; a ocupação precária do paleete da família Dias da fábrica de pólvora, em Perus; a fábrica de Cimento Portland Perus, abandonada e sombria; as torres solitárias remanescentes das indústrias Matarazzo; os galpões industriais da Barra Funda ocupados de forma precária por pessoas em situação de risco, entre outros exemplares não menos importantes.

Os “vazios” constituídos originalmente nestas áreas industriais eram áreas livres necessárias à produtividade, ao fluxo de operários e a confluência de todas as ações nos espaços da fábrica que se unificavam por um objetivo comum. A ocupação industrial das cidades imprimiu alterações na construção do desenho urbano. As novidades relacionadas às atividades produtivas formavam, junto com as alterações de desenho, um complexo

²⁰⁸ No final do ano de 2007, a notícia publicada pelo jornal O Globo anunciava a venda de 5,2 milhões de metros quadrados das terras da Companhia Melhoramentos, localizada no município de Caieiras - SP, para a Construtora Camargo Correia (Camargo Correia compra terreno para desenvolver empreendimento imobiliário de até 3 bilhões. Publicado em 21/12/2007 no site www.globo.com).

²⁰⁹ Caieiras é conhecida por Cidade dos Pinheiros devido à grande quantidade de Pinheiros que já teve em suas terras.

fenômeno que envolvia alterações do espaço físico e das relações sociais. No caso da sorte dos modelos fabris implantados durante o período que finaliza o século XIX e o início do XX nas cidades brasileiras, os fatores como produção em série, necessidade de grande número de trabalhadores, fixação de operários por meio das casas, participação social intensa do operário no meio oferecido pela fábrica determinaram uma transformação da sociedade por meio de novos valores que evidenciavam a separação entre o “espaço do trabalho/cidade industrial” e o “espaço real/cidade comercial-residencial”. Esta condição pode ser determinada por barreiras físicas como os rios ou as ferrovias que delimitavam, de certo modo, a divisão social entre patrões e operários (RUFINONI, 2004).

Em Caieiras, esta barreira física muitas vezes constituída pelas ferrovias e rios, não delimitou uma segregação social, como observado, por exemplo, na cidade de São Paulo. Caieiras se expandiu emergindo da classe operária, que passara a desenvolver, como anteriormente visto, as áreas em ascensão fora da empresa, seja por meio de investimento dos recursos próprios, aproveitando as oportunidades de financiamentos oferecidas pela Cia. a preços bastante atraentes à classe operária ou recebendo os terrenos em forma de indenização trabalhista (DONATO, 1990). Desta forma, constitui-se em Caieiras, uma segregação intangível entre os bairros formados fora da Companhia. Esta segregação não ocorreu entre operários e patrões, mas sim entre as famílias “tradicionais” de Caieiras²¹⁰, que em maior número se fixaram nos bairros mais próximos da Companhia, levando para fora do núcleo muito dos hábitos adquiridos nas vilas operárias, entre eles a própria concepção de moradia, enquanto os novos bairros, formados em áreas mais distantes atraíram, em grande parte, migrantes das cidades vizinhas. Este vínculo entre as famílias “tradicionais” existe, ainda hoje, de forma bastante viva e fortalecida, mesmo após trinta anos da intensificação do desmonte das vilas do núcleo, e forma uma rede social diferenciada. O aspecto afetivo das famílias dos trabalhadores em relação aos espaços constituídos dentro da Cia. revela a identidade que se estabeleceu entre estas famílias e os espaços concebidos nas instalações fabris e transparece o peso do “sentimento de perda” produzido pelas demolições. Como dissera Cossons (1978) muito da preocupação com a destruição dos monumentos, pode estar embasada neste “sentimento de perda” que uma nova economia poderia instaurar ao destruir o existente para se construir algo novo.

Entretanto, a manifestação coletiva em defesa do patrimônio cultural e histórico de uma cidade, demonstrando a insatisfação popular em relação às demolições,

²¹⁰ Nomeamos “tradicionais” as famílias que trabalharam ou descendem de trabalhadores da Companhia Melhoramentos.

principalmente vinda das comunidades que mantêm vínculos com este patrimônio, é bem vinda e importante para resultados mais eficazes. Esta força coletiva representaria a tradução dos lamentos e da nostalgia em ações práticas contra o desaparecimento dos bens. A inspiração para estas ações pode surgir de exemplos como aqueles vistos nos trabalhadores da Ciment Portland Perus, até hoje conhecidos por “queixadas”, devido à sua união e força coletiva utilizadas em suas reivindicações e nos moradores do bairro da Lapa, em São Paulo, que em manifestação para chamar a atenção das autoridades sobre o tombamento municipal apenas parcial do prédio da filial da Cia. Melhoramentos, que teve sua construção iniciada neste bairro na década de 1920, se uniram em um ato simbólico para um “abraço a Melhoramentos”, reivindicando o tombamento integral dos galpões.

A dinâmica urbana, aliada aos interesses da Companhia e dos poderes públicos, delineou durante décadas o destino dos edifícios considerados patrimônio histórico e cultural de Caieiras. Exemplo mais recente de uma intervenção de grande porte pode ser constatado nas obras do viaduto para transposição da ferrovia. As obras do viaduto que começam a se elevar sobre a linha férrea, embora não tenham destruído nenhum dos edifícios considerados patrimônio cultural de Caieiras, provocam uma brutal alteração espacial entre os componentes da estação ferroviária e do seu entorno, incluindo os edifícios do armazém e o grupo escolar da Companhia. O viaduto tem como objetivo aliviar o trânsito que se forma próximo à passagem de nível, principalmente nos horários de pico. A necessidade de resolver o problema do congestionamento demanda ações que considerassem que as intervenções nas proximidades dos edifícios históricos devam ser as mínimas e menos agressivas possíveis. Estes edifícios representam para Caieiras o que a Estação da Luz, por exemplo, representa para São Paulo. São referenciais para cidade, testemunhos da industrialização pioneira de Caieiras. A estação ferroviária, além de seu valor histórico e artístico tem ainda um papel atual fundamental para a população que se utiliza diariamente dos trens urbanos como a forma mais rápida e econômica de chegar a São Paulo.

O momento é oportuno, em Caieiras, para uma profunda reflexão acerca da reutilização dos edifícios remanescentes da industrialização. Como colocado por Cossons (1978) estas grandes áreas têm potencial para adaptar-se a novos usos comerciais ou culturais. Como vimos, vários edifícios remanescentes da industrialização poderão ser elementos adaptados para o projeto do Parque Ecológico de Caieiras – o Ecoparque. Assim, é importante considerar de que forma serão feitas estas adaptações, que deverão considerar as questões históricas, artísticas, estético-formais e sociais.

Figura 213 Obras do viaduto. A) edifício do armazém às margens da ferrovia

Fonte: Acervo da autora (2010)

As propostas e alertas sobre riscos aos quais estaria exposto o patrimônio artístico austríaco, escritas por Max Dvořák²¹¹, há quase cem anos, no “Catecismo da Preservação dos Monumentos”, são bastante pertinentes se aplicadas às práticas intervencionistas atuais em várias cidades brasileiras. O autor alerta sobre a origem dos perigos que ameaçam o patrimônio, que estaria fundamentada na ignorância e negligência; na cobiça e na fraude; nos equívocos em relação ao desenvolvimento e progresso da atualidade; na busca desenfreada pelo embelezamento e renovação das cidades e em uma precária educação estética. Além disto, o autor faz ressalvas e aconselhamentos para alguns casos específicos, entre eles, para as cidades rurais e para as urbanas. Estes aconselhamentos, com adaptações e filtros para cada caso poderiam nortear com maior embasamento as intervenções em pequenas e médias cidades brasileiras. Entre estes conselhos para as cidades rurais, destacamos o alerta de que estas cidades não devem imitar as grandes cidades e que a importância do tráfego não deve ser sobreposta à das antigas construções. Para as grandes cidades, o autor adverte para que as intervenções não se realizem ao acaso, submetidas apenas a interesses materiais, critérios arbitrários de escritórios de construção ou órgãos administrativos, devendo-se ter conhecimento profundo de todas as exigências, não apenas práticas, mas também estéticas, da arquitetura urbana, dos direitos e exigências da preservação de monumentos.

²¹¹ Max Dvořák (1874-1921). Historiador da arte ligado à Escola de Viena (DVOŘÁK, 2008)

Neste sentido as recomendações da Carta de Veneza, resultadas do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza, em 1964, corroboram as sugestões de Dvořák e merecem atenção, pois são até hoje os principais referenciais teóricos, embora não tenha caráter normativo. Destacamos, entre as recomendações da carta:

Art. 6º A conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala. Enquanto sua ambiência subsistir, será conservada, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que possa alterar as relações de volume e de cores serão proibidas (Carta de Veneza. In Isabelle Cury (org.), p. 93. Grifo nosso).

A noção de monumento histórico definida na Carta de Veneza, pelo artigo 1º, “compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”. O artigo prevê ainda o entendimento como monumento histórico “não só das grandes criações, mas também das obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (Carta de Veneza. In Isabelle Cury (org.), p. 92).

Figura 214 Em primeiro plano as obras do viaduto. A) Armazém. B) Estação ferroviária
Fonte: Acervo da autora (2010).

Caieiras é um exemplo de descaso em relação a estes preceitos, resultando em perdas expressivas de vestígios da industrialização paulista.

Considerações finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou entender a formação espacial do núcleo fabril constituído pela Companhia Melhoramentos, em Caieiras (SP), através dos princípios utilizados para implantação das vilas residenciais formadoras deste assentamento operário e daqueles que influenciaram no seu desmonte. A partir desta premissa, resgatamos a trajetória administrativa da Companhia Melhoramentos que norteou a expansão e desenvolvimento, inicialmente, do núcleo fabril originado em suas dependências e, posteriormente, da própria cidade de Caieiras.

As razões que levaram à constituição deste núcleo fabril fundamentaram-se, primeiramente, na configuração geográfica da região do rio Juqueri. Afastada dos centros urbanos, condição que costumava depreciar o valor das terras, acessível por via férrea e rica em matas e recursos hídricos, propícios para o funcionamento das atividades industriais, a área onde se constituiu a Fazenda Industrial Cayeiras oferecia situação favorável à implantação de empreendimentos de grandes vultos. No caso de Caieiras, podemos dizer que a escolha da área para início do assentamento operário contou ainda com a qualidade da água do manancial localizado na região indicada para o abastecimento de São Paulo, que levou Rodovalho e sócios a consolidarem a Companhia Cantareira de Esgotos, fato que provavelmente influenciou na escolha das terras onde, mais tarde, o empreendedor iniciaria a produção da cal, cerâmica e papéis.

Assim, a ausência de uma estrutura urbana preexistente nas proximidades das unidades fabris e a necessidade de atrair mão-de-obra para o local, alavancou a urbanização das áreas envoltórias às fábricas. A oferta de uma infraestrutura mínima que garantisse o suprimento das necessidades básicas do trabalhador garantiria ao industrial a fixação do proletariado no local. Entretanto, a estrutura montada em Caieiras mostrou-se complexa e grandiosa desde as primeiras décadas do século XX, oferecendo ao contingente operário muito mais do que moradias.

Podemos dizer, que por um lado, a suntuosa estrutura disposta no núcleo fabril era gerida e controlada pela Companhia de forma quase que absoluta, pois, imbuídos nos padrões da época que buscavam moldar o comportamento do trabalhador de acordo com as necessidades industriais, ofertavam às famílias operárias escolas, diversões, assistência médica e abastecimento. Assim, na medida em que utilizava estes equipamentos como instrumentos favoráveis à garantia da ordem e disciplina dentro do núcleo, ações

fundamentais para bons resultados produtivos, a Companhia empenhava-se no ajustamento dos espaços, hábitos e comportamentos de seus trabalhadores, de modo a torná-los compatíveis com seus interesses. Por outro lado, a implantação de tais equipamentos e a ingerência da Companhia na administração do núcleo, suscitou a formação de um cotidiano operário que, embora fosse fundamentado em uma rotina de trabalho exaustivo, era fortalecido pelos estreitos vínculos sociais resultantes das atividades coletivas, largamente incentivadas pela empresa, representadas pelas festividades, cultos religiosos e eventos esportivos.

Podemos concluir que a arquitetura doméstica, dos primeiros modelos construídos aos modernos modelos padronizados a partir da década de 1930, funcionou como elemento favorável à integração social. Implantadas, em bairros onde predominavam grupos similares de determinado tipo de funcionários, as casas embora valorizassem e fossem destinadas à acomodação da família nuclear, eram delimitadas por elementos que permitiam o contato visual e a sociabilização entre vizinhos - famílias ou operários solteiros. Entretanto, notamos também experiências diferenciadas, onde casas de chefias eram posicionadas estrategicamente atuando no sentido de garantir a ordem e a tranquilidade do local. Assim, o espaço em Caieiras era visivelmente hierarquizado e articulado de maneira que ficasse assegurada a boa convivência e o bom funcionamento das atividades laborais, implicando em resultados produtivos positivos.

A configuração arquitetônica do núcleo de Caieiras traduz os aspectos relevantes da história do município e também da história da arquitetura, da técnica construtiva e da tecnologia. São edifícios que evidenciam os momentos em que foram construídos, as transformações pelas quais o núcleo passou e trazem à luz, além dos critérios que nortearam a escolha de um ou de outro partido arquitetônico, também o gosto dos industriais que erigiram ou ampliaram o núcleo fabril.

Constatamos a estabilização do crescimento de Caieiras até, aproximadamente, o final da década de 1950. O surgimento do povoamento durante a década de 1930, fora dos domínios da empresa, por influência determinante das inovações legislativas relacionadas às relações trabalhistas, quando a forma de gestão sobre o operariado começou, gradativamente, a se modificar passou a ter urbanização mais intensa com o início do desmonte das instalações originais do núcleo fabril a partir da década de 1960, momento em que a Companhia iniciou atividades urbanizadoras e promoveu a formação de empresas ligadas à organização de loteamentos, vendas de terrenos e construção de casas para funcionários. Os novos loteamentos promovidos por estas empresas urbanizadoras foram

implantados em áreas de propriedade da Companhia Melhoramentos, porém organizavam-se além dos muros já implantados para delimitar e segregar as áreas fabris. Assim, estes loteamentos se integravam às áreas externas, que não eram de propriedade da empresa, que já começavam a tomar proporções maiores. Nesta conjuntura, a complexa estrutura urbana que havia sido formada nos terrenos da Companhia passou a ser entendida pela administração da empresa como item obsoleto e gerador de despesas e assim, foi demolida quase que por completo. Desta forma, o centro urbano que havia ali se configurado inicialmente começou a ser, de forma gradativa, transferido para fora da área fabril. Além disso, com a emancipação de Caieiras no final da década de 1950, melhorias nas áreas externas passaram a atrair os moradores para as novas áreas urbanizadas fora do núcleo.

A emancipação de Caieiras como município foi uma conquista político-administrativa bastante favorável à Companhia Melhoramentos. Se inicialmente, quando *Parnahyba* e Franco da Rocha, ressentiram-se da perda da fábrica de papéis em seus territórios, gerando protestos em favor da recuperação da área devido à perda financeira que isso representava, a emancipação significava grande autonomia administrativa para a Companhia, detentora de pelo menos 50% da área do recém constituído município. Esta força político-administrativa é perceptível na representação eleitoral durante os primeiros anos de emancipação, quando o capelão da empresa assumiu o cargo de prefeito do município por duas vezes.

A capacidade de expansão da cidade, trunfo favorável à sua valorização imobiliária devido à grande extensão territorial de áreas livres e às melhorias de acesso para a capital, colocou Caieiras em evidência. Tais preceitos são revestidos de uma dúbia condição valorativa. Exposto à fragmentação, devido ao processo de vendas em que se encontra, o patrimônio da Companhia Melhoramentos está vulnerável às transformações que podem conceder à cidade aspecto totalmente contrário àquele que lhe confere, atualmente, boa qualidade de vida para seus moradores. Um exemplo paradigmático desta condição pode ser apontado nas obras de expansão viária que incluem a construção do viaduto para a transposição da linha férrea. A obra que tende a solucionar os problemas de congestionamento viário e conseqüentemente, trazer melhorias para a população, compromete de forma contundente os edifícios históricos formadores do legado cultural do município. Ao ser implantado na área representativa do local, sem considerar os preceitos históricos e arquitetônicos do entorno e as recomendações patrimoniais, torna transparente o descaso em relação às suas origens que, de forma geral, são motivo de orgulho para a população. Esta intervenção que podemos julgar, do ponto de vista da preservação do

patrimônio arquitetônico, como uma ação imprudente, acarreta a desvalorização do lugar em seus aspectos culturais, históricos e estéticos.

Nesta conjuntura, acentuamos a importância de profundas reflexões acerca das intervenções que estão por vir com as propostas de ampliação e utilização dos edifícios históricos. Consideramos oportuno o momento para o estudo e viabilização de implantação de políticas públicas eficazes que garantam a preservação do legado cultural da Companhia Melhoramentos em Caieiras, que opere diretamente na difusão da educação patrimonial, na proteção e intervenção criteriosa e respeitosa de seus edifícios culturais garantindo um crescimento planejado que considere as reais capacidades de expansão do município dentro das limitações que permitam que a qualidade de vida continue a ser colocada como um diferencial característico da região.

Assim, concluímos esta pesquisa com o reconhecimento da importância da Companhia Melhoramentos de São Paulo para a formação de Caieiras, de seu legado cultural como ícones representativos da história do município, da população, da memória urbana e da necessidade de assegurar a integridade do complexo formador deste patrimônio como documentos valiosos que trarão para o futuro frutos decorrentes da representação de uma cidade que valoriza suas origens, sua população e seu patrimônio.

Referências

REFERÊNCIAS

A EXUMAÇÃO do enigma. O mistério do caso Mengele pode estar chegando ao fim. **Revista Veja**, 12 jun. 1985. Disponível em http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_12061985.shtml. Acessado em 11 de julho de 2011, às 18:20h.

A OBRA SOCIAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO (Impressões do Sr. Luiz Carlos Mancini transcritas em Serviço Social nº 24 de dezembro de 1940, órgão doutrinário, técnico, informativo, publicado em São Paulo). Caieiras: Companhia Melhoramentos, 1940.

A VIAGEM AO MARAVILHOSO MUNDO DO PAPEL. Melhoramentos, 1965.

ALBORNOZ, Vera do Prado Lima. **O Frigorífico Armour na fronteira de Sant'ana do Livramento-Rivera.** Mimeo, 1997.

ALFREDO Weiszflog. **Deops.** Processo 98032

ALVIM, Zuleika M. F. Brava Gente! Os italianos em São Paulo – 1870-1920/1986. 2ª edição. São Paulo:Brasiliense, 1986.

ANDREATTA, Margarida Davina. **Engenho São Jorge dos Erasmos: prospecção arqueológica, histórica e industrial.** Revista USP, n. 41, p. 28 – 47, março-maio 1999.

ANJOS (et al.) Ana Cristina dos. **O rio pelos trilhos: introdução à história de Perus e Cajamar.** Caieiras: IPEH – Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana, 2008.

ANTONIO, C.A. (2009). Cecília Aparecida: entrevista [set.2009]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras.

ARANTES, Antonio Augusto. **Documentos históricos, documentos de cultura. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília, 1987.

ATA da 3ª reunião da Comissão de Desenvolvimento dos estudos de concepção, elaboração do termo de referência do projeto básico do eco-parque linear de Caieiras, 25-06-09. **Prefeitura Municipal de Caieiras.**

AZEVEDO, R.M. (2011). Rosa Menegatti Azevedo: entrevista [fev.2011]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras

BALLEIRAS, Mary Helle Moda. **Indústria e Habitação, Arquitetura fabril no interior de São Paulo.** São Carlos, EESC-USP, 2002. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

BANDAS animavam prévia de baile. **Regional News**, Caieiras, 13 de dez. 2007. Caderno 6, p. 3.

BANDEIRA JUNIOR, A.F. **A indústria no Estado de São Paulo em 1901**. São Paulo: Typ do Diário Oficial, 1901.

BARBOSA, Rosana Machin. **A presença negra numa instituição modelar * o Hospício de Juquery ***. São Paulo: FFLCH-USP. Dissertação de mestrado, 1992.

BENCLOWICZ, Carla M. **Prelúdio Modernista: construindo a habitação operária em São Paulo**. São Paulo: FAU-USP, 1989. Dissertação de mestrado.

BENINCASA, Vladimir. **Velhas Fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830- 1930**. São Carlos: EDUFSCAR; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

BELLEN, B.V. (2011). Bonno van Bellen: entrevista [mar.2011]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. São Paulo.

BERTOLINI, F.D. (2009). Francisca Doratiotto Bertolini: entrevista [jun.2009]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. São Paulo.

BERTOLINI, F.D. (2011). Francisca Doratiotto Bertolini: entrevista [mar.2011]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. São Paulo.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**. São Paulo: Nobel, 1985.

BLAY, Eva Alterman. Dormitórios e Vilas Operárias: O Trabalhador no Espaço Urbano Brasileiro. In VALLADARES, Licia do Prado (org). **Habitação em Questão**. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 1980.

BOITO, Camilo. **Os restauradores**. Cotia: Ateliê Editorial, 2003. (Trad. Beatriz M. Kühl e Paulo M. Kühl).

BONDUKI, Nabil G. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004 (Trad. Beatriz M. Kühl e Paulo M. Kühl).

BREITLING et al, 2001. **História da arquitetura. Da antiguidade aos nossos dias**. Colônia, 2001. Edição portuguesa.

BRITO, Mônica Silveira. **A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911**. São Paulo: FFLCH, 2000. Dissertação de Mestrado.

BRUNO, Hernani Silva. **Histórias e Tradições da cidade de São Paulo**. v. I, II, III: 1872-1954. São Paulo: Hucitec, 1984.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Na boca do sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

BRUGGEMANN, Marcelo Vagner. **Caieiras: A construção do espaço**. São Paulo: Parma, 2007.

BUCHANAN, Angus. *Industrial Archaeology in Britain*. Harmondsworth, Penguin, 1972.

CAIEIRAS passado para se orgulhar. **Regional News**, Caieiras, 13 de dez. 2006, p. 1.

CAMARGO Corrêa compra terreno para desenvolver empreendimento imobiliário de até R\$ 3 bilhões. **O Globo Online**, 21/12/2007. Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/12/21/327723490.asp>. Acesso em 31/08/2009

CAMPOS, Eudes. Chalés Paulistanos. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N.Sér.v. 16 n.1.p.47-108. Jan-jun.2008.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. **A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação política habitacional no Brasil (São Paulo – 1917-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CARTA ENCÍCLICA “RERUN NOVARUM” DO PAPA LEÃO XIII SOBRE A CONDIÇÃO DOS OPERÁRIOS. 1891. Disponível em <HTTP://www.vatican.va/holyfather/leoxiii/encyclicals/documents/hflxiiienc15051891rerum-novarumpo.html>.

CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. 3ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CIA MELHORAMENTOS Indústria de Papel. **Deops**. Processo 96964

CSERNIK, J. (2011). Joel Csernik: entrevista [jun.2011]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. Unesp; Estação Liberdade, 2001.

COMPANHIA Melhoramentos. Deops. Processo 44311

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO – INDÚSTRIA DE PAPEL 1890-1950. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s.d.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO (Weiszflog Irmãos inc.) Fábrica de Papel – Editora – Oficinas Gráficas, Fundada em 1890. São Paulo – Caieiras – Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s.d.

CORDEIRO, Simone Lucena (org). **Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

CORDIALIDADE plena em terras férteis levaram ao avanço. **Regional News**, Caieiras, 13 de dez. 2007. Caderno 2, p. 1.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart, 1972.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998. – (Série Ofício de arte e forma).

_____. **A construção do habitat moderno**. São Carlos: Rima, 2004.

_____. A indústria e o habitat operário no Brasil. In: Panet, Amélia (org). **Estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002.

_____. Núcleo Fabril x Cidade Livre: os projetos urbanos da Klabin do Paraná. Completar a referência. **Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Campinas, 1998.

_____. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Recife, v. 4, p. 83-98, mai. 2001.

_____. Núcleos fabris e de mineração no Brasil: As experiências pioneiras. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, n. 3, p. 15-42, 2006.

_____. A indústria moderna no cenário clássico. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, n. 8, p. 69-101, 2008.

_____. Art Decó e Indústria. Brasil décadas de 1930 e 1940. In: **Anais do Museu Paulista**. V. 16. N.2, jul-dez 2008, p. 27-104.

CORREIA, Telma de Barros & GUNN, Philip. O mundo fabril penetra na cidade. In: CAMPOS, Cândido Malta; GAMA, Lúcia H.; SACCHETA, Vladimir. **São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais**. São Paulo, SENAC, 2004. pp. 82-89.

CORREIA, Telma de Barros & GUNN, Philip. Ascensão e declínio de um modo de morar: vilas operárias e núcleos fabris no estado de São Paulo. **Desígnio**. V 6, 2006, pp. 143-164.

CORREIA, Telma de Barros & GUNN, Philip. A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos fabris. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, V 7, N1, maio de 2005. PP. 17-53.

COSTA, Georgia Carolina Capristano da. Batatuba, Brasil – uma “cidade serial”. In: **Anais do Oitavo Seminário DOCOMOMO Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, Lucio. **Documentos de Trabalho**. (José Pessoa, org.). Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

COSSONS, Neil. **The Book of industrial archaeology**. London, David & Charles, 1978.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro, Iphan, 1995.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. Tradução de Octávio Mendes Cajado. 4ª edição. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **A fábrica São Luiz de Itu: um estudo de Arqueologia Industrial**. In *Anais de História*. Assis, SP: Departamento de História Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, ano VIII, 1976, p.9-25.

_____. *Rio Claro: Sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*; tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DONATO, Hernâni. **100 Anos de Melhoramentos**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

DVORÁK, Marx. **Catecismo da preservação de monumentos**. Tradução Valéria Alves Esteves Lima; apresentação Valéria Alves Esteves Lima, Jens Baumgarten, Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

ENTOMOLOGY: Danger from the african queens. **Times Magazine**, 24 set. 1965.
Disponível em
<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,834375-1,00.html>. Acessado em 11-07-2011, às 18:25h

EUSÉBIO, A. (2010). Antonio Eusébio: entrevista [nov.2010]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras.

EUSÉBIO, A. (2011). Antonio Eusébio: entrevista [fev.2011]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras.

EXCUSÃO a's Cayeiras. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 abr. 1890. p. 1.

FAMÍLIA pratica criação de abelhas. **Regional News**, Caieiras, 12 a 18 de dez. 2003. Caderno 2, p. 4.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo, Difel, 1976.

FLOR, Ana. Michel, Andréa. Mengele trabalhou dez anos no Brasil. **Folhaonline**, 24 nov. 2004. Disponível em
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u65893.shtml>). Acessado em 12 de julho de 2011, às 16:10h.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRADE, Gabriel. **Arquitetura Sagrada no Brasil. Sua evolução até as vésperas do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FREDERICO Guilherme Weissflog. **Deops**. Processo 51149

FREITAS, F.J.V. (2009). Francisco José Vanguello de Freitas: entrevista [abr.2009]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15ª ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

GABRIELLI, I. (2009). Izidro Gabrielli: entrevista [ago. 2009]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras.

GABRIELLI, I. (2011). Izidro Gabrielli: entrevista [abr. 2011]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras.

GABRIELLI, I. (2010). Izidro Gabrielli: manuscritos [dez. 2010]. Caieiras.

GAMA, Ruy. Aspectos da arqueologia industrial no Brasil. In: **Seminário Nacional De História e Energia**. ,1988, São Paulo. São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1988. vol. 2. p. 253.

GAMA, Ruy. **Engenho e tecnologia**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983. **A tecnologia e o trabalho na história**. São Paulo: EDUSP, 1986.

GARCEZ, Paulo Cesar Marins. A vida cotidiana dos paulistas. In: **Modos de vida dos Paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos**. São Paulo, CENPEC / Imprensa oficial, 2008, v.2 - Coleção Terra Paulista coord. Maria Alice Setubal.

GENEALOGISCHES HANDBUCH DER FAMILIE WEISZFLOG, 1926

GHIRARDELLO, Nilson. A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900). São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GUIMARÃES, J. Epitácio P. **A Cal – Contribuição para a história de um produto químico versátil e social**. São Paulo: Associação Brasileira dos Produtores de Cal, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte** / Francisco Foot, Victor Leonardi. São Paulo: Global Ed., 1982.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no vale do Itajaí: O modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Furb, 1987.

HUDSON, Kenneth. **Industrial Archaeology – An introduction**. London, Baker, 1976.

JERONYMO, Vanice. **Fornos de Cal da Companhia Melhoramentos**. Caieiras-São Paulo. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, 2006.

JESUS, Mario de Carvalho (org). **Cimento Perus – 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal**. Coleção cadernos para mudar 2. São Paulo: JMJ Consultoria e Promoções, 1992.

JOHANNES Ehlert. **Deops**. Processo 21264

JORNAL do Commercio, 4 de setembro de 1890.

KARASTJANOV, 1999. Andrea Mara Souto. Vir, viver e talvez morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemão residente na zona urbana durante o Segundo Império. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Memória - Unicamp, 1999.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexos sobre sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da cultura, 1998.

_____. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

KURT Faltin. **Deops**. Processo 275972

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo, estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LEI ORGÂNICA do município de caieiras. lei nº 1994 (de 5 de abril de 1990). constituição municipal. Caieiras: 2010. 3ed.

LEI 3896/2006 – Plano Direto do município de Caieiras

LEI 4160/2008 – Plano Direto do município de Caieiras

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café**. 2ª. ed. rev. ampl. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. O ecletismo em São Paulo. in Fabris, A. (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel 1987.

_____. Ramos de Azevedo e seu escritório. São Paulo: Pini, 1993.

LOBATO, Monteiro. **Idéias de Jéca Tatu**. 4º vol. da série das “obras completas de Monteiro Lobato”. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1951.

LOOS, Adolf. Ornamento e Delito, 1908. In: www.eesc.usp.br/babel. Tradução de Anja Pratschke, 2001-2002.

LOTEAMENTO Jardim Santo Antonio. **Cartório de Franco da Rocha**. Documento arquivado

MAGALHÃES, Luciana P. Antigas residências foram demolidas. **Regional News**, Caieiras, 13 dez.2002. Caderno 2, p. 2.

MAGALHÃES, Luciana P. Assistência social na Melhoramentos. **Regional News**, Caieiras, 13 dez. 2002. Caderno 2, p.1.

MAGALHÃES, Luciana Pokorny. Estação, onde o passado é presente. **Regional News**, Caieiras, 13 dez 2002. Caderno 3, p.1.

MANCZ, F. (2009). Felipe Mancz: entrevista [jul.2009]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras.

MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros e empreendedores do desenvolvimento no Brasil**. 2ed. São Paulo: EDUSP: Editora Saraiva, 2006.

MARTINS, I. C. (2009). Inês Chrispim Martins: entrevista [mai.2009]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras.

MARTINHO, R.A.(2010). Rosi Aparecida: entrevista [mar.2010]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras.

MAZZOCO, Maria Inês Dias. SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **De Santos à Jundiaí: nos trilhos do café com a São Paulo Railway**. São Paulo: Magma Editora Cultural, 2005.

MELHORAMENTOS é comprada por fabricante chileno por 120 milhões. **Folha Online**, 20/04/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u553490.shtml>. Acesso em 31/08/2009.

MELLO, José Otávio de A. **Arqueologia Industrial e Cotidiano em Rio Tinto**. in: Estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio Industrial e Política Cultural. In: Anais do **Seminário Nacional de História e Energia**, 1986, p. 68-73.

MINKEVICIUS, C.A. (2011). Cleide Azevedo Minkevicius: entrevista [fev.2011]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras

MORAES, Marcilio Dias. **Caieiras fatos e Personalidades da “Cidade dos Pinheirais”**. São Paulo: Parma, 1995.

NIELS Christian Christensen. **Deops**. Processo 51156

NOVO districto de paz. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 dez. 1935.

NOTA DE FALECIMENTO DE ALICE KOECHER. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 mai. 1968. p.15.

O PROBLEMA DA MATÉRIA PRIMA DO PAPEL NO BRASIL. ESTUDOS E REALIZAÇÕES FEITOS EM CAYEIRAS PELA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s.d.

PANET, Amélia. **História Arquitetura e Configuração Espacial.** in: Estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002.

PANET, Miriam. **O lazer em Rio Tinto.** in: Estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: Fabris, Annateresa (org.) **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel & EDUSP, 1987.

PERES, Celina Graziano Jorge de. **Cidade dos Pinheirais, a saga de uma brava gente.** São Paulo: Perfil Editora, 2008.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Ricardo Severo e o “estilo tradicional brasileiro”. In: LEMOS, Fernando, LEITE, Rui Moreira (orgs.). **A missão portuguesa: rotas entrecruzadas.** São Paulo: UNESP, 2003.

PINTO, Alfredo Moreira. A cidade de São Paulo em 1900 – Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, 1900.

PLANTAS definiam detalhes de casa. **Regional News**, Caieiras, 10 de dez. 2010. Caderno 4, p. 5.

POLKORNY, P.R.P. (2009). Paulo Roberto Pinto: entrevista [abr. 2009]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras.

PRANDO, Z. (2011). Zeferino Prando: entrevista [2011]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras

RAINHAS eram importadas da Itália. **Regional News**, Caieiras, 12 a 18 de dez. 2003. Caderno 2, p. 5.

RAISTRICK, Arthur. **Industrial Archaeology, an Historic survey.** Frogmore, St. Albans, Paladin, 1973).

REIS FILHO, Nestor Goulart. Cadernos do LAP 02. **Habitação popular no Brasil: 1880-1920.** São Paulo: USP/FAU/AUH/LAP, 1994.

_____, Nestor Goulart. **O Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 6. ed., 1987.

RENAUX, Maria Luiza. O papel da mulher no Vale do Itajaí 1850-1950. Blumenau: FURB, 1995.

RESOLUÇÃO nº19/Conpresp/2004. **Perímetro de Tombamento da Companhia de Cimento Portland Perus.**

RESOLUÇÃO nº27/Conpresp/1992. **Tombamento da área da Companhia de Cimento Portland Perus.**

RODRIGUES, José Wasth. **Documentário Arquitetônico. Relativo à antiga construção civil no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Livraria Martins Fontes. 1940.

_____. **Architecture Colonial IV: uma Palestra com o Sr. Wash Rodrigues.** O Estado de São Paulo, São Paulo, 1926. 16 abr.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado – a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969- 1987.** São Paulo: Ed. Unesp; Imesp; Condephaat; Fapesp, 2000.

ROLNIK, Raquel. Cada um em seu lugar. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp. São Paulo, 1981.

ROSA DA SILVA, Iná. **Franco da Rocha nas terras do Juquery: um hospício, uma cidade.** FAU-USP, 1995. Dissertação de mestrado.

RUFINONI, M. R. **Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca.** Dissertação de Mestrado. São Paulo, FAUUSP, 2004

SALGUEIRO, H. A. Ecletismo em Minas Gerais. Fabris, A. (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira.** São Paulo, Nobel 1987.

SANTOS, Paulo F. **Quatro séculos de Arquitetura.** Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SÃO PAULO (ESTADO) SECRETARIA DOS NEGÓCIOS METROPOLITANOS. EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO S/A. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Bens culturais arquitetônicos no município e na Região Metropolitana de São Paulo.** São Paulo, 1984.

SCHNEIDER, Marília. **Câmara Municipal de Cajamar: trajetórias e lutas.** São Paulo: Porto de Idéias, 2006.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990.** 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SEVERO, Ricardo. **Arquitetura Colonial III: Entrevista com o Dr. Ricardo Severo.** O Estado de São Paulo, 1926. São Paulo, 15 abr.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. Uma São Paulo alemã: Vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003

SILVA, Elizete Henrique da. **Cajamar: história da Emancipação**. São Paulo: Universidade Bandeirante de São Paulo, 1998. Monografia.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São PAULO. Alpha Omega, 1995.

SIQUEIRA, Elcio. **Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)**. UNESP, 2001. Dissertação de mestrado.

SOARES, S.B. (2011). Sirlei Bertolini Soares: entrevista [mar.2011]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras.

SOARES, S.B. (2009). Sirlei Bertolini Soares: entrevista [mar.2009]. Entrevistador: Vanice Jeronymo. Caieiras.

SOARES, S.B. (2009). Sirlei Bertolini Soares: croquis [mar.2009]. Caieiras.

SOLICITAÇÃO de tombamento – Caieiras. **Condephaat**. Processo 00679/96 .

SOUKEF JUNIOR, Antonio. O Legado das Ferrovias. In: Vasquez, Pedro (org.). **Caminhos do Trem**. São Paulo: Dueto Editorial, 2008.

SUMMERSON, John. **A linguagem clássica da arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TAVOLARO, Douglas. **A casa do delírio: reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha**. São Paulo: Senac, 2004.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A fábrica do sonho: trajetórias do industrial Jorge Street**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

TOMBAMENTO dos bens pertencentes à Estrada de Ferro Perus-Pirapora. **Condephaat**. Processo 20535/80.

VENÂNCIO, Giselle Martins. **Lugar de mulher é... na fábrica; Estado e trabalho feminino no Brasil (1910 – 1934)**. História: Questões & Debates, Curitiba, n.34. Editora da UFPR, 2001.

VICENTINI, Rita de Cássia Carvalho. **O percurso de um precursor – as atividades de um empreendedor paulista na São Paulo Imperial e Republicana**. São Paulo: FFLCH-USP. Dissertação de mestrado em História Econômica, 2007.

WALTER Weiszflog. **Deops**. Processo 22140

WINGATE, Michael. **Small-scale lime-burning - A practical introduction**. London. Intermediate Technology Publications, 1985.

Apêndice A - Identificação das vilas (ver envelope no final do trabalho)

Apêndice B – Vilas de Caieiras (ver envelope no final do trabalho)

Apêndice C – Localização das figuras (ver envelope no final do trabalho)

Apêndice D - Área ocupada pela Companhia em Caieiras (ver envelope no final do trabalho)

Apêndice E – Projeto do Parque Linear do Rio Juqueri – Trecho eco-parque Caieiras (ver envelope no final do trabalho)

\

ANEXOS

Caieiras: núcleo fabril e preservação

CROQUI PARA IDENTIFICAÇÃO DAS VILAS

Adaptado cartas Emplasa nº 2425; 2426, 2442 (ano1981). Esc. 1:10000

APÊNDICE A

LEGENDA:

1 Vila Leão

2 Ilha das Cobras

3 Vila Pansutti

4 Rua do Polato

5 Vila Nova

6 Vila Pereira

7 Bairro Chic

8 Rua da Farnácia

9 Rua do Satrapa ou Rua do Filtro

10 Vila Morumbi

11 Rua do Barbeiro

12 Rua da Penção

13 Bairro da Curva

14 Charco Fundo

15 Fábrica de papel

16 Vila Kohl

17 Rua dos Coqueiros

18 Vila dos Ventura

19 Cerâmica

20 Barreiro

21 Barreirinho

22 Pinheirinho

23 Caieiras

24 Vila Floresta

25 Horto Florestal

26 Monjolinho

27 Sobradinho

28 Tanquinho

29 Bonsucesso

30 Mato Grosso

31 Caldeira

32 Vila das Cabras

33 Nova Caieiras

34 Crescúma

35 Santo Antonio

36 Chácara D. Bertha

37 Vila Eduardo

38 Residências gerência

* Aglomerados não identificados

Edificações demolidas

Edificações existentes

Edificações existentes modificadas

Edificações demolidas inseridas pela autora

Edificações existentes inseridas pela autora

Nota: não identificamos as vilas: Olaria, Aldeia, Cascatinha e Bom Retiro.

Desenho s/ escala

Caieiras:

núcleo fabril e preservação

Vinício Jerônimo

IAU-USP - 2011

APÊNDICE B

Adaptado cartas Gegrán 242646, 242643 (ano 1974). Esc. 1:2000

LEGENDA:

■ Edificações demolidas
 ■ Edificações existentes modificadas
 ■ Edificações existentes inseridas pela autora
■ Edificações existentes
 ■ Edificações demolidas inseridas pela autora

Desenho s/ escala

Caieiras:
Núcleo fabril e preservação
Vanice Jeronymo
IAU-USP - 2011

Apêndice D – Área ocupada pela Companhia Melhoramentos em Caieiras

Legenda: Demarcação da Gleba Melhoramentos no município de Caieiras. Demarcação aproximada da área vendida para a construtora Camargo Correia (feita por nós). Notar que as áreas não pertencentes à Companhia que estão inseridas na Gleba são áreas vendidas para outras empresas como exemplo, a Fábrica de Papel (do lado esquerdo da linha férrea), que foi recentemente vendida para um Grupo Chileno **Fonte:** Apresentação feita por Jorge Wilhelm, em Caieiras, sobre as possibilidades de ocupação das Glebas Melhoramentos, incluindo demarcação da Gleba Melhoramentos e demais áreas do município. (2011)

Apêndice E – Área ocupada pela Companhia em Caieiras

Legenda : Projeto apresentado para implantação do Parque Linear do Rio Juqueri. **Núcleo 1A:** Educação; Meio-Ambiente; Cultura e Recreação (inclui Restauro/Reforma do Bloco Histórico – 6000,00 m² para exposição, salas e Secretaria da Cultura; Pequeno Teatro de Dança com 560,00m²; Praça da Música 1300,00m²; Orquestra com 1200,00m²; Museu da Cidade com 1000,00m². **Núcleo 1B:** Grande praça de ligação parque-cidade 4000,00m²; Apoio ao Parque 1700,00m²; Apoio ao Lago 2500,00m²; Proposta de interligação de pontos históricos e elementos relevantes da paisagem. **Núcleo 2:** Centro de Eventos 4300,00m²; Teatro da cidade 2600,00m²; Palácio dos Conselhos 2700,00m². **Núcleo 3:** Ciclovia; Transposição de Pedestres (Eucalipto-SP-332); Setor esportivo aberto com esportes menores 550,00m²; Espaço Multi-usos 350,00m²; Praça de ligação bairro-nova estação 4800,00m²; Quadras 3200,00m²; Pavilhão Piscinas 3300,00m²; Velódromo 6000,00 (existente); Terminal de ônibus 900,00m²; Praça da estação 9700,00m². Para melhor localização, indicamos com a seta branca a Igreja Nossa Senhora do Rosário. **Fonte:** Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2009